

# “Cultura no pós-Centro 2020”

## Estudo da Direção Regional de Cultura do Centro realizado pelo POLObs

*Relatório final*

Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura  
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho



**POL  
OBS.**



**CECS**  
centro de estudos  
de comunicação  
e sociedade  
**INTERVENÇÃO**

## **Identificação do estudo e da equipa**

---

### **Área Científica**

Ciências Sociais

### **Título do projeto**

“Cultura no pós-Centro 2020”

### **Palavras-chave**

Centro 2020, Cultura, Prioridades Estratégicas, Políticas Culturais

### **Duração do projeto**

5 meses

### **Unidade de Investigação**

Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho

### **Equipa do projeto**

Manuel Gama (Investigador Responsável)

Pedro Rodrigues Costa (Co-Investigador Responsável)

Daniel Novera (Técnico de investigação do projeto)

António Ferreira (Técnico de investigação do POLObs)

Edson Capoano (colaborador)

Carlos Pimenta (colaborador)

Cynthia Luderer (colaborador)

Fernanda Pinheiro (colaborador)

Vítor de Sousa (colaborador)

*A Direção Regional de Cultura do Centro tem por missão, na sua área de atuação geográfica e em articulação com os serviços e organismos do Ministério da Cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial, e o apoio a museus.*

*O POLObs, que se inscreve naquilo que tem sido desde sempre a marca de intervenção da investigação do CECS, tem o propósito de rastrear as políticas em esferas decisivas dos média, da comunicação e da cultura. Desenvolvendo-se em vários eixos específicos, o observatório tem uma linha de ação que retoma as preocupações do CECS na ligação da cultura à cidadania e à prática de uma investigação interventiva. Com efeito, para além do mapeamento da área, os investigadores associados a esta iniciativa procuram também apresentar propostas de atuação junto de entidades/organismos oficiais, assim promovendo a aproximação entre a ciência e a sociedade civil.*

## Sumário

---

---

Siglas .....	3
Índice de Figuras.....	3
Índice de Gráficos .....	5
Índice de Tabelas .....	6
Resumo Executivo.....	7
Nota introdutória.....	15
1. Considerações metodológicas.....	17
1.1. Objetivos específicos do estudo .....	17
1.2. Análise documental .....	17
1.3. Inquérito por questionário aos municípios.....	19
1.4. Grupos de discussão.....	28
2. Inquérito por questionário (municípios) .....	33
2.1. Sobre os municípios.....	33
2.2. Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021 .....	35
2.3. Sobre o Programa Centro 2020.....	63
2.4. Sobre as Políticas Culturais até 2030.....	70
2.5. Sobre o Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020.....	84
3. Grupos de discussão (comunidades intermunicipais).....	99
3.1. Grupo de discussão CIM1 .....	99
3.2. Grupo de discussão CIM2 .....	105
3.3. Grupo de discussão CIM3 .....	110
3.4. Grupo de discussão CIM4 .....	117
3.5. Grupo de discussão CIM5 .....	122
3.6. Grupo de discussão CIM6 .....	128
3.7. Ideias-chave dos Grupos de discussão com as seis CIM's .....	135
4. Grupos de discussão (setor cultural) .....	139
4.1. Grupo de discussão Setor Cultural 1 .....	139
4.2. Grupo de discussão Setor Cultural 2 .....	147
4.3. Grupo de discussão Setor Cultural 3 .....	155
4.4. Grupo de discussão Setor Cultural 4 .....	163
4.5. Grupo de discussão Setor Cultural 5 .....	169
4.6. Grupo de discussão Setor Cultural 6 .....	180
4.7. Ideias-chave dos seis Grupos de discussão com Setor Cultural.....	184
Tópicos em jeito de conclusão .....	189
Bibliografia .....	197

## Siglas

---

CEC 2027	Capital Europeia da Cultura 2027
CECS	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Centro 2020	Programa Centro 2020
CIM	Comunidade Intermunicipal
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSC	Conta Satélite da Cultura
DGARTES	Direção-Geral das Artes
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DRCC	Direção Regional de Cultura do Centro
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
GD	Grupo de Discussão
GD-CIM	Grupo de Discussão - Comunidade Intermunicipal
GD-SC	Grupo de Discussão - Setor Cultural
IFAC	Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRE	Inquérito aos Recintos de Espetáculos
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAAC	Plano Anual de Atividades para a Cultura
PEC	Plano Estratégico de Cultura
POLOBS	Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## Índice de Figuras

---

Figura 1: Linha de tempo dos contactos com os municípios para preenchimento do inquérito por questionário	20
Figura 2: Exemplo de dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra	28
Figura 3: Exemplo de Esquema de Fruchterman-Rei	32
Figura 4: Síntese da Análise SWOT ao Centro 2020 efetuada pelos municípios	64
Figura 5: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Objetivo Específico”	84
Figura 6: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Objetivo Específico”	85
Figura 7: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Tipologia de Intervenção”	87
Figura 8: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Tipologia de Ação”	87
Figura 9: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Tipologia de Intervenção”	87
Figura 10: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Tipologia de Ação”	88
Figura 11: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Indicador de Realização”	91
Figura 12: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Indicador de Realização”	91
Figura 13: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Indicador de Resultado”	92
Figura 14: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Indicador de Resultado”	92

Figura 15: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas à questão “Objetivo Específico”	95
Figura 16: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões	96
Figura 17: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões	97
Figura 18: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM1	99
Figura 19: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM2	105
Figura 20: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM3	110
Figura 21: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM4	117
Figura 22: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM5	122
Figura 23: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM6	128
Figura 24: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM1	135
Figura 25: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM2	135
Figura 26: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM3	135
Figura 27: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM4	135
Figura 28: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM5	135
Figura 29: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM6	135
Figura 30: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM1	136
Figura 31: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM2	136
Figura 32: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM3	136
Figura 33: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM4	136
Figura 34: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM5	136
Figura 35: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM6	136
Figura 36: Síntese das ideias-chave dos GD-CIM	137
Figura 37: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC1	139
Figura 38: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC2	147
Figura 39: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC3	155
Figura 40: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC4	163
Figura 41: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC5	169
Figura 42: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC6	180
Figura 43: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC1	184
Figura 44: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC2	184
Figura 45: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC3	184
Figura 46: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC4	184
Figura 47: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC5	184
Figura 48: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC6	184
Figura 49: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC1	185
Figura 50: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC2	185
Figura 51: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC3	185
Figura 52: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC4	185
Figura 53: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC5	185
Figura 54: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC6	185
Figura 55: Síntese das ideias-chave dos GD-SC	186

## Índice de Gráficos

---

Gráfico 1: Distribuição dos questionários na 1ª fase do processo de validação	21
Gráfico 2: Percentagem de questionários não preenchidos e respetiva representatividade da população residente	23
Gráfico 3: Evolução de questionários preenchidos e respetiva representatividade da população residente	24
Gráfico 4: Nº de municípios que participaram e não participaram no estudo em função da população residente	25
Gráfico 5: Distribuição dos respondentes por cargo ocupado no município	33
Gráfico 6: Corelação entre escalão etário e natureza do cargo que ocupa no município	34
Gráfico 7: Grau de escolaridade completo dos respondentes	35
Gráfico 8: Existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura	36
Gráfico 9: Existência de instrumentos de gestão autárquica específicos da área da cultura	37
Gráfico 10: Recursos humanos municipais afetos à cultura	38
Gráfico 11: Medias de tendência central dos recursos humanos municipais afetos à cultura	38
Gráfico 12: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes dos municípios	39
Gráfico 13: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes nas CIM's	40
Gráfico 14: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel por município	42
Gráfico 15: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel Classificado por município	42
Gráfico 16: Percentagem total de associações culturais não públicas por CIM e por associações por residentes	44
Gráfico 17: Distribuição relativa de associações culturais não públicas, em função do domínio cultural, por CIM	45
Gráfico 18: Palavras mais utilizadas para apresentação das políticas culturais municipais	47
Gráfico 19: Alinhamento das políticas culturais municipais com os documentos selecionados	48
Gráfico 20: Eixos de análise das políticas culturais municipais à luz do Centro 2020	51
Gráfico 21: Projetos/fundos com dimensão cultural aprovados, até agosto de 2019, por eixo do Centro 2020	51
Gráfico 22: Alinhamento das políticas culturais municipais à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA	53
Gráfico 23: Grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos na 2ª fase	55
Gráfico 24: Grau de articulação das políticas culturais municipais	55
Gráfico 25: Medidas de tendência central da articulação das políticas culturais municipais	56
Gráfico 26: Articulação das políticas culturais municipais 1 (dimensão nacional)	57
Gráfico 27: Articulação das políticas culturais municipais 2 (dimensão internacional)	57
Gráfico 28 Articulação das políticas culturais municipais 3 (Centro 2020)	58
Gráfico 29: Projetos culturais de iniciativa municipal por domínio cultural	59
Gráfico 30: Medidas de tendência central dos orçamentos municipais afetos à cultura	61
Gráfico 31: Médias dos orçamentos municipais afetos à cultura per capita em função da população residente	61
Gráfico 32: Distribuição das médias dos orçamentos municipais afetos à cultura por CIM	62
Gráfico 33: Avaliação do Centro 2020 por parte dos municípios	65
Gráfico 34: Motivos da avaliação ao Centro 2020 agregados por eixo	66
Gráfico 35: Distribuição estatística dos quatro grupos de respostas	67
Gráfico 36: Projetos não aprovados por domínio cultural	69
Gráfico 37: Alinhamento das necessidades culturais com os documentos selecionados	71
Gráfico 38: Alinhamento das necessidades culturais com o Centro 2020	72
Gráfico 39: Alinhamento das necessidades à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA	73
Gráfico 40: Alinhamentos das necessidades por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos	78
Gráfico 41: Alinhamento dos objetivos com os documentos selecionados	80
Gráfico 42: Alinhamento dos objetivos à luz das categorias criadas a partir da CSC/IFCA	81
Gráfico 43: Alinhamento dos objetivos com o Centro 2020	81
Gráfico 44: Alinhamentos dos objetivos por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos	82
Gráfico 45: Domínios dos investimentos e projetos a realizar nos municípios na década 2020-2030	83

## Índice de Tabelas

---

Tabela 1: Frequências do número total de recintos culturais municipais	41
Tabela 2: Frequências do número associações culturais não públicas presentes nos 67 municípios	43
Tabela 3: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM1	99
Tabela 4: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM2	106
Tabela 5: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM3	111
Tabela 6: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM4	117
Tabela 7: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM5	123
Tabela 8: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM6	129
Tabela 9: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC1	140
Tabela 10: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC2	147
Tabela 11: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC3	155
Tabela 12: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC4	164
Tabela 13: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC5	170
Tabela 14: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC6	180

## Resumo Executivo

---

No âmbito do processo de preparação do programa que sucederá ao Centro 2020, a DRCC encomendou ao POLObs do CECS-UM um estudo multidimensional da realidade cultural da região Centro, que concorresse para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional, que refletisse estruturalmente os interesses comuns e partilhados da região e, deste modo, as grandes opções de investimento a definir para os próximos 10 anos.

O estudo “Cultura no pós-Centro 2020”, que decorreu entre agosto de 2019 e janeiro de 2020, integrou uma metodologia que conjugou uma abordagem qualitativa com uma abordagem quantitativa e para além da análise documental, os principais instrumentos de recolha de dados foram um inquérito por questionário *online*, aplicado nos meses de agosto e de setembro aos municípios da área de influência da DRCC, e a dinamização de 12 grupos de discussão com representantes de CIM's, municípios, organizações e profissionais do setor cultural.

Dos contributos recolhidos no âmbito do estudo, salientam-se, para além nas análises específicas do inquérito por questionário e dos grupos de discussão, algumas ideias-chave transversais que devem ser tidas em conta na definição de políticas culturais até 2030:

- a) A cultura deve ser encarada como uma aposta estratégica para o desenvolvimento dos territórios e da região;
- b) A DRCC deve assumir um papel fundamental e estruturante na definição e implementação de políticas culturais à escala regional e na articulação de políticas culturais à escala local;
- c) A definição e a implementação de políticas culturais, à escala local e regional, deve estar associada, por um lado, a Planos Estratégicos para a Cultura (à escala dos municípios, das NUT's 3, da NUT 2 e da NUT 1) e, por outro lado, a ações de capacitação de profissionais do setor cultural, público e privado, nomeadamente na área da gestão cultural;
- d) Sendo inegável a importância que deve continuar a ser dada ao património cultural imóvel (classificado e não classificado), no futuro deve ser reforçada a aposta no património cultural imaterial como fator distintivo dos territórios e da região;
- e) As práticas de trabalho em rede, em geometria variável, seguem as tendências internacionais e surgem como contexto privilegiados para promover o desenvolvimento cultural sustentável;
- f) Os processos de comunicação, entre os diferentes atores que operam no setor e dos atores com os destinatários da sua ação, carecem de uma reformulação profunda.

## INQUÉRITO AOS MUNICÍPIOS

### Amostra

- 87% dos municípios e 78,6% da população residente na área de influência da DRCC.

### Políticas culturais locais (2017-2021)

- A existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura ainda não é uma prática ancorada nos municípios e 85,1% dos municípios não tem Plano Municipal de Cultura.
- Os recursos humanos afetos à cultura (técnicos superiores, assistentes técnicos e técnicos operacionais) variam entre os 0,4 e os 18,3 por cada mil habitantes, sendo que o valor médio na amostra é de 1.
- As bibliotecas são os únicos recintos culturais presentes nos 67 municípios da amostra e, há 11 municípios que não têm nenhuma “galeria de arte e outros espaços de exposições temporárias”.
- A maioria dos municípios tem 3 ou menos monumentos, 1 sítio, 4 imóveis de interesse público e 1 imóvel de interesse municipal.
- Podem existir, no mínimo, 1.349 associações culturais na amostra do estudo. O associativismo mais frequente situa-se nos domínios *Artes do Espetáculo*, *Atividades Interdisciplinares* e *Património Cultural*.
- Na apresentação das linhas gerais das políticas culturais municipais, observa-se a presença significativa de um conjunto de palavras: *cultura*,

*promoção, criação, património e valor*. Tendo como base 51 categorias de análise definidas a partir de 8 documentos nacionais e internacionais, destaca-se o alinhamento implícito com o Centro 2020 (21,1%), com o Programa do XXI Governo Constitucional (15,5%), com a Carta Cultural Ibero-americana (15,4%) e com a Agenda 21 da cultura (10,6%). E a tendência para 4 grandes temáticas das políticas culturais: *Património Cultural* (29,7%); *Cultura, Política e Governança* (21,7%); *Cooperação, Redes e Mobilidade* (17,3%); *Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social* (15,2%).

- A resposta fechada referente ao grau de articulação das políticas culturais municipais, revela que há uma relação inversamente proporcional entre a distância do município e o grau de articulação. Sendo que há muito pouca articulação com documentos como a RIS3 Centro 2020 e a Agenda 2030.
- Os municípios identificaram 487 projetos culturais municipais distintos, sobretudo, nos domínios *Atividades Interdisciplinares* (48,5%), *Património Cultural* (18,9%) e *Artes do Espetáculo* (16,4%).
- Segundo os dados do INE, o valor médio per capita das despesas correntes em cultura e desporto dos municípios portugueses no ano de 2017 foi de 59,05€. Com base nos valores inscritos nos questionários, a média *per capita* da despesa corrente em cultura da região Centro no ano de 2018 foi de 75,3€. Sendo de salientar que, por um lado, municípios com menos de 15.000 habitantes registaram valores médios

*per capita* muito superiores a municípios com população superior a 30.000 habitantes e que, por outro lado, há diferenças muito significativas quando se agregam os valores dos municípios por CIM.

### **Cultura no Centro 2020**

- O processo de preparação do Centro 2020 foi avaliado de forma negativa, com apenas 50% dos respondentes a avaliarem positivamente o papel da CCDRC e das CIM's, 37% o papel da DRCC e 14% a participação das organizações do setor cultural não público.
- De entre os impactos dos investimentos efetuados, os respondentes destacam aspetos relacionados com o aumento do número de visitantes, com as dinâmicas geradas no setor cultural pela promoção de intercâmbios, parcerias e redes culturais e com a dimensão económica.
- Sobre a complementaridade de financiamentos, registam-se as seguintes menções: INTERREG, POCTEP, Planos de Ação de Regeneração Urbana, Programa MAR 2020, Programa Valorizar e Turismo de Portugal.
- Da análise SWOT efetuado pelos municípios ao Centro 2020, destaca-se, entre outras, a articulação e cooperação do trabalho em rede como força, a excessiva ênfase dada aos municípios com património cultural classificado como fraqueza, a criação de uma política cultural integrada

como oportunidade e a excessiva focalização na relação cultura-turismo como ameaça.

### **Políticas culturais até 2030**

- As necessidades municipais, bem como os investimentos e projetos prioritários são, maioritariamente, nos domínios do *Património Cultural e Atividades Interdisciplinares*.
- As necessidades regionais estão relacionadas em grande medida, com as potencialidades do trabalho em rede, nomeadamente no que se refere à articulação, concertação, cooperação, estruturação e planeamento cultural.
- O financiamento figura como pano de fundo das necessidades a nível nacional.
- Tendo como base as categorias de análise definidas a partir dos documentos nacionais e internacionais, destaca-se por um lado que, independentemente da sua escala, as necessidades estão, aparentemente, sempre menos alinhadas, respetivamente, com a Declaração da CPLP, com a Nova Agenda Europeia para a Cultura, com o Programa do XXI Governo Constitucional e com a Agenda 2030; e, por outro lado, que a Agenda 21 da Cultura e a Carta Cultural Ibero-americana foram os documentos com os quais foi possível identificar mais afinidades.

- No que diz respeito às grandes tendências de necessidades na área da cultura indicadas pelos municípios, pode afirmar-se que à medida que a escala aumenta: aumentam as necessidades no que concerne a aspetos relacionados com *Cooperação, Redes e Mobilidade* e com *Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social*; e diminuem as necessidades relacionadas com *Património Cultural* e com *Cultura, Política e Governança*.
- No que se refere aos objetivos estratégicos municipais, a análise por grandes temáticas, permite-nos perceber, que ao contrário do que acontece nas linhas gerais das políticas culturais para 2017-2021, na década 2020-2030 os municípios pretendem apostar, preferencialmente, em objetivos relacionados com *Cooperação, Redes e Mobilidade* e com *Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social* e que, apesar de serem as grandes temáticas mais frequentes nas necessidades à escala municipal, os objetivos relacionados com *Património Cultural* e com *Cultura, Política e Governança* continuam com presenças fortes, mas com apostas menos veementes.

### **Cultura no Pós-Centro 2020**

- **Dez contributos para a definição dos Objetivos Específicos:**
  - Valorizar o património cultural;
  - Qualificar as infraestruturas culturais;
  - Capacitar as comunidades;
- Criar redes culturais;
- Democratizar a cultura;
- Promover a sustentabilidade;
- Impulsionar o associativismo cultural;
- Descentralizar a cultura;
- Criar infraestruturas culturais;
- Internacionalizar.
- **Dez contributos para a definição das Tipologias de Intervenção:**
  - Ações que potenciem a capacitação de agentes culturais;
  - Iniciativas que facilitem a aproximação das comunidades à fruição e à produção culturais;
  - Eventos para a valorização do património cultural;
  - Iniciativas para a criação e a consolidação de redes culturais;
  - Programação cultural;
  - Ações relacionadas com o empreendedorismo cultural;
  - Atividades que promovam as tradições culturais locais;
  - Intervenções que utilizem as tecnologias digitais ao serviço do território e da cultura;
  - Eventos culturais que potenciem o turismo;
  - Atividades de formação de públicos.

- **Dez contributos para a definição das Tipologias de Ação:**

- Programação cultural em rede;
- Projetos de inovação aplicada aos setores culturais e criativos;
- Iniciativas que valorizem o património imaterial;
- Projetos que promovam a criação artística;
- Programas com enfoque no potencial económico da cultura, nomeadamente no que concerne ao turismo;
- Ações de formação artística e cultural para a comunidade;
- Iniciativas que potenciem a cooperação e a articulação entre agentes culturais;
- Reabilitação de património cultural imóvel;
- Ações que promovam a articulação entre a cultura e a educação;
- Itinerâncias culturais;

- **Dez contributos para a definição dos Indicadores de Realização:**

- Aumento do público da cultura;
- Aumento da atratividade turística do território;
- Aumento de iniciativas que promovam a inclusão social através da cultura;
- Aumento da visibilidade mediática da oferta cultural;
- Contributo para o desenvolvimento económico e social da região;
- Aumento de projetos culturais com viabilidade comprovada de continuidade;

- Aumento da diversidade e da continuidade da oferta cultural;
- Contributo para a definição de instrumentos de gestão e de planeamento cultural;
- Aumento de recintos e de bens de património cultural requalificados;
- Contributo para a estruturação e fortalecimento de parcerias e de redes entre os agentes culturais.

- **Dez contributos para a definição dos Indicadores de Resultado:**

- N° de espetadores das iniciativas e n° de visitantes dos recintos culturais;
- N° de artistas e de criadores, calendário e tipologia de eventos;
- N° de parcerias culturais dinamizadas e n° de agentes culturais envolvidos;
- N° de recintos e n° de bens requalificados com programação;
- N° de entidades e n° de profissionais que trabalham no setor cultural;
- N° de municípios e n° de entidades que articulam a sua oferta cultural;
- Grau de satisfação dos envolvidos e do público, n° de ações e n° de profissionais e organizações envolvidas depois de terminado o programa;

- Média de nº de noites dos turistas na região e grau de satisfação da oferta cultural;
- Nº e tipo de interações do público nas redes sociais;
- Percentagem da população socialmente vulnerável diretamente envolvida nas ações.

## GRUPOS DE DISCUSSÃO

### **Amostra dos grupos de discussão**

- 66 participantes, divididos em 6 grupos ao nível das CIM's e 6 grupos de organizações e profissionais do setor cultural da área de influência de DRCC.

### **Políticas culturais (desde 2015)**

Segundo os participantes, as políticas culturais desde 2015:

- Não promoveram uma articulação cultural entre Municípios e CIM's;
- Menosprezaram a importância da planificação estratégica regional da cultura;
- Não perceberam a importância da cultura no combate à desertificação;
- Não contribuíram para a formação de públicos;
- Apostaram deficientemente na cultura imaterial;
- Secundarizaram a escala municipal da cultura;
- Instrumentalizaram a cultura;
- Não desenvolveram uma visão estratégica para o cinema e o audiovisual;
- Potenciaram práticas de trabalho em rede;
- Promoveram a intermunicipalidade no setor cultural;
- Não apoiaram as artes de palco;

- Não incluíram uma política cultural específica para bibliotecas e arquivos.

### **Cultura no Centro 2020**

Segundo os participantes, o Centro 2020:

- Desvalorizou a articulação entre associações, ensino, empresas e mecenato;
- Funcionou de forma avulsa e em função da sensibilidade dos decisores políticos;
- Negligenciou a efetiva relação entre as necessidades e os desígnios comuns;
- Desconsiderou a importância estratégica de políticas de formação e capacitação;
- Comunicou deficientemente com os agentes culturais locais;
- Limitou a atuação e o financiamento ao património cultural imóvel classificado;
- Promoveu insuficientemente a ligação da cultura aos territórios;
- Eliminou práticas positivas de anteriores Programas Operacionais Regionais;
- Criou dinâmicas de rede entre diferentes atores da região;
- Pecou pela escassez de apoios e incentivos para o audiovisual;
- Descurou as dinâmicas de trabalho em rede entre bibliotecas e arquivos;

- Distribuiu mais verbas para ações culturais intermunicipais.

### **Políticas culturais até 2030**

Segundo os participantes, a estratégia e política cultural até 2030 deve:

- Valorizar a identidade cultural local para o desenvolvimento económico e social;
- Contribuir para transformar positivamente o território deixando lastro para o futuro;
- Desburocratizar e agilizar os processos de financiamento para o setor cultural;
- Fomentar o planeamento estratégico articulado com os diversos agentes culturais;
- Privilegiar uma política cultural em linha com as especificidades do território;
- Reconhecer a importância da cultura para a valorização dos territórios;
- Aproximar e articular estrategicamente a DRCC e os agentes culturais do território;
- Mobilizar os cidadãos da região para um maior envolvimento cultural;
- Investir na capacitação do associativismo cultural local como estratégia de fixação;
- Conseguir a atribuição do título de Capital Europeia da Cultura 2027 para a região;

- Criar uma dinâmica de apoio em rede para a elaboração de candidaturas;
- Tornar as bibliotecas menos dependentes das políticas municipais.

### **Cultura no pós-Centro 2020**

Segundo os participantes, no próximo Programa Operacional deve:

- Fortalecer o papel da DRCC como interlocutora estratégica privilegiada;
- Promover a programação cultural intermunicipal;
- Capacitar os agentes culturais e disseminar as redes culturais;
- Reforçar o financiamento público para a cultura;
- Fomentar a dimensão imaterial da cultura;
- Criar estruturas supramunicipais para mobilizar dinâmicas culturais convergentes;
- Apoiar os territórios a criar produtos culturais atrativos;
- Privilegiar a escala municipal dos projetos culturais;
- Impulsionar a criação do Conselho Cultural nas CIM's;
- Integrar um gabinete de apoio à capacitação para elaboração de candidaturas;
- Contemplar um plano a médio-longo prazo para o cinema e audiovisual;
- Desenvolver um plano estratégico supramunicipal para bibliotecas e arquivos.

## Nota introdutória

---

No âmbito do processo de preparação do programa que sucederá ao Programa Centro 2020 (Centro 2020), a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) encomendou um estudo ao Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura (POLObs) do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS-UM) com os seguintes objetivos:

- 1) diagnosticar algumas das dimensões das políticas culturais locais da região Centro (e.g. órgãos autárquicos, instrumentos formais de gestão, recursos financeiros, recursos humanos, recintos culturais, património cultural imóvel, associativismo cultural) no mandato autárquico em curso (2017-2021);
- 2) aferir como atores da região Centro (municípios, comunidades intermunicipais e organizações do setor cultural) avaliam, sob o ponto de vista da cultura, o Centro 2020;
- 3) identificar a visão estratégica dos municípios da região Centro para as políticas culturais municipais até 2030;
- 4) reunir contributos de atores da região Centro sobre aspetos relacionados com a dimensão cultural do programa que sucederá ao Centro 2020 (e.g. prioridades de investimento, objetivos específicos, tipologias de intervenção e de ação, indicadores de realização e de resultado);
- 5) compilar boas práticas nacionais e internacionais de políticas culturais à escala regional.

Para desenhar e implementar o projeto “Cultura no pós-Centro 2020” o POLObs constituiu uma equipa multidisciplinar composta por 12 investigadores e, não obstante a equipa ter completa autonomia científica, o apertado calendário de execução do projeto implicou que os serviços da DRCC estivessem disponíveis para fazer todas as articulações consideradas relevantes com os atores da região.

No presente relatório técnico faz-se uma apresentação exaustiva da análise dos resultados, sendo que se optou por incluir em documento autónomo o levantamento de um conjunto substantivo de práticas nacionais e internacionais de projetos e políticas culturais à escala regional que poderão servir de inspiração para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional.

No primeiro capítulo do presente documento de trabalho apresentam-se as linhas gerais da metodologia aplicada no estudo, cujo plano de trabalho integrou uma metodologia que conjugou uma abordagem qualitativa com uma abordagem quantitativa. Depois de convocarmos os objetivos específicos do estudo, vão ser tecidas algumas considerações sobre o processo de análise documental que acompanhou todo o estudo, seguidamente apresentar-se-ão com algum detalhe o método utilizado no inquérito por questionário e, por fim, os aspetos relacionados com os grupos de discussão que foram dinamizados.

Tecidas as considerações gerais sobre as questões metodológicas, segue-se, no segundo capítulo, a convocação da análise dos resultados do inquérito por questionário que foi aplicado aos 77 municípios da área de influência da DCRR. Na apresentação respeitamos a estrutura do questionário, que foi dividido em cinco secções:

- 1) Sobre o município;
- 2) Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021;
- 3) Sobre o Programa Centro 2020;
- 4) Sobre as políticas culturais até 2030;
- 5) Sobre o novo Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020).

No terceiro capítulo fazemos a apresentação do primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das CIM's da área de influência da DRCC. Na apresentação da análise dos grupos de discussão, começaremos com uma convocação de cada uma das sessões a partir do dendrograma de Jaccard e do coeficiente de Pearson, para concluirmos com as ideias-chave retiradas dos seis GD-CIM a partir das *nuvens de palavras* e dos Esquemas Fruchterman-Rei.

Convocado o primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das CIM's, segue-se, no último capítulo deste documento de trabalho, os dados referentes ao segundo conjunto de grupos de discussão realizados a partir de organizações e profissionais do setor cultural da região Centro de Portugal Continental.

16

Não obstante ao longo do documento de trabalho se ter mantido o anonimato dos 67 respondentes ao inquérito por questionário e dos 66 participantes nos grupos de discussão, considerou-se relevante e pertinente, tendo em consideração o objetivo macro que concorreu para a elaboração do estudo, incluir em anexo algumas das respostas abertas provenientes do inquérito por questionário, por serem contributos substantivos – em alguns casos, muito práticos e objetivos – sobre a visão dos municípios no que concerne a:

- 1) Políticas Culturais Municipais até 2030 (tendo sido compiladas 92 Necessidades à escala municipal, 185 Objetivos Estratégicos, 174 Prioridades de Investimento e 188 Projetos Prioritários);
- 2) Políticas Culturais até 2030 (tendo sido compiladas 75 Necessidades à escala regional e 65 Necessidades à escala nacional);
- 3) Dimensão Cultural do programa operacional pós-Centro 2020 (tendo sido compiladas 64 Objetivos, 123 Tipologias de Intervenção & Ação e 129 Indicadores de Realização & Resultado).

## 1. Considerações metodológicas

---

Neste primeiro capítulo, vão apresentar-se as linhas gerais da metodologia aplicada no estudo, cujo plano de trabalho integrou uma metodologia que conjugou uma abordagem qualitativa com uma abordagem quantitativa. Depois de convocarmos os objetivos específicos do estudo, vão ser tecidas algumas considerações sobre o processo de análise documental que acompanhou todo o estudo, seguidamente apresentar-se-ão com algum detalhe o método utilizado no inquérito por questionário que foi aplicado aos 77 municípios que constituíram o universo do estudo e, por fim, os aspetos relacionados com os 12 grupos de discussão que foram dinamizados.

### 1.1. Objetivos específicos do estudo

Com o objetivo macro de realizar um estudo multidimensional da realidade cultural da região Centro, que concorresse para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional que refletisse estruturalmente os interesses comuns e partilhados da região e, deste modo, as grandes opções de investimento a definir para os próximos 10 anos, foram definidos os seguintes objetivos específicos para o estudo “Cultura no pós-Centro 2020”:

- 1) diagnosticar algumas das dimensões das políticas culturais locais da região Centro (e.g. órgãos autárquicos, instrumentos formais de gestão, recursos financeiros, recursos humanos, recintos culturais, património cultural imóvel, associativismo cultural) no mandato autárquico que se iniciou em 2017;
- 2) aferir como alguns dos atores da região (municípios, comunidades intermunicipais e organizações do setor cultural) avaliam a presença da cultura nas prioridades definidas para o Centro 2020;
- 3) identificar a visão estratégica dos municípios da região Centro para as políticas culturais municipais até 2030;
- 4) reunir contributos dos atores da região (municípios, comunidades intermunicipais e organizações do setor cultural) sobre as prioridades, na área da cultura, no programa que sucederá ao Centro 2020;
- 5) identificar boas práticas nacionais e internacionais de políticas culturais à escala regional.

### 1.2. Análise documental

A análise documental atravessou todo o estudo e privilegiou documentos oficiais de livre acesso provenientes, nomeadamente, de um conjunto de páginas na internet (e.g. 77 municípios, sete CIM's, INE, CNE, DGARTES, DGPC, DRCC, DRCN, DRCAAlentejo, DRCAAlgarve, GEPAC, Centro 2020, Norte 2020, Portugal 2020, Programa Europa Criativa).

Para a recolha de dados sobre os municípios e sobre as CIM's, a análise documental aconteceu em três fases e foi realizada por três investigadores distintos:

- 1) na 1ª fase, a análise centrou-se nos sites dos 77 municípios, procurando reunir um conjunto de documentos e informações diversificadas – dados gerais sobre os municípios (e.g. documentos oficiais, instrumentos de gestão 2017-2019, publicações 2017-2019) e dados sobre a cultura na legislatura 2017-2021 (e.g. instrumentos de gestão cultural, infraestruturas culturais, associativismo cultural, programas culturais, iniciativas culturais, redes culturais, Centro 2020);
- 2) na 2ª fase, procurou-se, por um lado, validar a informação recolhida na primeira fase (selecionado o tipo de informação mais relevante e complementando com alguns dados que, eventualmente, não foram incluídos) e, por outro lado, incluir dados provenientes da análise de outras fontes (e.g. CIM's, CNE, INE, Centro 2020, DRCC, DGPC, DGARTES);
- 3) na 3ª fase complementou-se a informação recolhida com dados provenientes de páginas nacionais e internacionais (e.g. GEPAC, Portugal 2020, UNESCO e Programa Europa Criativa).

Os dados recolhidos permitiram-nos uma caracterização mais profunda dos municípios e das CIM's que, sempre que se justificou, foi utilizada para efetuar uma triangulação com os dados provenientes do inquérito por questionário aplicado aos 77 municípios e ainda para preparação dos grupos de discussão a dinamizar com as CIM's e com organizações culturais.

No processo de análise documental, salienta-se ainda o levantamento exaustivo efetuado sobre os dados referentes à presença da *cultura* no Centro 2020. Por um lado, foram analisados vários documentos que enquadram o programa (e.g. Portugal 2020, Centro 2020, RIS3 Centro 2020) e, por outro lado, foram analisados documentos que compilam os resultados dos projetos aprovados no âmbito do Centro 2020. A título meramente ilustrativo dos resultados obtidos, convocam-se os dados referentes à utilização da palavra *cultura* e suas derivadas nos diferentes documentos consultados (os resultados revelam 72 referências no Portugal 2020, 66 referências na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, 128 referências no Centro 2020 e 9 referências no RIS3 do Centro 2020) e os dados referentes aos projetos aprovados até agosto de 2019 em que a *cultura* figura no nome da operação, no nome do beneficiário, na prioridade de investimento, no resumo da operação ou no domínio de intervenção (os resultados revelam a presença da *cultura* em 5,8% dos 6874 projetos aprovados, correspondendo a 13,6% do fundo total aprovado de 1 511 915 465,30 €).

### 1.3. Inquérito por questionário aos municípios

De entre as diversas opções de auscultação dos municípios da região Centro sobre questões relacionadas com as políticas culturais locais (atuais e futuras) e com os programas de desenvolvimento regional (atual e futuro), considerou-se que o mais adequado seria a aplicação de um inquérito por questionário.

Para a preparação do inquérito por questionário seguiram-se os procedimentos propostos por Sampieri, Collado e Lúcio (2006) e foram consultados vários estudos (e.g. André & Vale, 2014; Frei, 2009; Galmarino, 2008; Gama, 2011; Garcia, 2014; Navarro & Clark, 2012; Neves, 2019; Santos, 2007; União Europeia, 2013) relacionados com o setor cultural, tendo-se optado por construir um instrumento de raiz. Durante o processo de desenho do instrumento de recolha de dados também se teve em consideração que os municípios são solicitados a preencher anualmente inquéritos por questionário para o INE e, por isso, tentou-se, sempre que possível, utilizar categorias e conceitos dos documentos do INE (e.g. CSC, IFAC, IRE). Depois de construída e testada uma primeira versão do questionário pela equipa do projeto, o mesmo foi analisado por parte da DRCC para aferir se ele respondia positivamente às suas necessidades. Fruto deste diálogo foram operados alguns ajustes ao questionário. Validado, cientificamente e tecnicamente, deu-se por concluído o processo de construção do principal instrumento de recolha de dados do estudo (ver anexo), constituído por 47 questões, divididas nas secções que a seguir se convocam sumariamente:

- 1) Sobre o município: seis questões para recolher dados básicos sobre o município e sobre a pessoa responsável pelo preenchimento do questionário;
- 2) Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021: 14 questões (seis das quais abertas) para recolher dados sobre as políticas culturais do município no mandato em curso;
- 3) Sobre o Programa Centro 2020: 10 questões (nove das quais abertas) para recolher dados relativamente ao Programa Centro 2020;
- 4) Sobre as políticas culturais até 2030: seis questões abertas para recolher dados que concorressem para a definição de políticas culturais para a próxima década;
- 5) Sobre o novo Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020: cinco questões abertas para reunir contributos dos municípios sobre a presença da cultura no novo Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020.

Sobre o desenho do questionário, realça-se ainda que foram seguidos todos os princípios éticos previstos em estudos desta natureza, nomeadamente no que concerne à confidencialidade, ao consentimento informado e à possibilidade de recusa na participação.

### 1.3.1. Universo do inquérito

Não obstante a região Centro de Portugal incorporar 100 municípios, o universo do estudo foi, por solicitação da DRCC, delimitado aos 77 municípios da sua área de influência. Assim sendo, o universo do estudo corresponde a 74,6% da população residente e a 77% dos municípios da região.

### 1.3.2. Aplicação do inquérito

O inquérito por questionário, autoadministrado por computador e alojado na plataforma *GoogleForms*, começou a ser aplicado a 8 de agosto de 2019. Tendo em consideração que agosto é um mês tradicionalmente de férias e que esse facto poderia influenciar negativamente a taxa de respostas, foi previsto um período inicial de quatro semanas para submissão do questionário, ao qual acrescia um período de uma semana para validação das respostas por parte da equipa do projeto: entre a data de submissão inicial do questionário e o final do processo de validação, os municípios podiam editar as respostas dadas através de uma hiperligação específica que era gerada para o efeito. Assim, os processos de preenchimento e de validação, deveriam estar concluídos a 11 de setembro, contudo, a pedido de vários municípios, os períodos de submissão e de validação foram prorrogados por mais uma semana, terminando, por isso, a 18 de setembro.

O convite à participação dos municípios foi efetuado através de email, mas também através de contacto telefónico, pelos serviços da DRCC e pela equipa do POLObs. Como pode ser observado na Figura 1, foram múltiplos os contactos com os municípios para os sensibilizar para a importância da participação (houve municípios contactados por 12 vezes para solicitar o preenchimento do questionário), por isso, a 18 de setembro, considerou-se que as diligências tinham sido mais do que suficientes e que os processos de aplicação e de validação deveriam ser encerrados.

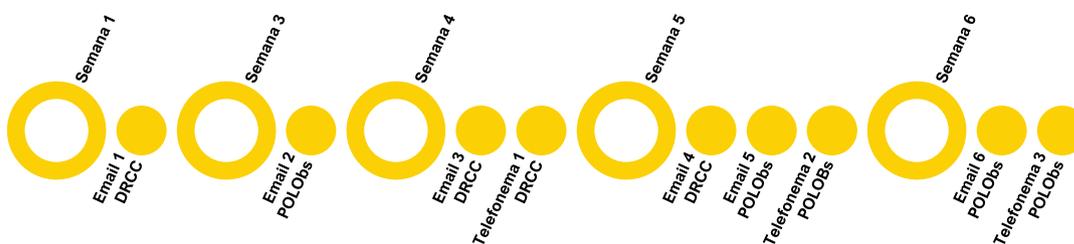


Figura 1: Linha de tempo dos contactos com os municípios para preenchimento do inquérito por questionário

### 1.3.3. Processo de validação dos inquéritos submetidos

O processo de validação dos inquéritos por questionário desenvolveu-se em duas fases.

Para a 1ª fase foram elaborados três cenários possíveis:

- 1) questionário validado de imediato: se não fossem identificadas inconformidades (todas as respostas fechadas e abertas preenchidas adequadamente);
- 2) questionário validado provisoriamente: se alguma das respostas pudesse suscitar alguma dúvida no processo de análise;
- 3) questionário incompleto: se fossem detetadas inconformidades graves nas perguntas abertas e fechadas.

E para a 2ª fase do processo de validação foram elaborados mais dois cenários:

- 1) questionário validado: questionários validados na 1ª fase e os questionários incompletos que tivessem sido, entretanto, objeto de edição das respostas por parte do município ou que, no caso das respostas abertas, os municípios tivessem informado explicitamente a equipa do projeto que as respostas incluídas no questionário correspondiam à versão final que o município pretendia submeter);
- 2) questionário não validado: questionários incluídos no terceiro cenário possível na 1ª fase e que não sofreram qualquer tipo de alteração.

21

Independentemente do estado do questionário na 1ª fase de validação, os responsáveis pelo preenchimento dos questionários receberam sempre uma notificação da receção do questionário com uma versão em PDF das respostas para aferirem se correspondia, efetivamente, ao contributo do município para o estudo.

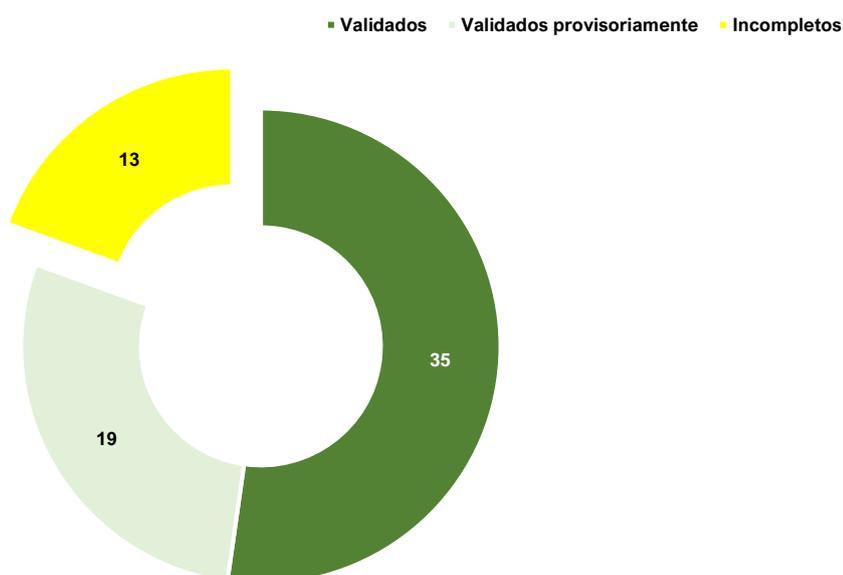


Gráfico 1: Distribuição dos questionários na 1ª fase do processo de validação

Os questionários submetidos na plataforma *GoogleForms* foram transpostos, inicialmente, para Excel para serem objeto do processo de validação.

Como o Gráfico 1 mostra, na 1ª fase do processo de validação houve 19 questionários que foram validados provisoriamente e 13 questionários considerados como incompletos.

O principal motivo que concorreu para que os questionários tenham sido validados provisoriamente esteve relacionado com a falta de desagregação do orçamento municipal afeto à cultura no ano de 2018. Depois de contactados pela equipa, alguns municípios invocaram que não tinham os dados disponíveis e, por isso, os questionários foram considerados como válidos na 2ª fase.

Os motivos que concorreram para que 13 questionários tenham sido considerados incompletos na 1ª fase foram vários: respostas fechadas todas com a mesma opção de resposta, o que poderia ser sinónimo de preenchimento provisório; respostas abertas unicamente com uma letra, um número ou um ponto, o que também poderia corresponder a uma resposta provisória para permitir a continuação do preenchimento do questionário. Depois de contactados pela equipa do projeto, os municípios que consideraram oportuno procederam à edição das primeiras respostas dadas permitindo a validação automática dos respetivos questionários. Apenas uma percentagem muito reduzida de municípios que submeteram questionários incompletos, decidiu não operar nenhuma alteração ao questionário, informando a equipa do projeto que o questionário correspondia à versão final do contributo do município. Tendo em consideração que as inconformidades detetadas neste último lote de questionários não comprometia a análise de algumas dimensões do estudo decidiu-se validar as secções dos questionários que estavam em conformidade.

Assim, na sequência da 2ª fase do processo de validação, foram validados 67 questionários com todas as respostas fechadas preenchidas de forma adequada.

Realça-se que depois de iniciado o processo de análise dos resultados em curso, se observou a submissão de mais um questionário, pelo M15, que não foi possível incluir no estudo, nomeadamente, por ter um conjunto de perguntas fechadas com a mesma opção de resposta (podendo significar preenchimento provisório) e um conjunto muito significativo de perguntas abertas cuja resposta foi “não estão reunidas condições para fazer essa análise”.

#### **1.3.4. Ausência de respostas ao inquérito**

Findo o processo de aplicação do inquérito por questionário, observou-se que 13% dos municípios, representando 21,6% da população residente dos municípios que constituíram o universo de estudo, optaram por não participar na auscultação coordenada pelo POLObs e promovida pela DRCC.

No que concerne à ausência de respostas, o Gráfico 2 é elucidativo e revela que não se conseguiu o pleno do preenchimento por parte dos municípios em nenhuma das seis CIM's que constituíram o universo do estudo. Também se percebe que em alguns casos, como na CIM2 e na CIM6, os municípios que não participaram são os com mais residentes na respetiva CIM uma vez que se observa uma diferença substantiva entre a percentagem de municípios não participantes e a percentagem população residente não representada no estudo. Certo é que, através dos contactos telefónicos efetuados, foi possível perceber que o período de férias e o grau de profundidade do instrumento de recolha de dados foram alguns dos motivos apresentados por alguns dos municípios para o atraso na submissão.

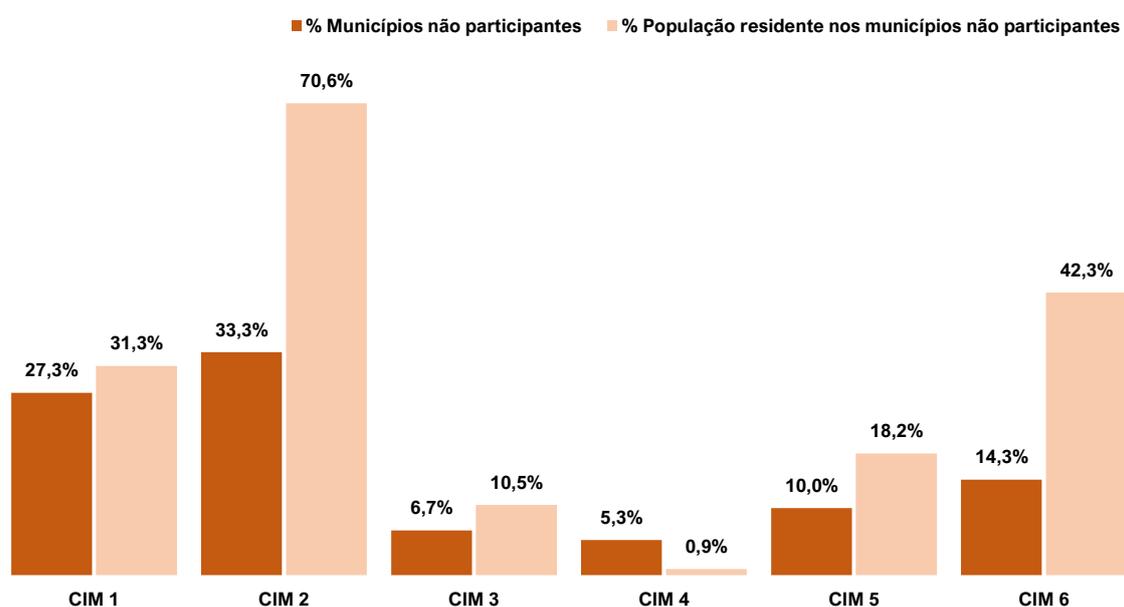


Gráfico 2: Percentagem de questionários não preenchidos e respetiva representatividade da população residente

Um olhar sobre os municípios que optaram por não participar no estudo, nomeadamente através da informação oficial disponível *online* (e.g. páginas dos municípios, Centro 2020, CIM's, DGARTES, DGPC, DRCC, INE), não nos permite retirar conclusões sobre os motivos que podem ter concorrido para a não submissão do questionário.

Nos 10 municípios que não participaram voluntariamente no estudo é possível encontrar:

- 1) vilas com menos de 5000 habitantes e cidades com mais de 50000 habitantes;
- 2) concelhos localizados no litoral e no interior;
- 3) autarquias com pelouro da cultura autónomo ou com plano estratégico para a cultura e autarquias em que os órgãos autárquicos específicos da área da cultura ou os instrumentos formais de gestão autárquica específicos da área da cultura são residuais;
- 4) autarquias de diversos quadrantes políticos;

- 5) operações, com dimensão cultural, financiadas no âmbito do Centro 2020 em que os municípios são beneficiários;
- 6) concelhos sem e com património cultural imóvel classificado, nomeadamente com imóveis afetos à DRCC;
- 7) concelhos em que há entidades e associações culturais com apoio e sem apoio financeiro através dos concursos da DGARTES e/ou da DRCC.

### 1.3.5. Amostra do inquérito

Independentemente dos motivos que poderão ser encontrados para a participação, ou ausência dela, por parte dos municípios, considera-se que os esforços de divulgação efetuados pela DRCC e pelo POLObs e de esclarecimento de todas as dúvidas que foram surgindo por parte do POLObs, foram os adequados, permitindo que no final do processo se tenha conseguido que 67 municípios tenham submetido, com sucesso, o seu questionário, correspondendo a 87% do universo dos municípios e a 78,6% da população residente na região objeto de estudo.

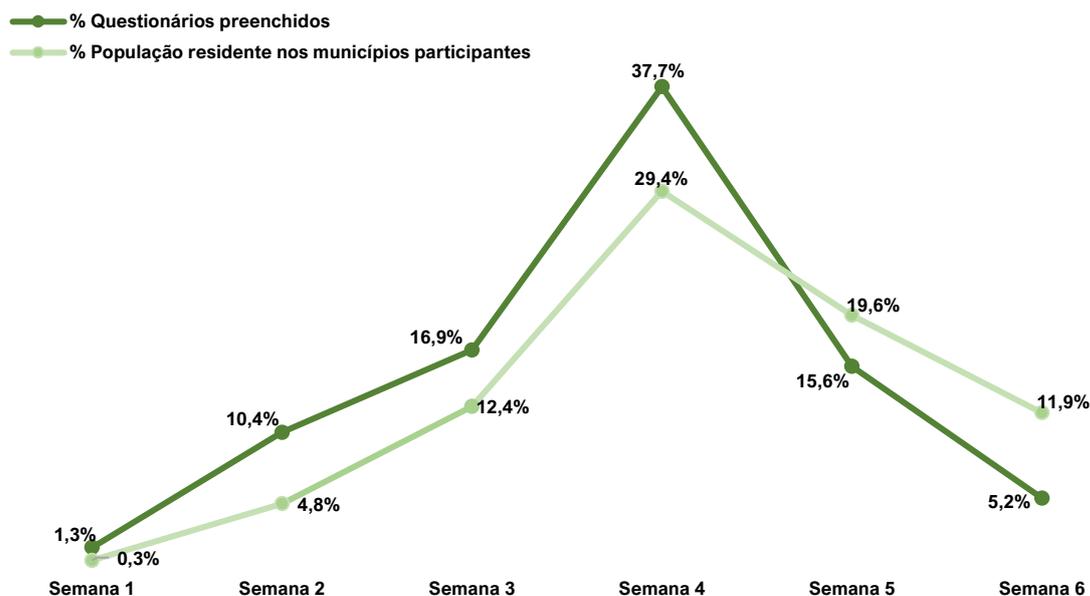


Gráfico 3: Evolução de questionários preenchidos e respetiva representatividade da população residente

O Gráfico 3 permite-nos perceber que se observou, no período inicialmente previsto para o preenchimento do questionário, um aumento gradual e natural no número de submissões semanais, e que as submissões foram maioritariamente de municípios com menos residentes. No período extra que foi concedido para a submissão, é nítido que houve uma alteração na tendência, com a submissão a ser efetuada por municípios com uma percentagem mais significativa de residentes.

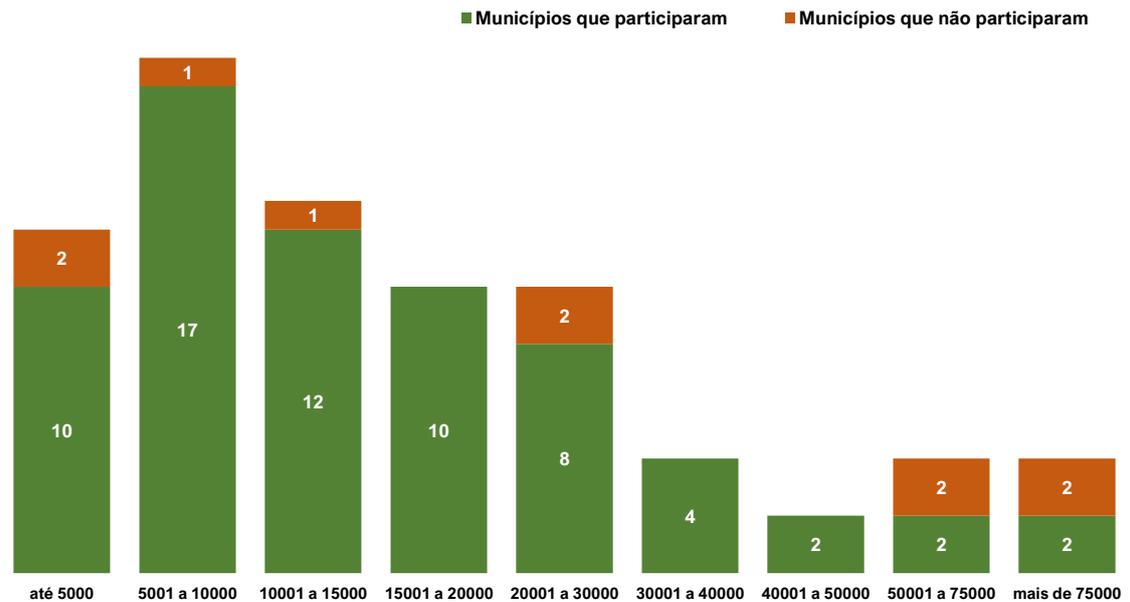


Gráfico 4: Nº de municípios que participaram e não participaram no estudo em função da população residente

No que concerne aos municípios que decidiram integrar o universo do estudo, sublinha-se ainda que a análise do Gráfico 4 é particularmente interessante pois revela de forma inequívoca que, percentualmente, foram os concelhos com menos população residente que mais decidiram participar no estudo – 90% dos concelhos com uma população residente até 10000 habitantes participaram no estudo, quando no caso dos concelhos com uma população residente superior a 50000 habitantes, a percentagem desce para os 50%. Sem minimizarmos a importância da participação dos concelhos com menos residentes, assinala-se com alguma preocupação que alguns dos concelhos mais povoados da região Centro não tenham considerado pertinente e relevante contribuir para a reflexão que a DRCC se propôs realizar, tanto mais que, não raras vezes e como se vai poder constatar na apresentação dos resultados deste questionário, uma das críticas que é apontada nos processos de preparação das estratégias para políticas, nomeadamente as culturais, passa pela falta de auscultação dos agentes no terreno.

### 1.3.6. Tratamento dos dados do inquérito

Tendo em consideração que as respostas obtidas no inquérito foram de dois tipos, quantitativas e qualitativas, os dados recolhidos foram transpostos do Excel para o programa SPSS e para o programa NVivo.

No SPSS, as respostas codificadas em função das questões incluídas no inquérito, gerando um total de 67 entradas (número de inquéritos válidos) distribuídas por 102 variáveis de análise. Estas 102 variáveis são o resultado final de codificações e recodificações necessárias para análise. O método de análise passou inicialmente pela aferição das

medidas de tendência central (moda, média, mediana e desvio padrão). Posteriormente, procedeu-se em alguns casos à recodificação em função de *clusters* organizados por natureza ou sentido (e.g. se lugar de nomeação ou lugar técnico). Finalmente, procedeu-se ao cruzamento entre variáveis, para daí se extrair o máximo de informação pertinente e considerável.

No que se refere às questões qualitativas, numa 1ª fase e em cada uma das dimensões de análise, as respostas organizaram-se por ordem alfabética. Daqui resultou um alinhamento em função do verbo de ação, com a devida correspondência com a origem da informação (municípios). Esta estratégia metodológica permitiu uma análise às várias respostas abertas por ordem de ação proposta. Neste sentido, verificou-se a presença ou ausência de elementos de significação; a frequência, com base no postulado que a importância do registo aumenta com a frequência da aparição; a intensidade, na medida em que a aparição de cada elemento aponta os valores presentes (ideológicos, tendências) e as atitudes; a ordem, na medida em que a ordem de aparição das unidades pode indicar relevância do tema em um quadro de inferência; e, finalmente, a coocorrência, isto é, a presença simultânea de duas ou mais unidades de registo numa unidade de contexto. A coocorrência dá conta da distribuição dos elementos e da sua associação (Bardin, 2010).

Numa 2ª fase do processo de análise das respostas às questões qualitativas, foi solicitada a participação de um conjunto alargado de investigadores do CECS para analisarem dois grupos específicos de respostas incluídas nas secções “Políticas Culturais 2017-2021” e “Políticas Culturais até 2030”. Cada investigador efetuou a análise à luz de um dos documentos, nacionais e internacionais, que foram selecionados para o efeito – Programa do XXI Governo Constitucional (2015); Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (2018); Agenda 21 da Cultura (Committee on culture – United Cities and Local Governments, 2008); Carta Cultural Ibero-americana (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006); Declaração sobre Cultura e Indústrias Criativas como sector estratégico na CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, 2018); Nova Agenda Europeia para a Cultura (Comissão Europeia, 2018); e Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015) – através dos quais se procurou lançar um olhar transversal para o objeto de estudo.

Sobre a seleção dos documentos, destacam-se os seguintes aspetos:

- 1) a seleção do Programa do Governo e do Programa Centro 2020 dispensam grandes justificações, sendo que no caso do terceiro documento nacional, a CSC, serviu para enquadrar as respostas dos municípios nos 10 domínios da cultura;
- 2) a Agenda 21 foi escolhida por ser considerado um “documento, com vocação mundial, que aposta por estabelecer as bases de um compromisso das cidades

- e dos governos locais para o desenvolvimento cultural” (Committee on culture – United Cities and Local Governments, 2008, p. 3);
- 3) a Carta Cultural Ibero-americana, a Nova Agenda Europeia para a Cultura e a Declaração da CPLP foram escolhidos pelo facto de Portugal ser o único país do mundo que integra simultaneamente a UE, a CPLP e a OEI;
  - 4) a seleção da Agenda 2030 é óbvia, pois, na contemporaneidade e independentemente do campo de ação, considera-se fundamental o alinhamento com o documento aprovado da ONU em 2015.

Nesta fase de análise, cada investigador começou por efetuar uma síntese do seu documento, identificando posteriormente três a seis linhas de força do documento (sempre que possível cada linha de força foi sintetizada através de uma frase curta e de uma palavra-chave) e, por fim, efetuou a análise das respostas à luz das palavras-chave que foram identificadas no documento. Ao todo os investigadores definiram 51 eixos de análise e outras tantas palavras-chave (ver informação em anexo). Destaca-se que a palavra-chave cultura foi escolhida apenas por dois investigadores, sendo que a relação explícita da cultura com outras dimensões (e.g. criatividade, desenvolvimento, economia, educação, inclusão social, sustentabilidade) foi identificado por sete dos oito investigadores (apenas no investigador que fez a análise à luz do Centro 2020 a referência, implícita ou explícita, à cultura não figura, uma vez que, neste caso específico, se considerou adequado fazer a análise à luz dos nove eixos prioritários inscritos no documento). Nos documentos internacionais que foram selecionados devido à sua importância em contextos específicos – europeu, ibero-americano e lusófono –, observou-se, como seria de esperar, a presença de eixos de análise relacionados com a cooperação, a língua, a mobilidade e os espaços territoriais a que cada documento se refere, sendo que neste último caso, tal não se observou no documento referente ao contexto europeu. Por último, destacam-se eixos relacionados com o trabalho em rede e as políticas culturais.

Na 3ª fase de análise das respostas qualitativas, optou-se por recorrer ao programa NVivo para analisar a última secção do questionário. As respostas a cada uma das cinco questões da secção “Sobre o novo Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020” foram agrupadas e criadas nuvens de palavras com base nas 30 palavras mais usadas, com 4 ou mais letras, e agrupando palavras similares. Seguidamente foram criados *clusters* por similaridade de palavras, permitindo perceber as relações entre as palavras mais frequentes. Realça-se que os *nós* de ligação entre palavras com cinco ou mais frequências sublinham a tendência dos discursos e a sua constância, sendo que a partir dos *nós* formados pelas palavras é possível perceber níveis de entendimento diferentes, uma vez que, se fizermos uma análise dos dendrogramas da direita para a esquerda, é possível contar os níveis e a relação de proximidade entre as diferentes palavras, permitindo, desta feita, retirar conclusões particularmente pertinentes e relevantes.

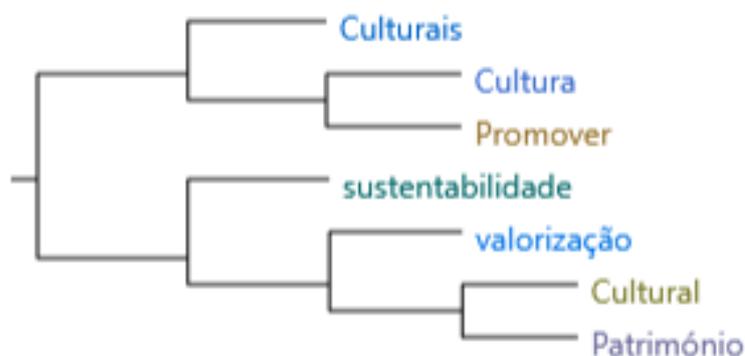


Figura 2: Exemplo de dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra

Assim, a título meramente ilustrativo, apresenta-se a Figura 2, que representa um dos dendrogramas de Jaccard criados no âmbito do estudo e que nos permite exemplificar o tipo de análise que foi efetuada. A partir da Figura 2 é possível perceber, por um lado, a relação próxima entre *cultura* e *promover*, e, por outro lado, que, quando as respostas são analisadas pelo prisma do termo *cultural*, os respondentes fazem associações de nível 1 com o *património* (*património cultural*), de nível 2 com a *valorização* do *património cultural* e de nível 3 com a *sustentabilidade* do *património cultural*.

#### 1.4. Grupos de discussão

No âmbito do presente estudo considerou-se ainda relevante e pertinente a dinamização de dois conjuntos de grupos de discussão: um primeiro conjunto organizado a partir das CIM's e um segundo conjunto organizado a partir de diferentes domínios da cultura.

Para a preparação dos grupos de discussão foram tidos em conta as considerações teóricas e metodológicas sintetizadas por Silva, Veloso e Keating (2014), que convocam um conjunto muito significativo de autores que se debruçam sobre estas temáticas (e.g. Bloor, Frankland, Thomas & Robson, 2001; McParland & Flowers, 2012; Morgan, 2010; Sagoe, 2012; Stewart, Shamdasani & Rook, 2007).

##### 1.4.1. Objetivos dos grupos de discussão

Os grupos de discussão visaram cumprir os seguintes objetivos:

- 1) complementar os resultados obtidos com o inquérito por questionário aplicado aos 77 municípios da área de influência da DRCC;
- 2) refletir sobre a dimensão cultural do Programa Centro 2020;
- 3) estimular a geração de ideias para a estratégia e política cultural regional até 2030;

- 4) reunir contributos sobre a dimensão cultural do próximo Programa Operacional Regional do Centro.

#### **1.4.2. Participantes nos grupos de discussão**

No que concerne ao número de participantes, definiu-se que cada grupo de discussão deveria ser composto por seis a oito elementos.

Nas sessões dinamizadas com as CIM's procurou-se que fossem incluídos representantes dos diferentes órgãos e serviços das CIM's (e.g. Conselho Intermunicipal, Assembleia Intermunicipal, Secretariado Executivo, Serviços Técnicos relacionados com Fundos Comunitários, e/ou Cultura, Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal), dos diferentes municípios de cada CIM e parceiros da CIM (e.g. entidades envolvidas em algum projeto do Centro 2020 e/ou em algum projeto cultural). E nas sessões dinamizadas para organizações e profissionais do setor cultural ficou definido que cada sessão deveria integrar elementos de várias NUT's 3, agrupados por domínios culturais da CSC (e.g. Arquivos, Artes do Espetáculo, Artes Visuais, Audiovisual e Multimédia, Bibliotecas, Património Cultural).

#### **1.4.3. Guião dos grupos de discussão**

Com uma duração prevista entre os 90 e os 120 minutos, foi elaborado, com base na estrutura do inquérito por questionário aplicado aos municípios, um guião para ser aplicado em todos os grupos e que integrou quatro grandes temáticas:

- 1) Políticas Culturais desde 2015
  - a. Importância estratégica da cultura no desenvolvimento regional?
  - b. Linhas gerais da política cultural regional mais relevantes para a região Centro?
  - c. Avaliação do grau de articulação das políticas culturais?
- 2) Programa Centro 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)
  - a. Análise SWOT do programa
  - b. Avaliação do processo de elaboração do programa
  - c. Avaliação da presença da cultura
  - d. Avaliação dos indicadores definidos para as ações nos domínios da cultura
  - e. Avaliação dos impactos do programa no território
- 3) Estratégia e Política Cultural Regional até 2030
  - a. Quais são as principais necessidades na área da cultura?
  - b. Quais são as principais necessidades de investimento futuros na região Centro na área da cultura?
  - c. Quais são os principais contextos de investimento futuros na região Centro na área da cultura?

- d. Quais devem ser objetivos estratégicos da política cultural regional para a década 2020-2030?
- 4) Próximo Programa Operacional Regional do Centro (com especial enfoque na dimensão cultural)
- a. Prioridades de investimento para a dimensão cultural?
  - b. Objetivos específicos para a dimensão cultural?
  - c. Tipologias de intervenção e de ações para a dimensão cultural?
  - d. Indicadores de Realização e de Resultado para a dimensão cultural?

Destaca-se que, não obstante o guião elaborado, os participantes tinham a liberdade para, dentro de cada tema, selecionar os subtemas que consideravam mais pertinentes e relevantes aprofundar.

#### **1.4.4. Implementação dos grupos de discussão**

Estando prevista a dinamização de um total de 12 grupos de discussão (seis com CIM's e seis com organizações e profissionais do setor cultural), a colaboração da DRCC na seleção dos participantes, nomeadamente nos que foram dinamizados com organizações e profissionais do setor, revelou-se de particular importância.

No que diz respeito aos locais de realização, considerou-se que o mais adequado seria que as sessões com as CIM's deveriam acontecer nas sedes das CIM's e que as sessões com as organizações e profissionais do setor cultural deveriam acontecer de forma descentralizada nas NUT's III, mas em concelhos distintos dos das sedes das CIM's.

O convite para o acolhimento dos e para a participação nos grupos de discussão foi efetuado através de email, mas também através de contacto telefónico, pelos serviços da DRCC e pela equipa do POLObs. A adesão a esta fase do estudo foi, regra geral, muito positiva, sendo que só na CIM1 é que se observou um processo mais complexo e demorado na organização da sessão e, não obstante, na data agendada verificou-se que a CIM havia decidido, sem informar a equipa do projeto, que no grupo de discussão só participaria o Presidente do Conselho Intermunicipal.

Assim, com uma equipa no terreno de três elementos (investigador responsável, co-investigador responsável e técnico de investigação do projeto), os 12 grupos de discussão previstos foram dinamizados entre 26 de setembro e 22 de novembro 2019, e contaram com um total de 66 participantes.

Sublinha-se que, tal como previsto nestas situações, os participantes assinaram uma declaração de consentimento informado, onde lhe era apresentado explicitamente o objetivo geral do estudo e ainda a garantia de anonimato, bem como a autorização para a utilização, para fins meramente científicos, do registo áudio, vídeo e fotográfico.

#### 1.4.5. Tratamento dos dados dos grupos de discussão

Tal como é prática habitual na implementação deste tipo de instrumento de recolha de dados, foi efetuado o registo vídeo e áudio de todas as sessões dinamizadas, sendo que para a recolha de informações complementares foi criada uma ficha de registo de notas de campo.

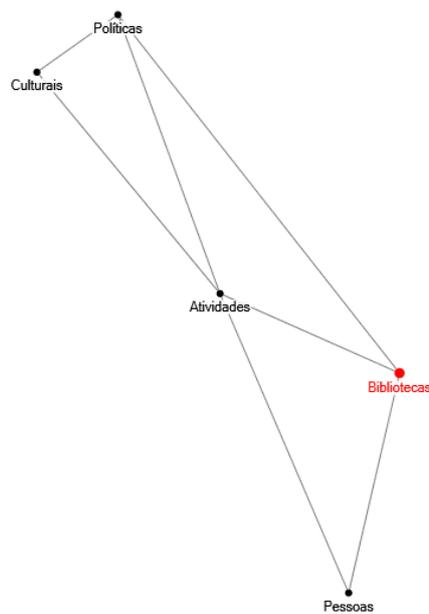
Para o processo de transcrição dos grupos de discussão utilizou-se, numa 1ª fase, um *software* específico para o efeito e, numa 2ª fase, foi efetuada a revisão e correção, pelo técnico de investigação que acompanhou a implementação dos grupos de discussão, da transcrição efetuada na 1ª fase. Fruto deste trabalho foram produzidas 467 páginas (em formato A4, com tipo de letra Arial, tamanho 12 com espaçamento de 1,5 linhas) de transcrições onde se contabilizaram 176.830 palavras.

Salienta-se que as fichas de registo de notas de campo, que foram preenchidas provisoriamente durante cada sessão e completadas nas 24 horas seguintes à data de realização de cada grupo de discussão, serviram para, por um lado, esclarecer alguma dúvida que a transcrição pudesse suscitar e, por outro lado, fornecer dados complementares durante o processo de análise.

Depois de validadas as transcrições, o processo de análise iniciou-se com a transposição dos dados para o programa NVivo. A análise foi efetuada em dois momentos – primeiro cada grupo de discussão foi analisado individualmente e depois em bloco por tipologia de participantes dos grupos de discussão (CIM's, organizações e profissionais do setor cultural). Em qualquer dos momentos, a análise integrou as seguintes etapas:

- 1) criação de nuvens de palavras com as 30 palavras mais repetidas por grupo de discussão, com 4 ou mais letras, em que as buscas foram codificadas para agrupar palavras similares (ex: rede, redes);
- 2) elaboração de dendrogramas de Jaccard, representando os *nós* em *cluster* por similaridade de palavras para compreender as relações entre as 20 palavras mais frequentes (desconsiderando na análise pronomes, advérbios e verbos) – os *nós* de ligação entre as palavras mais frequentes permitem perceber a tendência dos discursos e a sua constância através da relação entre as palavras e as suas associações mais repetidas;
- 3) cálculo do coeficiente de Pearson (Siegel, 1975) para medir a força das relações individuais entre palavras – lembra-se que o coeficiente de Pearson oscila entre -1 e 1, sendo que entre 0 e 1 a relação é de significância positiva e que as forças relacionais se dividem em seis tipos de classificação (nula, fraca, moderada, forte, muito forte, perfeita);
- 4) elaboração do Esquema Fruchterman-Rei (a partir dos dados provenientes do coeficiente de Pearson e onde os pontos mais próximos são os que demonstram

um coeficiente mais elevado entre dois *nós* e os pontos mais centrais são os que têm mais correlações), expondo a morfologia das relações entre as 20 palavras mais frequentes (desconsiderando na análise pronomes, advérbios e verbos), perseguindo cada uma das palavras inseridas nos contextos discursivos e percebendo os caminhos explicativos – a título meramente ilustrativo convocase um dos esquemas de Fruchterman-Rei criado no âmbito deste estudo, que nos permite perceber que a palavra mais repetida foi *bibliotecas*, que os *nós* com maior coeficiente de Pearson foram *culturais* e *políticas* e que o ponto mais central e com mais correlações, foi *atividades*.



---

Figura 3: Exemplo de Esquema de Fruchterman-Rei

## 2. Inquérito por questionário (municípios)

Tecidas que estão as considerações gerais sobre as questões metodológicas, segue-se a convocação da análise dos resultados do inquérito por questionário que foi aplicado aos 77 municípios da área de influência da DCRR. Nesta apresentação respeitamos a estrutura do questionário, que, como já foi referido, foi dividido em cinco secções (Sobre o município; Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021; Sobre o Programa Centro 2020; Sobre as políticas culturais até 2030; e Sobre o novo Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020).

### 2.1. Sobre os municípios

A primeira secção do questionário visou compilar um conjunto de informações básicas para a identificação dos municípios e as pessoas responsáveis pelo preenchimento dos questionários.

#### 2.1.1. Sobre as pessoas responsáveis pelo preenchimento do questionário

Para a identificação dos respondentes, reuniram-se dados referentes ao cargo ocupado no município, à idade e ao grau de escolaridade completo.

O Gráfico 5 compila os dados referentes ao cargo ocupado pelo respondente no município, sendo que, como foram recebidas 18 respostas distintas nesta questão aberta, criaram-se duas categorias para a análise dos dados: natureza política (com seis subcategorias); e natureza técnica (com três subcategorias).

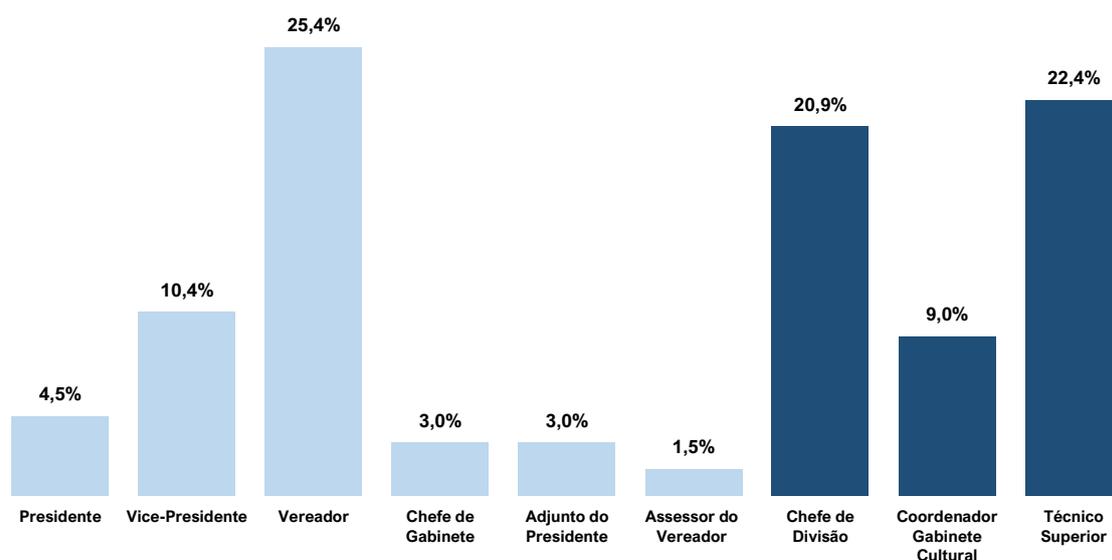


Gráfico 5: Distribuição dos respondentes por cargo ocupado no município

Feita a análise dos cargos ocupados pelos respondentes com base nas categorias criadas, destaca-se que, não obstante o questionário integrar um conjunto muito significativo de questões de natureza política, o que poderia implicar que as respostas fossem dadas por respondentes com cargos de natureza política, se observou que a maioria dos respondentes ocupa cargos de natureza técnica (52,3%), o que pode justificar a ausência de respostas e/ou a pouca profundidade de algumas das respostas em algumas das questões mais estratégicas.

No que concerne à idade dos respondentes verificou-se que a maioria (80,6%) tem entre 35 e 54 anos, sendo que os que se enquadram na faixa etária dos 45 aos 54 anos atingem os 50,7%.

Estabelecendo uma correlação entre a idade dos respondentes e a natureza do cargo ocupado no município percebe-se, pela análise do Gráfico 6, que apenas nos respondentes do escalão dos 45-54 anos é que o número de indivíduos com cargos de natureza técnica é superior ao número de indivíduos com cargos de natureza política, sendo que nos respondentes com menos de 45 anos se observa uma clara preponderância de cargos de natureza política, representando 60,6% da totalidade da ocupação dos indivíduos dos dois primeiros escalões. O Gráfico 7, que sintetiza os dados referentes ao grau de escolaridade dos respondentes, permite perceber que a maioria concluiu o ensino superior, sendo que na última opção de resposta, “Outro”, houve cinco que indicaram “pós-graduação” e dois que indicaram “curso de especialização em ciências documentais”. Destaca-se ainda que na análise desta secção do questionário não foi possível diagnosticar nenhuma tendência digna de registo quando os dados são agrupados por CIM.

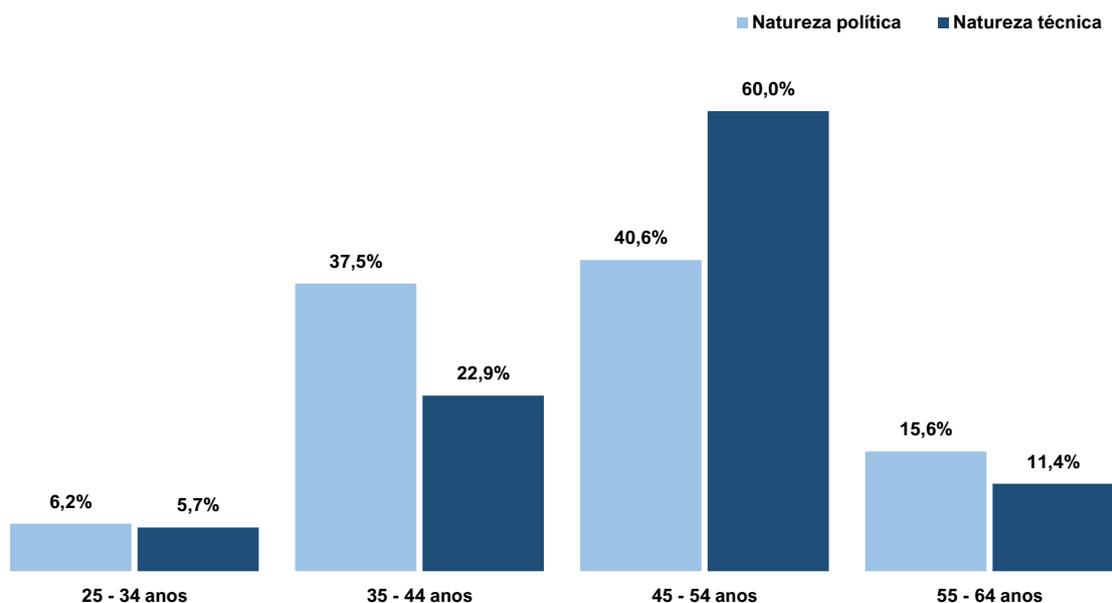


Gráfico 6: Correlação entre escalão etário e natureza do cargo que ocupa no município

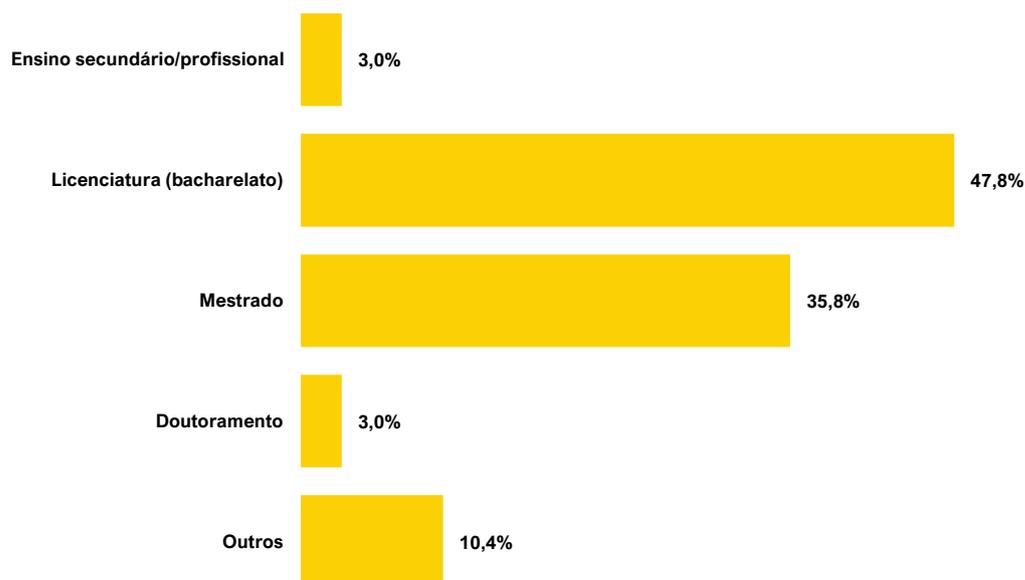


Gráfico 7: Grau de escolaridade completo dos respondentes

## 2.2. Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021

Esta secção do questionário visou recolher um conjunto diversificado de dados que permitam lançar um olhar transversal para as políticas culturais municipais no mandato em curso. Para além de aspetos muito práticos e objetivos (e.g. órgãos e instrumentos de gestão autárquica, recursos humanos, orçamento, recintos culturais, associativismo cultural, património cultural imóvel), tentamos ainda perceber quais as linhas gerais das políticas culturais municipais e o seu grau de articulação com as outras políticas municipais e com as políticas culturais regionais, nacionais e internacionais.

35

### 2.2.1. Órgãos autárquicos específicos da área da cultura

O Gráfico 8 revela de forma inequívoca que a existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura ainda não é uma prática ancorada nos municípios que fizeram parte do estudo.

Se se começar a fazer uma análise descendente pela hierarquia dos órgãos, percebe-se que a cultura está, regra geral, integrada em pelouros com outras áreas de ação governativa (realça-se que na altura do preenchimento do questionário deve ter havido um lapso por parte do M01 uma vez que indicou que tinha, ao mesmo tempo, pelouro autónomo e pelouro com outras áreas de ação governativa – uma triangulação dos dados do questionário com os dados provenientes de documentos oficiais da autarquia permite perceber que, neste caso específico, a cultura está efetivamente integrada com outras áreas de ação governativa) e que a presença de direções municipais de cultura é nula. No gráfico abaixo destaca-se ainda, por um lado, que a divisão municipal de cultura é o órgão

mais frequente e, por outro lado, que, apesar de residual, se observa que há 4,5% dos municípios com conselhos municipais de cultura.

Agregando os dados por CIM, percebe-se que a presença dos órgãos não respeita uma tendência territorial, apesar de ser possível identificar algumas diferenças: os departamentos municipais de cultura, que são raros em todo o território (6%), são mais frequentes na CIM4 (11,1%); as CIM1, CIM2 e CIM3 têm mais de 50% dos municípios com divisões municipais de cultura; 50% dos municípios da CIM2 têm gabinete municipal de cultura; e a CIM5 é a única em que há conselhos municipais de cultura.

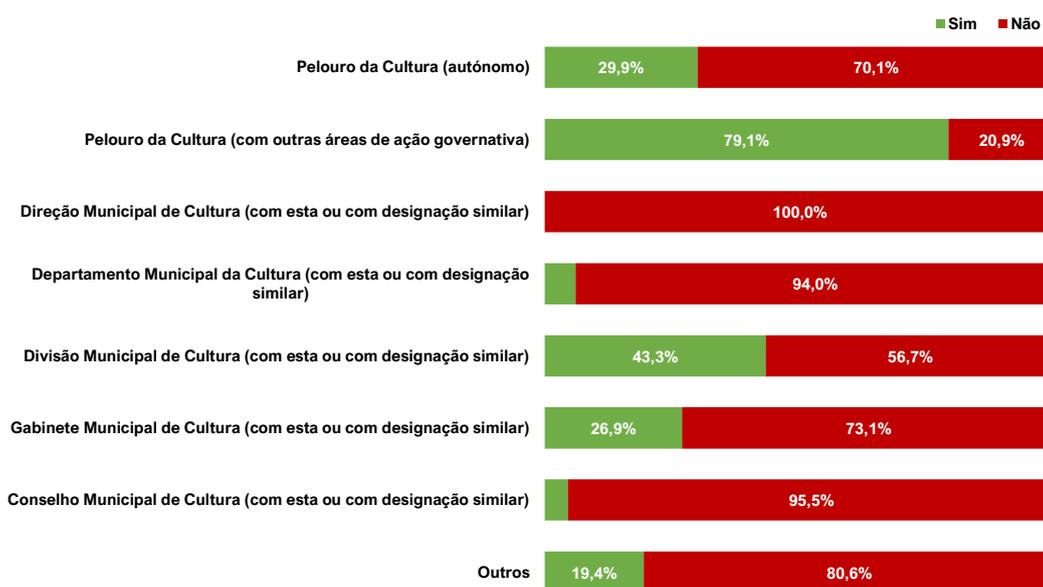


Gráfico 8: Existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura

### 2.2.2. Instrumentos formais de gestão autárquica específicos da área da cultura

Se o lugar que a cultura ocupa nos executivos municipais ou na Estrutura Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais pode ser um sinal importante sobre o investimento político nas políticas culturais municipais, a existência de instrumentos de gestão autárquica específicos da área da cultura permite-nos, de forma muito imediata, identificar algumas fragilidades da região: 7,5% dos municípios estudados não têm nenhum instrumento de gestão autárquica para a cultura e 85,1% não têm PEC. O PAAC é, como seria de esperar, o instrumento mais frequente (92,5%), mas 22,4% afirmam que não têm nenhum regulamento municipal (recintos culturais e iniciativas culturais específicas). Mais uma vez observa-se a existência de uma percentagem significativa (28,4%) que indicaram a existência de outros instrumentos de gestão.

Analisando os dados ao nível das NUT's 3, encontram-se alguns resultados dignos de registo. A CIM2 é a única em que nenhum município tem PEC, em que há um maior número

de municípios sem PAAC (25%) e pertence, juntamente com a CIM1 e com a CIM5, ao grupo de CIM's que 50% ou mais municípios não têm Regulamentos Municipais de Recintos Culturais. Destaca-se ainda que a CIM3 é a que tem municípios com mais instrumentos gestão autárquica específicos da área da cultura: 20% com PEC, 100% com PAAC e 86,7% com Regulamentos Municipais de Recintos Culturais.

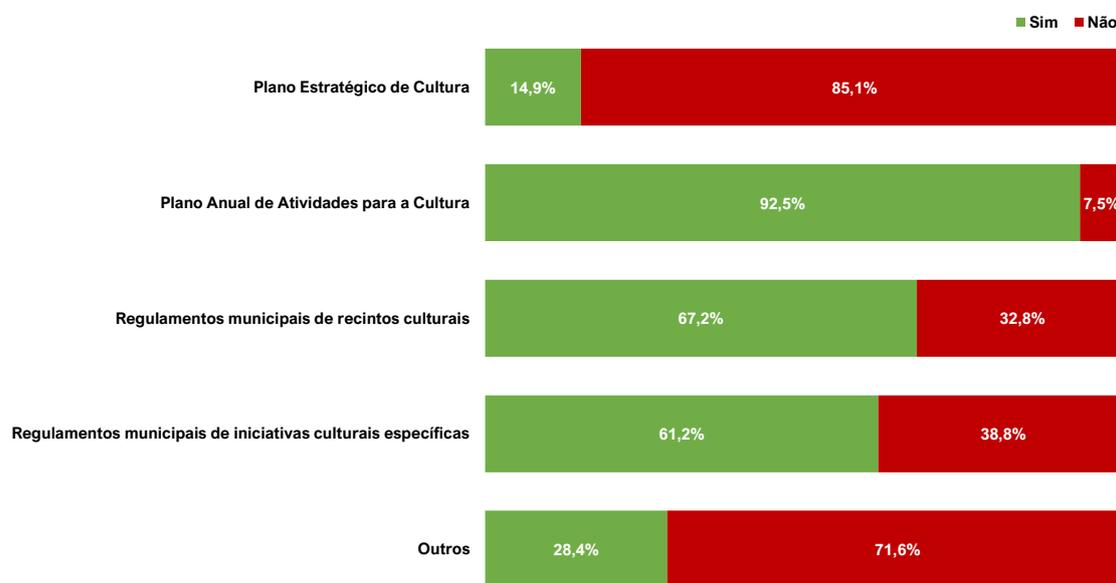


Gráfico 9: Existência de instrumentos de gestão autárquica específicos da área da cultura

### 2.2.3. Recursos humanos afetos à área da cultura

A análise dos recursos humanos afetos à cultura é sempre uma atividade complexa pois, mais do que a quantidade, revela-se da maior importância perceber, por um lado, a adequabilidade do percurso académico às funções exercidas e, por outro lado, as competências profissionais.

Não obstante o que acabou de se afirmar, optou-se por neste estudo, e tendo em consideração o tempo disponível para a sua execução, reduzir a dimensão de análise dos recursos humanos afetos à cultura, à vertente quantitativa na expectativa de que, apesar das limitações, forneça dados relevantes para o diagnóstico em curso.

O Gráfico 10 e o Gráfico 11 sintetizam os resultados das três questões relacionadas com os recursos humanos municipais e revela que, independentemente da categoria (técnico superior, assistente técnico ou técnico operacional), a mediana do número de recursos humanos municipais afetos à cultura é de 4 em todas as categorias, sendo que o valor mais frequente de técnicos superiores varia entre 1 e 3, de assistentes técnicos chega a até 4 e de técnicos operacionais é de 2. No que concerne ao número total de recursos humanos afetos à cultura, observa-se uma distribuição equitativa em cada uma das três categorias,

sendo a média de 19,2 técnicos por município e a mediana de 13 técnicos por município, com o número mínimo de 1 técnico do M42 e o número máximo de 130 técnicos do M18.

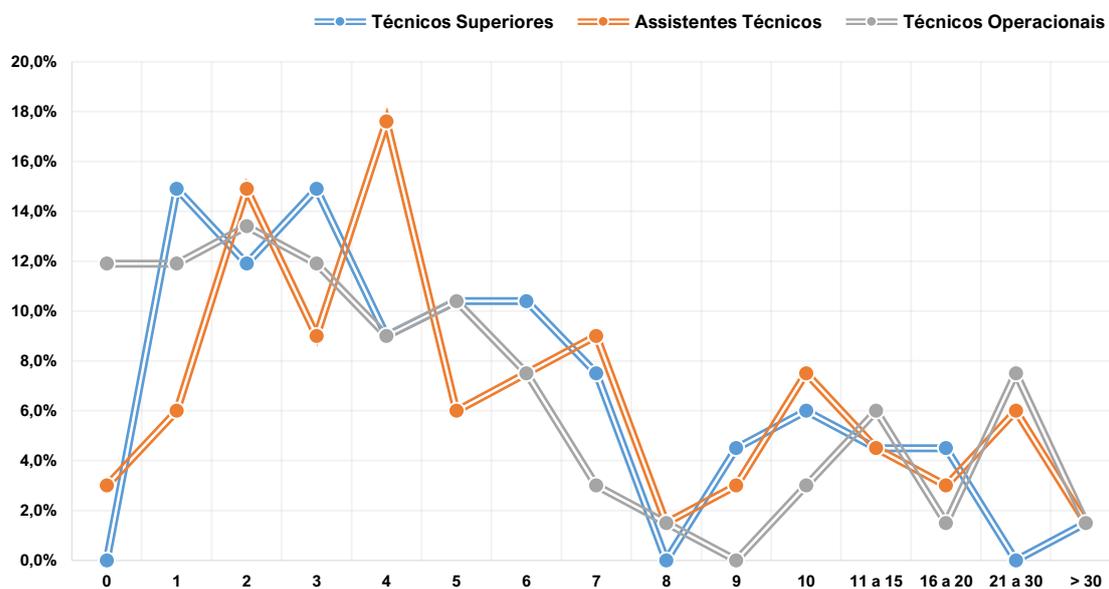


Gráfico 10: Recursos humanos municipais afetos à cultura

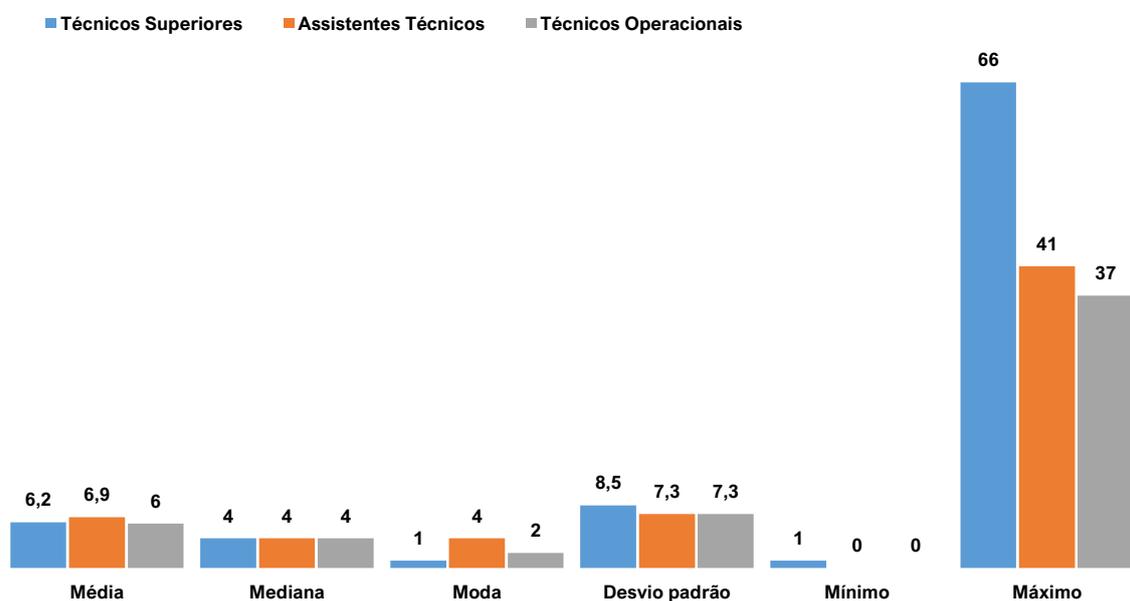


Gráfico 11: Medias de tendência central dos recursos humanos municipais afetos à cultura

Para se ter uma percepção mais nítida do significado dos valores absolutos que se acabaram de convocar, torna-se fundamental analisá-los em função da população residente dos municípios.

Os dados apresentados no Gráfico 12 correspondem à média do número total de recursos humanos afetos à cultura por 1000 residentes, agregados por municípios em função da sua população residente. O que se destaca de imediato da análise do gráfico é que a média de recursos humanos é muito superior nos municípios até 10000 residentes, tanto mais que a média na amostra é de 1 técnico por 1000 residentes. Contudo, há que explicar os resultados dos dois primeiros grupos de municípios pois são fruto de dois casos muito especiais: 1) nos municípios com até 5000 residentes, o M51 colocou que, ao todo nas três categorias, tem 74 técnicos afetos à cultura (correspondendo a 18,3 por 1000 residentes), não sendo possível afirmar se se tratou de um lapso no alcance das questões ou se, efetivamente, este município é o que na amostra do estudo tem a maior percentagem de recursos humanos afetos à cultura – realça-se, no entanto, que se efetuarmos a média do número de técnicos neste escalão, retirando o M51 da equação, o valor desce para os 1,8 técnicos; 2) nos municípios com uma população entre os 5001 e os 10000, há seis municípios que apresentam uma relação entre o número de técnicos e a população residente muito elevada – oscilam entre os 3,5 e os 6,1 técnicos por mil residentes – o que concorreu para a subida abrupta da média no conjunto dos municípios desta categoria. No que diz respeito ao escalão dos 40001 a 50000 residentes, destaca-se que o número reduzido de municípios da amostra com esta população residente pode ter concorrido para um resultado abaixo da média, uma vez que basta um dos municípios ser deficitário para que o impacto na média final seja muito elevado.

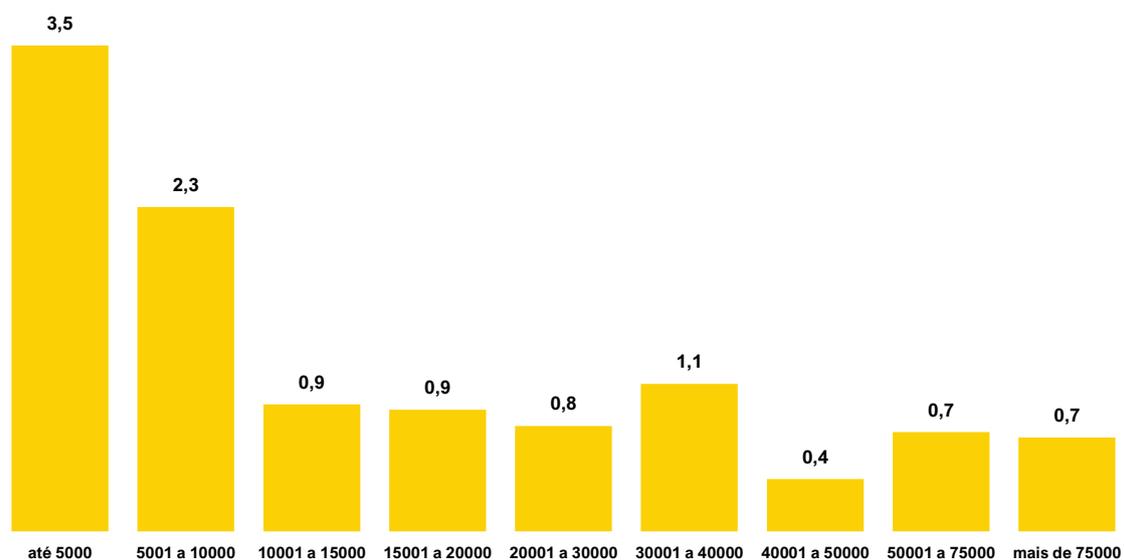


Gráfico 12: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes dos municípios

No Gráfico 13 apresenta-se a mesma tipologia de resultados, mas agregados por CIM e percebe-se que há diferenças muito significativas entre as seis CIM's objeto de estudo.

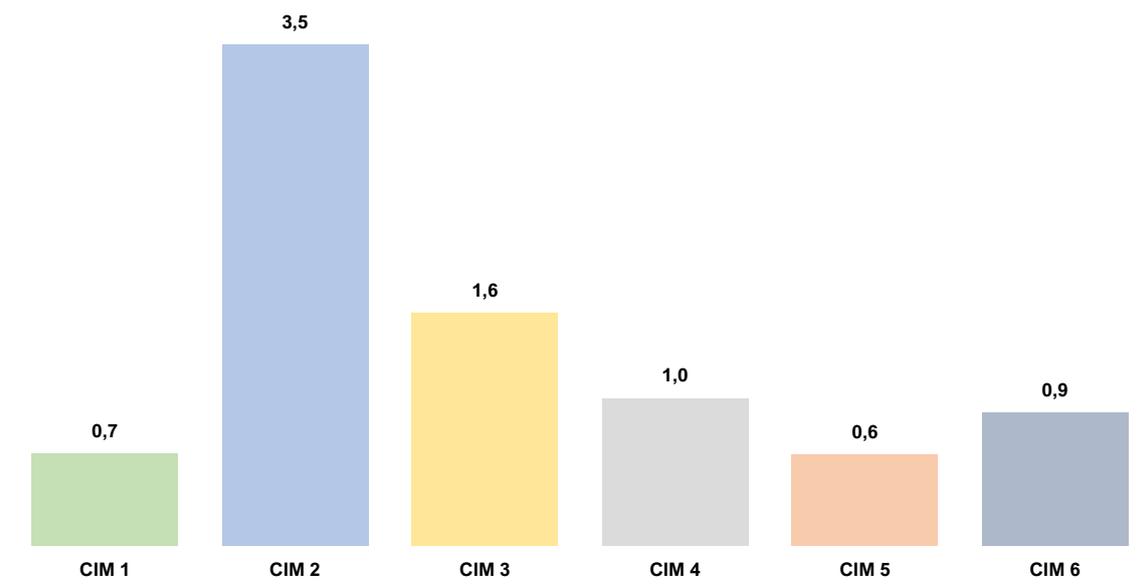


Gráfico 13: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes nas CIM's

Depois de analisar detalhadamente os resultados, torna-se nítido, por exemplo, que no caso da CIM6 a média final se deve ao facto de haver um município, o M32, que tem mais de 75000 residentes e uma média de 0,4 técnicos por 1000 residentes, o que concorreu para que esta fosse a CIM com uma média mais baixa de técnicos; que no caso da CIM2 se observa o efeito exatamente contrário pelo facto de o M30 ser o município com mais residentes na sua CIM e de ter 6,1 técnicos por 1000 residentes; e que no caso da CIM3 a média e a mediana têm exatamente o mesmo valor, revelando a consistência dos valores neste território específico.

Independentemente da quantidade de recursos humanos afetos à cultura em cada município e do número de técnicos por mil habitantes, reiteramos que para um aprofundamento desta dimensão de análise se torna fundamental traçar um perfil dos profissionais dos municípios que operam no setor cultural. Só desta forma será possível afirmar com propriedade que, 1 técnico por mil residentes é ou não suficiente.

#### **2.2.4. Recintos culturais municipais**

Um dos indicadores que também nos permite perceber se, pelo menos no que concerne à quantidade, os recursos humanos afetos à cultura de um município são adequados ao tecido cultural municipal, consiste em estabelecer uma correlação com o número de recintos culturais municipais existentes. Relembramos que tão importante como um concelho ter recintos culturais diversificados, é que os recintos estejam dotados de recursos (e.g. humanos, técnicos, financeiros) para o cumprimento da sua missão.

Não sendo possível efetuar, no âmbito do presente estudo, uma caracterização dos recintos culturais municipais, que se considera fundamental para a definição de um plano estratégico para a cultura, segue-se a apresentação dos dados provenientes do levantamento quantitativo dos recintos culturais que, na altura de preenchimento do questionário, estavam sob a tutela do município. Realça-se que para o levantamento se usou a classificação dos recintos culturais aplicada nas EC do INE.

A Tabela 1 mostra-nos que há um conjunto muito significativo de municípios sem um conjunto considerável dos recintos culturais elencados na lista apresentada. Dos recintos culturais municipais, destacam-se três exemplos: 1) não há nenhum coliseu no território; 2) as bibliotecas são os únicos recintos presentes nos 67 municípios da amostra, havendo mesmo o M18 a afirmar que tem 10 ou mais bibliotecas tuteladas pelo município; e 3) não obstante haver 11 municípios que indicam não terem nenhuma “galeria de arte e outros espaços de exposições temporárias”, a verdade é que esta é a tipologia de recinto cultural mais presente no território (132 ao todo). Fazendo uma triangulação com os dados do Gráfico 11, podemos facilmente chegar à conclusão de que pode haver um conjunto significativo de municípios com um défice de recursos humanos afetos à cultura, pois a mediana de recursos humanos municipais afetos à cultura é de 16 técnicos e a mediana de recintos culturais é de 9 (o que corresponde a uma média de 1,8 técnicos por recinto cultural). Destaca-se que a análise dos dados não permite detetar nenhuma tendência específica quando agrupados ao nível das CIM's.

	Número de recintos culturais municipais										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ou mais
<b>Auditórios</b>	8	33	14	8	3		1				
<b>Arquivos</b>	21	43	1	2							
<b>Bibliotecas</b>		54	8		1		1		2		1
<b>Cinemas</b>	51	15							1		
<b>Cineteatros</b>	37	28	1				1				
<b>Coliseus</b>	67										
<b>Museus</b>	16	29	15		4	1		1	1		
<b>Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias</b>	11	22	16	11	2	1	2				2
<b>Salas Multiuso</b>	32	23	7	3		1	1				
<b>Salas Polivalentes</b>	25	24	12	2	1		1				
<b>Teatros</b>	53	12	1		1						
<b>Outros recintos</b>	38	12	10	3	2		1				1

Tabela 1: Frequências do número total de recintos culturais municipais

### 2.2.5. Património Cultural Imóvel

Tal como nos recintos culturais, no que concerne ao património cultural imóvel também se solicitou aos municípios que apresentassem dados quantitativos do total de bens existentes nos municípios, tendo por base a classificação dos bens utilizada nas EC do INE.

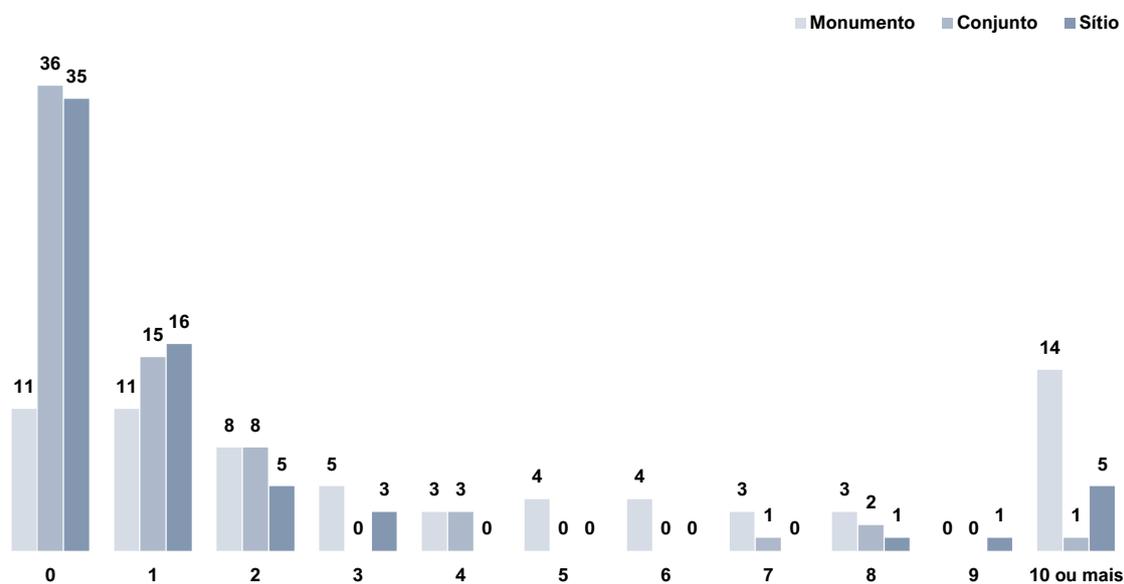


Gráfico 14: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel por município

42

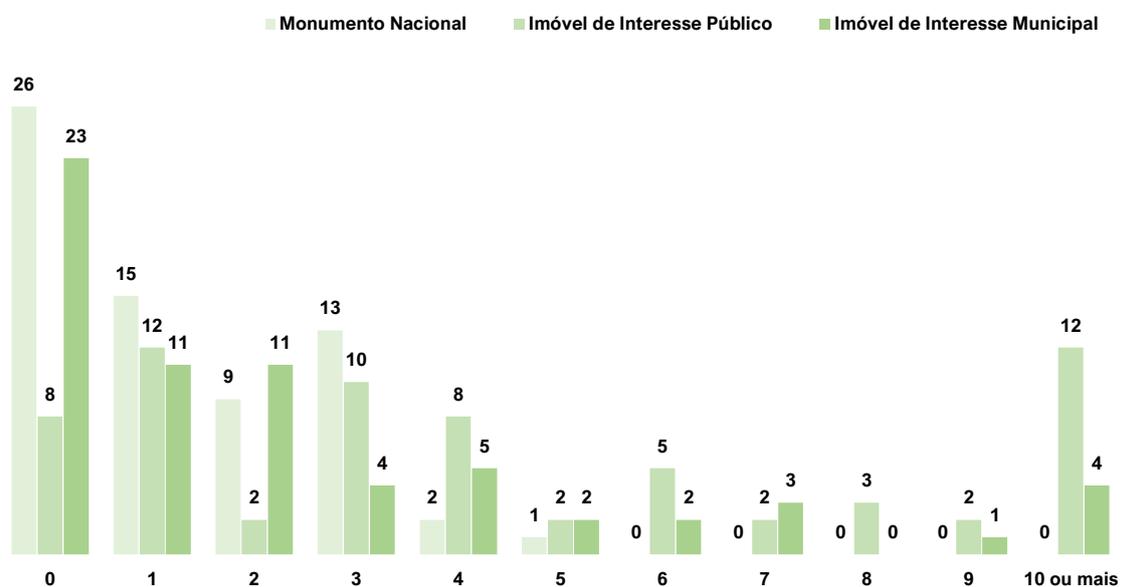


Gráfico 15: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel Classificado por município

O Gráfico 14 e o Gráfico 15 revelam que a maioria dos municípios tem três ou menos monumentos (um dos quais nacional), zero conjuntos, um sítio, quatro imóveis de interesse

público e um imóvel de interesse municipal – os dados recolhidos não incluem informações sobre o estado de conservação do património, nem o património em fase de classificação. A análise por CIM evidencia, como é do conhecimento público, que a distribuição do património cultural imóvel não é homogéneo pelo território.

### 2.2.6. Associativismo Cultural

Para se fazer o levantamento quantitativo do tecido cultural associativo não público presente nos municípios, utilizou-se para a sua classificação a CSC, sendo que, para facilitar o preenchimento por parte dos municípios, se efetuaram apenas dois ajustes com base no IFAC (por um lado foi criado um eixo agregando os Arquivos com as Bibliotecas e, por outro lado, foi criado um eixo dedicado ao Artesanato, que na CSC está inserido nas Atividades Interdisciplinares). Foi criada ainda uma opção extra para os municípios que desconhecem o domínio de associação presentes no município. Na Tabela 2, torna-se nítido que, segundo os respondentes, existem, no mínimo, 1349 associações culturais na amostra do estudo, sendo que 16,7% são de domínio desconhecido. O associativismo mais frequente situa-se nos domínios Artes do Espetáculo, Atividades Interdisciplinares e Património Cultural, sendo que o facto de haver 21 municípios que indicam a existência de, pelo menos, 10 associações culturais no domínio das Atividades Interdisciplinares, concorre para que este domínio da CSC possa representar 19,6% do associativismo cultural do território estudado. Os domínios da Publicidade, Arquitetura e Bibliotecas e Arquivos são os menos presentes no associativismo à escala municipal, sendo que o de Bibliotecas e Arquivos é o que está presente em mais municípios, apesar de haver menos associações neste domínio.

	Número de associações culturais não públicas presentes no município										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ou mais
<b>Património Cultural</b>	32	9	2	3	3	4	1	3	2		8
<b>Bibliotecas e Arquivos</b>	54	8	2	1				1			1
<b>Livros e Publicações</b>	47	10	4	1				3			2
<b>Artes Visuais</b>	48	8	1	3	1			3			3
<b>Artes do Espetáculo</b>	20	9	6	4	4	6	3	5			10
<b>Audiovisual e Multimédia</b>	52	6	3	2				2			2
<b>Arquitetura</b>	56	5		1				3			2
<b>Publicidade</b>	59	1	1	1				3			2
<b>Artesanato</b>	37	11	5	2	1	3		5			3
<b>Atividades Interdisciplinares</b>	25	11		3		1		6			21
<b>Domínio desconhecido</b>	36	1	1	3		2	1	7		1	15

Tabela 2: Frequências do número associações culturais não públicas presentes nos 67 municípios

Os resultados referentes ao associativismo cultural, sintetizados no Gráfico 16 e no Gráfico 17, revelam ainda que a aposta nos diferentes domínios culturais não é homogénea nos territórios.

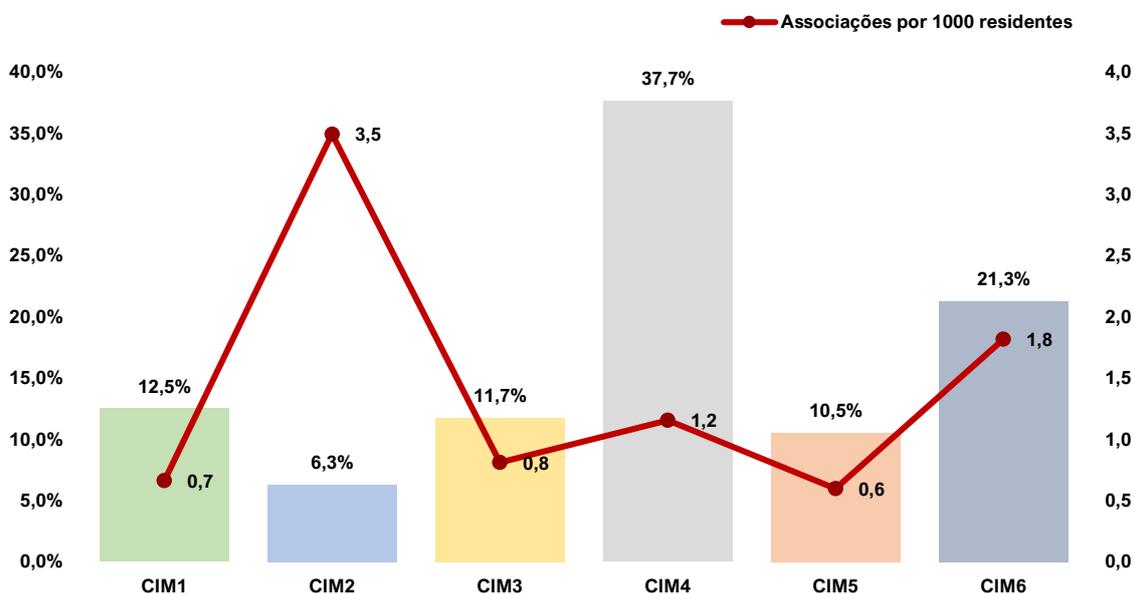


Gráfico 16: Percentagem total de associações culturais não públicas por CIM e por associações por residentes

No Gráfico 16 ilustra-se de forma inequívoca que, tão importante como conhecer o número de associações culturais existentes numa CIM e o seu peso na totalidade das associações culturais da totalidade das CIM's, é perceber se as associações existentes são as adequadas, pelo menos no que concerne à quantidade e à diversidade. Com os dados disponíveis não nos é possível fazer uma análise mais profunda sobre esta dimensão, contudo permite-nos afirmar que a quantidade de associações culturais em determinada CIM não é sinónimo de que essa CIM tenha o maior número de associações por 1000 residentes – os dados da CIM2 são exemplificativos do que se acaba de afirmar, pois, ao mesmo tempo, é a tem menos associações culturais em termos globais e a que mais associações culturais tem por 1000 residentes.

Sobre a diversidade dos domínios culturais das associações, no Gráfico 17 é também visível que, em alguns casos, se observam diferenças significativas entre o peso que determinado domínio tem em determinada CIM e o peso que esse domínio tem na totalidade das CIM's – a este respeito, destaca-se aqui o domínio do Património Cultural, que representa 13,4% do total das associações das CIM's e 26,5% das associações da CIM3. Destaca-se ainda que os domínios de Arquitetura e de Publicidade estão completamente ausentes na CIM1, na CIM2 e na CIM3.

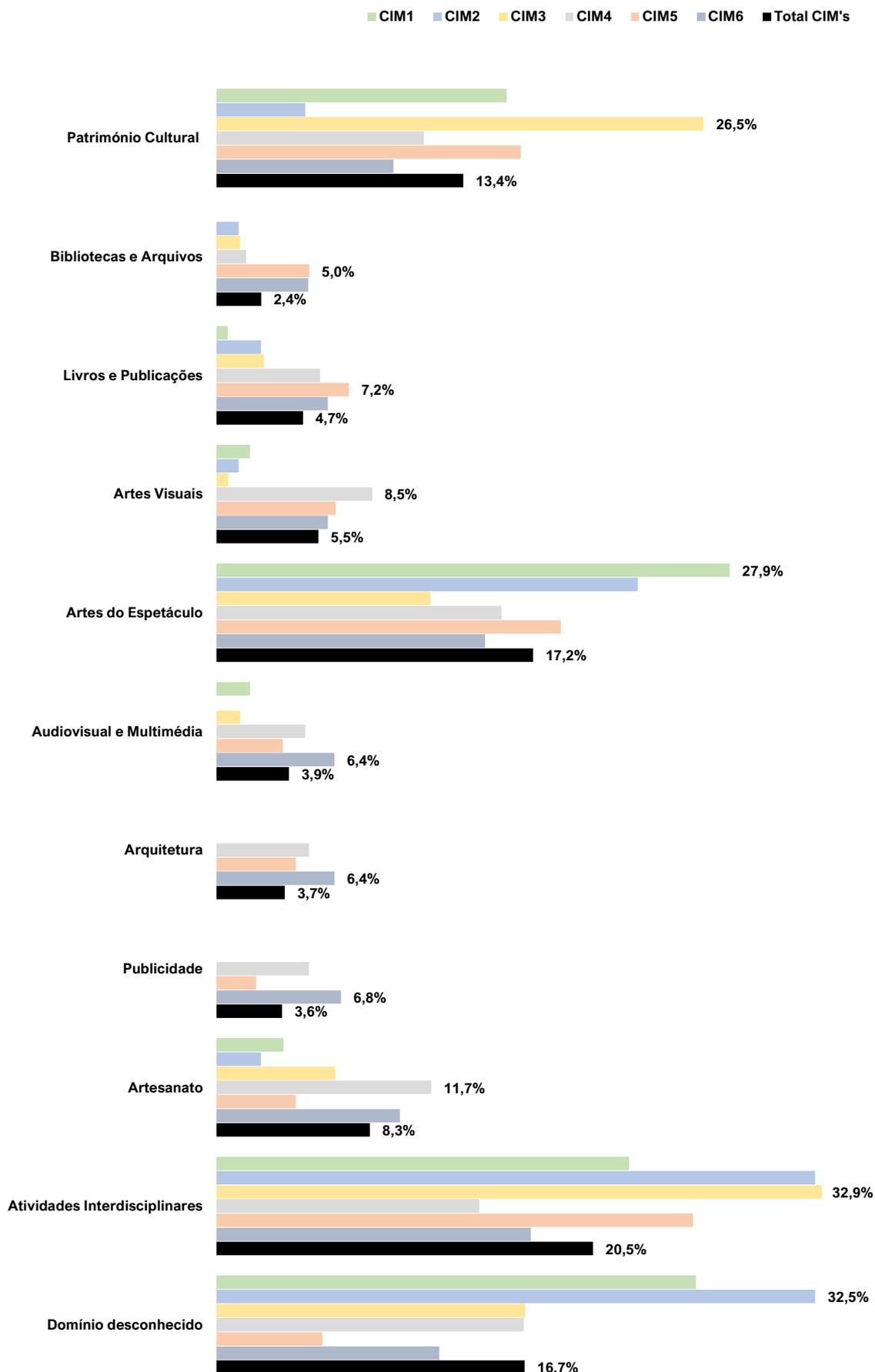


Gráfico 17: Distribuição relativa de associações culturais não públicas, em função do domínio cultural, por CIM

### **2.2.7. Linhas gerais da política cultural municipal para o período de 2017-2021**

Depois de convocar sucintamente dados referentes aos órgãos e instrumentos de gestão, aos recursos humanos de recintos, património imóvel e associativismo cultural, é chegado o momento de apresentar o que os respondentes consideram ser as linhas gerais da política cultural municipal para o período de 2017-2021.

Sendo uma resposta aberta e de natureza política, com uma extensão máxima de 500 caracteres, observaram-se tipologias de respostas muito diversificadas, havendo mesmo três municípios que optaram por não responder – realça-se que nos casos da ausência de resposta não pode ser imputada à natureza política da mesma, pois, em dois dos casos, os respondentes tinham cargos de natureza política.

A leitura das 64 respostas validadas permite-nos perceber que o grau de profundidade da apresentação das linhas gerais da política cultural dos municípios para o período de 2017-2021 é muito diverso e, aparentemente, pode estar diretamente relacionado com a existência de determinados órgãos autárquicos específicos da área da cultura e de instrumentos formais de gestão da área da cultura.

Para ilustrar o que acabou de se afirmar, convocam-se o M31 e o M14.

O M31 é um dos quatro municípios da amostra que afirma possuir pelouro da cultura autónomo e plano estratégico de cultura, sendo que a sua resposta permite-nos identificar algumas das linhas de força das políticas culturais municipais:

1. Promover e desenvolver o setor cultural, valorizando o seu património, investindo nas condições de acessibilidade à cultura para toda a população; promovendo práticas culturais, captando, formando e envolvendo vários públicos em torno de múltiplas formas de criação artística e do pensamento.
2. Contribuir para o desenvolvimento do setor cultural, desenvolvendo e afirmando o setor cultural pela construção de projetos estimulando a criação o pensamento a formação e a produção do trabalho em rede - numa estratégia regional, nacional e internacional.
3. reforçar a coesão e a atratividade do território, criando sinergias com instituições e agentes locais, regionais e intersetoriais com o objetivo firme de valorizar e fortalecer a identidade da comunidade; ajudar a fixar população e estimular a economia do conhecimento, atraindo artistas, públicos, turistas e investigadores.

No caso do M14, que segundo as respostas dadas no questionário não tem órgãos autárquicos específicos para a área da cultura nem instrumentos formais de gestão da área da cultura, as linhas gerais das políticas culturais para o período 2017-2021 resumiram-se a mencionar a “aposta em eventos diferenciados na promoção da literatura, dança e música”.

Na análise das respostas a esta questão, procurou-se, numa 1ª fase, identificar as palavras mais frequentemente utilizadas e que, por conseguinte, podem ser importantes para

compreender as linhas gerais das políticas culturais municipais: os resultados obtidos, que se encontram sintetizados no Gráfico 18, permitem-nos afirmar que, para além de *cultura* e derivadas, há um conjunto de palavras que são particularmente convocadas pelos respondentes, tais como *promoção*, *criação*, *património* e *valor*.

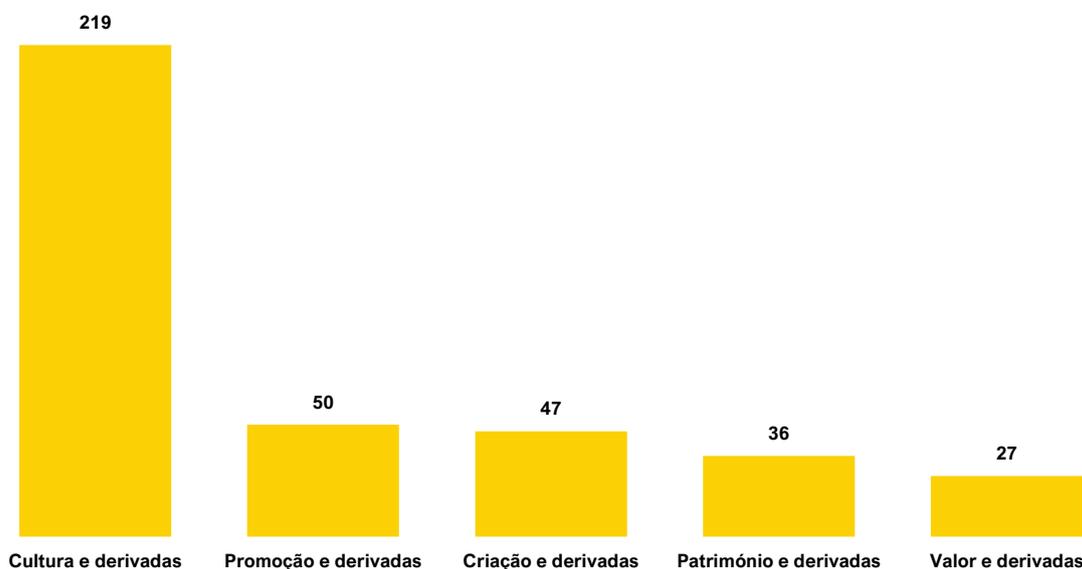


Gráfico 18: Palavras mais utilizadas para apresentação das políticas culturais municipais

A 2ª fase de análise às respostas a esta questão foi, como referido anteriormente, efetuada por um conjunto alargado de investigadores do CECS, que procuram verificar em que medida as respostas estavam alinhadas com um conjunto de documentos, nacionais e internacionais, selecionados pelos motivos já aludidos no capítulo anterior. Sublinha-se que o objetivo desta análise não visou encontrar afinidades com os documentos como um todo, mas com algumas dimensões dos documentos consideradas relevantes para se pensar políticas culturais municipais.

A leitura do resultado desta 2ª fase da análise permite-nos verificar de forma muito imediata, por um lado, que há 14 municípios em cujas respostas foi possível identificar menos de 10 afinidades com os 51 eixos de análise possíveis – o M71, cuja resposta foi “dar continuidade à política atual, municipalizar o Museu (...) e criar o Conselho Municipal da Cultura”, ilustra na perfeição o que acaba de se afirmar, tendo sido, neste caso, considerado alinhado apenas com quatro eixos possíveis; e, por outro lado, que há um grupo de oito municípios em cujas respostas foi possível encontrar 20 ou mais afinidades com as dimensões em análise – um dos municípios que se encontra nesta situação é o M10, cujas linhas gerais das políticas culturais municipais para o período 2017-2021 são, segundo o respondente, as que se seguem:

A defesa do património cultural material e imaterial do concelho define a implementação de medidas tendentes à sua preservação, divulgação e classificação. A valorização da história do concelho, e da região, são alicerçados na gestão e articulação das distintas áreas de intervenção como o Turismo, Museologia, Educação e Desporto, etc. A intervenção no incremento e sustentabilidade do Movimento Associativo, resulta na promoção de unidades de produção e grupos artísticos e culturais existentes, impulsionando o desenvolvimento cultural, social e económico da comunidade. A integração da autarquia nas várias redes intermunicipais permite que as linhas de ação adquiram maior transversalidade a nível local, regional, nacional e internacional. A promoção e inclusão da democratização do acesso à Cultura é um objectivo concreto deste Município, mediante a parceria com as Instituições da Sociedade Civil.

Nesta leitura geral da análise efetuada pelos oito investigadores, destaca-se ainda que, não obstante a diversidade das respostas dadas pelos municípios e dos documentos à luz dos quais foram analisadas, foi possível, por um lado, encontrar afinidades nas 64 respostas dos municípios com, pelo menos, quatro dos documentos e, por outro lado, identificar alinhamentos simultâneos com os oito documentos em 19 respostas dos municípios. Mas, como se pode observar no Gráfico 19, que sintetiza os dados referentes às percentagens dos alinhamentos identificados em cada documento em relação à totalidade dos alinhamentos identificados nos oito documentos, o grau de alinhamento, implícito ou explícito, com os diversos documentos foi muito distinto.



Gráfico 19: Alinhamento das políticas culturais municipais com os documentos selecionados

As considerações sobre a análise efetuada a partir dos três documentos selecionados por terem sido aprovados no seio de três organizações internacionais de que Portugal é

membro, vai iniciar-se pela declaração da CPLP, nomeadamente por ser inequívoco que foi o documento que teve menor percentagem relativa de associações às respostas dos municípios.

Não sendo este o local para tentar explicar o, aparente, divórcio entre as políticas culturais municipais em Portugal com o espaço lusófono, relembra-se que na Constituição da República Portuguesa se refere de forma explícita, no Capítulo III dedicado aos Direitos e deveres culturais que compete ao Estado “desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro” (Diário da República n.º 218/1997). Para a análise das respostas à luz deste documento foram definidas quatro categorias para procurar identificar alinhamentos e os resultados foram esmagadores. Em nenhuma das respostas foi possível identificar referências explícitas à CPLP e em 40 delas não foi possível estabelecer qualquer tipo de associação com o documento. Com este panorama, o M38 foi a exceção à regra e, não havendo referências explícitas à CPLP, foi possível encontrar na sua resposta afinidades à totalidade de eixos de análise definidos.

No que se refere à análise a partir do documento da Comissão Europeia, destaca-se em primeiro lugar o facto de ter havido 13 respostas em que não foi possível estabelecer qualquer tipo de associação com os seis eixos de análise definidos com base no documento, sendo apenas possível identificar duas respostas com referências específicas às questões europeias: o M19 quando apresenta como objetivo “alargar os protocolos de geminação a cidades europeias” e o município que centra toda a sua argumentação com a candidatura a Capital Europeia de Cultura 2027. Sobre as ausências da Europa nas políticas culturais locais, relembra-se o papel que a integração na UE tem para Portugal e que o documento selecionado para ser o ponto de partida para a análise visa aproveitar o potencial da cultura para ajudar a construir uma UE mais inclusiva e mais justa. Sobre a análise, destaca-se ainda que entre os eixos definidos, as questões relacionadas com o *património*, a *mobilidade* e a *educação*, foram os que mais associações possibilitaram (representando 92% dos alinhamentos entre as respostas e o documento).

No que se refere à Carta Cultural Ibero-americana, foram cinco os eixos de análise. Retirando o eixo Ibero-América, que não foi identificado, implícita ou explicitamente, em nenhuma resposta, observou-se uma distribuição muito equilibrada pelos outros quatro eixos de análise: o eixo com mais associações foi *cooperação cultural*, com 45 respostas e o eixo com menor número de associações foi *diversidade cultural*, com 25 respostas. Outro aspeto interessante que se pode retirar da leitura da análise efetuada é que se encontraram cinco municípios (M12, M21, M22, M56 e M74) em que, e com exceção do já referido eixo ibero-americano, foi possível identificar associações com os outros quatro eixos (para além dos já aludidos, os restantes foram *proteção e promoção do património* e

*desenvolvimento*) – este facto pode ser considerado como um dado de alguma relevância, uma vez que nas oito análises efetuadas não foi possível encontrar com muita frequência respostas tão fortemente alinhadas com os documentos propostos, ou melhor, com as dimensões de análise propostas a partir do documento.

Se foi na análise efetuada a partir da Carta Cultural Ibero-americana que se encontraram mais municípios com maior percentagem de associações simultâneas, regista-se que a análise realizada a partir da Agenda 21 da Cultura foi a única em que foi possível efetuar associações com a totalidade das respostas. Não obstante as associações que foi possível efetuar, as dimensões de análise definidas a partir do documento permitiram salientar a quase ausência de questões relacionadas com o próprio conceito de cidade e o papel dos cidadãos na gestão das políticas culturais.

Identificar a presença da *cultura* no Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019 foi o ponto de partida para a definição dos eixos de análise à luz do documento – uma análise que se esperava que originasse resultados reveladores sobre as pontes entre o nacional, o regional e o local. Sobre a presença da *cultura* no documento, foram encontradas 122 referências a *cultura* e derivados, sendo que no índice consta apenas uma vez, no ponto *Investir na cultura, democratizar o acesso da secção Prioridade à Inovação*. Nas 64 respostas não foi possível identificar nenhuma referência explícita ao programa de Governo, sendo que as referências explícitas ao contexto nacional também são residuais, figurando apenas nos M4, M10, M19 e M31. De entre os eixos definidos para a análise, salientamos que em apenas uma resposta, no M19, foi possível identificar afinidades com aspetos relacionados com a *comunicação social*, a importância dada ao *património cultural material e imaterial* é muito significativa, com referências em 54,7% das respostas, e as redes são também um denominador comum a 23,4% dos respondentes.

O Centro 2020, a CSC e a Agenda 2030 foram, sem dúvida os documentos com que, aparentemente, se observa mais alinhamento nas políticas culturais municipais da região Centro, sendo que, não só por isso, vão merecer um olhar mais atento.

No que se refere ao Centro 2020, considera-se importante aferir como efetivamente o programa, que ainda está em curso, se encontra presente no discurso sobre as políticas culturais municipais, quanto mais pelo facto de o presente estudo pretender ser um contributo para o pós-Centro 2020. Regista-se que, apesar de em nenhuma das 64 respostas ser referido de forma explícita o Centro 2020, foi possível perceber que, implicitamente, as linhas gerais das políticas culturais podem estar alinhadas com, pelo menos, um dos nove eixos do Centro 2020: a análise do conteúdo das respostas e do documento permitiu-nos, por exemplo, associar o M52, cujas políticas culturais municipais apostam na “dinamização dos recursos endógenos em matéria de gastronomia, artesanato, História, monumentos, atividades de música, teatro e exposições de diferentes

expressões artísticas”, ao E7; e associar ao E3, E5, E7 e E8, a resposta do M16 cujas políticas culturais se centram nas seis linhas de força que se passam a elencar:

Salvaguardar e preservar o património imaterial e as tradições culturais; Salvaguardar, preservar e divulgar o património cultural concelhio, seja edificado, arqueológico ou paisagístico; Implementar projectos de promoção da leitura junto da população; Reabilitar espaços e equipamentos culturais, afim de facilitar o acesso à cultura; Definir uma programação cultural coordenada e contínua; Definir estratégias culturais, que visam moldar e alinhar as acções municipais e associativas numa estreita colaboração.



Gráfico 20: Eixos de análise das políticas culturais municipais à luz do Centro 2020

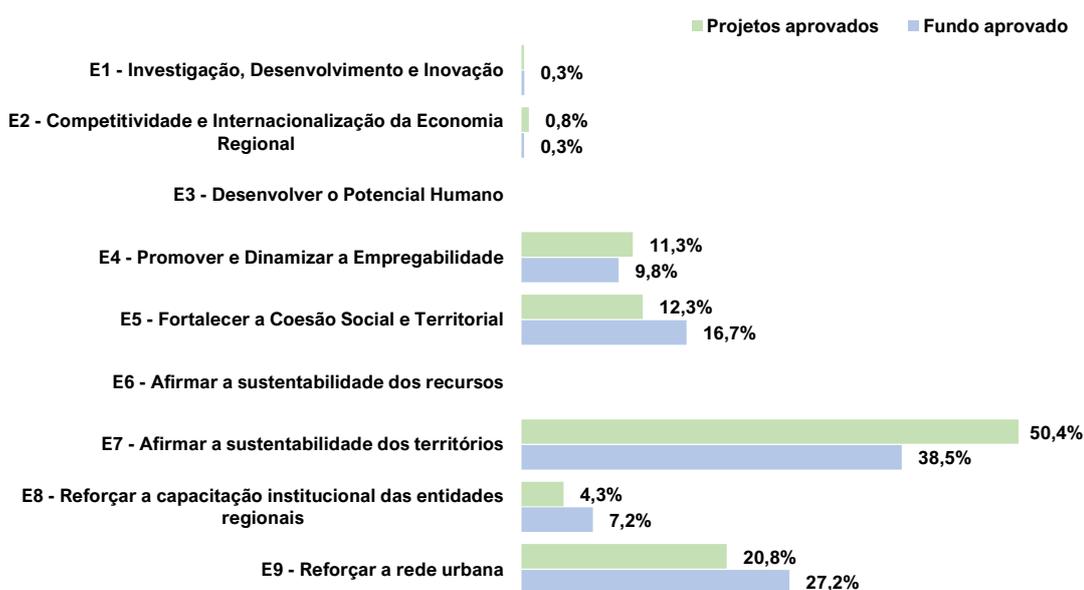


Gráfico 21: Projetos/fundos com dimensão cultural aprovados, até agosto de 2019, por eixo do Centro 2020

Como o Gráfico 20 revela, apesar do documento do Centro 2020 figurar com mais associações identificadas na análise, a verdade é que, mais uma vez, se observa que o alinhamento com os diferentes eixos do documento é muito distinto: mais de 50% das associações efetuadas concentram-se no E7 e no E5; e, para além do E6 com o qual não foi possível efetuar qualquer tipo de associação, há mais três eixos com valores residuais (entre 1,1% e 3,3%).

O confronto do Gráfico 20 com o Gráfico 21, que sintetiza a distribuição dos projetos e do respetivo fundo aprovado – que na análise documental ao Centro 2020 foram identificados como podendo ser enquadrados na dimensão cultural do programa por incluírem a palavra *cultura* no nome da operação, no nome do beneficiário, na prioridade de investimento, no resumo da operação ou no domínio de intervenção – permite retirar algumas conclusões particularmente interessantes: se nos casos do E6 e do E7 os resultados dos dois gráficos estão completamente alinhados; já nos casos do E3 e do E4, e nos casos do E8 e do E9, observam-se diferenças significativas entre as tendências de associações implícitas identificadas nas linhas gerais das políticas culturais municipais e as quantidades de projetos aprovados. Ou seja, a ausência de referências implícitas nas políticas culturais municipais de aspetos relacionados com o E6 é acompanhada pela ausência de projetos aprovados neste eixo no âmbito do Centro 2020; os projetos e fundos aprovados pelo Centro 2020 revelam que o E7 pode estar a ser um motor impulsionador para o setor cultural e, aparentemente, isso pode estar a refletir-se, pelo menos de forma implícita, nas linhas gerais que estão a ser definidas para as políticas culturais municipais; as diferenças observadas entre os resultados obtidos entre os alinhamentos implícitos das políticas culturais municipais com os resultados dos projetos e fundos aprovados nos E3, E4, E8 e E9 podem ser justificadas de muitas maneiras, sendo que aqui se avança que, apesar das diferenças, os resultados podem revelar coerência e confirmar a tendência, se os observarmos em subconjuntos, criados por afinidades temáticas (o E3 com o E4 e o E8 com o E9), permitindo avançar com a hipótese de que, pelo menos de forma implícita, pode haver uma relação direta entre as aprovações de projetos no âmbito do Centro 2020 e a definição das linhas gerais para as políticas culturais municipais.

Lançado o olhar sobre a análise efetuada a partir do documento do Centro 2020, seguem-se algumas considerações sobre a análise feita à luz da CSC. Realça-se que nesta análise realizada com base na CSC, as categorias criadas respeitaram, regra geral, os 10 domínios da cultura inscritos no documento, sendo que se efetuaram apenas os dois ajustes já mencionados, com base no IFAC, para permitir a triangulação com os dados provenientes de outras respostas do questionário.

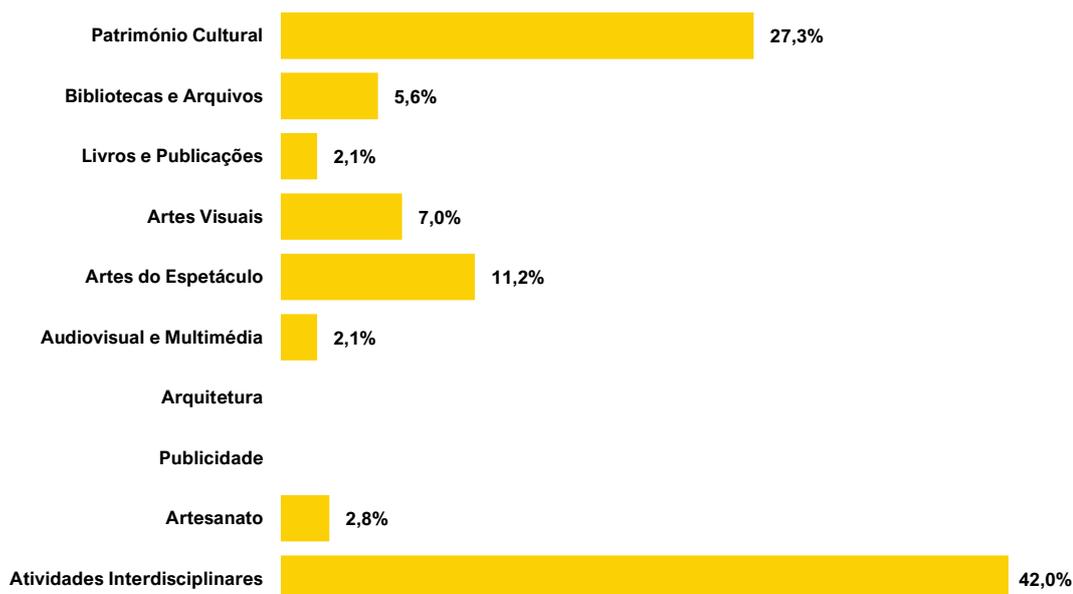


Gráfico 22: Alinhamento das políticas culturais municipais à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA

A análise do Gráfico 22 mostra-nos que as tendências gerais de enquadramento das linhas gerais das políticas culturais municipais (Atividades Interdisciplinares, Património Cultural e Artes do Espetáculo) estão completamente em linha com o levantamento quantitativo que foi efetuado, no âmbito do questionário, ao associativismo cultural – realça-se que nos três domínios mais frequentes, a única diferença está na ordem em que figuram, uma vez que, no caso do associativismo cultural, se observou a existência de mais associações no domínio das Artes do Espetáculo do que no domínio do Património Cultural. Sobre a análise das respostas à luz da CSC, destaca-se, por um lado, que não obstante a abrangência do documento, não foi possível identificar alinhamentos no caso do M44 e, por outro lado, que as linhas gerais das políticas do M67, que se transcrevem, foram enquadradas em seis dos 10 domínios previstos:

Priorizar programas educativos e de investigação, dirigidos aos jovens em idade escolar, para a importância da conservação do património cultural e propiciando todo um conjunto diversificado de actividades de criação, comunicação, difusão e recepção, ligadas à literatura, música, teatro, dança, cinema e audiovisual, artes plásticas, arquitectura, artes digitai[s].

Por outro lado, a continuação da política municipal de apoio ao funcionamento dos vários agentes culturais, nomeadamente, das Associações Culturais, Grupos de Folclore, Grupos de Teatro, Bandas Filarmónicas, Grupos Corais, Escolas de Música e escolas de Dança.

Os resultados globais da análise das respostas à luz da Agenda 2030 parecem ser auspiciosos sobre a forma como os municípios podem estar a articular as suas políticas culturais com as orientações do documento. Mas, uma leitura atenta do relatório da análise

permite perceber que, na realidade, em nenhuma das 64 respostas foi incluída nenhuma referência explícita ao documento, apesar do M25 salientar que, para o município, “o desenvolvimento Cultural é um dos quatro pilares para o seu desenvolvimento sustentável” e do M10 destacar a sua “intervenção no incremento e sustentabilidade do Movimento Associativo, [que] resulta na promoção de unidades de produção e grupos artísticos e culturais existentes, impulsionando o desenvolvimento cultural, social e económico da comunidade”. Para a análise das respostas a partir do documento foram selecionadas cinco dimensões incluídas nos ODS4, ODS 8, ODS11 e ODS 12, com foco especial na *educação*, no *turismo*, na *inclusão social*, no *património cultural* e no *consumo sustentável*, sendo que as três primeiras foram as que menos associações foi possível estabelecer (11 no total). A identificação de alinhamentos das políticas culturais municipais com as categorias *património cultural* e *consumo sustentável* revelou o mesmo número de ocorrências, 30 cada uma, sendo que o M75, cuja resposta se transcreve, foi um dos três municípios em cuja resposta foram efetuadas associações com estas duas categorias:

A prioridade da política cultural tem por base o facilitar o acesso à cultura a todos os municípios. Os polos dinamizadores existentes procuram estimular o conhecimento e o aumento da frequência nas manifestações culturais, como fator importante da qualidade de vida e de lazer, procurando dar relevância à formação de novos públicos.

Feita que está a apresentação sumária dos resultados da 2ª fase da análise das respostas a esta questão, torna-se fundamental estabelecer uma ponte, ainda que ténue, com a 1ª fase da análise e que gerou um conjunto de palavras com particular peso nas respostas: *cultura* e derivadas, *promoção*, *criação*, *património* e *valor*.

Tendo em consideração que o Centro 2020 e a CSC têm características muito especiais (por opção metodológica, utilizaram-se como categorias de análise, respetivamente, os eixos prioritários definidos no programa e os domínios da cultura inscritos na CSC), vamos centrar-nos nas restantes 32 categorias de análise definidas na 2ª fase e, independentemente dos documentos, vamos agrupá-las por grandes temáticas, e verificar que há algumas alterações.

O resultado desta análise, sintetizado no Gráfico 23, permite-nos concluir que, não obstante a presença recorrente de algumas palavras no discurso, o contexto de utilização levou-nos a identificar duas grandes tendências que, como seria de esperar, o trabalho efetuado na 1ª fase não permitia revelar: por um lado, a importância de aspetos relacionados com Cooperação, Redes e Mobilidade (representando 17,3% da totalidade das associações com as 32 categorias); e, por outro lado, a importância, ainda que modesta, da Educação nas linhas gerais das políticas culturais municipais.

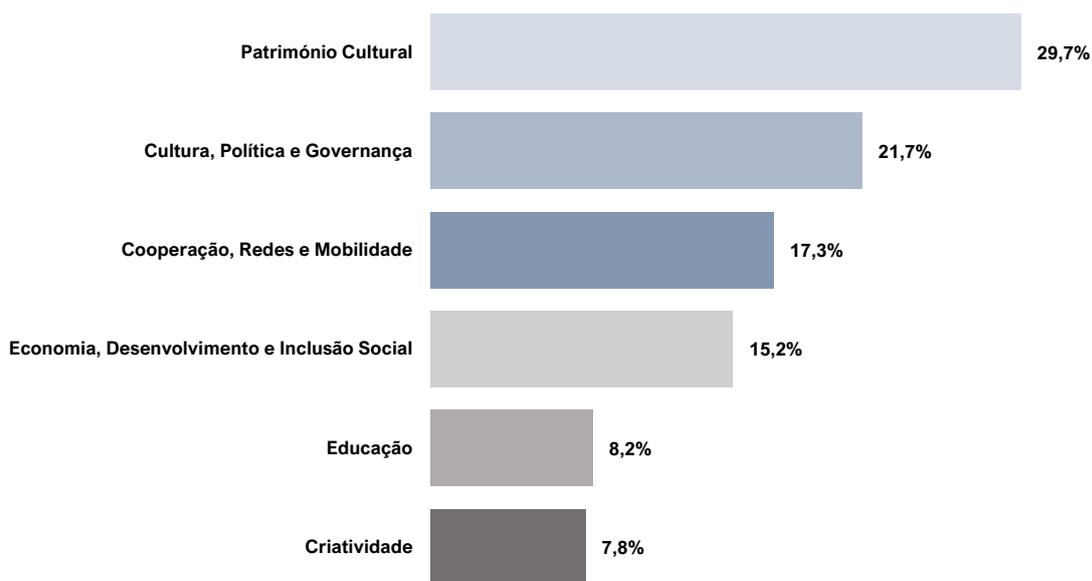


Gráfico 23: Grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos na 2ª fase

### 2.2.8. Avaliação do grau de articulação da política cultural municipal

No âmbito do estudo, a análise das políticas culturais municipais também incluiu a avaliação do grau de articulação da política cultural municipal com outras áreas de intervenção municipal, com políticas culturais nacionais (ao nível das NUT's 3, da NUT 2 e da NUT 1), com linhas de ação internacionais e ainda com a Agenda 2030 – destaca-se que dos vários documentos internacionais que poderiam ter sido escolhidos, se selecionou a Agenda 2030 uma vez que, na contemporaneidade e independentemente da área de intervenção, se considera um documento basilar para a definição de políticas públicas.

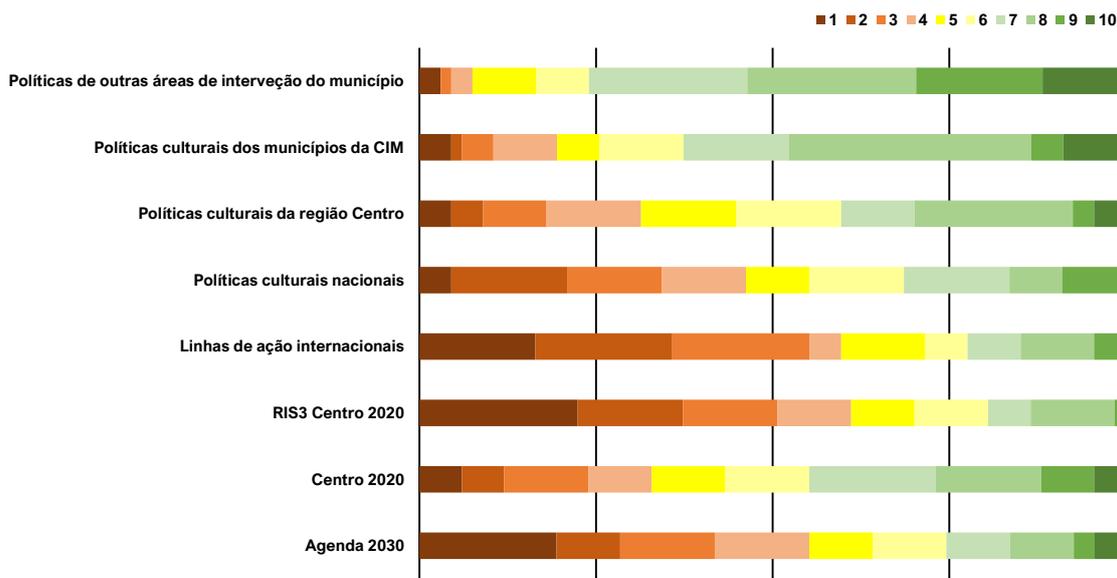


Gráfico 24: Grau de articulação das políticas culturais municipais

Realça-se ainda que, para avaliar o grau de articulação, se utilizou uma escala de Likert com 10 pontos, onde 1 significa nada articulado e 10 muito articulado.

No Gráfico 24 é possível observar que há uma relação inversamente proporcional entre distância do município e o grau de articulação das políticas culturais. Uma análise mais profunda dos resultados releva-nos alguns dados dignos de registo, nomeadamente se observarmos com base na existência de pelouro da cultura autónomo ou de plano estratégico de cultura. Se a existência de pelouro da cultura autónomo não influencia de forma significativa o grau de articulação das políticas culturais com as políticas de outras áreas de intervenção municipal e com as políticas culturais dos municípios da CIM, o mesmo já não se regista quando se avalia a articulação com as políticas culturais da região Centro, as políticas culturais nacionais e a Agenda 2030 – nestes três casos a existência de pelouro da cultura autónomo revelar-se bastante significativa, havendo cerca de 30% mais articulação em municípios com pelouro autónomo. No que se refere à existência de plano anual de atividades, os dados permitem-nos concluir que 100% dos municípios que não têm este instrumento de gestão afirmam que também não têm as suas políticas culturais articuladas com linhas de ação internacionais.

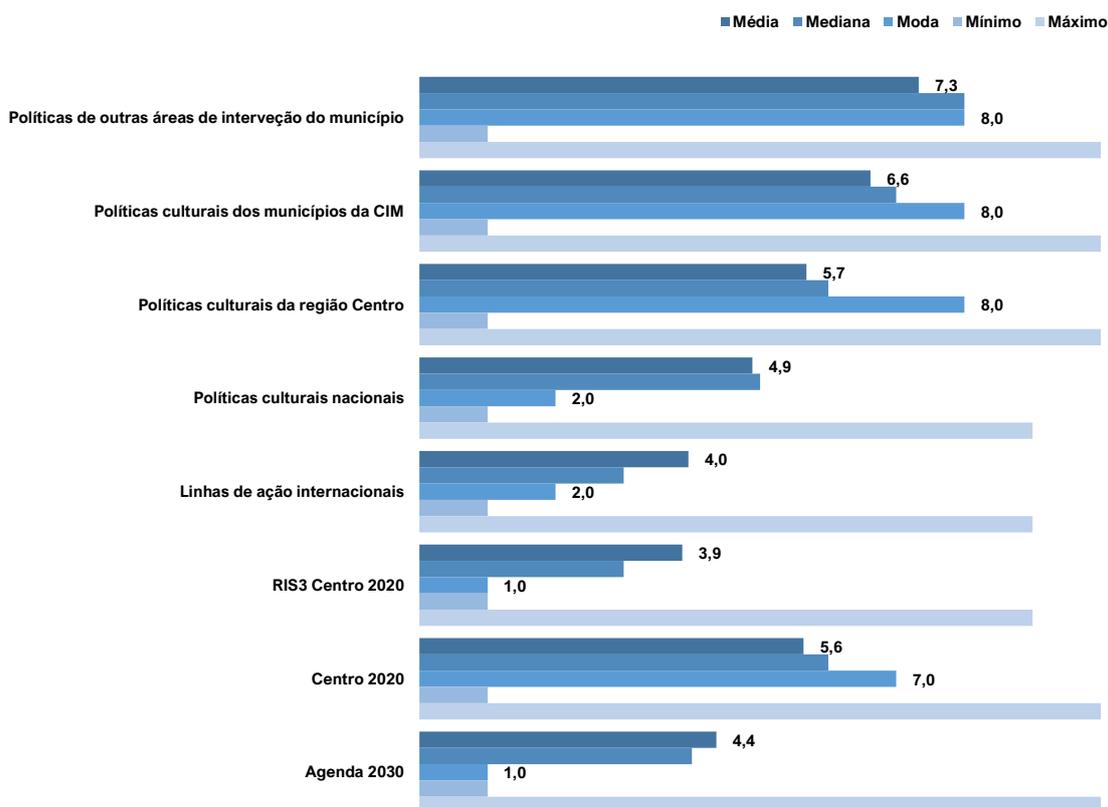


Gráfico 25: Medidas de tendência central da articulação das políticas culturais municipais

O Gráfico 25 permite sublinhar que documentos como a RIS3, o Centro 2020 e a Agenda 2030 são muito pouco tidos em conta no que concerne à elaboração de políticas culturais municipais. Tendo em consideração as medidas de tendência central, torna-se nítido que o grau de articulação com as linhas de ação internacionais, quando existe, não é elevado: no que concerne ao enquadramento internacional, apesar de programas como o Europa Criativa, de haver vários municípios da região a preparar candidatura a Capital Europeia de Cultura 2027 e de dois dos sete membros portugueses que integram a Rede de Cidades Criativas da UNESCO estarem na região, há ainda um grande caminho a fazer por parte dos municípios da região. Contudo, não obstante os resultados quantitativos não deixarem margem para dúvidas, convém não esquecer os dados qualitativos provenientes da questão anterior e cuja análise nos revelou, por exemplo, que as políticas culturais municipais poderão, pelo menos de forma implícita, estar alinhadas com a Agenda 2030.

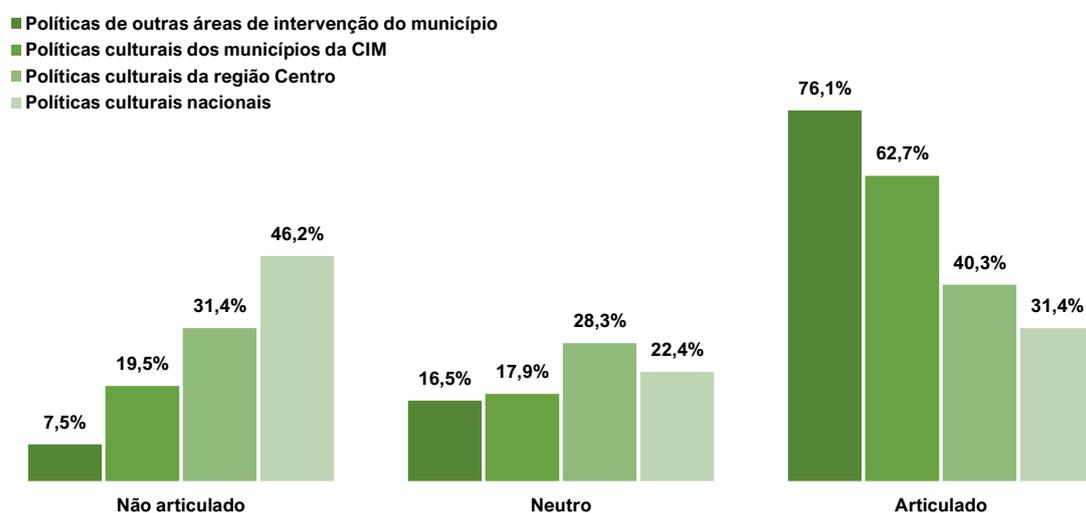


Gráfico 26: Articulação das políticas culturais municipais 1 (dimensão nacional)

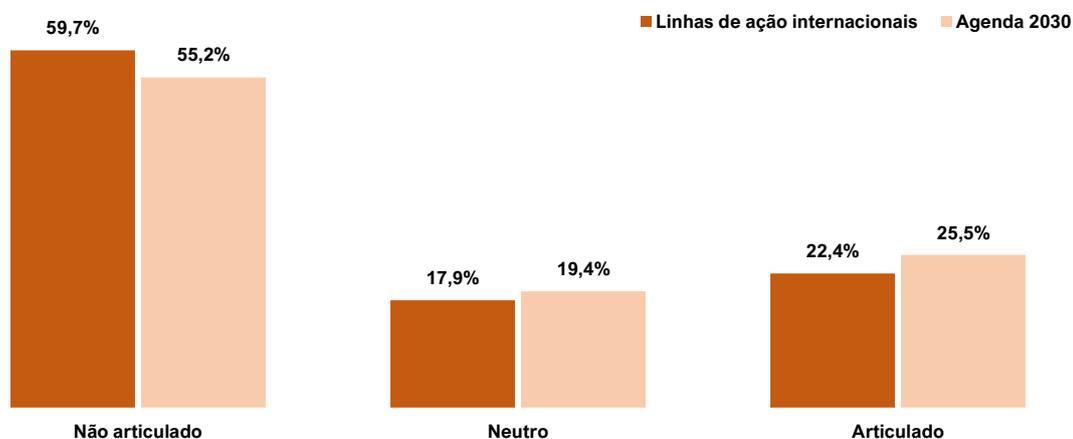


Gráfico 27: Articulação das políticas culturais municipais 2 (dimensão internacional)

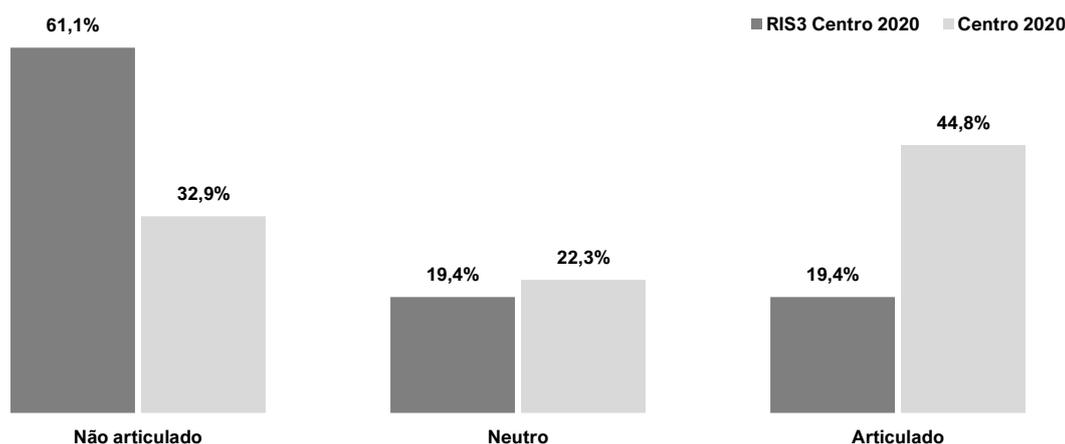


Gráfico 28 Articulação das políticas culturais municipais 3 (Centro 2020)

O Gráfico 26, o Gráfico 27 e o Gráfico 28, que sintetizam os dados agregados das articulações nas três dimensões estudadas (nacional, internacional e Centro 2020), em que se considerou Não Articulado os valores de 1 a 4, como Neutro os valores de 5 e 6 e como Articulado os valores de 7 a 10, permite-nos ver com muita nitidez o que acabou de se afirmar: há muito trabalho a fazer para que o grau de articulação das políticas culturais municipais portuguesas seja minimamente satisfatório – menos de 50% dos municípios fazem articulações regionais ou nacionais, menos de 26% fazem articulações internacionais e menos de 45% fazem articulações com o Centro 2020.

58

Resta-nos, sobre esta temática, convocar alguns dos motivos que concorreram para os graus de articulação observados. Salienta-se que foi solicitado aos respondentes que, em 500 caracteres, identificassem o principal motivo que tinha concorrido para a avaliação efetuada. A diversidade das respostas foi, como seria de esperar, elevada, sendo que, vamos só apresentar as linhas gerais das 59 respostas de justificação validadas.

Na análise dos motivos foi possível encontrar desde justificações muito abrangentes e exteriores ao município, como o M74 que considera que “a Cultura, enquanto área de atuação política ou pública, não é entendida na sua verdadeira dimensão, razão pela qual será, frequentemente, desconsiderada de um modo geral”, ou o M34 e o M72 que justificam as suas fraquíssimas articulações (o M34 tem articulação neutra com as políticas de outras áreas de intervenção municipal e com as políticas culturais dos municípios da CIM e o M72 só articula as políticas culturais com políticas de outras áreas de intervenção municipal), respetivamente, “porque a Cultura ainda não é um setor estratégico” e com “o estado em que se encontra a Cultura no nosso País”; até justificações muito concretas e relacionadas com aspetos internos do município, como a debilidade/ausência de recursos humanos adequados/qualificados (M07, M25, M36, M39, M56). Há ainda dois aspetos dignos de registo nesta análise das justificações apresentadas, que podem estar a

contribuir, como afirma o M21, para a articulação de políticas e de projetos ser um verdadeiro desafio e ainda haver um longo caminho a percorrer: 1) a informação e a comunicação de políticas culturais e de programas de apoio ao setor cultural são apresentados como debilidades importantes por um grupo significativo de municípios (M06, M24, M36, M48, M56); e 2) a “inexistência do Plano Nacional ou Regional de Cultura” (M25 e M38) e a “ausência de políticas públicas de âmbito cultural para as regiões de baixa densidade” (M64), são reveladoras do papel que é imputado ao Governo.

### 2.2.9. Principais projetos culturais desenvolvidos por iniciativa autárquica no mandato em curso

Tal como se considerou relevante fazer um levantamento quantitativo do tecido cultural associativo não público presente nos municípios, no estudo “Cultura no pós-Centro 2020” também se considerou pertinente efetuar um levantamento dos principais projetos culturais desenvolvidos, no mandato em curso, por iniciativa autárquica.

Realça-se que para a análise das respostas procedeu-se à sua categorização, em função da designação apresentada pelo município, utilizando, mais uma vez, a CSC e o IFAC. Sublinha-se ainda que, como nem todos os municípios organizaram a informação de forma nítida, se considerou sempre como um único projeto quando as designações apareciam no plural. Nas respostas à pergunta aberta do questionário sobre esta temática foi possível identificar 487 projetos culturais distintos, o que dá uma média de 7,3 projetos por município, com um mínimo de 0 projetos (M65) e um máximo de 26 projetos (M26).

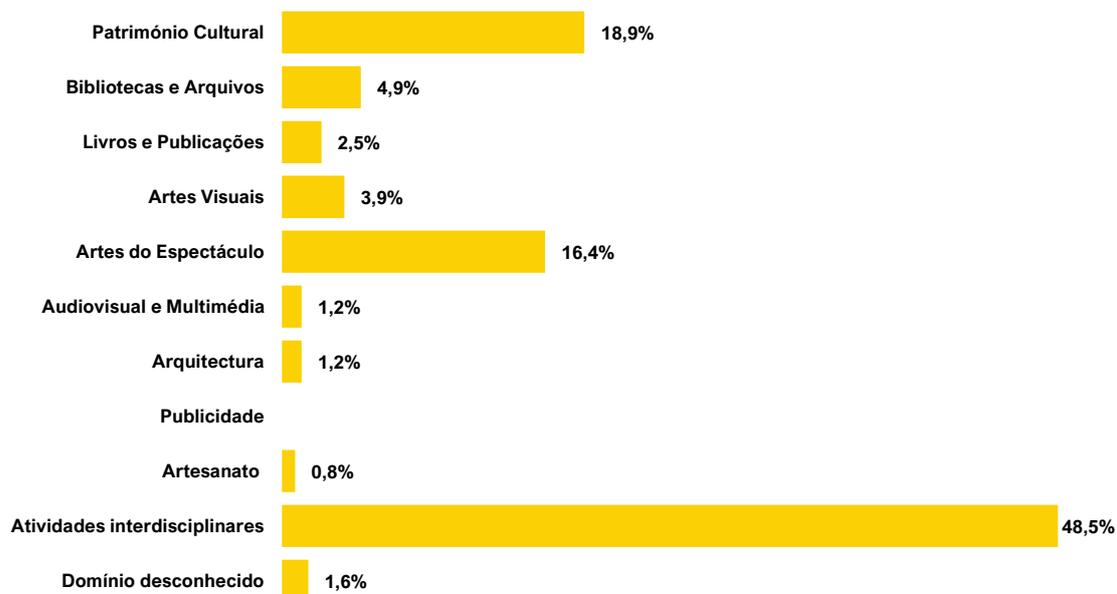


Gráfico 29: Projetos culturais de iniciativa municipal por domínio cultural

O Gráfico 29 revela, de forma inequívoca que, tal como no associativismo cultural não público, os projetos culturais de iniciativa municipal mais frequentes são nos domínios Interdisciplinar, Património Cultural e Artes do Espetáculo. Tendo em consideração que os dois resultados estão alinhados, poderia ser interessante aprofundar o tipo de relação que se pode estabelecer entre os domínios principais do associativismo cultural não público e os domínios principais dos projetos culturais de iniciativa autárquica. Ou seja, se o alinhamento acontece de forma consciente ou inconsciente e, sendo de forma consciente, é importante saber se foi uma opção concertada ou se foi algum dos setores (público ou privado) que se foi ajustando às opções do outro setor.

#### **2.2.10. Orçamento municipal afeto à cultura no ano de 2018**

O último indicador de análise das políticas culturais municipais que se considerou relevante incluir na análise foi o, tradicional e polémico, orçamento municipal afeto à cultura.

Tendo em consideração que os dados vão sendo tornados públicos anualmente pelo INE, solicitou-se aos inquiridos que nos apresentassem dados referentes ao ano de 2018 e, se possível, que os dados fossem desagregados em cinco rúbricas – Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Transferências para as Juntas de Freguesia, Outras Despesas de Correntes e Despesas de Capital. Não obstante a insistência por parte da equipa do projeto, nomeadamente durante o período de validação dos questionários em que se consideraram validados provisoriamente todos os questionários submetidos que não incluíam esta informação e, por isso, os respondentes foram contactados para solicitar a inclusão de informação complementar, a verdade é que 13,4% dos municípios não completaram os dados, correspondendo a 20,5% dos municípios com até 15000 residentes e a 50% dos municípios com mais de 75000 residentes.

Tendo por base a diversidade do território, nomeadamente no que concerne à população residente em cada município, a apresentação de resultados não irá ser efetuada em termos absolutos, mas em termos relativos para que seja possível estabelecer algumas relações entre as diferenças observadas. Para que seja possível fazer algumas relações com os valores nacionais, relembra-se ainda que, em 2017, o valor médio *per capita* das despesas correntes em cultura e desporto dos municípios portugueses foi de 59,05 €.

O Gráfico 30, com as medidas de tendência central dos orçamentos municipais afetos à cultura no ano de 2018, revela que a média dos municípios objeto do estudo é francamente superior à média nacional, ainda que a mediana nos indique que em 50% dos casos o valor *per capita* seja apenas de 51,1 € (portanto, inferior aos 59,05 € de média em 2017), e permite-nos perceber também as enormes discrepâncias que existem no território, com um município (M16) a ter despesas que não atingem os 4 € por residente e outro município (M60) a atingir perto dos 560 €. Se os dados enviados por parte dos municípios tivessem

vindo todos desagregados poderíamos identificar de forma muito objetiva se no caso do M60, ou do M40 que também ultrapassa os 500 € por residente de despesas em cultura, os valores atingidos se devem a algum investimento específico. Contudo, a análise dos dados provenientes das estatísticas da cultura nos últimos anos, permite-nos afirmar que despesas desta ordem de grandeza não são uma prática corrente nos municípios em causa.

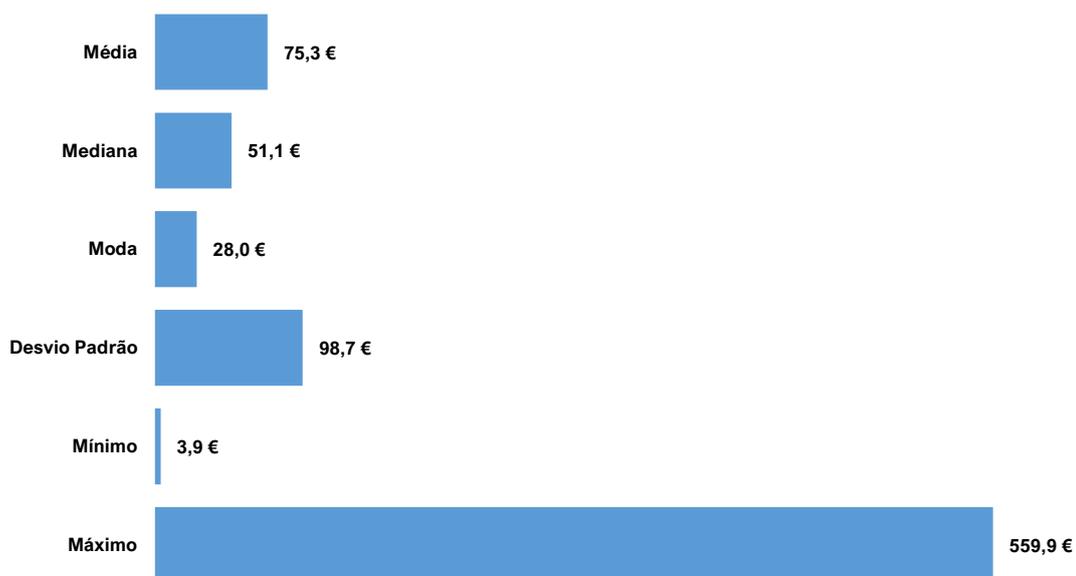


Gráfico 30: Medidas de tendência central dos orçamentos municipais afetos à cultura

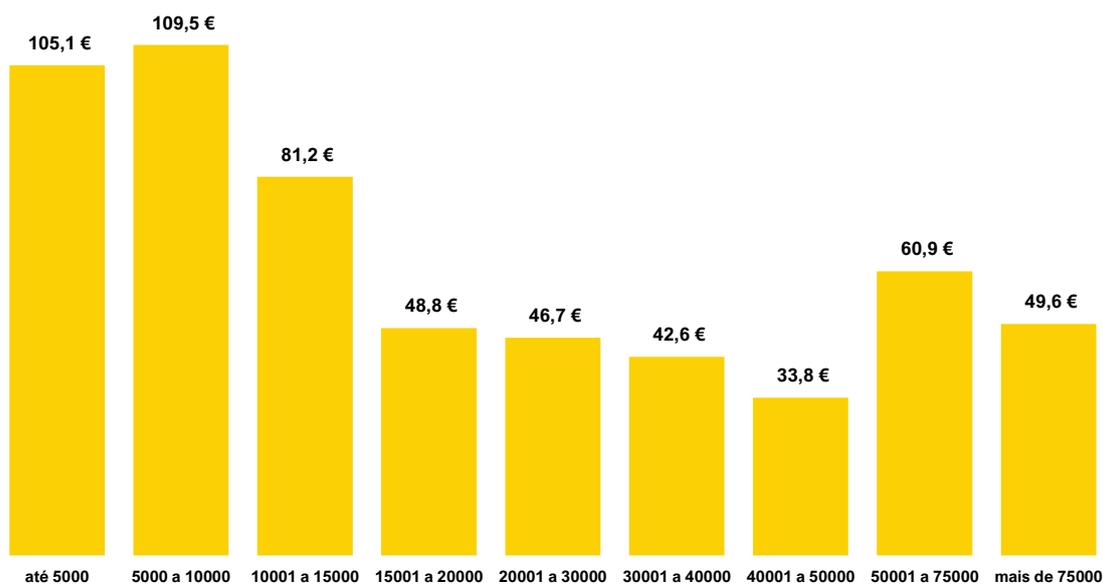


Gráfico 31: Médias dos orçamentos municipais afetos à cultura *per capita* em função da população residente

Os dados apresentados no Gráfico 31 correspondem à média dos orçamentos municipais afetos à cultura *per capita*, agregados por municípios em função da sua população residente. O que se destaca logo da análise do gráfico é haver uma tendência que nos permite afirmar que à medida que a população residente aumenta, a média de despesas *per capita* diminuiu. Realça-se que no caso dos municípios com uma população entre os 5001 e os 10000 residentes, a subida da média em relação ao grupo anterior pode ser justificada por incluir o, já mencionado, M60; e nos casos dos municípios incluídos nos dois últimos grupos, a subida é justificada pelo número reduzido de respondentes em cada um dos grupos.

A análise dos dados referentes aos orçamentos agregados por CIM, sintetizados no Gráfico 32, torna ainda mais evidente as diferenças do território, que na realidade têm vindo a ser sublinhadas em diferentes momentos da apresentação destes resultados, como por exemplo nos recursos humanos afetos à cultura ou no associativismo cultural. Os municípios da CIM6 são, sem dúvida, os que menos despesas *per capita* afetam à cultura (54,6% aplicam até 40 €), mas, ao mesmo tempo, a CIM6 é, juntamente com a CIM3, a que mais percentagem de municípios tem a aplicar mais em cultura (mais de 150 € *per capita*). Os municípios da CIM3 são os que mais aplicam em cultura, com 54,5% a aplicar *per capita* mais do que a média nacional – com exceção da CIM2, que também atinge o valor de 50% dos municípios com uma média *per capita* superior à média nacional, os municípios das restantes quatro CIM's têm valores muito inferiores, oscilando entre os 62,5% e os 81,8% abaixo da média nacional.

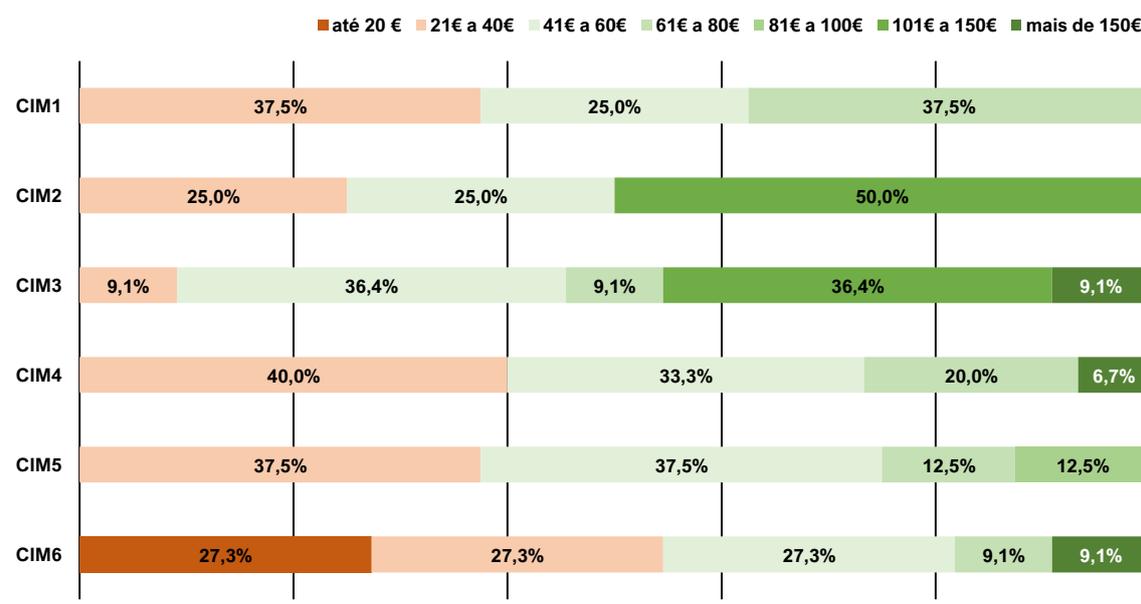


Gráfico 32: Distribuição das médias dos orçamentos municipais afetos à cultura por CIM

### **2.3. Sobre o Programa Centro 2020**

Esta secção do questionário visou reunir um conjunto de dados diversificados sobre o Centro 2020. Depois da análise SWOT do programa, solicitou-se aos respondentes a avaliação do Centro 2020 sob duas perspetivas, por um lado, o processo de elaboração do Centro 2020 e, por outro lado, a presença da cultura no programa. Nesta secção ainda se tentou compilar dados referentes aos impactos no território dos investimentos efetuados à luz do programa, aos investimentos que não foram efetuados e que os municípios consideravam prioritários e, por último, à complementaridade de financiamentos entre o Centro 2020 e outras linhas de financiamento nacionais e internacionais.

Sobre esta secção, realça-se ainda que a única pergunta fechada foi a relacionada com a avaliação do programa, tendo sido utilizada para o efeito uma escala de Likert com 10 pontos (onde 1 significava nada satisfeito e 10 muito satisfeito); e que a taxa de respostas concretas foi, por diversos motivos, distinta nas diversas perguntas abertas – 94,0% dos respondentes incluíram, pelo menos, uma das dimensões da análise SWOT e 19,4% dos respondentes elencaram, pelo menos, um projeto que não viu aprovado no âmbito do Centro 2020.

#### **2.3.1. Análise SWOT do Centro 2020**

No primeiro conjunto de quatro questões para respostas breves (máximo 100 caracteres por resposta), solicitou-se aos inquiridos que efetuassem uma análise SWOT do Centro 2020.

A listagem das respostas validadas dá-nos uma visão integral da análise SWOT efetuada por cada um dos respondentes. Mas também nos permite perceber que, como é habitual nestas circunstâncias, um mesmo aspeto é encarado por uns como força ou debilidade, ou como oportunidade ou ameaça. No que concerne às forças e debilidades, por exemplo, o M14 apresenta como força o facto do Centro 2020 ser uma “estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais”, opinião que pode eventualmente ser corroborada, por outras palavras e em parte, pelos M01, M07, M36 e M51; contudo quando o M19 apresenta como debilidade do programa a “adequação da estratégia para responder às necessidades e oportunidades de cada território”, que no fundo também pode estar em linha com as debilidades apontadas pelos M44, M51, M63 e M67, percebemos que a análise que alguns municípios fazem do Centro 2020 é muito distinta em pontos fundamentais. No que concerne às oportunidades e ameaças salienta-se aqui, a título meramente ilustrativo, o facto de o trabalho em rede ser uma das oportunidades identificadas por vários respondentes e, ao mesmo tempo, ser uma das ameaças ao próprio programa devido, como afirma o M52, à “dificuldade da cultura portuguesa em erigir e manter redes de cooperação inter-organizacional, tão importantes para o sucesso de todo o 2020”.



Figura 4: Síntese da Análise SWOT ao Centro 2020 efetuada pelos municípios

A Figura 4 foi elaborada com as ideias-chave de cada uma das quatro dimensões da análise SWOT do Centro 2020, realizada a partir da análise de conteúdo dos contributos dos municípios, que foi efetuada segundo a metodologia apresentada anteriormente e proposta por Bardin (2010).

### 2.3.2. Avaliação do Centro 2020

A análise do Centro 2020 também incluiu a avaliação, por parte dos municípios, do processo de elaboração do programa (com especial enfoque ao papel da CCDRC, das CIM's e da DRCC, e à participação dos departamentos de cultura dos municípios e das organizações do setor cultural não público), da presença da cultura no programa (com especial atenção aos objetivos específicos, às tipologias de intervenção e de realização, e aos indicadores de realização e de resultado).

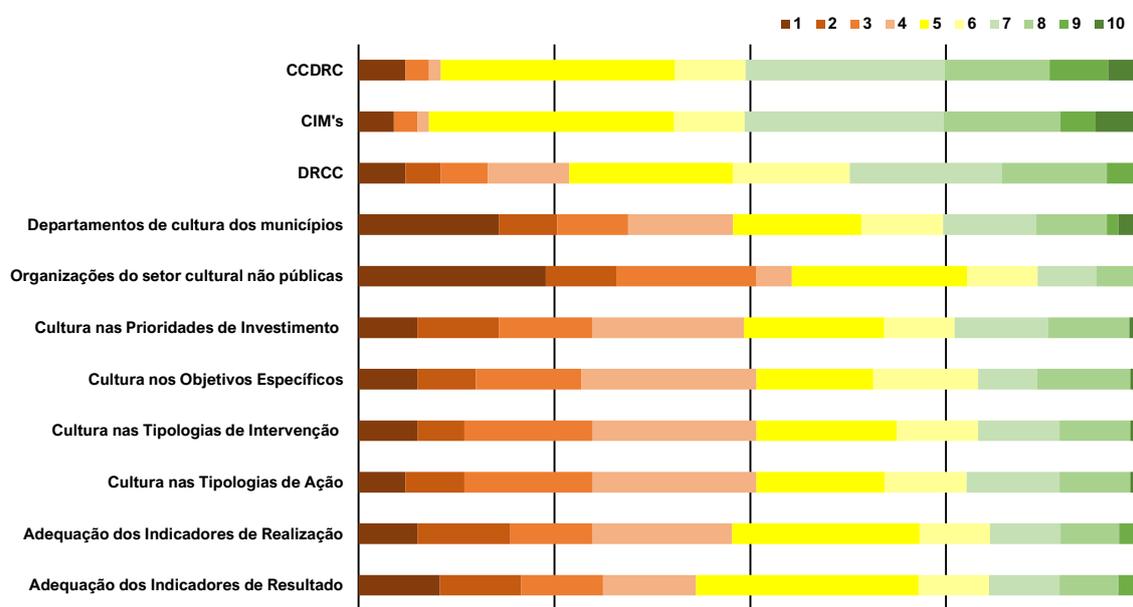


Gráfico 33: Avaliação do Centro 2020 por parte dos municípios

No Gráfico 33 é possível observar a síntese da avaliação efetuada pelos municípios e, usando a mesma forma de agregação dos resultados do grau de articulação das políticas culturais municipais (Avaliação Negativa os valores de 1 a 4, Avaliação Neutra os valores de 5 e 6, e Avaliação Positiva os valores de 6 a 10), torna-se ainda mais nítido que, regra geral, a avaliação é francamente negativa.

Com exceção do papel da CCDRC e das CIM's – com valores positivos no limiar dos 50% dos municípios – os respondentes não se manifestam satisfeitos, nem com o processo de elaboração do Centro 2020 – sendo que o papel da DRCC só foi considerado positivo por cerca de 37% dos respondentes e a participação das organizações do setor cultural não

público só foi avaliado positivamente por 14% dos municípios. No que concerne à presença da cultura no Centro 2020, a avaliação é globalmente negativa, com 43,1% a avaliarem negativamente seis das dimensões em análise, sendo que nos indicadores, de realização e de resultado, as dimensões contam com uma avaliação menos positiva (apenas 19,5% a avaliam com os valores de 7 a 10).

Realça-se que a análise dos resultados em função das CIM's não revela fatores distintivos dignos de registo.

Após uma análise dos motivos que concorreram para a avaliação, foi possível efetuar uma divisão das 60 respostas validadas em três eixos: um eixo onde as respostas focaram uma perspetiva negativa na avaliação; um eixo onde as respostas focaram uma perspetiva positiva na avaliação; e um eixo neutro, onde só se reforça o porquê da avaliação. O Gráfico 34, que sintetiza a distribuição estatística destes três eixos está, como seria de esperar, em linha com os resultados do Gráfico 33.

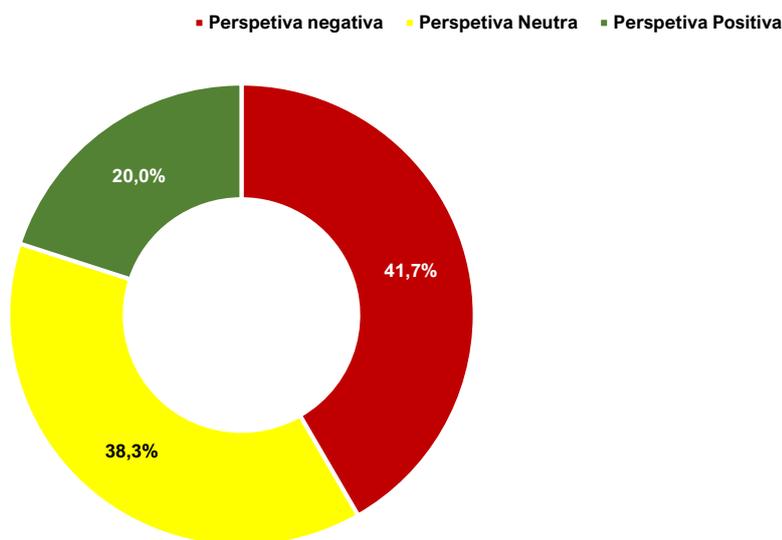


Gráfico 34: Motivos da avaliação ao Centro 2020 agregados por eixo

Dos motivos incluídos no eixo com a perspetiva negativa, salienta-se, por exemplo, a “falta de canais de comunicação” invocada pelo M56 e que pode concorrer para a “insuficiente coordenação entre entidades” (M61), para “o conhecimento, ainda que muito limitado - limitadíssimo - do programa” (M23) ou mesmo para, eventualmente, a “inércia dos stakeholders no processo de diagnóstico, estratégia, objetivos e planos de ação” (M52). No que concerne à presença da cultura no Centro 2020, a resposta do M28, “subvalorização da cultura”, acaba por sintetizar alguns dos motivos apresentados pelos M21, M25, M26, M60, M70 e M74. Na análise das respostas, considerou-se adequado incluir na perspetiva neutra todas as que não incluíam de forma explícita motivos negativos

ou positivos, como por exemplo os M01, M12, M41, M45, M62, M68, M69, M71, M72, que, genericamente, fundamentam a sua avaliação na experiência. Nas 12 respostas que foram incluídas no eixo com a perspetiva positiva, destacamos que alguns dos respondentes referem, como o M07, que a “avaliação é positiva, mas com algumas reservas, que, com o tempo, serão esclarecidas”; observa-se ainda que alguns dos respondentes assinalam como positiva a interação entre os diferentes agentes que o Centro 2020 proporcionou (M11, M22, M29, M39 e M58) e que para os M31 e M63, o programa foi positivo por ter permitido investimentos no setor.

### 2.3.3. Impactos nos municípios que os investimentos do Centro 2020 suscitaram

Na análise do Centro 2020 que se está a efetuar, também se solicitou aos inquiridos, através de uma pergunta aberta para uma resposta até 500 caracteres, que, tendo em consideração os projetos que os municípios viram aprovados nos domínios da cultura, apresentassem os impactos (e.g. culturais, económicos, sociais) que os investimentos operados no município suscitaram.

Com uma taxa de 94% de respostas, observou-se que 9,5% dos respondentes afirmaram não ter informações para responder à pergunta. A segmentação das respostas validadas efetuou-se em função dos conteúdos, sendo que emergiram claramente por quatro grupos de resposta: 1) municípios que não efetuaram candidaturas; 2) municípios que não viram projetos aprovados; 3) municípios que, tendo projetos aprovados, afirmam que ainda não é possível avaliar os impactos; e 4) municípios com projetos aprovados e que identificam alguns dos impactos gerados. Como o Gráfico 35 revela, 86,9% dos respondentes viram projetos aprovados, sendo que em 70,5% dos casos já é possível identificar impactos.

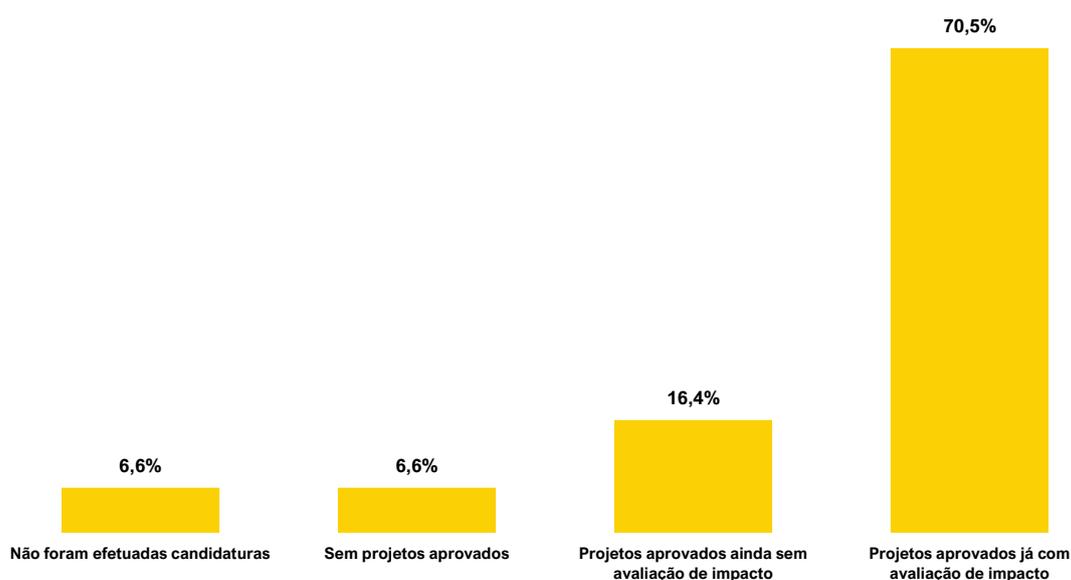


Gráfico 35: Distribuição estatística dos quatro grupos de respostas

Centrando agora a análise nos municípios com projetos aprovados, no que se refere aos 16,4% que afirmaram ainda não ser possível efetuar a avaliação de impactos, justificam a sua resposta com o facto de os projetos ainda estarem em curso ou, como refere o M38, “não dispomos de “medidores” que possam aferir o impacto aos vários níveis”.

Sobre os municípios que apresentaram os impactos dos investimentos efetuados, importa realçar que a tendência foi a de associar a aprovação e execução dos projetos a impactos positivos (o que vai em linha de conta com o esperado, na medida em que em muitos casos está de acordo com os objetivos políticos e do próprio projeto em si mesmo). De entre os impactos apresentados pelos respondentes destacam-se, por exemplo, aspetos relacionados com o *aumento do número de visitantes* (M24, M33, M37, M40, M42, M43, M58, M59, M68), com as dinâmicas geradas no setor cultural pela promoção de *intercâmbios, parcerias e redes culturais* (M01, M07, M20, M30, M40, M60, M75) e com a dimensão *económica* (M26, M31, M33, M36, M37, M42, M43, M62, M68, M71). Da análise deste grupo de respostas, sublinha-se ainda que, por um lado, o M72 realça a *dificuldade de quantificar os impactos*, apesar de no final da execução dos projetos se perceber “que existe uma mudança e que o Município está melhor preparado nesta área”, que no fundo pode estar em linha com a opinião dos M03, M13, M22, M41, M43 e M67, quando se referem a *uma maior aproximação dos munícipes às realizações culturais*.

#### **2.3.4. Projetos nos domínios da cultura que os municípios não viram aprovados**

Com o objetivo de identificar os domínios culturais predominantes nos projetos que os municípios submeteram ao Centro 2020 e que não foram objeto de financiamento, solicitou-se aos inquiridos que, em primeiro lugar, apresentassem uma lista de projetos que, nos domínios da cultura, o município não viu aprovados no âmbito do Centro 2020 e, em segundo lugar, os motivos que concorreram para que os referidos projetos tenham sido considerados como investimentos prioritários para o município.

No que se refere à lista de projetos não aprovados, obtivemos 13 respostas concretas com os títulos dos projetos no domínio da cultura, sendo que as restantes ou indicavam a não existência de projetos chumbados ou a não submissão de projetos (individuais e/ou coletivos). Para a análise das respostas procedeu-se à sua categorização, em função da designação apresentada pelo município, utilizando, mais uma vez, a CSC e o IFAC.

O Gráfico 36 permite-nos observar que, tal como no associativismo cultural não público e nos projetos culturais de iniciativa municipal, os 22 projetos culturais elencados pelos municípios como não aprovados no âmbito do Centro 2020 são, maioritariamente, nos domínios Património Cultural e Atividades Interdisciplinares. Realça-se ainda, como seria de esperar, uma percentagem significativa de projetos no domínio da Arquitetura.

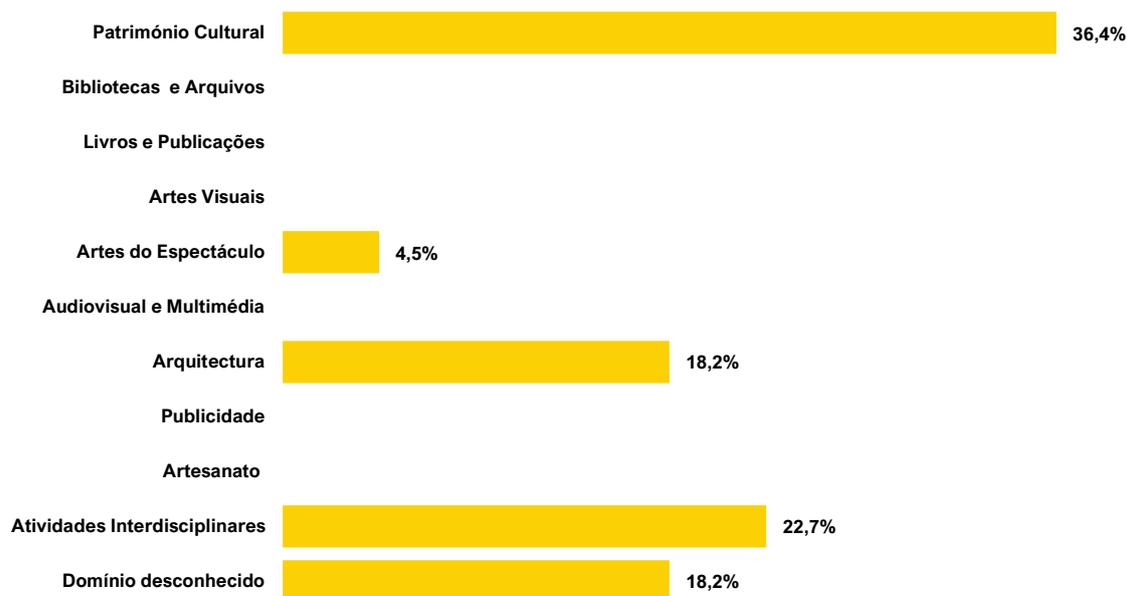


Gráfico 36: Projetos não aprovados por domínio cultural

No que se refere aos motivos que concorreram para que os municípios tenham considerado os projetos não aprovados como investimentos prioritários, destaca-se em primeiro lugar que, para além dos motivos dos 13 municípios que elencaram projetos não aprovados, houve 11 municípios, sem candidaturas submetidas ou com todas as candidaturas aprovadas, que consideram ser este o local adequado do questionário para tecer algumas considerações sobre os investimentos nos municípios no âmbito do Centro 2020. Uma análise à totalidade das respostas revela claramente a importância dada ao *património cultural*: 1) municípios que não viram as suas candidaturas aprovadas referem, por exemplo, a “necessidade urgente de intervenção nestes espaços sob pena de se tornarem inviáveis” (M37); 2) municípios que não submeteram candidaturas salientam que a “estratégia de turismo religioso e da natureza, carece da recuperação de vários Imóveis de Interesse Público” (M64); e 3) municípios que viram todas as candidaturas aprovadas invocam “porque foram os projetos mapeados pela DRCC” (M38). Para além das questões relacionadas com o património, aspetos como a importância do trabalho em *rede* e a *dinamização cultural* junto das comunidades também foram apresentados pelos municípios como motivos nesta secção do questionário.

#### **2.3.5. Complementaridade entre os financiamentos nos domínios da cultura no âmbito do Centro 2020 e outras linhas de financiamento nacionais e internacionais**

Na última questão desta secção do questionário, solicitou-se aos inquiridos que, numa resposta breve de 200 caracteres, apresentassem o tipo de complementaridade que se observou no município entre os financiamentos nos domínios da cultura no âmbito do Centro 2020 e outras linhas de financiamento nacionais e internacionais. Tendo em

consideração que, pelo menos, 92,5% dos municípios viram projetos aprovados no âmbito do Centro 2020, regista-se que se obtiveram 35,8% respostas concretas sobre o tipo de complementaridade. A análise das 24 respostas revela que, segundo os municípios, se observou complementaridade com verbas provenientes do INTERREG e POCTEP, de Planos de Ação de Regeneração Urbana, do Programa MAR 2020, do Programa Valorizar e do Turismo de Portugal.

## **2.4. Sobre as Políticas Culturais até 2030**

Esta secção do questionário visou reunir, através de seis perguntas abertas para respostas breves (máximo 200 caracteres por resposta), contributos dos municípios que concorram para a definição de políticas culturais para a próxima década.

Para além de necessidades na área da cultura (municipais, regionais e nacionais), procurou-se identificar objetivos estratégicos, investimentos e, independentemente de financiamentos disponíveis, projetos concretos considerados prioritários à escala municipal.

Realça-se que, não obstante os contributos dos municípios poderem ser particularmente relevantes para a definição de políticas culturais na próxima década, se observou que 7,5% da amostra do estudo optou por não desenvolver nenhuma das seis questões que foram colocadas nesta secção.

### **2.4.1. Necessidades (municipais, regionais e nacionais) na área da cultura**

No que concerne aos 62 conjuntos de respostas validadas, nas três questões relacionadas com as necessidades, regista-se que no M48 e no M51 só foram consideradas as respostas referentes às necessidades municipais e no M67 não foram tidas em conta as necessidades nacionais.

Tal como aconteceu nas linhas gerais das políticas culturais municipais no período 2017-2021, a análise das respostas relativas às necessidades e aos objetivos estratégicos das políticas culturais até 2030 foi realizada à luz dos documentos, nacionais e internacionais, selecionados pelos motivos já aludidos, procurando-se identificar alinhamentos, explícitos ou implícitos. De entre as centenas de necessidades apresentadas pelos municípios, foi possível efetuar um total de 1090 associações com os documentos (405 associações com as necessidades municipais, 357 com as necessidades regionais e 328 com as necessidades nacionais) e, como se vai observar pelas respostas que aqui vamos convocar, a título meramente ilustrativo, a diversidade de concretização e profundidade é grande, originando, por isso, graus de alinhamentos muito distintos, mesmo dentro das categorias de análise definidas em cada documento.

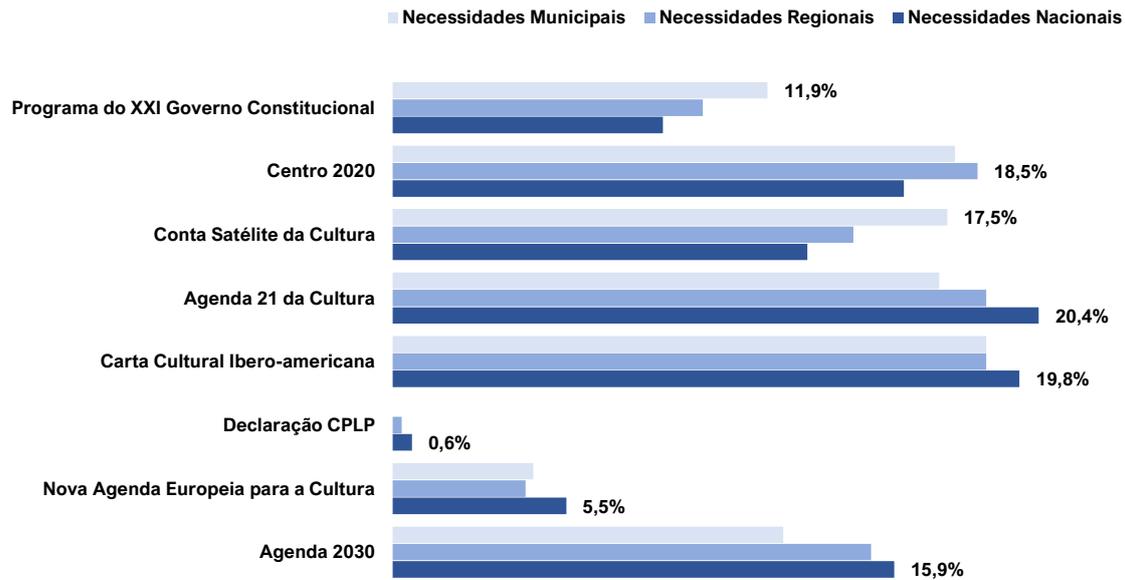


Gráfico 37: Alinhamento das necessidades culturais com os documentos selecionados

O Gráfico 37, que sintetiza o alinhamento das três escalas de necessidades na área da cultura com as 51 categorias de análise definidas a partir dos documentos, revela, por um lado, que as necessidades, independentemente da sua escala, estão, aparentemente, sempre menos alinhadas, respetivamente, com a Declaração da CPLP, com a Nova Agenda Europeia para a Cultura, com o Programa do XXI Governo Constitucional e com a Agenda 2030 (representando, em média, 0,3%, 4,7%, 10,1% e 14,4% da totalidade dos alinhamentos identificados, com um mínimo de 0% de associações com a Declaração da CPLP nas necessidades municipais e um máximo de 15,9% de associações com a Agenda 2030 nas necessidades nacionais); e, por outro lado, que a Agenda 21 da Cultura e a Carta Cultural Ibero-americana foram os dois documentos com os quais foi possível identificar mais afinidades (representando em média, respetivamente, 19% e 19,3% da totalidade das associações, sendo que, regra geral, os alinhamentos revelaram uma tendência de subida à medida que a escala aumenta).

Não obstante a identificação de necessidades na área da cultura se referir até 2030, altura em que o Centro 2020 já não estará em vigor, considerou-se que a análise dos alinhamentos com o Centro 2020 se revelava de particular interesse, uma vez que, como é evidente, se espera que os impactos do programa se estendam muito além do período da sua execução.

Os resultados da análise à luz do Centro 2020 são particularmente interessantes, uma vez que mostram que, apesar de não figurarem de forma explícita referências substantivas ao Centro 2020, se percebe que, de forma implícita, se observou que 17,5% das necessidades identificadas estão alinhadas com, pelo menos, uma das nove categorias de análise. De

entre as respostas com as quais não foi possível estabelecer associações com o Centro 2020, destacam-se as dadas pelos M14 e M35, que não permitiram efetuar associações com nenhuma das categorias deste documento em nenhuma das escalas de necessidades; as necessidades municipais apresentadas pelos M14, M20, M30, M35 e M45; as necessidades regionais elencadas pelos M02, M14, M35 e M44; e as necessidades nacionais identificadas pelos M12, M13, M14, M24, M35, M49, M53, M56, M61, M70, M71 e M72.

Sobre os alinhamentos com o Centro 2020, o Gráfico 38 permite perceber ainda que foi com o E7 que, nas três escalas, se conseguiram mais associações com as respostas dadas pelos municípios, sendo que no caso das necessidades municipais o E7 assumiu um peso particularmente relevante. No caso do E8 e do E5 regista-se que têm, respetivamente, mais peso nas necessidades regionais e nas necessidades nacionais, e não deixa de ser relevante sublinhar que em nenhuma das escalas foi possível encontrar afinidades com o E4 e que as afinidades com o E6 são residuais.

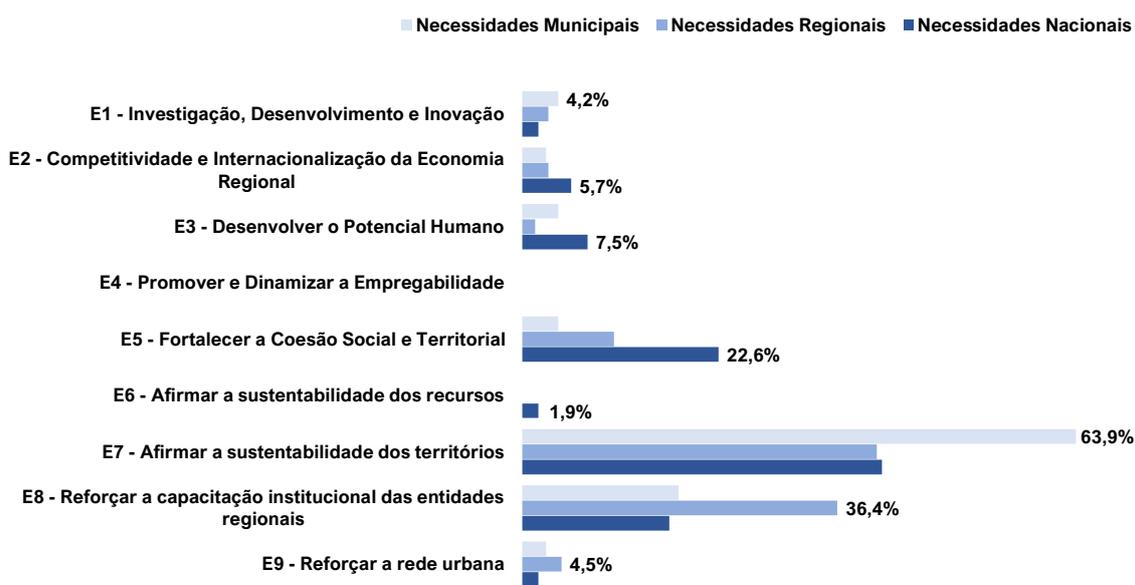


Gráfico 38: Alinhamento das necessidades culturais com o Centro 2020

A análise efetuada com base na CSC, que permite a triangulação com os dados provenientes de outras respostas do questionário, revelou que, não obstante a diversidade de domínios previstos, não foi possível efetuar associações entre um conjunto significativo de respostas e, pelo menos, uma das 10 categorias definidas em 51,6% dos municípios não foi possível enquadrar, pelo menos, uma das suas respostas em nenhuma das categorias, representando 26,5% do total das 181 respostas de necessidades na área da cultura elaboradas pelos municípios. Neste lote de respostas de domínio desconhecido,

vamos salientar o M35, o único que, tendo respondido às três questões, não foi possível identificar nenhum alinhamento com os 10 domínios definidos, não tanto pelo facto de serem respostas idênticas para perguntas diferentes, mas sim pelo facto da sua formulação – “mais dotação orçamental e mais apoio” – não permitir efetuar nenhuma associação consistente.

O Gráfico 39 revela-nos ainda que, tal como se observou em outras questões de outras secções (e.g. Associativismo Cultural, Linhas Gerais das Políticas Culturais Municipais 2017-2021, Projetos Culturais de Iniciativa Municipal), os domínios das Atividades Interdisciplinares, Património Cultural e Artes do Espetáculo, foram aqueles com os quais foi possível estabelecer mais associações – em média, corresponderam, respetivamente, a 56,8%, 25,6% e 8,3% das associações efetuadas a partir da CSC.

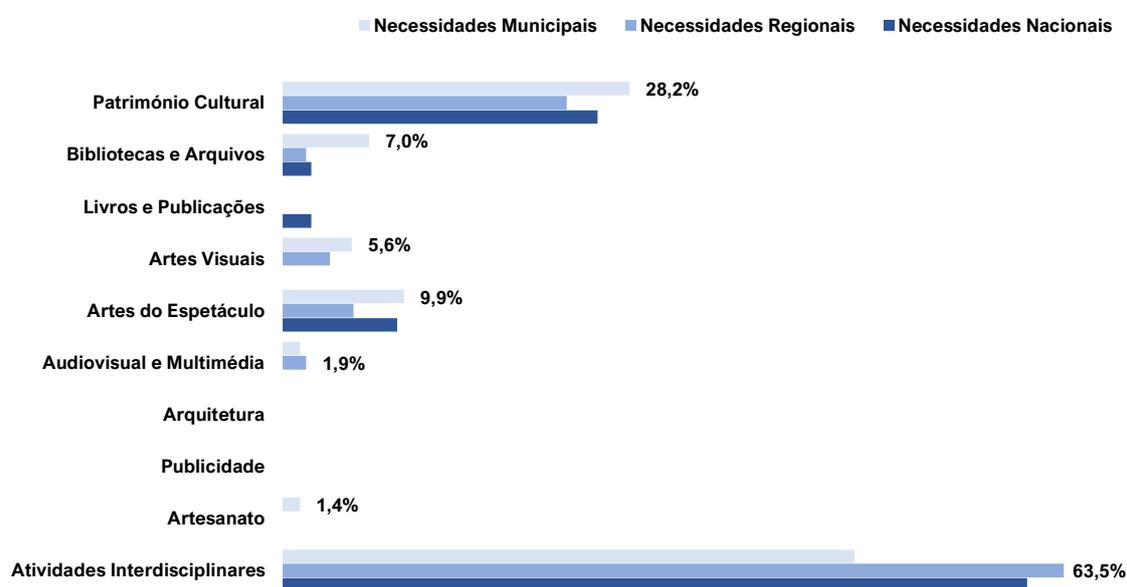


Gráfico 39: Alinhamento das necessidades à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA

Tendo em consideração que foram oito os documentos a partir dos quais a análise das respostas foi efetuada e que seria importante que nas repostas fosse possível identificar, pelo menos, afinidades com uma categoria de cada um dos documentos, a segunda leitura do resultado da análise centrou-se nas respostas com oito ou mais associações. Contudo, como se vai observar, optou-se por não se definir como critério de leitura a existência de afinidades com, pelo menos, uma das categorias de todos os documentos, uma vez que só a resposta do M03 referente às necessidades nacionais – “a salvaguarda do património edificado e a exportação da cultura e influência nacionais pelo apoio à internacionalização” – é que respondia positivamente a este critério. Assim, o resultado da segunda leitura da análise efetuada foi revelando que à medida que a escala das necessidades aumenta, a

percentagem de municípios que têm oito ou mais associações das necessidades com as 51 categorias de análise definidas diminui (27,4% das respostas no caso das necessidades municipais, 21,7% no caso das necessidades regionais e 15,3% no caso das necessidades nacionais).

Do conjunto dos 24 municípios, em cujas respostas foi possível detetar pelo menos oito alinhamentos nas necessidades à escala municipal, regional ou nacional, convocamos agora as três respostas dadas pelo M59, por ser, de entre os três municípios em que foi possível identificar simultaneamente, pelo menos, oito afinidades em cada uma das três respostas em análise, o município cujas respostas foram, apesar de genéricas e poderem ser aplicadas a um conjunto muito alargado de municípios, consideradas como das mais distintas entre si. Assim, para o M59, as necessidades municipais na área da cultura passam por “afirmar as singularidades culturais locais dentro do contexto regional e conquistar a sua quota de públicos interessados na oferta cultural em rede”; a nível regional é necessário “evidenciar e cimentar uma identidade cultural comum suscetível de coerência em respeito pela diversidade local, numa perspetiva de coesão regional”; e à escala nacional é sublinhada a necessidade de “afirmar as suas especificidades culturais no contexto europeu, de forma a não ser submergido por correntes culturais hegemónicas”.

Se foi nas respostas do M59 que se conseguiu identificar mais alinhamentos com as categorias de análise, o M48, que neste conjunto de três questões referentes às necessidades só apresentou uma necessidade municipal muito concreta – “requalificação do cine teatro” –, encontra-se na posição oposta, tendo sido um dos municípios que respondeu, aquele em que foi possível identificar menos afinidades com os documentos – seis ao todo (não sendo, por exemplo, possível identificar afinidades nem com a Nova Agenda Europeia para a Cultura, nem com a Declaração da CPLP).

Como já foi referido anteriormente, os alinhamentos das respostas com cada documento como um todo e com as diferentes categorias de análise definidas para cada documento foram muito distintos, por isso seguem-se a convocação de alguns dos resultados obtidos que permitirão ilustrar a diversidade de necessidades e de associações possíveis.

No que concerne às necessidades municipais, apesar de serem evidentes as necessidades concretas relacionadas, nomeadamente, com recursos financeiros (M20, M21, M30, M31, M35, M37, M39, M45 e com a construção e requalificação de infraestruturas culturais (M03, M05, M12, M18, M43, M48, M67, M71, M72), considera-se também relevante salientar que alguns respondentes identificaram necessidades com dimensões mais abrangentes, como a “definição de uma estratégia cultural municipal” (M36), a realização de um “diagnóstico bem feito com entidades estatais e agentes culturais experientes, adjuvado da vinda de técnicos qualificados experientes p/ implementação” (M52), a “profissionalização dos

recursos humanos” (M22) ou a criação de “condições para o desenvolvimento da criatividade e vitalidade artística com uma estratégia a longo prazo com dimensão europeia e visão holística” (M29), o que revela a preocupação para a qualificação, a médio prazo, das políticas culturais à escala municipal.

Na leitura da análise das respostas referentes às necessidades municipais torna-se nítido que na maioria dos documentos se observou a existência de um número muito reduzido de categorias (uma ou duas) a reunir mais de 50% dos alinhamentos identificados com o respetivo documento: na Nova Agenda Europeia para a Cultura, no Programa do XXI Governo Constitucional e na Agenda 2030 uma única categoria de cada documento foi responsável, respetivamente, por 77,8%, 70,8% e 58,0% das associações efetuadas, sendo que nestes três documentos houve 33,3% das categorias definidas sem qualquer tipo de associação identificada; no Centro 2020 a categoria “afirmar a sustentabilidade dos territórios” reuniu 63,9% das associações e, retirando a categoria “reforçar a capacitação institucional das entidades regionais” com a qual se estabeleceram 18,1% das associações, as restantes seis categorias não ultrapassaram os 4,2%; e na Agenda 21 da Cultura foi na categoria relacionada com a Governança que se concentraram 61,4% das associações. A Carta Cultural Ibero-americana foi a exceção à regra, observando-se uma distribuição mais equilibrada das associações efetuadas, havendo duas categorias – Património Cultural e Cooperação Cultural – a terem, respetivamente, 38,2% e 36,8% dos alinhamentos identificados.

Ainda sobre os alinhamentos, implícitos ou explícitos, das necessidades municipais com os documentos, convocam-se duas das três respostas em que mais associações foi possível fazer e nas quais é possível observar nitidamente diferenças de necessidades: “apoio à programação, equipamentos e capacitação material de recursos; inovação social/investigação e indústrias criativas; apoio serviços educativos” (M26); e “recolha do património imaterial e sua preservação em suportes atrativos. Dinamização de locais âncora para visita turística e local” (M60). Se no M26 as necessidades identificadas podem estar mais relacionadas com a criação, a oferta e a fruição culturais para as comunidades locais, no M60 torna-se nítida a identificação de necessidades que concorram para potenciar o património cultural como um recurso turístico.

Concentrando-nos agora nas necessidades regionais, não obstante a resposta do M02, que afirmou não ser possível identificar necessidades, por considerar “a região centro como uma referência nesta área”, salienta-se que foi elencado um conjunto muito significativo de necessidades relacionadas com a *articulação*, a *concertação*, a *cooperação*, a *estruturação* e o *planeamento*, associadas, não raras vezes ao trabalho em rede. As respostas que se seguem, ilustram na perfeição o que acaba de se afirmar: “trabalho em Rede” (M07); “intensificar a cooperação entre sector público e sector privado.

Incrementar o trabalho em rede” (M11); “fortalecer as redes de cooperação e o seu financiamento para lançamento de projetos comuns” (M18); “trabalho em rede e maiores parcerias institucionais” (M22); “falta de trabalho em rede e uma programação internacional integrada” (M24); “articulação entre parceiros institucionais e comunicação das iniciativas” (M28); “criação de rede cultural capacitada para concretizar ações em todos os territórios, de forma regular” (M64). Sobre as redes, destaca-se ainda a resposta do M31, que não sendo recorrentemente apresentada é, não raras vezes, um problema recorrente: “Melhor rede de transportes. A fraca rede de transportes na Região dificulta o acesso às atividades culturais”.

Analisando as 357 associações estabelecidas entre as 60 respostas validadas, destaca-se que, contrariamente ao que se observou nas necessidades municipais, nas necessidades regionais houve uma distribuição mais equitativa de alinhamentos dentro das categorias dos documentos, havendo dois deles – Agenda 21 da Cultura e Agenda 2030 – com as quais foi possível efetuar associações com as 10 categorias definidas e havendo apenas uma categoria que concentrou mais de 60% das associações do respetivo documento – a categoria de Educação, definida a partir da Nova Agenda Europeia para a Cultura. Dos alinhamentos mais frequentes, salientam-se as seguintes categorias: Cooperação Cultural (49,3% a partir da Carta Cultural Ibero-americana); Governança (43,3% a partir da Agenda 21 da Cultura); Redes (42,9% a partir do Programa do XXI Governo Constitucional); e Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (40,9% a partir do Centro 2020).

Das respostas referentes às necessidades regionais, convocamos ainda mais três: a do M59 – “evidenciar e cimentar uma identidade cultural comum suscetível de coerência em respeito pela diversidade local, numa perspetiva de coesão regional” – por ter sido uma das respostas que congregou mais associações com os diferentes documentos; e as do M29 – “estruturação de um plano de ação como instrumento de compromisso coletivo das cidades da região destinado a fortalecer o empenho num projeto comum” – e do M49 – “necessidade de um real diagnóstico do impacto das políticas culturais” – que, sendo das respostas com menor número de associações identificadas com as categorias definidas a partir dos documentos, apresentam necessidades particularmente relevantes para pensar as políticas culturais no futuro e que, implícita ou explicitamente, são partilhadas por muitos dos respondentes.

O terceiro conjunto de necessidades apresentadas pelos municípios são à escala nacional e destacam-se os fatores relacionados com o financiamento (M01, M07, M11, M18, M33, M35, M37, M61, M63, M70, M71), sendo ainda de salientar, por exemplo, a proposta do M38 que refere explicitamente a necessidade de “criação de um Plano Nacional da Cultura que permita uma maior articulação e harmonização intermunicipal”, proposta esta que, por outras palavras, também é apresentada pelos M25, M29 e M56.

Das 328 associações estabelecidas entre as 59 respostas validadas, destaca-se que, tal como aconteceu nas necessidades regionais, houve uma distribuição mais equitativa de alinhamentos dentro das categorias dos documentos: havendo um documento, a Agenda 21 da Cultura, com a qual foi possível efetuar associações com as cinco categorias definidas; e não havendo nenhuma que concentrou mais de 50% das associações do respetivo documento. Das associações mais frequentes, salientam-se as seguintes categorias: Património Cultural (40,4% a partir da Agenda 2030, 44,4% a partir da Nova Agenda Europeia para a Cultura e 39,3% a partir do Programa do XXI Governo Constitucional); Governança (49,3% a partir da Agenda 21 da Cultura); Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (41,5% a partir do Centro 2020); e Desenvolvimento (33,8% a partir da Carta Cultural Ibero-americana).

Na análise das respostas ainda se considera relevante referir, por um lado, que o M39 salienta, desta feita como necessidade nacional, uma necessidade semelhante à que o M31 mencionou nas necessidades regionais e que está relacionada com a existência de uma “melhor rede de transportes públicos, uma vez que o acesso à cultura tem que ser facilitado com o acesso aos locais”; e, por outro lado, que para o M21 as necessidades na área da cultura a nível nacional passam por uma “maior aposta e investimento no domínio da cultura, concorrendo para a implementação dos 17 objetivos da agenda 2030”.

Terminamos a apresentação sumária dos resultados da análise das respostas às questões relativas às necessidades na área da cultura, com a convocação do Gráfico 40, que sintetiza a análise efetuada com 32 das 51 categorias agrupadas por grandes temáticas, independentemente dos documentos.

O Gráfico 40 é bastante elucidativo no que concerne às grandes tendências de necessidades na área da cultura indicadas pelos municípios, permitindo identificar diferenças substantivas nas três escalas analisadas, podendo até mesmo afirmar-se que à medida que a escala aumenta, aumentam de forma muito substantiva as necessidades no que concerne a aspetos relacionados com Cooperação, Redes e Mobilidade e com Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social (sobem, respetivamente, 17,1% e 7,7% das necessidades municipais para as necessidades nacionais); e diminuem, também de forma substantiva, as necessidades relacionadas com Património Cultural e com Cultura, Política e Governança (descem, respetivamente, 21,3% e 11,6% das necessidades municipais para as necessidades nacionais). Regista-se ainda que a tendência de subida à medida que a escala aumenta também se observa nas necessidades relacionadas com a Educação e com a Criatividade, sendo que nestes casos oscila entre os 3,5% e os 3,8%.

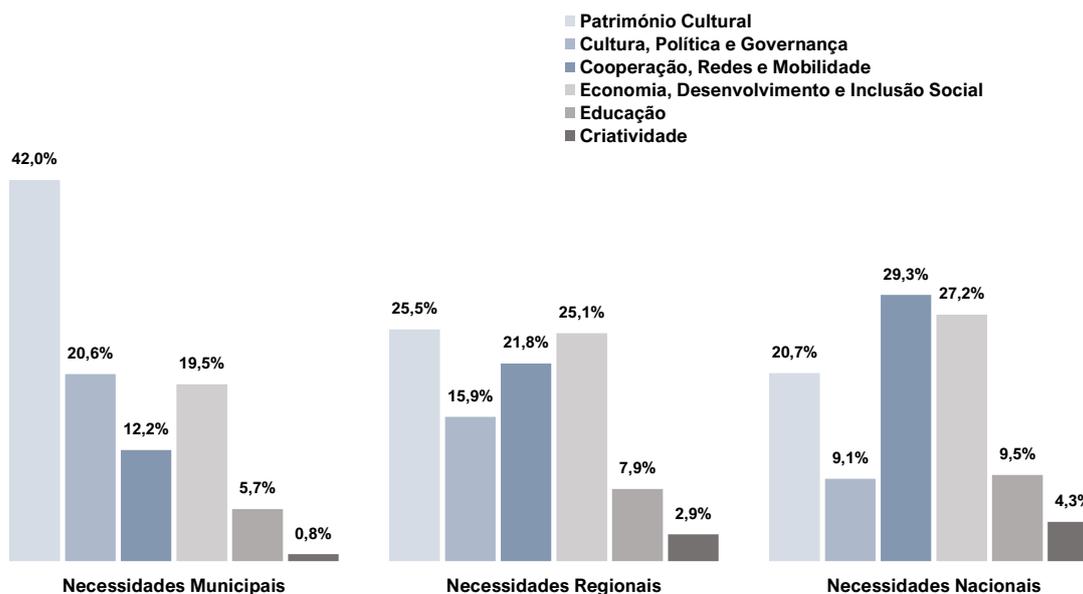


Gráfico 40: Alinhamentos das necessidades por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos

#### 2.4.2. Objetivos estratégicos na área da cultura

Do conjunto de contributos que se solicitou aos municípios sobre as políticas culturais para o período 2020-2030, segue-se a convocação dos resultados da análise à quarta questão. Nesta pergunta aberta pediu-se aos respondentes para indicarem, por ordem de importância, três objetivos estratégicos da política cultural municipal até 2030. Ao todo foram validadas 60 respostas, reunindo-se 185 objetivos, uma vez que alguns dos inquiridos, como por exemplo o M74 cuja resposta se segue, optaram por apresentar uma resposta mais desenvolvida:

- Promover e implementar actividades, projectos e programas com vista ao desenvolvimento do interesse artístico;
- Promover e implementar actividades, projetos e programas com vista ao desenvolvimento económico, através da cultura e das artes, constituindo-se a cultura como verdadeiro terceiro vértice potenciador do desenvolvimento local;
- Concretizar a colaboração profissional e ajuda técnica ao movimento associativo e artístico amador, concebendo a cultura e as artes como verdadeiramente educadoras, formadoras e capacitadoras;
- Introduzir meios de investigação científica, inovação, novos métodos criativos e acrescentar mais-valia aos produtos locais, tradicionais e artesanais;
- Promover e implementar actividades, projectos e programas culturais com vista à educação, formação e capacitação de adultos e de grupos específicos para envelhecimento activo e participativo, numa verdadeira integração afectiva na vida social;

Como seria de esperar, a formulação das respostas foi muito diversificada: respostas muito lacónicas, como o M49 e o M73 cujos objetivos estratégicos se resumem, respetivamente, a “formação de públicos; programação cultural orientada; trabalho em rede” e a “investimento, promoção e incremento da rede cultural da CIM”; respostas muito práticas, como o M48 cujos objetivos passam pela requalificação de dois equipamentos culturais e pela criação de um terceiro equipamento cultural; e ainda respostas que, em certa medida, podem ser consideradas mais genéricas, como o M10 e o M44 cujos objetivos estratégicos se centram, respetivamente, na “preservação e sustentabilidade de ambientes em mudança; processos criativos, produção cultural e sociedade plural; língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor” e na “a preservação das tradições locais, a criação de uma agenda cultural anual diferenciadora e o investimento na investigação científica”.

De entre as respostas, destacamos ainda as quatro que se seguem por serem as únicas que, numa pergunta relacionada com o pensamento estratégico da cultura para a década 2020-2030, se referem de forma explícita a órgãos e instrumentos de gestão autárquica que, como já foi referido, são muito pouco frequentes nos municípios objeto do estudo. Para os M07, M18, M41 e M71, os objetivos estratégicos passam, respetivamente, por “democratização no acesso à cultura; aumento do orçamento; maior envolvimento da sociedade na programação e execução do Plano Estratégico de Cultura”; por “1. fortalecer a identidade cultural do território; 2. envolver a comunidade enquanto decisores e atores das políticas e estratégias da cidade; 3. sustentabilidade do plano estratégico cultural”; por “criação de um plano estratégico na área da cultura e turismo; criação de equipamentos culturais necessários ao seu desenvolvimento; requalificação dos recursos humanos”; e por “1. investir em infraestruturas e recursos humanos; 2. reforçar a formação e interação com os agentes/associações culturais do Concelho, e outras; 3. com o Conselho Municipal da Cultura, criar uma rede municipal de Cultura”.

Tal como aconteceu nas respostas referentes às necessidades na área da cultura, a análise das respostas relativas aos objetivos estratégicos das políticas culturais até 2030 também foi efetuada à luz dos oito documentos, nacionais e internacionais, selecionados para o efeito, procurando-se identificar alinhamentos, explícitos ou implícitos. Nas 60 respostas validadas foi possível efetuar um total de 1106 associações com os documentos.

O Gráfico 41, o Gráfico 42 e o Gráfico 43 sintetizam a análise efetuada, representando a distribuição dos alinhamentos pelos oito documentos, bem como as distribuições específicas em função das análises e das categorias criadas a partir da CSC/IFCA e do Centro 2020.

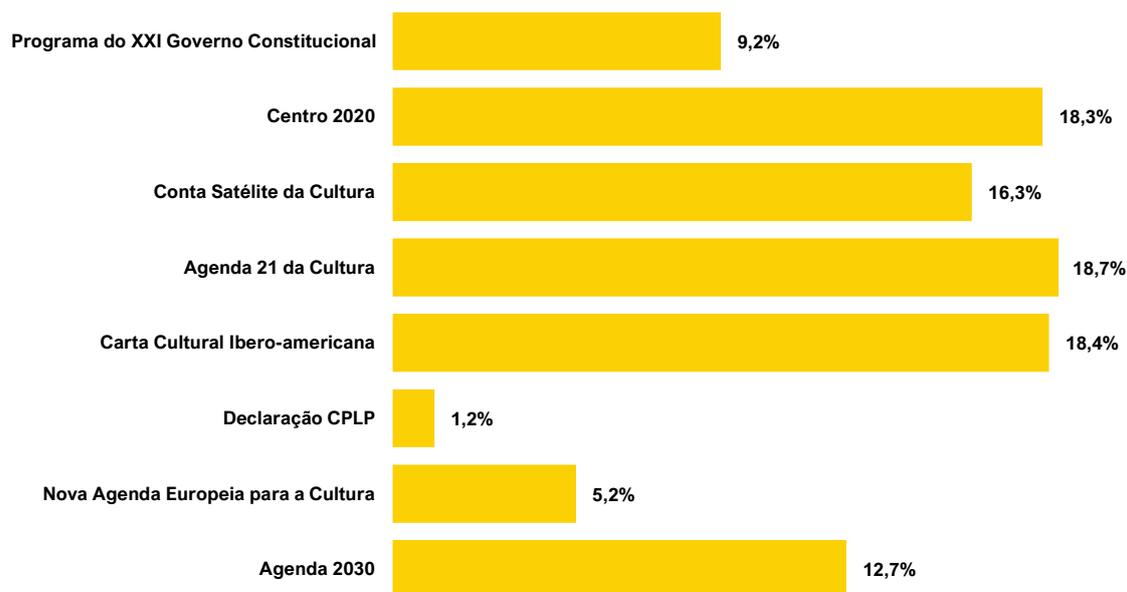


Gráfico 41: Alinhamento dos objetivos com os documentos selecionados

Os dados do Gráfico 41 revelam que, no que concerne à distribuição geral das associações efetuadas entre as respostas e os documentos, a tendência observada nos objetivos estratégicos está em linha com a análise efetuada às necessidades na área da cultura e, em certa medida, à análise às linhas gerais das políticas culturais 2017-2021. O mesmo se pode dizer relativamente às análises específicas a partir da CSC/IFCA e do Centro 2020, havendo, no entanto, duas ressalvas a fazer no caso da análise dos objetivos estratégicos: 1) dada a existência de um conjunto de respostas com alguma abrangência, considerou-se que o adequado seria, no que se refere às associações a partir da CSC/IFCA, em caso de dúvida associar à categoria de Atividades Interdisciplinares, o que pode ter provocado um aumento das associações a esta categoria (a média das associações desta categoria nas análises das necessidades foi de 56,8% de associações), mas regista-se que esta opção não influenciou em nada a categoria de Património Cultural que, em todas as análises se manteve como a segunda mais frequente, oscilando entre 22,2% e os 28,2% de associações); e 2) nos resultados referentes ao Centro 2020, não obstante estarem em linha com os anteriores, registou-se uma presença particularmente significativa nas associações com o E7 (apesar de ter sido em todas as análises a partir deste documento, a categoria com mais associações, relembra-se que nas linhas gerais das políticas culturais 2017-2021 só teve 34,6% de associações, que nas necessidades na área da cultura teve uma média de 48,8% de associações e que foi nas necessidades municipais que obteve o valor mais elevado, 63,9% de associações), o que pode ser um indicador da importância presente e futura da cultura para sustentabilidade dos territórios.

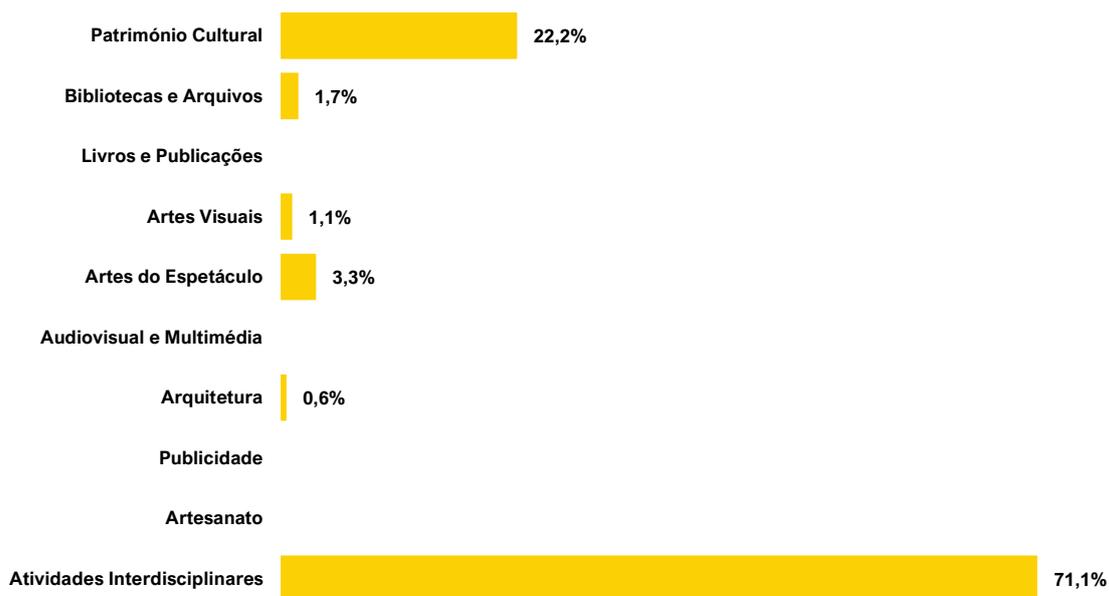


Gráfico 42: Alinhamento dos objetivos à luz das categorias criadas a partir da CSC/IFCA

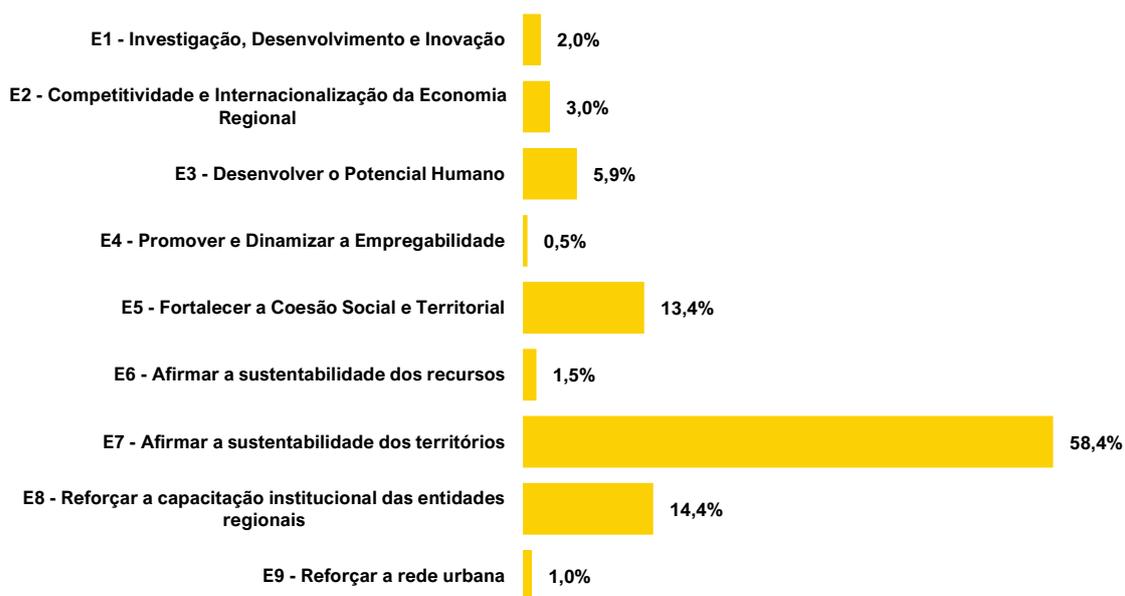


Gráfico 43: Alinhamento dos objetivos com o Centro 2020

No que diz respeito à distribuição das afinidades identificadas no seio de cada um dos outros seis documentos, realça-se, por um lado, que, em três deles (Declaração da CPLP; Nova Agenda Europeia para a Cultura e Agenda 2030), se observou a tendência de concentração da maioria das associações identificadas num número reduzido de categorias e, por outro lado, que, regra geral, o leque de categorias com mais associações manteve a tendência das análises análogas.

Ainda na leitura da análise realizada a partir dos documentos, convocamos ainda, por distintos motivos, as respostas dos M22 e M58. O M22, cujos objetivos integram “promover/formar/educar para a cultura, numa perspectiva de igualdade de acesso ao usufruto dos bens culturais; preservar e divulgar o património cultural; projectar [... o concelho] como cidade de cultura”, por ter sido a resposta com maior número absoluto de alinhamentos identificados. E o M58, cujos objetivos passam por “recuperação de património não classificado, melhoria da oferta diversificada, maior atractividade e novas dinâmicas”, por, apesar de ter ficado abaixo da média do número total de associações nesta resposta, ter sido uma das sete respostas com a qual foi possível identificar afinidades com, pelo menos, uma categoria de cada um dos oito documentos.

A leitura dos resultados da análise das respostas à questão relativa aos objetivos estratégicos, com base em 32 das 51 categorias agrupadas por grandes temáticas independentemente dos documentos e sintetizada no Gráfico 44, permite-nos perceber, que, ao contrário do que acontece nas linhas gerais das políticas culturais para 2017-2021 (ver Gráfico 23), na década 2020-2030 os municípios pretendem apostar, preferencialmente, em objetivos relacionados com Cooperação, Redes e Mobilidade e com Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social e que, apesar de serem as grandes temáticas mais frequentes nas linhas gerais das políticas culturais para 2017-2021 e nas necessidades à escala municipal (ver Gráfico 40), os objetivos relacionados com Património Cultural e com Cultura, Política e Governança continuam com presenças fortes, mas com apostas menos veementes.

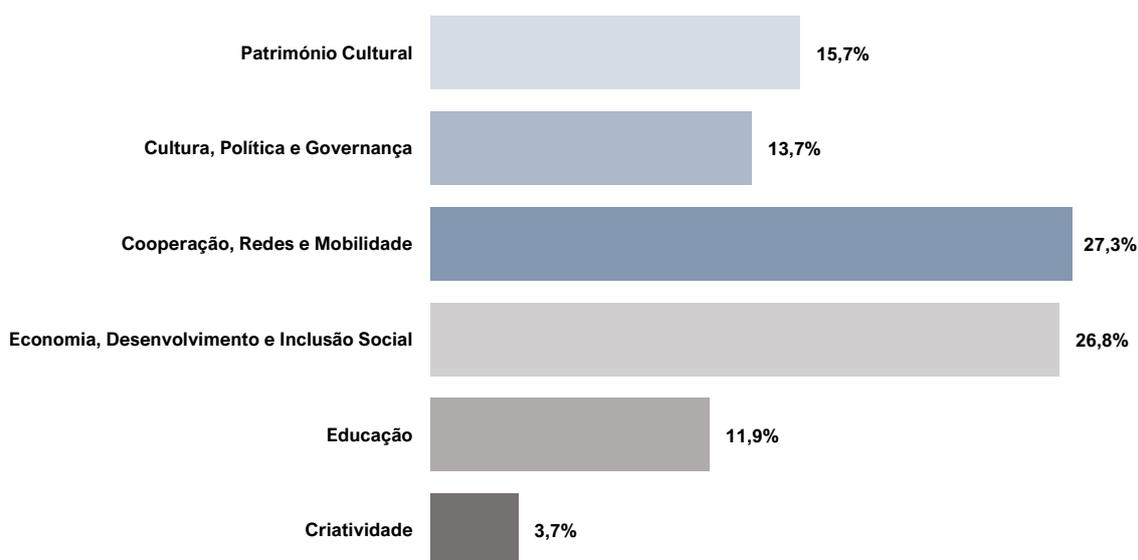


Gráfico 44: Alinhamentos dos objetivos por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos

### 2.4.3. Investimentos e projetos prioritários na área da cultura

Nas duas últimas questões desta secção procurou-se identificar investimentos na área da cultura e projetos culturais (independentemente dos financiamentos disponíveis) que os municípios consideram prioritários para a década de 2020-2030, sendo que a análise se centrou, essencialmente, na categorização das respostas à luz da CSC/IFCA. Sobre a formulação das respostas realça-se que, nem sempre os respondentes, elencaram investimentos e projetos concretos, optando por apresentar considerações genéricas sobre as temáticas solicitadas, por isso, durante a análise optou-se por colocar *domínio desconhecido*, sempre que não foi possível enquadrar os investimentos e projetos em nenhuma das 10 categorias definidas.

De entre as 121 respostas validadas a estas duas questões, destacamos aqui a do M36 nos investimentos culturais e a do M60 nos projetos culturais, por terem sido as que, simultaneamente, tiveram mais associações com as categorias definidas sem se contabilizar nenhum *domínio desconhecido*. O M36 apresentou, de forma muito pragmática, um investimento superior a 35.000.000,00 € para a reabilitação e a recuperação de quatro infraestruturas da região, facilitando, desta forma, a categorização da resposta. O M60 usou uma formulação similar à do M36, elencando sete projetos concretos, com exceção dos investimentos necessários, que permitiram um conhecimento mais profundo das opções futuras no que concerne às políticas culturais municipais.

83

O Gráfico 45, que integra os domínios dos investimentos prioritários e os domínios dos projetos prioritários, permite-nos perceber que os dados estão coerentes entre eles, sendo de destacar o facto de os investimentos e projetos poderem não estar completamente em linha com as necessidades e objetivos apresentados nas questões anteriores.

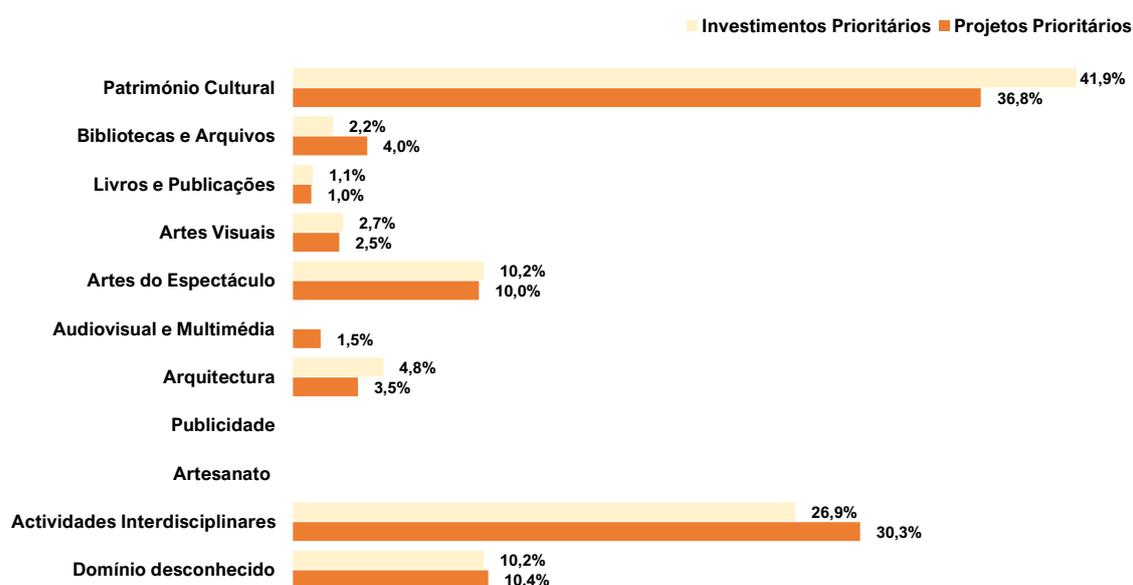


Gráfico 45: Domínios dos investimentos e projetos a realizar nos municípios na década 2020-2030

## 2.5. Sobre o Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020

A última secção do questionário visou reunir, através de cinco perguntas para respostas breves (máximo 100 caracteres por resposta), contributos dos municípios para a presença da cultura no novo Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020. Não obstante nas questões ter sido utilizada a terminologia do Centro 2020 (Objetivos Específicos, Tipologia de Intervenção, Tipologia de Ação, Indicador de Realização e Indicador de Resultado), para que os respondentes não tivessem dúvidas do tipo de informação pretendida, a verdade é que, não raras vezes, a formulação das respostas obtidas não está em linha com a informação homóloga no Centro 2020.

Neste conjunto de respostas qualitativas procedeu-se, como já foi referido anteriormente, à análise de conteúdo a partir de um alinhamento alfabético das respostas em função do verbo de ação. Na análise optou-se por recorrer também ao programa NVivo, criando, primeiro, *nuvens de palavras* com base nas 30 palavras mais usadas e, seguidamente, *clusters* por similaridade de palavras, permitindo perceber as relações entre as palavras mais frequentes.

Realça-se que 13,4% dos municípios optaram por não apresentar contributos em nenhuma das cinco dimensões, sendo que, a estes, se juntaram 10,4% que não responderam a, pelo menos, uma das dimensões solicitadas. As respostas obtidas foram, regra geral, ao nível regional e não tanto ao nível municipal, sendo que, por exemplo, o M48 centrou todos os seus contributos na requalificação de um recinto cultural municipal.

84

### 2.5.1. Objetivo(s) Específico(s)



Figura 5: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Objetivo Específico"

A Figura 5 representa a *nuvem de palavras* das 30 palavras mais usadas nas respostas. De entre as palavras mais usadas, salienta-se, como seria de esperar, *cultura e derivadas*, com um total de 37 referências, *património* que figura por 13 vezes e *valorização, promover e sustentabilidade* com, respetivamente, sete, cinco e quatro repetições na formulação dos objetivos específicos para a dimensão cultural do Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020.

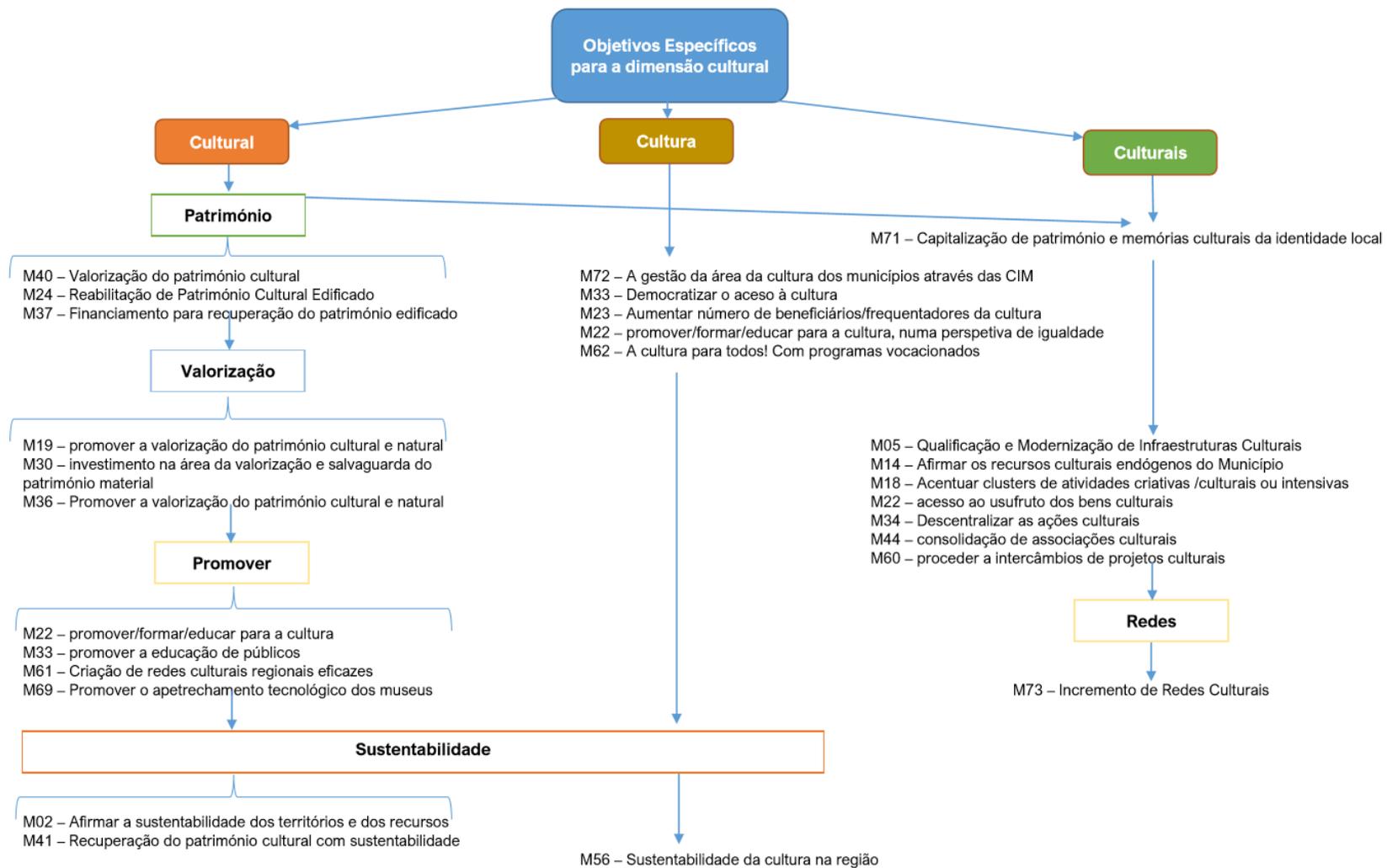


Figura 6: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Objetivo Específico”

A análise da Figura 6 permite perceber, por um lado, a relação próxima entre o termo *cultura* e o termo *promover*, e, por outro lado, a relação entre *património* e *valorização*. Ou seja, quando os respondentes descrevem os objetivos específicos para a dimensão da cultura, a ligação mais comum de acordo com o teste de Jaccard efetuado pelo *cluster* por similaridade de palavras é a ligação *promover cultura*, ou *cultura como objeto de promoção*; e quando os respondentes descrevem objetivos específicos pelo prisma do termo *valorização*, observa-se a associação com o termo *património – valorização de património* (associação de nível 1), *valorização do património cultural* (associação de nível 2) e *sustentabilidade e valorização do património cultural* (associação de nível 3). A título meramente ilustrativo, convocamos algumas das respostas para observarmos a relação das palavras em frase entre *cultural* e restantes, sendo o *património* o maior nó de associação:

- “Revitalização cultural e inovação para a sua sustentabilidade” (M04);
- “Enaltecer a identidade cultural dos territórios” (M10);
- “Reabilitação de Património Cultural Edificado” (M24);
- “Valorização cultural da região Centro” (M28);
- “Valorização do património cultural (M40);
- “Recuperação do património cultural com sustentabilidade” (M41).

Durante o processo de análise das respostas, para além dos dendrogramas de Jaccard, foram elaborados esquemas como o que apresentamos de seguida (Esquema 1) para ilustrar as análises efetuadas.



Esquema 1: Síntese da análise às respostas à questão “Objetivo Específico”

## 2.5.2. Tipologia(s) de Intervenção & Tipologia(s) de Ação

A Figura 7 e a Figura 8 representam as *nuvens de palavras* das 30 palavras mais usadas nas respostas referentes, respetivamente, à tipologia de intervenção e à tipologia de ação.

Na descrição das tipologias de intervenção, as palavras mais usadas foram, mais uma vez, *cultura* e *derivadas*, com um total de 34 referências, e *património* que figura por nove vezes. Os substantivos *criação*, *requalificação* (repetidos por sete vezes cada) e *valorização* (repetido por seis vezes nas respostas) são utilizados para indicar o sentido da ação sobre *equipamentos* e *territórios* (por cinco vezes) e sobre *espaços* (por quatro vezes).

No que concerne à apresentação das tipologias de ação, *cultura* e *derivadas* continua a figurar no conjunto das palavras mais utilizadas, com um total de 29 repetições, às quais se juntam com seis referências cada, os termos *património* e *apoio*, e com cinco utilizações o termo *programação*.



Figura 7: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Tipologia de Intervenção"



Figura 8: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Tipologia de Ação"



Figura 9: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão "Tipologia de Intervenção"

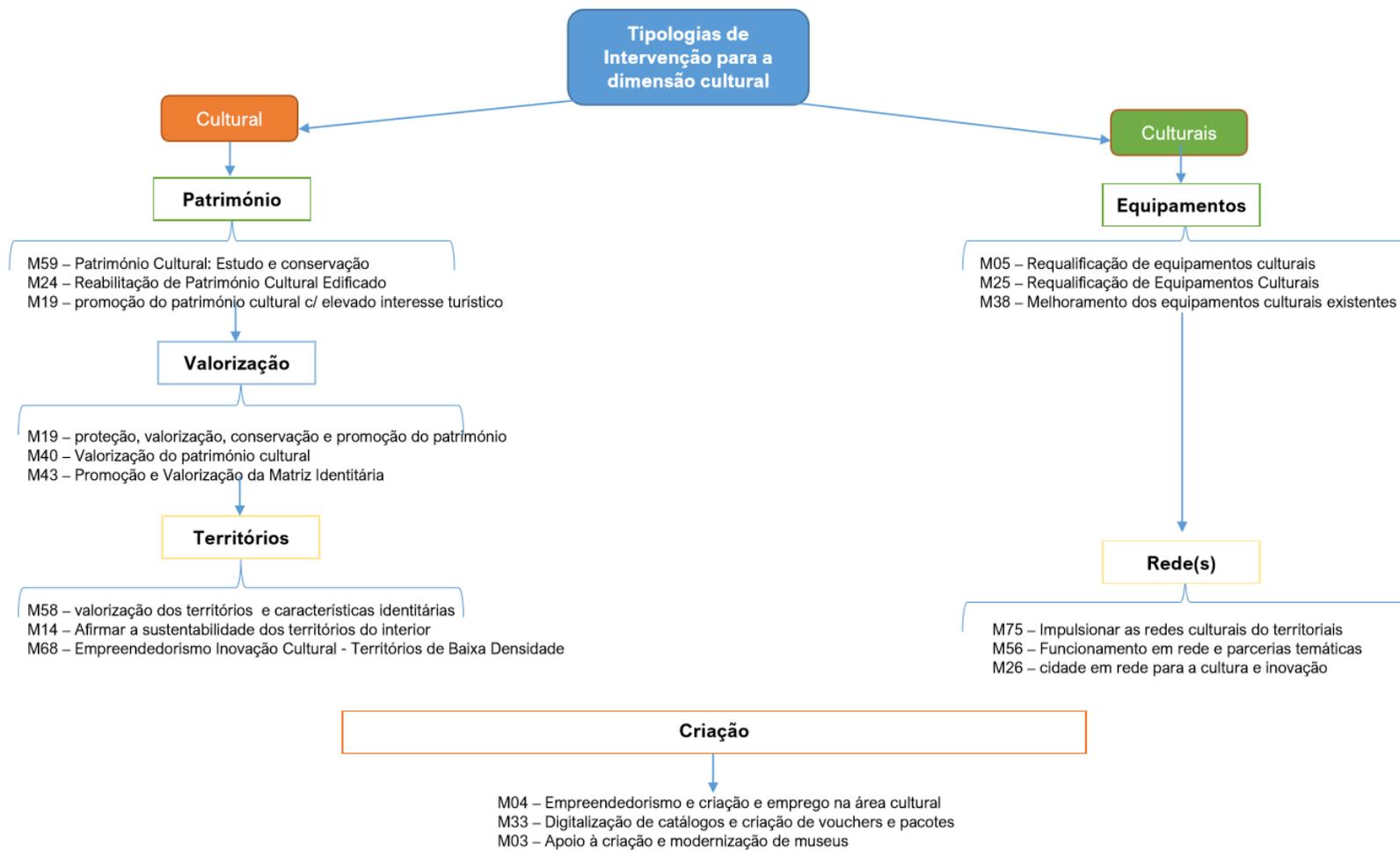


Figura 10: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Tipologia de Ação”

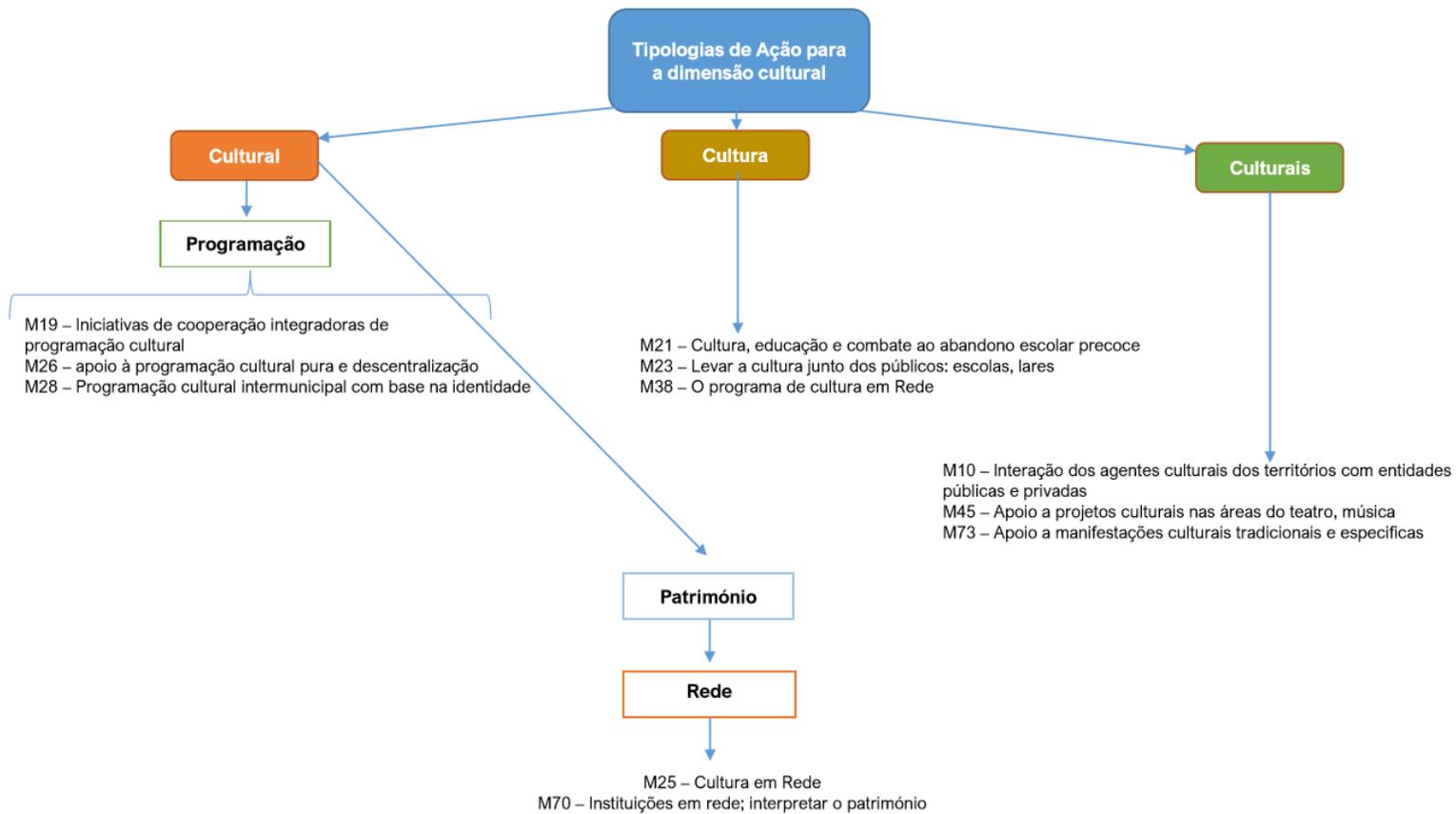
Lançando um olhar sobre o dendrograma de Jaccard referente às tipologias de intervenção, é possível perceber dois níveis mais estreitos de conteúdo: a associação entre *equipamentos* e *requalificação* e entre *cultural* e *património* (neste caso, o nível máximo de ligação). Como associação ao par *equipamentos-requalificação*, está em primeiro lugar o termo *culturais*, em segundo o termo *rede* e em terceiro o termo *valorização*. Isto sugere a iniciativa de *requalificação de equipamentos culturais*, permitindo *rede* e *valorização*. Já em relação ao par *património-cultural*, existe uma associação da palavra *criação*, originando vários sublinhados no sentido de apontar a *criação de património cultural*.

A título meramente ilustrativo, convocamos algumas respostas com diferentes níveis de associações: Nível 1 e nível 2 “Requalificação de equipamentos culturais” (M05); “Construção/requalificação de Infraestruturas culturais” (M06); “Investimento nos equipamentos culturais e na programação” (M28). Nível 3 e nível 4: “Impulsionar as redes culturais dos territórios através de espetáculos” (M75); “Reabilitação de Património Cultural Edificado” (M24); “Valorização do património cultural através da sua requalificação” (M40).

Na Figura 10, referente às tipologias de ação, é possível perceber relações entre os termos *programação* e *cultural* e entre os termos *património* e *rede*, podendo afirmar-se que o principal discurso sobre tipologias de ação discorre em torno de *programação cultural* (nível 1) e a *criação de redes para o desenvolvimento cultural e do património* (nível 2). Seguem-se alguns exemplos que ilustram o que acaba de se afirmar. Associações de nível 1: “Reabilitação de Património Cultural Edificado” (M24); “apoio à programação cultural pura e descentralização da oferta cultural” (M26); “Programação cultural intermunicipal com base na identidade” (M28). Associações de nível 2: “Instituições em rede; interpretar o património” (M70); “Financiamento para recuperação do património edificado” (M37); “Inventariação do Património Concelhio através da sua requalificação” (M03).



Esquema 2: Síntese da análise às respostas à questão “Tipologia de Intervenção”



Esquema 3: Síntese da análise às respostas à questão “Tipologia de Ação”

### 2.5.3. Indicador de Realização & Indicador de Resultado



Figura 11: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Indicador de Realização”

A Figura 11 revela, inequivocamente, a excessiva presença da perspetiva numérica nas sugestões de indicadores de realização. Entre as palavras mais usadas nas respostas, para além de *número*, que surge por 27 vezes, encontramos oito vezes *visitantes*, sete vezes *aumento* e *açoões*, e cinco vezes *atividades*, *culturais* e *património*. Conjugando algumas das palavras mais repetidas, as ideias materializam-se em *número de visitantes* como indicador de realização mais referido, seguido de *número de ações* ou de *aumento de visitantes* ou *aumento de ações*.

Com o diagrama por similaridade de palavra, é possível perceber a centralidade do termo *número* e das relações entre este e os termos *aumento*, *açoões* e *património*, sendo possível ainda identificar uma forte associação entre *património* e *açoões*. Seguem-se alguns exemplos que ilustram o que acaba de se afirmar: “Aumento do número esperado de públicos nas iniciativas” (M12); “Número de ações de valorização do património” (M25); “Número de atividades culturais realizadas para/com a comunidade local” (M51); “Número das ações a desenvolver neste âmbito (património)” (M38).



Figura 12: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Indicador de Realização”

A nuvem de palavras das 30 mais usadas nas respostas referentes aos indicadores de resultado torna evidente, mais uma vez, a excessiva presença do número. Entre as palavras mais usadas destacam-se: número, repetida 26 vezes, aumento que aparece por 12 vezes nas respostas, culturais e visitantes, que surgem, respetivamente, 10 e seis vezes, e, por último, espetadores, património e público, que figuram cada uma cinco vezes ao longo das respostas. Conjugando as palavras mais repetidas, o aumento do número surge como indicador de resultado mais referido, seguido de número de ações/eventos/serviços culturais.

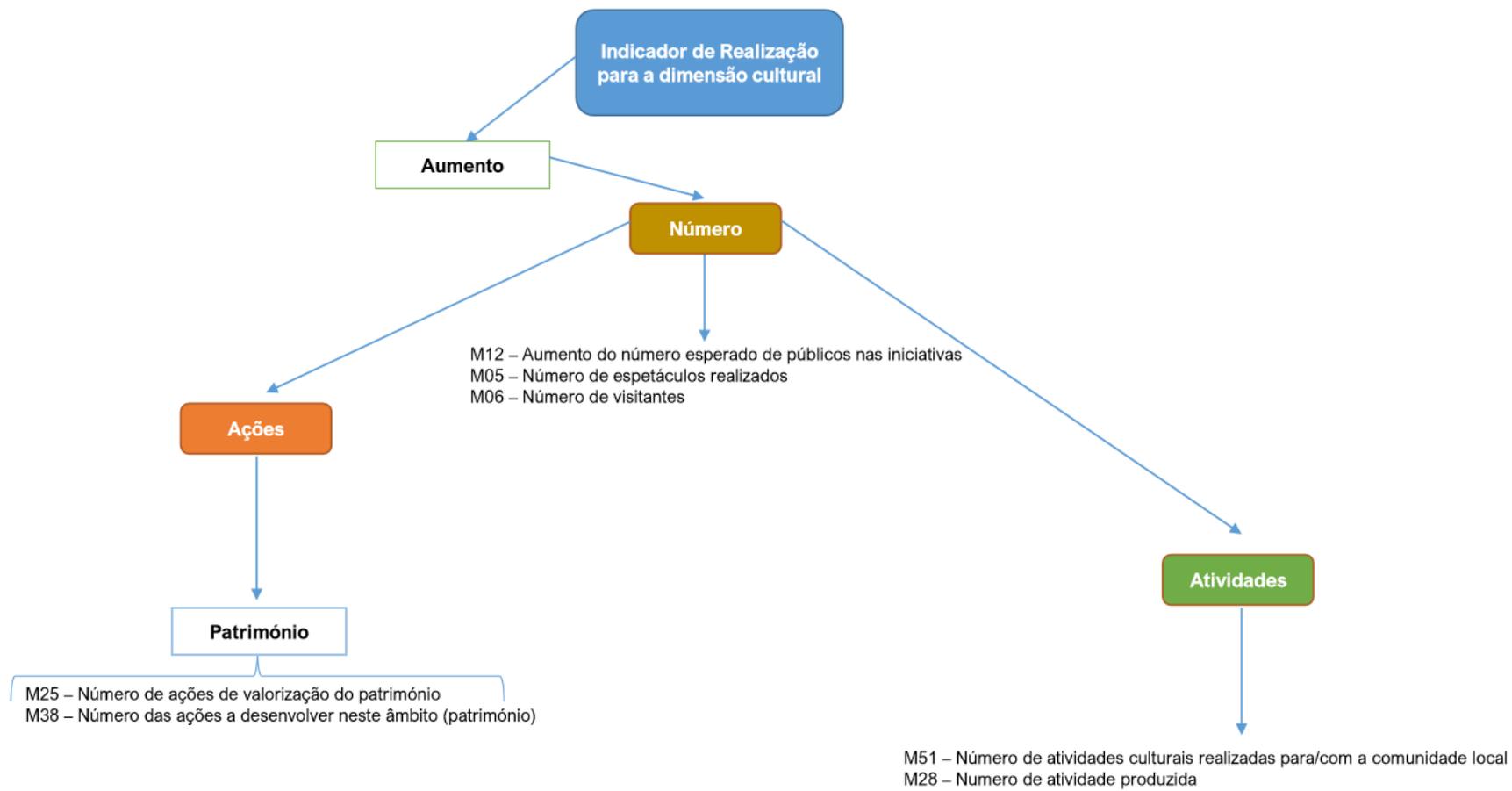


Figura 13: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Indicador de Resultado”

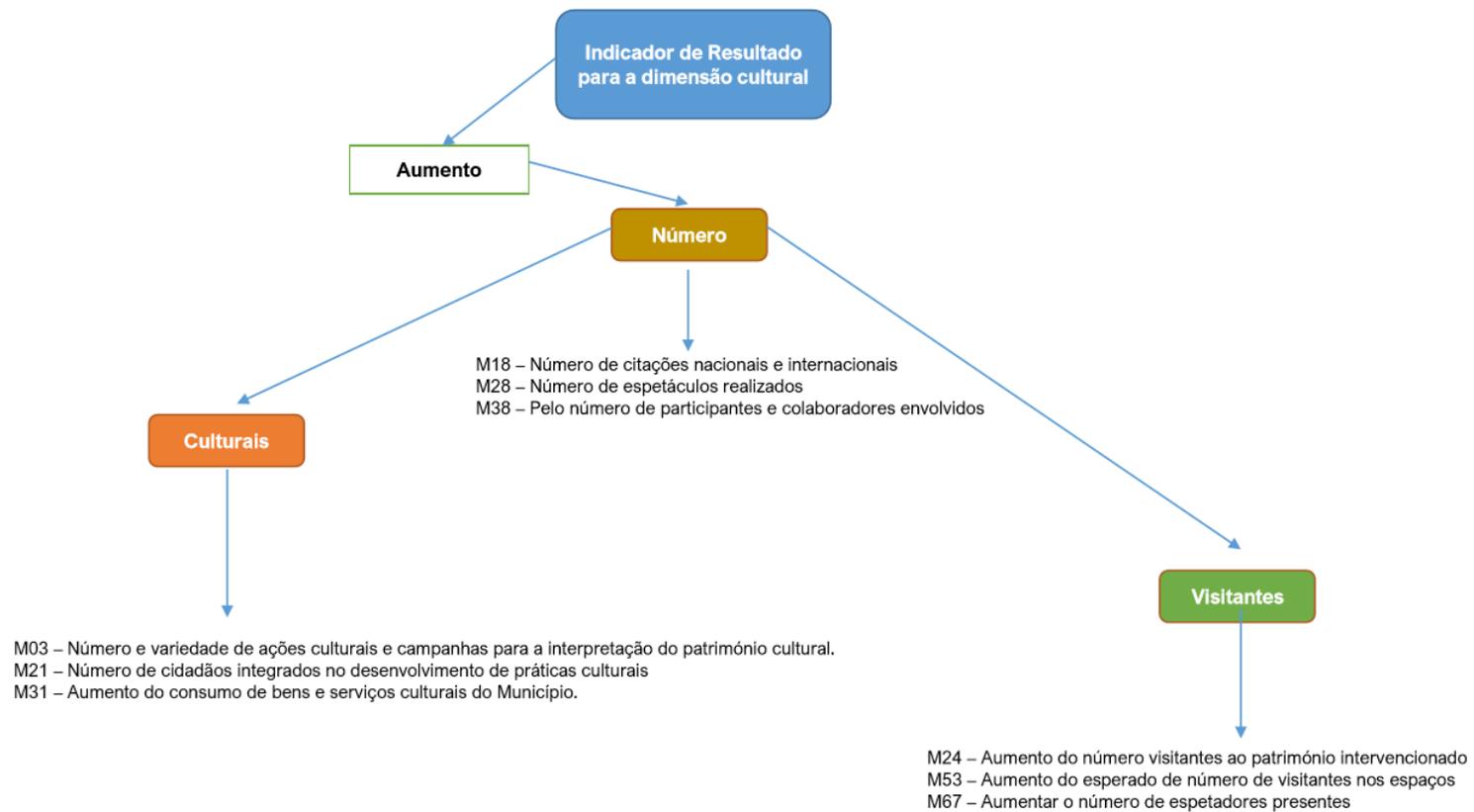


Figura 14: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Indicador de Resultado”

O dendrograma de Jaccard permite perceber a relação do termo *número* com o termo *aumento* (*aumento do número*) e com o termo *visitantes* (*número de visitantes*). Para ilustrar o que acabou de se afirmar, convocam-se alguns exemplos: “Aumento do número visitantes ao património intervencionado” (M24); “Número de espetáculos realizados” (M28); “Número e tipo de espetadores” (M33); “Aumento do esperado de número de visitantes nos espaços” (M53); “Aumentar o número de espetadores presentes” (M67).



Esquema 4: Síntese da análise às respostas à questão “Indicador de Realização”



Esquema 5: Síntese da análise às respostas à questão “Indicador de Resultado”

#### 2.5.4. Ideias-chave dos municípios

Na sequência da análise efetuada, primeiro a partir de um alinhamento alfabético das respostas em função do verbo de ação e depois com recurso ao programa NVivo, considerou-se pertinente e relevante sintetizar os contributos dos municípios para a dimensão cultural do Programa Operacional da Região Centro para o período pós-2020 em ideias-chave que poderão ser úteis para o próximo quadro comunitário.

Realça-se que no processo de compilação da informação para a elaboração dos cinco conjuntos de ideias-chave que integram a Figura 15 (Objetivos Específicos), a Figura 16 (Tipologias de Intervenção e Tipologias de Ação) e a Figura 17 (Indicadores de Realização e Indicadores de Resultado), se decidiu que os contributos deveriam figurar, deliberadamente, ordenados alfabeticamente para, desta forma, não estabelecer nenhuma ordem de prioridade entre as 10 ideias-chave definidas para cada uma das dimensões de análise, tanto mais que, em alguns casos e em função da análise efetuada, se optou por integrar em algumas dimensões contributos que, não sendo os mais frequentes nas questões específicas, foram sendo elencados, de forma implícita ou explícita, em outras respostas do questionário. Acresce ainda que também não se utilizou, deliberadamente, uma formulação das ideias-chave análoga à informação homóloga no Centro 2020, uma vez que o presente estudo também visa reunir contributos que concorram para a definição de políticas culturais para a década 2020-2030.



Figura 15: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas à questão “Objetivo Específico”

**TIPOLOGIA  
DE  
INTERVENÇÃO**

10 ideias-chave  
para a dimensão  
cultural

- Ações que potenciem a capacitação de agentes culturais
- Iniciativas que facilitem a aproximação das comunidades à fruição e à produção culturais
- Eventos para a valorização do património cultural
- Iniciativas para a criação e a consolidação de redes culturais
- Programação cultural
- Ações relacionadas com o empreendedorismo cultural
- Atividades que promovam as tradições culturais locais
- Intervenções que utilizem as tecnologias digitais ao serviço do território e da cultura
- Eventos culturais que potenciem o turismo
- Atividades de formação de públicos

96

**TIPOLOGIA  
DE  
AÇÃO**

10 ideias-chave  
para a dimensão  
cultural

- Programação cultural em rede
- Projetos de inovação aplicada aos setores culturais e criativos
- Iniciativas que valorizem o património imaterial
- Projetos que promovam a criação artística
- Programas com enfoque no potencial económico da cultura, nomeadamente no que concerne ao turismo
- Ações de formação artística e cultural para a comunidade
- Iniciativas que potenciem a cooperação e a articulação entre agentes culturais
- Reabilitação de património cultural imóvel
- Ações que promovam a articulação entre a cultura e a educação
- Itinerâncias culturais

Figura 16: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões “Tipologia de Intervenção” e “Tipologia de Ação”

INDICADORES DE REALIZAÇÃO 10 ideias-chave para a dimensão cultural	INDICADORES DE RESULTADO 10 ideias-chave para a dimensão cultural
	
 Aumento do público da cultura	 N° de espetadores das iniciativas e n° de visitantes dos recintos culturais
 Aumento da atratividade turística do território	 N° de artistas e de criadores, calendário e tipologia de eventos
 Aumento de iniciativas que promovam a inclusão social através da cultura	 N° de parcerias culturais dinamizadas e n° de agentes culturais envolvidos
 Aumento da visibilidade mediática da oferta cultural	 N° de recintos e n° de bens requalificados com programação
 Contributo para o desenvolvimento económico e social da região	 N° de entidades e n° de profissionais que trabalham no setor cultural
 Aumento de projetos culturais com viabilidade comprovada de continuidade	 N° de municípios e n° de entidades que articulam a sua oferta cultural
 Aumento da diversidade e da continuidade da oferta cultural	 Grau de satisfação dos envolvidos e do público, n° de ações e n° de profissionais e organizações envolvidas depois de terminado o programa
 Contributo para a definição de instrumentos de gestão e de planeamento cultural	 Média de n° de noites dos turistas na região e grau de satisfação da oferta cultural
 Aumento de recintos e de bens de património cultural requalificados	 N° e tipo de interações do público nas redes sociais
 Contributo para a estruturação e fortalecimento de parcerias e de redes entre os agentes culturais	 Percentagem da população socialmente vulnerável diretamente envolvida nas ações

Figura 17: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões “Indicador de Realização” e “Indicador de Resultado”



### 3. Grupos de discussão (comunidades intermunicipais)

Convocada a análise dos resultados obtidos pelo inquérito por questionário aplicado aos 77 municípios da área de influência da DCRR, segue-se a apresentação do primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das CIM's da área de influência da DRCC e cujas considerações metodológicas já foram apresentadas no respetivo capítulo. Lembra-se que, não obstante o guião elaborado, os participantes tinham a liberdade para, dentro de cada tema, selecionar os subtemas que consideravam mais pertinentes e relevantes aprofundar.

Na apresentação da análise dos grupos de discussão, começaremos com uma convocação de cada uma das sessões a partir do dendrograma de Jaccard e do coeficiente de Pearson, para concluirmos com as ideias-chave retiradas dos seis GD-CIM a partir das *nuvens de palavras* e dos Esquemas Fruchterman-Rei. Realçamos ainda que, como é evidente, toda a informação contida nas figuras, nas tabelas e nas citações que permitisse identificar alguma entidade, foi ocultada ou substituída para manter o anonimato.

#### 3.1. Grupo de discussão CIM1

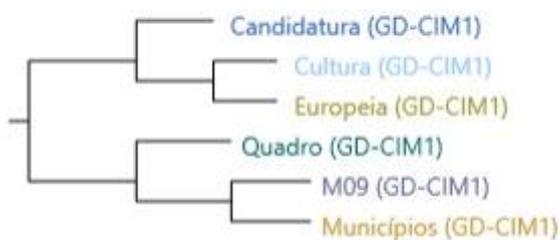


Figura 18: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM1

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Europeia	Cultura	0,567236
Cultura	Candidatura	0,456505
Europeia	Candidatura	0,434254
Municípios	[designação do M09]	0,409062
Quadro	Municípios	0,366401
Municípios	Cultura	0,345566
Cultura	[designação do M09]	0,310803
Candidatura	[designação do M09]	0,297113
Municípios	Candidatura	0,294498

Tabela 3: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM1

O GD-CIM1 teve a condicionante de estarem presentes apenas duas pessoas: o presidente do conselho intermunicipal (GD-CIM1-01) e uma técnica de projetos da CIM1 (GD-CIM1-01). A discussão centrou-se exclusivamente no GD-CIM1-01, que é presidente do M09 e, também por isso, a presença da designação do município tenha sido repetida várias vezes, tanto como referência à área de abrangência da CIM, como também ao M09 e à sua estratégia política. Para além desta particularidade, o facto do principal interlocutor integrar grupos de trabalho da Comissão Europeia e do M09 estar a preparar uma candidatura a CEC2027, concorreu para a constante associação entre designação do M09, *candidatura* e *européia*. Destaca-se ainda a ausência, nas 20 palavras mais repetidas, da palavra *território*, o que permite solidificar a ideia de que o discurso, no seu todo, centrou-se sobre o M09 e sobre as pretensões do interlocutor enquanto presidente desse município.

A partir dos dados da Figura 18 e da Tabela 3, conseguimos perceber que a correlação mais forte, ainda que com uma intensidade classificada como *moderada*, é entre as palavras *Europeia* e *Cultura* ( $P=0,567236$ ). As restantes correlações entre os diferentes *nós* são de intensidade mais moderada ou fraca.

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido pelo GD-CIM-01 no âmbito do GD-CIM1, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *candidatura*, *cultura*, *européia*, *municípios*, *M09* e *quadro*.

### **3.1.1. Associações da palavra *cultura* no GD-CIM1**

Logo no início do GD-CIM1 o interlocutor afirmou que a CIM1 está totalmente contra a postura das instituições regionais e nacionais na condução da cultura e das suas políticas no atual quadro de fundos comunitários: “Ponto primeiro, nós somos muito críticos das opções tomadas... na gestão cultural ao abrigo dos fundos comunitários do quadro que estamos a gerir” (GD-CIM1-01). As opções tomadas pelas instituições nacionais e regionais “secundarizaram a questão cultural e secundarizaram-na especialmente numa matéria que para os municípios é uma matéria, obviamente, de primeira linha, que é a dimensão municipal da cultura”.

A crítica focou-se, essencialmente, em dois grandes aspetos: na ausência de apoios para municípios na dimensão do edificado não classificado; e na excessiva *nacionalização* da cultura.

No que respeita ao edificado de equipamentos culturais o mais redondo zero, não se diz porque não é bonito, mas a verdade é que Portugal não foi a União Europeia, não foi a Comissão Europeia, Portugal inventou uma prioridade negativa para a cultura na dimensão cultural, portanto, não há como havia no passado, em todos os casos anteriores, não há financiamento Comunitário em qualquer PO para construir um centro cultural novo, para qualificar um museu, para reabilitar um teatro, não há!

Sobre a questão da *nacionalização* da cultura, é exposta uma visão que vai contra aquilo que diz ser a tendência da estratégia do governo em privilegiar demasiado os eventos ou as dinâmicas culturais com dimensão nacional:

Só o que é nacional é bom, o que é municipal siga [bate com as mãos uma nas outras num gesto usado como algo fosse insignificante] para nós podermos ter filões, rubricas no quadro de reabilitação urbana que por força da... do valor cultural, patrimonial possam ter diferenciação positiva, diferenciação positiva naquilo que respeita ao financiamento.

Mas aqui o GD-CIM1-01 colocou uma grande parte da responsabilidade na DRCC, considerando que “as dinâmicas da nossa Direção Regional de Cultura têm sido muito negativas e, portanto... mas estamos a trabalhar duro para que ainda na gestão do Portugal 2020, do Centro 2020 os compromissos que assumimos sejam executados”, sublinhando que ainda “temos aqui um bolo muito pequenino para fazer produtos turísticos integrados para fazer trabalhos em promoção cultural em rede”.

De acordo com o GD-CIM1-01, o atual Portugal 2020 foi um desastre que eliminou o que de bom tinha sido alcançado em Programas Operacionais anteriores:

Nós tivemos um PO da Cultura...que financiou o último Centro Cultural. Onde é que está o problema hoje... os fundos comunitários têm um papel importante, porque não vale a pena ter ilusões e, nós não temos no que respeita à vida e à gestão Municipal, o nosso financiamento virá sempre de dois sítios: dos fundos comunitários ou dos nossos próprios orçamentos. Nenhum de nós (...) tem a ilusão que nos próximos anos se vai abrir um qualquer PO da Cultura ou uma qualquer linha no orçamento do Estado ou uma nova rubrica com dimensão financeira minimamente relevante no Ministério da Cultura para nos aportar seja lá o que for.

---

101

Para o GD-CIM1-01, tirando Lisboa e Porto, todo o restante território vem sendo desrespeitado no que concerne à cultura:

Em Lisboa e um bocadinho no Porto, o Governo no Orçamento de Estado financiam à séria a programação cultural, o resto do território, das duas uma, ou financiam os municípios ou não há oferta cultural. O que é que nós achamos? Nós somos portugueses e nós achamos que um país pequenino ainda por cima como o nosso deve ter uma relação equilibrada com os seus cidadãos que estão a ocupar o território. E já que o Orçamento do Estado não o faz, e agora nós entendemos que o deve fazer, nós vamos manter a versão sobre os fundos comunitários, achamos que, este pequeno episódio, o tal pequeno bolo que temos tido acesso está quase esgotado, mas ainda bem que o usamos; no Centro 2020, foi uma boa experiência, foi positivo e deve ser prosseguido, seguramente faremos melhor a uma segunda volta, claro que sim...

A ideia que transparece do discurso é que nem a dimensão imaterial nem a dimensão material estão a ser cumpridas, sendo necessário “tratar de apoiar, de financiar a

qualificação da oferta cultural, oferta de programação numa lógica de diferenciação territorial”. Neste sentido, o que é pedido pelo GD-CIM1 é que haja, no futuro, uma política que “fale a verdade” para com os territórios e com os municípios, uma vez que existem municípios com várias necessidades por cumprir:

primeiro, nós queremos uma política cultural que fale a verdade e falando a verdade é ter a consciência que ainda temos municípios, e enquanto existir municípios a nossa posição vai ser: um município para existir há coisas com “C” grande que tem que ter e, um edifício, digamos, central na oferta cultural tem que ter; nós ainda temos [municípios] que ainda não o têm, sabendo que alguns obviamente têm equipamentos para qualificar e na nossa rede museológica temos coisas para fazer, seja de reabilitação e requalificação do edificado, seja de operações novas que temos na nossa mente, que temos nos nossos objetivos e que queremos pôr em cima da mesa.

Olhando para a CIM1 em particular, os objetivos e as dimensões estratégicas no plano cultural situam-se, agora e no futuro, em dois pilares.

O que é que nos faz diferente e o que é que o capital não pode pegar e levar para qualquer sítio do mundo, esta duas coisas: a cultura e o ambiente. Aquilo que somos como sol, como território, como água e aquilo que somos como cultura.

No que concerne aos contributos para a política cultural 2030 e para componentes a financiar no quadro de financiamento comunitário do pós-2020, foi salientada, por um lado, “a questão da reabilitação urbana como fatores de diferenciação positiva no que respeita a património edificado público ou privado” e, por outro lado, o apoio à própria dinâmica levantada pela candidatura da região a CEC2027. Sobre este último aspeto, a ideia avançada é que existem dinâmicas atualmente que só foram possíveis através da candidatura e isso deve ser continuado:

é um processo que para nós muito importante, é um processo de nós estamos empenhados para tirar proveito de todos os objetivos e de todas as dimensões que ele tem, queremos ganhar, queremos! vamos fazer de tudo para ganhar, vamos! estamos a fazer o caminho, estamos! é só isso que interessa, não! [...] há um conjunto vasto e imenso de ganhos, de fortalecimento da rede de agentes culturais, público e privado, de qualificação da oferta cultural, de internacionalização da cultura no duplo sentido da nossa cultura se levar a conhecimento de outros universos e outros universos de cultura se trazerem para nosso conhecimento.

Neste sentido, o objetivo do futuro no que toca à cultura integra o envolvimento dos atores locais numa dinâmica em rede capaz de gerar coisas novas e proveitosas para a região:

todos os episódios de cultura do Rancho Folclórico mais humilde, do teatro mais amador, etc. têm que ser contributivo e têm de fazer parte deste processo para que de facto, por uma cultura inclusiva, nós possamos fazer o desenvolvimento integral no sentido humano do termo, de que não vamos deixar ninguém para trás.

### **3.1.2. Associações da designação do M09 no GD-CIM1**

Devido ao facto de haver apenas um interlocutor, o debate centrou-se em torno de certos assuntos sem grande variação. A designação do município M09, quer como cidade quer como território, ficou como uma das mais mencionadas. Mas tal não significou um foco apenas na cidade, como é possível observar quando o GD-CIM1-01 se referiu às operações realizadas no território da CIM1 no âmbito do Centro 2020. Foram também mencionadas dinâmicas territoriais e a importância da articulação da cultura com outras áreas na região e, mais uma vez, apareceram referências aos poucos apoios,

nomeadamente cuidando daquilo que é a qualificação da oferta turística do destino (...). Aquilo que já fizemos e que estamos a fazer a esse nível é positivo, é pequeno é muito pequeno, é pouco é muito pouco, a dimensão financeira do que está em causa quando, aquando a relativizamos em relação ao saldo do PO é, enfim, matematicamente podemos chamar ridículo, porque é de facto muito pouco expressivo, mas como tudo na vida, antes pouco que nada, e, portanto, foi de facto...

Os objetivos da e para a região da CIM do M09 são vários, incluindo a questão do edificado não classificado, em que o interlocutor entende “que, assim como aconteceu no passado, em que quase tudo (não vou dizer tudo) pode haver uma operação que não teve financiamento comunitário”.

As críticas à falta de apoios para a região estendem-se à DGArtes, mais concretamente aos apoios à programação cultural, ainda que este seja identificado como um problema nacional. Segundo o presidente da CIM1, o M09 teve “durante muitos anos protocolos para financiar a programação [... mas] há quase 10 anos que a tal parceria financiadora de programação acabou, e este não é um problema [... do M09] é um problema Nacional”.

Mesmo na decisão da CEC2027, para o GD-CIM1-01 é fundamental que exista uma lógica no apoio, pois nesta “região” existe uma narrativa, uma estratégia, que no seu entender não existe noutras candidaturas. Esta região, reivindica GD-CIM1-01, é também a única com um plano estratégico para a cultura em conjunto com as instituições que a apoiam, rematando que “o nosso Plano estratégico para a Cultura é um elemento também instrumental na candidatura, não é?”.

### **3.1.3. Associações da palavra *candidatura* no GD-CIM1**

Na apresentação da sua visão para 2030, o GD-CIM1-01 centrou o seu discurso em torno da candidatura à CEC2027. Convocando a estratégia de mobilização dos cidadãos da região, os três simbolismos do processo de lançamento da candidatura (histórico, ambiental e inclusivo) e a ideia de que, mais do que ganhar a candidatura, é importante intensificar as dinâmicas culturais regionais: “nós vivemos este processo com alegria concorrencial, desejando que todos os 7, os 9, cresçam com a candidatura”. Para o GD-

CIM1-01 “a grande questão da candidatura é contar uma história, é desenvolver uma ideia, uma estratégia.... Qual é a ideia? Qual é a estratégia? Quem é que vai predominar?”

#### **3.1.4. Associações da palavra *européia* no GD-CIM1**

A palavra *européia* figura como uma das palavras mais citadas, por motivos relacionados com a CEC2027 e pelo facto de o respondente ver na Europa uma grande fonte de financiamento para a cultura. Mas, segundo GD-CIM1-01, no quadro financeiro atual, Portugal só veio complicar as diretrizes europeias quando “inventou uma prioridade negativa para a cultura” e, no futuro, “em Portugal há um problema, não há Orçamento de Estado nos próximos, no mínimo, 4 anos, para fazer aquilo que a União Europeia quer que os Estados façam”. Sobre o próximo quadro financeiro plurianual da UE, em Portugal “já temos um documento, um documento base, culturalmente muito pobre, não só culturalmente, noutras componentes muito pobre, mas pronto, há um documento que é nossa base”.

#### **3.1.5. Associações da palavra *municípios* no GD-CIM1**

A palavra *municípios* apareceu com regularidade no discurso do GD-CIM1-01, sobretudo associado a perspetivas de defesa dos municípios enquanto os principais agentes de dinamização cultural: “toda a gente tem consciência que o contributo dos municípios portugueses para a cultura é absolutamente fundamental, coitada da cultura em Portugal se vivesse das políticas e do orçamento do Ministério da Cultura, coitada dela, incluindo as Direções Regionais”.

Neste sentido, a defesa dos municípios é em políticas e em infraestruturas. A ideia com que se fica é a de que um país como Portugal, relativamente pequeno, deve ser capaz de tratar os municípios espalhados no território de modo equilibrado, o que, no entender do GD-CIM1-01, não se tem verificado: “nós somos portugueses e nós achamos que um país pequenino ainda por cima como o nosso deve ter uma relação equilibrada com os seus cidadãos que estão a ocupar o território”; e convém não esquecer que há municípios “que querem fazer um espetáculo com o mínimo, digamos, de qualificação técnica e não podem. Isto está bem assim?”

#### **3.1.6. Associações da palavra *quadro* no GD-CIM1**

A palavra *quadro* aparece sobretudo associada ao quadro comunitário de apoio.

A palavra associa-se, regra geral, a uma perspetiva negativa sobre o modo como está a ser implementado e gerido em Portugal o quadro comunitário atual, nomeadamente por restrições várias relacionadas com o património classificado, uma vez que “não há sequer, ou não houve, não há e assim será até ao final do quadro, a possibilidade de colocarmos

nada com interesse municipal e foi-nos imposto que algum investimento de qualificação de edificado ficava cingido a monumentos nacionais”.

O GD-CIM1-01 considera muito válido que se discutam linhas e indicadores futuros:

seja quando os construimos, seja quando os avaliámos já em algumas etapas, já na última etapa do passado quando fizemos a reprogramação do quadro, seja agora quando estamos a começar a discutir, porque a esse nível só agora é que discussão está a começar. Quais serão as matrizes de indicadores que devemos colocar num episódio próximo?

A discussão é particularmente relevante neste caso específico, uma vez que a CIM1 está em fase de acabar a definição estratégica da região e isso deve estar em linha de conta com o próximo quadro de financiamento:

estamos a acabar a revisão da nossa estratégia que tem um quadro de princípios, tem um quadro de projetos, área de projeto e projetos com definição também de projetos prioritários e já com referenciação financeira... estamos a acabar esse trabalho obviamente a cultura lá está, como é evidente.

Mas o GD-CIM1-01 sublinha que:

estamos todos fartos de discussões estratégicas e isto é uma discussão de Mercearia, (...) está tudo cheio de estudos e de não sei o quê, e o dinheiro está aqui e, o estudo? Os maiores, nacionais, ou os nossos planos estratégicos para desenvolvimento Urbano, plano estratégicos... estratégias para tudo e mais alguma coisa, Cartas Educativas... Quanto do nosso investimento em qualificar parques escolares meteu prolixas Cartas Educativas e nós gastamos dinheiro, e tempo, é tudo uma palhaçada. Porquê?

### 3.2. Grupo de discussão CIM2

O GD-CIM2 contou com a participação de nove elementos e teve a duração de 150 minutos. Destaca-se como muito positivo o facto de os participantes terem chegado sem grandes atrasos, permitindo um ambiente de conversa e interação informais prévio à sessão entre os participantes e a equipa de investigadores.



Figura 19: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM2

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Território	Municípios	0,463012
Território	Pessoas	0,437314
Pessoas	Municípios	0,400276
Território	Cultura	0,395044
Municípios	Cultura	0,343608
Pessoas	Cultura	0,34212

Tabela 4: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM2

A partir dos dados da Figura 19 e da Tabela 4, conseguimos perceber que as correlações são todas moderadas entre as principais palavras mais repetidas: a correlação mais forte, ainda que ao nível de moderada, é entre as palavras *território* e *municípios* ( $P=0,463012$ ).

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-CIM2, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *peessoas*, *cultura*, *território* e *municípios*.

### 3.2.1. Associações da palavra *peessoas* no GD-CIM2

Para o GD-CIM2, foi consensual considerar a cultura como um eixo fundamental para interligar pessoas, património material, património imaterial e territórios, tendo sido evidenciado que tal dinâmica tem sido crescente, sobretudo nos últimos anos:

o facto dos municípios, todos eles terem descoberto que a cultura, a programação cultural, a atividade relacionada com o património material quer também com a defesa do património imaterial, podem ser ferramentas de futuro relativamente ao maior problema que nós temos que são: as pessoas, a decadência populacional, a decadência populacional relacionada com os mais jovens e, hoje em dia, com os mais formados, porque são aqueles que muitas vezes, aqui ou fora, acabam depois por não retornar ao território, e essa tensão obriga os municípios a dar respostas; eu acho que é uma coisa extremamente positiva e eu creio que se sentiu nestes últimos 5, 6, 7 anos e se calhar a baliza do 2015 não é tão correta, sentiu-se que praticamente todos os municípios começaram a dar uma consistência e, e a valorizar a programação cultural e a atividade em torno da cultura. (GD-CIM2-08)

O facto de *cultura* ser um conceito polissémico foi encarado, a certa altura na discussão, como um fator que pode influenciar substantivamente o modo como esta se articula ou não se articula no seio das instituições:

quando se fala com as pessoas, a cultura é uma coisa e para outros é outra, e faz com que as programações às vezes sejam um bocadinho... ou até muito díspares e isso vai

influenciar às vezes a própria articulação, por exemplo, entre as instituições, sejam públicas, privadas. (GD-CIM2-07)

As relações entre cultura, identidade e memória, também foram abordadas, com a apresentação de duas visões que sublinham o papel das pessoas nestes processos:

quando fazemos as rotas... é para as pessoas conhecerem um pouco mais a nossa cultura. Isto estamos a fazer para fora, também temos que pensar e valorizar aquilo que está cá dentro, porque esta identidade não pode ser perdida, estas vidas e memórias daqueles que nos antecedem, na parte das tradições está efetivamente, acho eu, um bocadinho esquecido neste tipo de programas e que um dia, mais cedo ou mais tarde, vai-se perder e, para nós, enquanto comunidade é muito importante. (GD-CIM2-09)

aquilo que eu chamo mais o património imaterial, por um lado as pessoas e, por outro, as práticas, digamos, no fundo cíclicas que vão acontecendo, que muitas vezes são aproveitadas, digamos, para serem inseridas nas políticas culturais... mas eu acho que essas pessoas deviam ser mais bem tratadas, porque muitas vezes o tal património imaterial tem a ver com as pessoas que estão nos territórios. (GD-CIM2-07)

Com este pano de fundo, o GD-CIM2 considera que a formação deve ser orientada para as pessoas, responsáveis formais e informais pela preservação da cultura. O futuro deve passar por mais formação com foco na preservação dos aspetos culturais e territoriais:

a formação deve ser estimulada, o cenário é diferente em todas as câmaras, mas acho que é um elemento que é muito aprazível, porque as pessoas geralmente, elas estão muito disponíveis quando são confrontadas com essa possibilidade e eu acho que é absolutamente fundamental que um [próximo] quadro comunitário pensasse um pouco sobre essa realidade, com a valorização daquilo que são os recursos criativos nos territórios. (GD-CIM2-08)

A ideia que ressalta é que no futuro existam mais programas e projetos de formação para as pessoas e com as pessoas dos diferentes territórios, para que elas possam usufruir e ser envolvidas. Neste GD considerou-se que quanto maior o envolvimento, maior a dinâmica, uma vez que, nas palavras do GD-CIM2-08, “aquilo tem uma vibração muito própria porque as pessoas têm um envolvimento” e que, segundo o GD-CIM2-07, é importante contribuir “para a descoberta das pessoas, (...) não é obrigá-las a gostar de um determinado prato, mas é para contactarem com esse prato e decidirem”.

### **3.2.2. Associações da palavra *cultura* no GD-CIM2**

No GD-CIM2 foi “indiscutível para todos os participantes nesta mesa que temos que reconhecer a importância da cultura na valorização dos territórios” (GD-CIM2-05).

Neste sentido, no GD concordou-se com a ideia de que “a política cultural devia de ser vista para cada território, ser diferenciada para cada, para cada território” (GD-CIM2-01),

apesar de, segundo alguns dos participantes, tal não se observar frequentemente. Tanto mais que o GD-CIM2-06 afirma sem hesitar que “quando penso em cultura, penso em educação, penso em memória e identidade, penso em comunidade e, obviamente, tudo isto numa perspectiva de valorização do território, gerar mais riqueza para o território e, portanto, é nesta dimensão que eu me posiciono”.

As questões relacionadas com a memória e identidade, bem como a importância da sua valorização foi sublinhado, por exemplo, pelo GD-CIM2-02 que defendeu a vertente da cultura “mais ligada à história e identidade [... que tem] tanto ou mais valor do que aquilo que pode ser o património classificado de natureza imóvel, ou seja, tentar aqui (...) alguma equidade no que diz respeito à valorização de outro tipo de património”, mas devendo haver:

uma distinção muito clara daquilo que são eventos de animação cultural com projeção turística, daquilo que são os eventos culturais de programação cultural corrente e essa distinção deve ser clara e, e, a opção estratégica da programação cultural deve incidir no nosso ponto de vista numa lógica intermunicipal, porque acrescenta valor, mas não tendo em vista uma programação cultural que os municípios já fazem dirigida aos seus públicos e na dinamização dos seus espaços culturais, mas numa lógica de valorização turística, ou seja, assumir a programação cultural, visitas guiadas, recriações históricas ao nível daquilo que são as tradições e a identidade de cada território.

108

Contudo, é aqui que “tem havido realmente uma dificuldade na articulação entre a CIM e os municípios e acho que determinados programas e determinadas atividades poderiam hum... ser melhor em rede, tem havido essa dificuldade” (GD-CIM2-04).

Segundo o GD-CIM2-03, a “Direção Regional de Cultura teve um papel muito importante de concertação com os municípios no início deste quadro”, mas a questão do maior financiamento aos municípios com património classificado “acabou por amarrar um bocadinho os municípios naquilo que poderiam fazer”:

no fundo o Portugal 2020 acaba por limitar a atuação dos territórios ao património classificado, ao património nacional, ou classificado pela UNESCO, acaba por ser muito limitador (...) há municípios que têm património que é (...) válido para salvaguardar, (...) é o património imaterial, também ele deve ter aqui uma gaveta... (...) Não há, não tem existido no fundo um programa de ação muito focado naquilo que é o património imaterial e na sua salvaguarda de forma organizada e isso penso que é um passo que se deve assumir claro também para o futuro.

Assim sendo, torna-se fundamental que o futuro traga programas de cultura específicos para se adaptar às diferentes regiões:

poderíamos efetivamente ter aqui programas específicos no âmbito da cultura que façam uma interface se assim quisermos, ou uma interligação com outras áreas, como é o caso do turismo, como é o caso da educação, porque no fundo aquilo que estamos

aqui a falar é de identidade... se nós queremos estabelecer uma relação com os nossos vizinhos espanhóis, se temos aqui uma oportunidade, que é esta muito concreta, com uma temática muito concreta e é uma temática também cultural que envolve aqui a valorização da memória do território e, depois nos dizem: “meus amigos... não sabemos muito bem o que é isso (...)”, andamos aqui todos, quer dizer... então temos aí um problema. (GD-CIM2-06)

### **3.2.3. Associações da palavra *território* no GD-CIM2**

Pelo que temos observando até aqui, este GD reclama em uníssono as especificidades de cada território, bem como a necessidade de políticas culturais que tenham em linha de conta essas especificidades.

Consideram, portanto, “fundamental o cruzamento das políticas culturais e aquilo que é a dinâmica cultural do próprio território” (GD-CIM2-08), sendo importante não esquecer que a diversidade é muito grande e, por isso, “é preciso uma temática também cultural que envolve aqui a valorização da memória do território” (GD-CIM2-06), pois:

A questão cultural tem muita importância no que diz respeito à capacidade de atração destes territórios (...). Há quem tenha muito património imóvel de alto valor patrimonial e que saem beneficiados daquilo que podem ser as estratégias de financiamento Comunitário, mas os territórios que não tenham esse património não deveriam ser prejudicados. (GD-CIM2-02)

Assim sendo, “as tradições e a visitação do território por via das tradições é estratégica, mas conseguir de alguma forma que também esta visão cultural de memória futura se mantenha e que seja uma prioridade” (GD-CIM2-02); “deveria se pegar na identidade específica de cada território e trabalhá-la do ponto de vista de itinerância cultural, de co-produções de coisas que se fazem com a comunidade e através disso conseguir manter as tradições vivas” (GD-CIM2-02).

Esta articulação entre estratégia cultural e territórios poderá ser a chave do sucesso da região, dado o vastíssimo espólio em memórias e tradições. Mas é fundamental que haja flexibilidade nos programas – “há que trabalhar com uma estratégia cultural para um território, com articulação com os territórios contíguos em alguns casos (GD-CIM2-03) – e “a valorização daquilo que os recursos criativos nos territórios” (GD-CIM2-08).

### **3.2.4. Associações da palavra *municípios* no GD-CIM2**

De entre os múltiplos aspetos que, no GD-CIM2, se associaram aos *municípios* foi realçado o facto de serem vistos como diferentes atores com diferentes capacidades. A este respeito, a certa altura a discussão centrou-se na figura do programador cultural, tendo sido mesmo afirmado pelo GD-CIM2-05 que o “facto é que eu não conheço a realidade

dos outros municípios, [..., mas] programador, puro e duro, peço desculpa pela expressão, penso que não existe”.

Sobre o papel e envolvimento dos municípios e das CIM's no próximo quadro comunitário, o GD-CIM2-02 considera que “há uma parte municipal que não deve ser descurada (...) porque são os municípios que fazem o território” e, nesta linha de pensamento, apresentou uma proposta concreta:

a orientação 2030, acho que isto devia ter feito de maneira diferente, porquê?, acho que não devia ser por Aviso, ora para a cultura para todos, ora para a programação cultural em redor, ora património classificado; acho que tem que haver ao nível das CIM's uma oportunidade para a CIM ser ela a definir as suas orientações estratégicas com os (...) municípios (...) em particular, e para a cultura nós queremos ISTO!, em diferentes dimensões: turismo, educação, comunidade, património classificado, tem que ser uma estratégia integrada.

No seguimento da proposta levantada pelo o GD-CIM2-02, o GD-CIM2-08 considerou importante sublinhar a existência de duas dimensões que podem ser problemáticas:

a primeira é, que os próprios municípios e a forma como os próprios municípios ainda se estão adaptar a uma realidade completamente diferente, no certo sentido em que está um bocadinho adiantada em relação a alguns aspetos; depois há outros, em que a dinâmica é tanta que a própria estrutura interior do município não está a acompanhar, os meus cabelos brancos não é só... porque precisamos mesmo de melhorar bastante ao nível das estruturas e dar respostas, por exemplo, dar respostas à comunidade intermunicipal.

Mas para o GD-CIM2-06, tudo se resolveria “com um tal plano estratégico que fosse comum para que todos pudéssemos contribuir de algum modo... por aí poderíamos uma parte do problema, pelo menos tentar resolvê-lo ou procurar resolvê-lo por aí”.

### 3.3. Grupo de discussão CIM3

O GD-CIM3 contou com a participação de quatro elementos e teve a duração de 120 minutos, sendo que o GD-CIM3-04 foi o participante mais interventivo nos temas abordados.



Figura 20: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM3

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Regional	Cultura	0,695197
Regional	Indicadores	0,472414
Regional	Rede(s)	0,456205
Municípios	Indicadores	0,450479
Regional	Políticas	0,447133
Regional	Municípios	0,444007
Políticas	Indicadores	0,434627
Rede(s)	Cultura	0,434299

Tabela 5: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM3

A partir dos dados da Figura 20 e da Tabela 5, conseguimos perceber que a correlação mais forte é entre as palavras *regional* e *cultura* ( $P=0,695197$ ). A partir das restantes correlações entre os diferentes nós, as intensidades são de valor moderado.

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-CIM3, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *rede(s)*, *regional*, *municípios*, *políticas* e *indicadores*.

### 3.3.1. Associações da palavra *cultura* no GD-CIM3

Tendo sido *cultura* a palavra mais repetida, verificou-se, todavia, que a proporção de associações com outras temáticas não foi a mais elevada, sendo que as suas associações mais elevadas foram com as palavras *regional* e *rede(s)*.

No início da discussão sobre a temática das políticas culturais desde 2015, o participante GD-CIM3-04 afirmou que as “relações protocoladas com diferentes agentes culturais [acontecem] em geometria muito variável (...) nem sequer posso referenciar que a geometria da proximidade é a mais importante (...) é... eu diria quase, mais por temática, ou se quisermos, ou por projeto cultural”. E, segundo o GD-CIM3-01, isso pode ser visto como um problema, porque muitas vezes os municípios encontram-se sozinhos “na aplicação de políticas culturais e, se quisermos, não se sente por parte do Estado, (...) para não falar em Governo, uma clara orientação estratégica para o país no que diz respeito à descentralização das políticas culturais” – a rede de teatros municipais criada na década de noventa do século XX foi apresentada como um exemplo, pois, “essa medida foi boa, mas doravante o município ficou sozinho, de facto, nessa manutenção do equipamento”.

Mas para o GD-CIM3-02 a situação tem vindo a melhorar se se fizer uma comparação com o QREN, uma vez que:

havia, digamos, uma, uma política em termos cultural muito individualizada, ou seja, muito municipalizada, as atividades eram feitas de forma individual não havia à semelhança de hoje, uma hum... uma oferta mais estruturada, ou seja, não havia aquela preocupação de fazer algo mais para além do seu município.

Na mesma linha, o GD-CIM3-03 salientou ainda que, com o Centro 2020, houve “uma experiência interessante e que pelo menos para nós foi muito interessante, que foi a distribuição de umas verbas para ações culturais [... que colocou os] municípios em contacto e a definirem coisas em comum” e o GD-CIM3-02 reforçou a ideia com a existência de iniciativas:

cujo o objetivo é que abarque todo o nosso território, seja ele ao nível da música, da dança, do teatro, há uma preocupação de abarcar todas essas áreas, mas numa perspectiva transversal e intermunicipal. No QREN havia a intermunicipalidade mas não era obrigatório. No Centro 2020 no mínimo tem que haver 2 municípios... já há critérios que definem.

Não obstante, observou-se alguma controvérsia entre membros sobre esta temática: havendo quem considerasse melhorias significativas e quem considerasse que a dinâmica entre os municípios é muito reduzida. E, na opinião do GD-CIM3-03,

de facto quando olho para estes quatro anos, do ponto de vista da CIM e me pergunto que política cultural em conjunto desenvolvemos, eu digo: “muito pouca”; acho que cultura continua a ser na estrutura das CIM’s, na ação das CIM’s uma área hum... que não é tida como prioritária pelos municípios.

O GD-CIM3-04 remata com um alerta para a importância de:

vermos a cultura de outra forma... a tal abordagem mais territorial da cultura, em termos do que é o reforço das suas identidades locais e das suas especificidades que faz com que ela possa ser mais competitiva em muitos aspetos e possa ser... que possa ser bastante mais apropriada também pelas comunidades locais.

Independentemente da controvérsia, para o GD-CIM3 é consensual que, em termos estratégicos, tem de existir um plano que tenha em consideração a relação entre cultura e território; e tal deve estar vertido de forma mais veemente nas políticas culturais pois “essa questão é essencial (...), mas que carece efetivamente agora ser mais refletido do ponto de vista da... das políticas públicas” (GD-CIM3-04).

Foram ainda sublinhados aspetos relacionados com os processos de comunicação e divulgação, em que “a cultura, nomeadamente da transição digital, devia também pôr isso muito em cima da mesa como, como um caminho, sempre a uma escala sub-regional, lá está, não me parece que isso deva ser feito, colocando uma escala local” (GD-CIM3-04). E ainda com a programação cultural em rede, sendo que “o financiamento dessas

programações é absolutamente crucial para se atingir essa tal hum... dinâmica que... municipalizada não se consegue” (GD-CIM3-03).

Sobre o papel da DRCC neste processo, o GD-CIM3 foi claro, sublinhando a importância de haver, “de facto, uma aposta clara em um programa que pudesse ser especificamente pensado para a nossa realidade com uma visão, com uma missão, com objetivos claros, com eixos estratégicos, medidas estruturantes, indicadores de transformação do nosso território”.

### **3.3.2. Associações da palavra *rede(s)* no GD-CIM3**

No que concerne ao termo *rede(s)*, o GD-CIM3-04 realçou a importância de:

saber quantas redes queremos criar, ou seja, isto é das coisas mais básicas, mas nem sabemos; eu, às vezes, até eu próprio quando estou a pensar no meu Município já tenho que andar a fazer umas contas para saber a quantas é que estamos, hum... obviamente a região não sabe, não sabe, o país não sabe. (...) claramente mais redes é um bom sintoma, mas qual é a qualidade dessas redes, eu diria que ajuda a demonstrar a tal, a tal... maior capacidade que os nossos projetos culturais, tenham, tenham de se afirmar. Depois acho que é importante a vertente criativa, ou seja, nós temos que... nós temos que dizer isso também com... até porque não é assim tão... infelizmente não é assim tão difícil, mas eu acho que nós temos que reforçar a nossa capacidade de... (...) nós, não temos, não temos muitos, não temos figura dos Conselhos Municipais da Cultura ou algo parecido, mas se calhar, se calhar podíamos fazer uma coisa, que era, exatamente por estarmos na cultura que é uma questão mais aberta, e irmos logo para o Conselho Intermunicipal da Cultura, para ser uma estrutura que se organizam.

Ainda dentro desta temática, foram apresentados mais exemplos de redes existentes no território e de redes que urge reativar, para se sublinhar que o futuro dos apoios para a construção de redes seja mais flexível e abrangente na região, e não se cingir a projetos de programação cultural em rede.

Na abordagem às redes o GD-CIM3 também realça a componente digital, que é:

tão transversal a todas as áreas e eu acho que na área da cultura nós não podemos ficar fora disso; há aí também muitos investimentos na conectividade que estão a acontecer, eu acho que a cultura deve também ter um pé naquilo que é, digamos, todo, todo o processo de digitalização, se quisermos, e do conexão com o que está a acontecer no país e acho que um pouco com as coisinhas mais simples, começamos com a rede *wi-fi* nos sítios de ponto de interesse e com coisas um bocadinho mais, mais acima disso, que é, a questão dos conteúdos, a questão de como é que isto se alimenta e se... e até o que é que podem ser criados a partir do momento que temos uma infraestrutura, uma infraestrutura mais digital; a digitalização e a recolha e a digitalização de recolhas que é muito importante; temos muita coisas nos diferentes

cancioneiros e ainda para, para trazer; eu acho que, esta deve ser uma linha que deve de facto aparecer e que eventualmente ligada a esta questão dos projetos mais inovadores, uma parte aberta para o [que] possa parecer. (GD-CIM3-04)

### **3.3.3. Associações da palavra *regional* no GD-CIM3**

A palavra *regional* aparece muito associada à Direção Regional de Cultura, neste caso do Centro, e uma das primeiras ideias está relacionada com a dinâmica da DRCC:

Não senti que a Direção Regional de Cultura tivesse um papel na cultura da região, é claro, é uma instância de controlo, e importante na parte física de conservação de monumentos e de urbanismo, às vezes, até uma parte fiscalizadora muito, muito ativa e disciplinadora, porque é necessário haver disciplina nestas matérias, mas depois do que é proatividade cultural, não senti. (GD-CIM3-03)

Além disso, transparece neste grupo que tem havido muitas dificuldades para dar resposta às CIM's e aos municípios nos pareceres para a elaboração de candidaturas, assim, “se fosse possível agilizar os processos ou a forma como formalizar o pedido e até a resposta isso depois iria-se refletir certamente na execução e na apresentação das candidaturas” (GD-CIM3-02).

Durante a discussão foi também destacado o papel da DRCC no “Mapeamento das Necessidades de Investimento no Património Cultural” (Centro 2020, s.d.), que concorreu para a existência de:

recursos nas componentes, vamos chamar materiais da recuperação de infraestruturas, e por estranho que pareça em pleno século XXI, já, já a entrar na terceira década quase do século XXI, as componentes desmaterializadas, as componentes da animação, as componentes da produção artística, as componentes das indústrias criativas, as componentes que, ao fim ao cabo, são fundamentais para dar suporte sobretudo em zonas de baixa densidade, esse suporte é essencial para alavancar os processos, essas partes ficaram completamente fora, ou seja, dos recursos... é um bocadinho voltar atrás; nós estamos numa altura em que voltamos, andamos trinta anos para trás, é que não foram vinte, andamos trinta anos para trás, em que basicamente só tínhamos recursos para as infraestruturas. (GD-CIM3-04)

Sobre a dimensão regional, foi ainda referida, como negativa, a centralização de alguns processos de decisão:

Aquilo que antes se decidia regionalmente e agora se decide nacionalmente, ou seja, há aqui um processo também paradoxal se, por um lado, aparece que estamos a fazer descentralização para as autarquias, depois para as CIM's; há aqui um processo de alguma descentralização, sobretudo, na gestão de alguns equipamentos, mas simultaneamente se formos ver num outro prisma, as decisões sobre o património e sobre a cultura quase toda têm que ir hoje a Lisboa e não passam pelas suas Direções

Regionais, assim parece que há aqui um processo até contraditório que deve ter resolvido para bem de todos. (GD-CIM3-04)

#### **3.3.4. Associações da palavra *municípios* no GD-CIM3**

Sobre o Centro 2020, foi sublinhado que “cada município tem que adaptar-se àquilo que lhe foi proposto [uma vez que] não foi ouvido numa fase inicial” (GD-CIM3-02), o que está em linha com a opinião do GD-CIM3-03 quando afirmou que “os municípios estão mais ou menos sozinhos e têm estado sozinhos... os municípios estiveram quase sozinhos, estão quase sozinhos na definição de política cultural, que me parece basicamente correta”. Mas o GD-CIM3-04 ressalva que:

não diria que são todos os municípios, mas alguns municípios um continuado trabalho local muito forte na área da cultura... o que é positivo, é muito positivo, independentemente, da falta de recursos ou da falta de apoios, o que é certo é que, esse caminho foi sendo feito, tem sido uma aposta própria em que aqui os municípios são claramente os agentes, os agentes culturais.

A diversidade da realidade dos municípios também foi abordada no que se refere, nomeadamente, à capacidade de captação de recursos:

na nossa CIM temos municípios muito díspares, (...) há municípios que têm essa capacidade de pesquisar, procurar e há outros municípios que não, que se não for através da CIM, não conseguem chegar a esse tipo de iniciativas... inclusive até devia de haver aqui uma forma de capacitar os técnicos para que não se limitem apenas a financiamentos nacionais e aqueles comunitários que já estão pré-definidos. (GD-CIM3-02)

Sobre a diversidade das realidades municipais e as necessidades de formação, o participante GD-CIM3-04 considera que poderia ser importante, nos "municípios muito pequenos a questão do Conselho do Programador" enquanto que o GD-CIM3-01 sublinha que “os municípios já provaram saber-fazer, há um capital humano muito, muito importante, [... e] também é preciso olhar para isso, olhar muito para isso e para a dimensão da internacionalização através da cultura hum... que é, de facto, absolutamente fundamental”.

#### **3.3.5. Associações da palavra *políticas* no GD-CIM3**

No que concerne às associações com a palavra *políticas*, foi salientado, mais uma vez, o papel da DRCC para “recolocar na agenda da sua estratégia uma maior diversificação do apoio aos territórios de baixa densidade, outro termo que apareceu no léxico da política nacional hum... e esse facto, mesmo na região Centro, que está muito litoralizada no plano das políticas regionais” (GD-CIM3-01). Deste modo, convém não esquecer que “as políticas públicas servem para alavancar e para trazer, digamos, novas filosofias,

metodologias adequadas, melhor afirmação para aquilo que são as tendências do país, da Europa, do mundo, porque obviamente é, é disso que se trata, não é? (GD-CIM3-04).

### 3.3.6. Associações da palavra *indicadores* no GD-CIM3

Relativamente aos *indicadores*, o GD-CIM3-04 apresentou um conjunto de debilidades aos existentes e propostas para futuros.

Como sabemos isso foi muito pobre; o principal indicador de... vamos chamar de... avaliação, se quisermos na área da cultura chama-se: “dormidas turísticas”; (...) era importante termos indicadores próprios da cultura, [riu-se], indicadores que, digamos, fossem às questões que hoje são centrais do que é a criação de valor social e económico a partir da cultura. (...) [no futuro era] importante um indicador do ponto de vista da rede, depois redes a nível regional, nacional e internacional acho que é um indicador do ponto de vista de um crescimento de capacitação hum... para, para aquilo que pretendemos verificar daqui a consideravelmente uma década, começar a trabalhar para daqui uma década, o quê que queremos daqui a uma década? Claramente, esta questão das redes é importante, aumentar, densificá-las, internacionalizá-las é um indicador. (...) Pôr os indicadores é, na prática, já estar a dizer que isso significa que tinha que haver uma linha, por exemplo, de atração de talento e criativos (...) para os territórios de baixa densidade, isso parece-me muito óbvio, discriminar positivamente também criativos que queiram vir para o nosso território, isso sejam políticas de emprego ativas, sejam nas questões dos projetos de inovação com as universidades. (...) há aqui indicadores de impacto que podem ter a ver com, vamos chamar a componente da reabilitação ou de programação, eu acho que é uma questão também muito interessante, que era a questão dos programadores, ou seja, a figura do programador é uma figura muito relevante em todos esses processos.

O GD-CIM3-02 também considerou urgente a discussão sobre os próximos indicadores, tanto mais que “os indicadores só vão surgir ou ser divulgados daqui a dois ou três anos e, daqui a dois ou três anos, já está em execução o próximo quadro comunitário, ou seja, não se consegue (...) tentar fazer algo melhor se, não aparecer esta informação”.

Independentemente dos indicadores, passados ou futuros, deve haver uma visão muito nítida daquilo que se pretende para a cultura. Tem que haver uma linha definida e clara. Só assim será possível perceber “o que é que mudou depois de um quadro comunitário de apoio na área da cultura? Que impacto teve na vida das pessoas? Que aumentos houve tanto no aspeto (...) dos criadores de cultura e dos “fruídores” de cultura? (...) Parece-me que é importante que os indicadores facilitem essa análise” (GD-CIM3-03).

### 3.4. Grupo de discussão CIM4



Figura 21: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM4

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Regional	Direção	0,971389
Regional	Cultura	0,796327
Direção	Cultura	0,771645
Turismo	Cultura	0,511511
Turismo	Património	0,491992
Turismo	Território	0,485521
Património	Cultura	0,473786
Turismo	Regional	0,463763
Território	Património	0,417445
Território	Cultura	0,406163
Turismo	Direção	0,400452
Universidades	Património	0,392061
Regional	Património	0,386555
Universidades	Regional	0,376618
Universidades	Cultura	0,36666
Universidades	Direção	0,36649
Território	Regional	0,363611
Universidades	Território	0,353852
Património	Direção	0,349451
Universidades	Turismo	0,327972
Território	Direção	0,305527
Regional	Direção	0,971389
Regional	Cultura	0,796327

Tabela 6: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM4

O GD-CIM4 contou com a participação de cinco elementos. A reunião teve a duração de 130 minutos, sendo que o GD-CIM2-04 foi o participante menos interventivo nos temas abordados.

A partir dos dados da Figura 21 e da Tabela 6, conseguimos perceber que a correlação mais forte e quase perfeita (quase 1) é entre as palavras *regional* e *território* ( $P=0,971389$ ). Destaca-se também a forte e constante correlação entre *regional* e *cultura* ( $P=0,796$ ) e entre *direção* e *cultura* ( $P=0,771645$ ). Todas as outras são correlações mais moderadas, sendo de sublinhar, ainda que moderadas, as relações entre *cultura* e *turismo* e entre *universidades* e *patrimônio*. Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-CIM4, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *regional*, *direção*, *turismo* e *universidade*.

#### **3.4.1. Associações da palavra *cultura* no GD-CIM4**

No GD-CIM4, a palavra *cultura* apareceu referenciada 218 vezes. Sendo que, em função do interlocutor, a associação estabelece-se com mais frequência em termos como *território*, *regional*, *turismo*, *municípios* ou *universidade*.

A relação entre cultura e universidade foi particularmente relevante, devido à presença de um representante de uma instituição de ensino superior com forte implementação no território. Para o GD-CIM4-01

na universidade nós temos uma componente mais convencional e depois temos as que interagem bastante com a cultura e nomeadamente a vertente de turismo e de património... tem sido uma alavanca muito relevante, nós sedimentamos a nossa ação, quer seja no desenvolvimento de iniciativas culturais que se conjugam com o nosso património, quer seja com outro tipo de atividades que nós temos na Universidade.

A presença do discurso sobre a articulação entre *cultura* e *turismo* também se fez notar consideravelmente neste GD e a ideia que daqui ressaltou foi a de que, nas palavras do GD-CIM4-03, “políticas culturais consistentes e dinâmicas são fundamentais para a atividade turística da região e (...) a fronteira que existe e que hoje é cada vez mais notória, por incrível que pareça, entre cultura e turismo, não deveria de existir, porque para nós, cultura e turismo... não conseguimos desenvolver um programa cultural regional sem ter por base aquilo que é identitário da região, não é?”. O mesmo interlocutor realçou que “há uma ideia de que todas atividades culturais promovidas pelas entidades ligadas ao turismo são mais de entretenimento do que propriamente culturais e isso é um erro”.

A este respeito, o GD-CIM4-04, sublinhou a necessidade de se definir “se se quer ou não uma conexão maior e assumindo que existe esta, quase dependência da cultura da componente fundos, ou se efetivamente isto é uma aposta ou não de um ponto de vista de outras fontes de financiamento”. Para este participante, alguns dos problemas que se têm observado também foram provocados por “algum desligamento entre aquilo que são as entidades sectoriais da cultura e aquilo que são os territórios e aquilo que são o que as

peças pretendem”, sendo que a pouca presença da DRCC no território foi apresentada como um exemplo elucidativo.

O GD-CIM4-05 foi perentório, afirmando que:

não existe uma política cultural à sério em Portugal, ponto. E não é a Sra. Diretora que vai resolver isso, do Centro que vai resolver isso. Mas pode inverter as coisas e pode tentar inverter as coisas. Isto para dizer o quê: cultura não é só património e património não é só património classificado histórico, há património imaterial que já engloba cultura e já engloba todo um conjunto de coisas...a Direção Regional de Cultura não trata de cultura, trata de processos urbanísticos, trata de um património classificado, dos museus e, depois também de uns espetáculos e de umas iniciativas elitistas.

Durante este GD foram múltiplas as perspetivas e necessidades que envolvem a cultura. A ideia de cultura como fim e a ideia de cultura como processo foi-se antagonizando e problematizando, convocando visões críticas a partir de diferentes protagonistas, nomeadamente os municípios:

porque temos as infraestruturas... porque a maior parte dos municípios construiu isso, equipamentos, que depois servem... a cultura, será? O entretenimento como na maior parte das vezes e, e, e isso, não valoriza a região, não cria atratividade, passando para os objetivos do turismo, não cria atratividade suficiente para termos mais receita turística. (GD-CIM4-03)

Mas o Centro 2020 trouxe, no entender de alguns membros do GD, aspetos positivos. Para o GD-CIM4-04,

o território melhorou bastante, os atores mudaram bastante, as tendências de procura mudaram bastante, nós temos que perceber se queremos continuar na dimensão de protecionismo aos valores culturais, se queremos partir para uma dimensão de usufruto da cultura, se queremos partir para esta conexão cultura-turismo, cultura elitista entre aspas, que é louvável atenção, não ponho isso em causa, acho é que essa discussão tem de ser tida...

O GD-CIM4-05, convocou o exemplo prático da “Cultura em Rede [... para sublinhar que] podemos promover a verdadeira cultura, não a cultura de elite, a cultura de nicho que também tem o seu lugar”.

Sobre o futuro, foram apresentadas várias questões relevantes no que concerne à necessidade de se fazer um planeamento e uma articulação estratégica:

É fundamental que nós tenhamos, para o próximo período de programação, uma orientação de articulação efetiva entre aquilo que é um programa cultural, o que são as políticas culturais, quais os objetivos e como é que queremos que eles sejam implementados e idealizados, porque nós assentamos muito a nossa ação, a nossa divulgação naquilo que é a realidade territorial, muito com o seu património e com a sua cultura. (GD-CIM4-03)

Na mesma linha, o GD-CIM-05 realçou a importância de “estabelecer, digamos que, um programa de recolha de preservação do património imaterial (...) em toda a CIM, em todos os municípios”; o GD-CIM4-03 lembrou que é fundamental “desenvolver de forma efetiva uma política cultural *articulada* com os diferentes sectores, envolver a nossa academia”; o GD-CIM4-05 lançou o desafio da definição de “um caderno de encargos para a cultura”; e o GD-CIM4-03 rematou afirmando que “nós queremos é que haja um plano estratégico para a cultura porque nós sabemos que, se assim acontecer, o turismo, o território beneficia”.

#### **3.4.2. Associações das palavras *regional* e *direção* no GD-CIM4**

Vamos agora tratar de duas palavras que estiverem com uma relação quase de 100% na sua aparição ( $P=0,9713$ ). Ou seja, ao falarmos de uma, estamos também a falar da outra. Isto porque estiveram quase sempre em associação o pensamento do *regional* com o papel da *direção*, ou melhor dizendo, a DRCC.

Em primeiro lugar, importa referir uma ideia que esteve presente, não em todos, mas em alguns dos participantes: a ideia de que cultura e identidade regional devem andar de mãos dadas, uma vez que “não conseguimos desenvolver um programa cultural regional sem ter por base aquilo que é identitário da região (...) aquilo que mais no caracteriza e por isso estamos a falar de territórios” (GD-CIM4-03). Contudo, foi sublinhado que houve demasiado tempo de desconexão entre a DRCC e os territórios (GD-CIM4-04).

Para o GD-CIM4-05 houve “um absentismo de há muitas décadas” e,

só a Direção Regional de Cultura é que ainda não percebeu a importância da cultura na comunidade, o Governo e outras entidades semelhantes, o turismo já percebeu a CIM também já percebeu...a Direção Regional ou tem projetos ou não tem, não sei o quê que andou a fazer, não sei onde é que os puseram, tinham bons técnicos, e tem e continua a ter, por isso tem que ter outra postura. (...) Tem que haver, digamos, uma posição assumida com a Direção Regional da Cultura de que vamos fazer isto, vamos seguir esta linha, vamos congregiar esforços todos e vamos fazer algo novo e diferente e disruptivo, já é disruptivo a vossa presença aqui, nós temos uma universidade e, portanto, e nessa perspetiva vamos... tem que ser sempre uma mediação inteligente, não pode ser um mapeamento *à la carte*, com forme os interesses da Direção Regional da Cultura. (...) [A DRCC] não pode ser promotora de pequenos eventos culturais e turísticos e portanto desenvolver ali pequenas economias que são monitórias, tem que fazer, digamos, uma abordagem muito profissional destes sectores, e para isso temos que criar verdadeiras redes económicas, culturais, (...) que sustentem indicadores mais consistentes e mais produtivos e que promovam o crescimento da cultura de forma diferente.

Neste sentido, e segundo o participante GD-CIM4-03, torna-se necessário que a DRCC dialogue com os diferentes agentes do território “porque existem muitos atores no território a fazer muitas coisas pela cultura e se nós tivéssemos uma estratégia, todos... e houvesse diálogo hum... todos nós sabemos qual é o nosso nível”.

O GD-CIM4-04 acrescentou ainda que a DRCC deve ter um papel fundamental para a concertação dos ativos valiosíssimos que existem no território, sendo que “parece-me extremamente castrador ser só património UNESCO ou património nacional e, nós gostaríamos de saber, qual é a proposta da Direção Regional de Cultura para essa alteração” e, também por isso, é fundamental a discussão sobre “O que é que é cultura? O que é cultura para uns não é cultura para outros...”.

#### **3.4.3. Associações da palavra *turismo* no GD-CIM4**

A palavra *turismo* aparece neste GD como uma dimensão que deve estar em íntima articulação com a cultura e a estratégia das políticas culturais. Para os interlocutores, a fronteira entre ambas as dimensões é cada vez maior e não deveria ser (GD-CIM4-05). Nesta ótica, foi afirmado que o investimento tem sido maior na aposta do turismo do que na dinamização da cultura, sendo que o turismo vai sempre atrás da cultura, independentemente de ter mais equipamentos, estrutura e experiência (GD-CIM4-03).

Contudo, o GD-CIM4-04 sublinhou que a cultura deve ter uma estratégia própria “se queremos partir para esta conexão cultura-turismo”; e o GD-CIM4-05 alertou que não deve ser o Turismo do Centro “que tem que promover a cultura, que tem que andar a opinar sobre o quê que deve ser patrocinado ou não, porque efetivamente a cultura tem uma importância muito grande no turismo”, sendo que os agentes que estão no território (e.g. CIM’s, municípios, organizações do setor cultural) não podem estar “a olhar sempre ali para o Turismo, para eles nos financiarem, digamos, hum... a preservação da cultura, das tradições culturais e de coisas que são *verdadeiramente, absolutamente* estruturantes para o estabelecimento de rotas, e recursos e, e afluência de turistas”, tanto mais que “o turismo tem a sua missão que [diz pausadamente] *não é avaliar cultura*, não é julgar cultura...”. A este respeito, o GD-CIM4-03 rematou, reforçando a ideia de que os elementos do Turismo não querem ocupar o lugar da cultura, nem estar “ao lado, nem em cima nem abaixo, nós queremos é que haja um plano estratégico para a cultura porque nós sabemos que, se assim acontecer, o turismo, o território beneficia e por isso não podem haver estas barreiras”.

#### **3.4.4. Associações da palavra *universidade* no GD-CIM4**

Relativamente à presença considerável da palavra *universidade* neste GD, e tal como já mencionamos anteriormente, é importante referir que tal aconteceu devido à presença de

um representante de uma instituição de ensino superior com forte implementação no território.

Segundo os intervenientes, há uma necessidade de permanente articulação entre *cultura*, *património* e *turismo*, sendo que a universidade, pelas suas características especiais se apresenta como um ator importante nesta articulação. A vertente do património também se reveste de particular importância, de tal forma que, para o GD-CIM4-01, “é absolutamente basilar e central e (...) interfere de todas as formas (...) na atividade da universidade e na vida da cidade de uma forma geral, (... nomeadamente) na questão da... articulação das políticas culturais”.

Assim, relembramos que o GD-CIM4-03 sublinhou a necessidade de envolver a academia na definição de “um projeto de cultura para a região Centro pela verdadeira cultura, património material, imaterial e todas a manifestações culturais do povo, porque a cultura existe no povo, não existe só nos intelectuais” e que o GD-CIM4-01 afirmou que “isto é absolutamente central (...), que nós enquanto elemento isolado podemos fazer alguma coisa, e a universidade até... lançou a mão num número razoável de ferramentas, mas será sempre muito, poucas, precisamos de ter tudo articulado”.

### 3.5. Grupo de discussão CIM5

O GD-CIM5 contou com a participação de quatro elementos (um dos elementos previstos não compareceu), teve a duração de 90 minutos, sendo que o GD-CIM5-04 foi o participante mais interventivo nos temas abordados.

A partir dos dados da Figura 22 e da Tabela 7, conseguimos perceber uma correlação forte entre *cultura* e *regional* e outra considerável entre *território* e *municípios*. E segue-se, como habitualmente, um olhar mais minucioso sobre o discurso proferido no âmbito do GD-CIM5, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *território*, *regional*, *património*, *políticas*, *indicadores* e *municípios*.

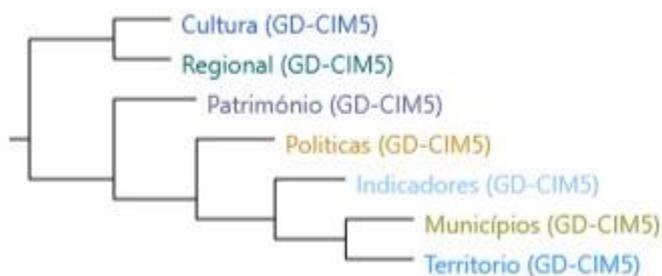


Figura 22: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM5

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Regional	Cultura	0,631213
Território	Municípios	0,523397
Municípios	Indicadores	0,519478
Regional	Políticas	0,499277
Território	Indicadores	0,493575
Território	Regional	0,483286
Regional	Municípios	0,460258
Regional	Indicadores	0,457116
Território	Património	0,444431
Território	Políticas	0,435985
Regional	Património	0,430564
Políticas	Indicadores	0,428818
Património	Municípios	0,422303
Políticas	Municípios	0,419768
Património	Indicadores	0,406091
Território	Cultura	0,386572
Políticas	Património	0,378632
Políticas	Cultura	0,376907
Património	Cultura	0,371007
Municípios	Cultura	0,368657
Indicadores	Cultura	0,360205

Tabela 7: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM5

### 3.5.1. Associações da palavra *cultura* no GD-CIM5

Para o GD-CIM5, desde 2015, e mesmo antes, a *cultura* tem sido vista de modo instrumental, sendo que para o GD-CIM5-04:

Todo o pouco investimento que existe na área da cultura assenta sobretudo na reabilitação do património, e aí, as câmaras têm feito uma forte aposta. Embora a visão que há da cultura é uma visão de utilidade, olha-se para o autarca, para o decisor político, que olha para a cultura como um meio para alcançar um fim e não como um fim em si mesmo. (...) tenho um problema num bairro industrial ao abandono, ah! mete-se para lá os artistas, revitalizado. O objetivo não é promover cultura é resolver o problema do bairro. Tens um problema com uma comunidade minoritária, mete-se lá cultura! Tens um problema com os reclusos na prisão, mete-se lá o pessoal a ensinar Ópera e está resolvido! (...) a cultura tem um caminho a fazer na afirmação da sua importância, do seu peso no envolvimento da comunidade.

Não obstante os problemas crónicos de financiamento, para o GD, a crise económica não foi particularmente relevante para o setor cultural pois “as associações e empresas culturais estavam habituadas a trabalhar com tão pouco que são resistentes à crise,

portanto, curiosamente, não encerraram, houve escolas de dança que continuaram, houve grupos de música que continuaram o seu trabalho”.

Assim sendo, “a colocação da cultura como fator de desenvolvimento [ainda] tem um longo caminho a percorrer em contexto nacional, regional e local” (GD-CIM5-04), com isto o participante quer dizer,

que um dos planos de estratégia da cultura no desenvolvimento do território, passa naturalmente por aumentar o financiamento público, assumindo isso como um fator de desenvolvimento integrado da comunidade, a criação de novos públicos, o reconhecimento do consumo da cultura como algo importante para o desenvolvimento integrado do ser humano. E nos territórios, a cultura tem de ser encarada como se encara o desporto, como se encara uma serie de outras atividades tão importantes como é agora o ambiente, que se vende muito bem. (...) as linhas regionais, as cidades da nossa dimensão, terão que ter uma atuação redobrada por parte de quem tem políticas regionais, sejam câmaras municipais, seja CCDR, seja a Direção Regional.

Segundo o GD-CIM5, até 2030, um dos objetivos estratégicos para as políticas culturais, “se a região Centro quer mudar o paradigma do desenvolvimento cultural, quer se afirmar no contexto do país, quer não sei o quê... tem que ter a Capital Europeia da Cultura. Caía ela em Leiria, Coimbra, Guarda, Aveiro, pronto” (GC-CIM5-04).

No que concerne à preparação do Centro 2020, para este GD não existiu comunicação entre os decisores da cultura e os agentes de cultura das regiões e localidades: “Auscultação por parte da cultura não tivemos muita. Foi uma parte que ficou à parte da gestão, tanto em termos da associação tanto em termos de fundos (...) Por parte das associações locais em termos culturais não foi nada (...) a própria CIM não teve” (GD-CIM5-03).

### **3.5.2. Associações da palavra *território* no GD-CIM5**

Quando a associação discursiva se faz com a palavra *território*, observou-se que o GD-CIM5 tem uma opinião em linha com o que sucedeu anteriormente com a cultura: há ausência de políticas territoriais e desajustes entre necessidades e territórios.

Para o GD-CIM5-01, “as políticas culturais parecem que têm estado um bocadinho... à margem daquilo que são as necessidades dos territórios” e as associações culturais locais “não conseguem ter ninguém que lhes apoie, que lhes ajude, que lhes dê a mão para que elas se consigam organizar. São entidades fundamentais no nosso território para as dinâmicas culturais (...) e que acabam por ser um bocado abandonadas”. Assim, a este respeito, a grande crítica do GD-CIM5 prendeu-se com a não diferenciação regional e territorial no apoio da cultura.

O subfinanciamento público existe porque não existe um consumo de bens e serviços por parte da população. O público precisa de dar suporte económico à atividade cultural e que não há. Não existe. É muito pouco, muito residual, se falarmos dos grandes centros urbanos têm uma apetência para consumir cultura muito maior do que nas cidades médias, então quando falamos doutros territórios, ninguém paga para ter cultura. (GD-CIM5-04)

Relativamente à relação da palavra território com o Centro 2020, é importante notar que o GD-CIM5 sugeriu que não há esse foco no território enquanto estratégia política concertada, eficaz e incisiva, mas há instrumentos de gestão de processos, como candidaturas por exemplo, que obrigam a indicadores territoriais. O que parece um contrassenso estratégico por parte dos decisores políticos. “Por exemplo há um indicador que aparece frequentemente em todas as candidaturas do programa Centro 2020: “aumento do número de visitantes no território”. E isso é quase transversal em quase todas as candidaturas que vão do património cultural, natural, etc.” (GD-CIM05-03).

No que concerne aos aspetos relacionados com a CEC2027, o GD-CIM5-04 garantiu que se ganhar a candidatura, o grande beneficiado será o território, na medida em que tudo concorrerá para melhorar a vida dos habitantes locais. O território unido deveria ser um fator de decisão da candidatura à CEC2027. Para que tal aconteça, é preciso que os territórios tenham estruturas capazes de ajudar na dinâmica regional. Ou seja, o trabalho em rede entre as redes que já funcionam nas regiões é fundamental para o futuro.

### **3.5.3. Associações da palavra *regional* no GD-CIM5**

O GD-CIM5 considerou a dimensão regional fundamental para estruturar e apontar as diferentes dinâmicas identitárias regionais (GD-CIM5-01), bem como para a definição de uma estratégia para a cultura que

tem que olhar para estas cidades, quando estou a falar de cidades estou a referir-me a capitais de distrito, tem que ter uma distinção um olhar diferente para depois conseguir os principais eventos culturais e é ali que tem que se criar ecossistemas, um olhar atento para essas cidades. (...) o dinheiro nacional é absorvido pelos sectores nacionais, o dinheiro regional não existe, o que existe está na CCDR e também é feita de uma maneira muito avulsa. (...) terá que existir a eleição de um conjunto de eventos que nos possa transformar e ser dotados num contexto nacional ou internacional, pronto, acho que isso é fundamental se fazer, por temas. (GD-CIM5-04)

Para este GD, as dinâmicas políticas e até as redes atuais não respondem aos desafios regionais. A título de exemplo, o GD-CIM5-04 sublinhou que a Rede Portuguesa de Museus não responde aos desafios regionais, porque:

dentro da sua filosofia tem a sua distinção, mas a massa crítica que se pode criar de uma base mais regional com uma componente assente na Direção Regional, na CCDR,

ou seja o que for, alguém que financie ou ligue essas dinâmicas, com pouco investimento pode-se ter muito sucesso, não só na promoção dessa rede, desses museus, mas também naquilo que é a capacitação das pessoas que lá trabalham. Mas quem diz esta rede de museus, diz rede de eventos...

Além disso, defendeu-se que não é possível pensar numa estratégia regional sem unir os concelhos.

#### **3.5.4. Associações da palavra *património* no GD-CIM5**

No GD-CIM5, as associações da palavra *património* estão relacionadas mais com a dimensão material do que com a dimensão imaterial.

O GD-CIM5-04 afirmou de forma muito pragmática que “todo o pouco investimento que existe na área da cultura assenta sobretudo na reabilitação do património”, acrescentando ainda que se “o património é bom para o turismo, então a gente arranja os castelos”

De acordo com o GD em análise, este foco excessivo na questão do património material que depois concretiza potencialidades turísticas foi vertido em esquemas e critérios de apoio financeiro que prejudicam o todo. Nas palavras do GD-CIM5-04, “o critério se é património nacional classificado ou não está lá, eu não vou comparar se o meu património é melhor do que do lado, tinha que haver um critério e (...) é um critério válido para quem tem pouco dinheiro”, mas o mesmo participante também levantou questões relacionadas com o facto de ter “ou não capacidade de atrair e promover a cultura”.

Noutro ponto de vista, o GD-CIM5 reafirmou ser fundamental estimular as redes a interagirem mais, a colocar os atores e agentes em constante interação e dinâmica:

faz sentido nesta rede encontrar os museus que têm dimensão suficiente, os diretores conversarem, haver exposições itinerantes, partilha de obras de arte... lugares com património histórico, (...), fazer troca de experiências, de restauro, sei lá, tanta coisa para fazer, a vontade de nos unir, criar um espírito de equipa e depois isto pode ser determinado. (GD-CIM5-04)

Já no que se refere ao pós-Centro 2020, a opinião do GD-CIM5-04 é:

que deve haver de facto um outro tipo de, de majoração, valorização da população, dos resultados alcançados, as perspetivas de futuro no crescimento cultural, etc. Isso sim. Senão estamos sempre, senão vamos estar sempre a ser prejudicados em outras situações, sobretudo quem tem uma estratégia de desenvolvimento que deve ser valorizada. Nós devemos de ter critérios de atribuição de verbas (...). Tem que haver uma avaliação do mérito, da estratégia. (...) a candidaturas têm de ser aprovadas pelo mérito, quer dizer pode haver o critério todo, se o património é A leva X é B leva Y, mas alguém tem que avaliar o mérito.

### 3.5.5. Associações da palavra *políticas* no GD-CIM5

Relativamente à palavra *política(s)*, o GD-CIM5-01 considerou que as políticas estão desajustadas face às necessidades do território, visto que:

não tem havido por parte das instituições uma grande facilidade... não têm sido muito facilitadoras do acesso por parte das instituições aos programas de apoio à cultura. Existem alguns programas, mas não existe uma grande, uma grande facilidade no apoio. Isto é, nós temos uma série de entidades culturais na região que não têm acesso aos programas, nem às atividades culturais. Estou a falar, não só dos ranchos folclóricos, estou a falar muito mais das associações.

Assim sendo,

em termos de articulação das políticas culturais, existe uma necessidade de tornar todas estas ações, todas estas políticas muito mais concertadas, porque o dinheiro nacional é absorvido pelos sectores nacionais. (...) Portanto no que diz respeito aos processos de construção, de investimento, dever-se-ia pensar também, e aí podia ser uma condução de políticas, políticas concretas de investimentos para os centros de arte e para os ecossistemas criativos de arte, etc., e aí tinha de ser ambicioso, voltaria à lógica de política de cidade. (...) nós também estamos a investir nisto, apostamos na *startups* de base tecnológica, nas tecnologias de informação, de *softwares* da internet, etc. que é muito importante e a juventude pensa muito nisso, as pessoas vão viver disso, mas por outro lado também temos que pensar nos tais ecossistemas para aqueles que não gostam só de computadores possam ser criativos, haja espaços para pintar, para fazer as suas esculturas, etc. Tem por isso de existir também uma política de promoção da arte, mas as artes plásticas, existindo uma rede deste tipo de equipamentos, não é em cada aldeia um, não é em cada concelho um, não há dinheiro para tudo, mas aí sim faz sentido um mapeamento: “é pá! um centro criativo de nem sem quantos tem que ficar nestas cidades”. (GD-CIM5-04)

### 3.5.6. Associações da palavra *indicadores* no GD-CIM5

Relativamente à temática dos *indicadores* do Centro 2020, para o GD-CIM5-01 “não têm muito a ver com a realidade (...) temos uma candidatura neste momento da proteção civil em que os indicadores, são indicadores do turismo (...) os indicadores infelizmente estão definidos, não estão nem pouco nem mais ou menos adequados”.

O problema é que em torno de uma matéria tão sensível como é a aferição de resultados e avaliações, há uma espécie de silêncio, de “faz de conta” (GD-CIM5-02), “parece que foram definidos em gabinete. Alguém que está lá sentado e que idealiza qualquer coisa” (GD-CIM5-01).

Para o pós-Centro 2020, o GD-CIM5 defendeu que podem ser criados novos indicadores, como por exemplo: “número de eventos” e “grau de satisfação” (GD-CIM5-01); e ainda “a

diversidade dos eventos, ou seja, a panóplia, a variedade, também depende do que se pretende, qual é a área de ação” (GD-CIM5-03).

### 3.5.7. Associações da palavra *municípios* no GD-CIM5

Finalmente, com a palavra *municípios*, é importa notar que este GD considerou que se não fossem os municípios a suportar e a acelerar processos, as regiões sairiam ainda mais penalizadas no que concerne à cultura.

Mesmo os processos da “rede cultural” (GD-CIM5-04) estão atrasados, funcionando como complementos às dinâmicas locais já existentes, pois não é fácil juntar vários municípios para “fazer as atividades, isso demora o seu tempo, e depois atrasa logo, e o investimento é inferior logo já vai penalizar o 2º e o 3º ano, porque inviabiliza algumas candidaturas” (GD-CIM5-03).

Para o GD-CIM5, há municípios mais adiantados do que outros nos processos de implementação de políticas e práticas culturais, sendo que para o GD-CIM5-01 o projeto de candidatura a CEC2027 “tem tido um impulso brutal em todos os municípios, sinto que tem havido um diálogo fundamental entre os agentes culturais e tem sido o impulso – Que haja uma coesão totalmente diferente e que a cultura venha finalmente a ser cultura nos nossos (...) concelhos”.

128

### 3.6. Grupo de discussão CIM6

O GD-CIM6 contou com a participação de seis elementos, teve a duração de 90 minutos.

A partir dos dados da Figura 23 e da Tabela 8, conseguimos perceber que a correlação mais forte é entre a palavra *municípios* e *território*, todas as outras são correlações mais moderadas.

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-CIM6, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *território*, *municípios*, *indicadores* e *culturais*.



Figura 23: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-CIM6

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Território	Municípios	0,507285
Território	Indicadores	0,434794
Municípios	Indicadores	0,42906
Municípios	Cultura	0,422724
Território	Cultura	0,40388
Municípios	Culturais	0,367367
Território	Culturais	0,32036
Indicadores	Cultura	0,319362
Indicadores	Culturais	0,307936
Culturais	Cultura	0,29111

Tabela 8: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-CIM6

### 3.6.1. Associações da palavra *cultura* no GD-CIM6

Para o GD-CIM6, desde 2015 e até antes, houve unanimidade em alguns aspetos, mas também algumas controvérsias.

As unanimidades prenderam-se com a importância que a cultura tem para a região e como esta constitui um fator de competitividade do território e da coesão social.

O GD-CIM6-01 começou por “dar nota da importância da cultura tem para o nosso território e o papel que tem tido na comunidade intermunicipal. A cultura é um fator muito importante (...) da competitividade do nosso território e (...) de coesão social” e o GD-CIM6-03 realçou “que a importância da cultura (...) no sentido de se democratizar e de ser igualitária [... criando] oferta mais diversificada”.

De certo modo, desde 2015 e antes, o GD-CIM6 considera no geral que há uma mudança de paradigma na região no que toca às relações entre agentes culturais, “havia uma certa dissonância cognitiva entre objetivos dos municípios, agentes culturais e profissionais, das, digamos, associações recreativas que com alguma intervenção no domínio cultural, das universidades, dos públicos, enfim, havia umas ilhas” (GD-CIM6-02). Esta mudança de paradigma fez com que certos atores culturais passassem a trabalhar em rede e em diversas localidades. Foi referida a existência de estruturas que “ainda não trabalhavam em algum dos municípios e passaram a trabalhar, portanto, passaram a estabelecer relações humanas (...), trabalhar no sentido de relações de confiança novas, de alguma forma é esse o efeito multiplicador” (GD-CIM6-02). Neste âmbito,

as Câmaras Municipais foram o elemento agregador desta questão da cultura. Com isso foi-me permitido criar uma agenda de eventos, uma agenda com novas experiências para as populações porque... temos que nos situar geograficamente e nós estamos no interior do país onde o acesso à cultura não é o mesmo como Lisboa e Porto e outras regiões... trabalharmos a questão do património associado sempre

os espetáculos em lugares improváveis, pegando nos mitos, nas tradições, nas histórias e com isso criarmos então espetáculos dedicados... e isso é o que traz também público, porque as pessoas ficam com interesse de saber o porquê de ter acontecido e vão aos espetáculos. (GD-CIM6-05)

Portanto, a ideia de que os municípios estariam melhor preparados para a gestão de fundos e projetos foi convocada, “porque os recursos são escassos, na cultura são particularmente escassos, há que conseguir aproveitá-los nesta circunstância e (...) é este o caminho, porque, vamos ver: quem tem as infraestruturas são os municípios, quem conhece melhor o território são os municípios (GD-CIM6-03). Tanto mais que “nós pensarmos a cultura com as pessoas e não para as pessoas” (GD-CIM6-06).

No que concerne à dimensão cultural do Centro 2020:

o que aconteceu agora foi que foram lançados avisos-convite, foi lançado um aviso-convite lançado num período, outro aviso-convite lançado noutra período, e agora um da cultura para todos, passados dois anos temos o outro, isto é, esta planificação seria muito melhor à partida estar no pacto como uma opção política dos presidentes relativamente a isto que permite uma melhor planificação, e volto a dizer, e até a combinação cruzada que é necessário haver relativamente, relativamente a estas várias tipologias e relativamente a isso. (GD-CIM6-01)

Sobre o próximo quadro comunitário de apoio, para o GD-CIM6-06, o importante é “que haja mais equidade no acesso aos financiamentos para a cultura, portanto, porque não devemos-nos só centrar naquilo que é o património do Estado, mas também aquilo que é o património dos municípios”.

E foi aqui que houve alguma controvérsia: para o GD-CIM6-06 há poucos apoios para as associações culturais, “a não ser o apoio municipal, das autarquias, depois, não há assim grande margem relativamente a apoios que elas possam... aceder”; e para o GD-CIM6-01 “houve o mapeamento da cultura e nós estamos a requalificar privados, chega a acontecer isto, nós estamos a requalificar alguns edifícios porque são monumentos nacionais que são privados, não é que esteja mal, mas é preciso perceber estas situações”.

### **3.6.2. Associações da palavra *território* no GD-CIM6**

No que concerne às associações com o tema do *território*, este GD referiu que “o investimento no território é um investimento nas pessoas e um investimento também na capacitação dos públicos que é necessário ter e que é um caminho que se faz caminhado” (GD-CIM6-01).

Sobre as relações no território, o GD-CIM6-02 sublinhou “o papel da Comunidade Intermunicipal enquanto mediador” e o GD-CIM6-03 realçou que:

a Comunidade Intermunicipal teve um papel que, num território que tinha uma grande oferta cultural, que tem uma oferta cultural qualificada, faltava algo que permitisse que chegasse de forma igualitária ao território, isto é, nós tínhamos um conjunto de municípios que tinham esta oferta, que essa oferta era qualificada como disse, mas tínhamos o concelho ao lado onde ela era incipiente e não era qualificada.

E, segundo o GD-CIM6-01, desde 2015 tem sido possível fazer

esta combinação cruzada entre património cultural rico do nosso território e depois também a questão dos espaços públicos, fazemos sempre esta combinação cruzada com os atores culturais. Por outro lado, também, nesta itinerância, os próprios espetáculos têm muitas vezes a ver com dos recursos do território, as conversas, os espetáculos... há um trabalho já de lastro que as estruturas têm já com as escolas, com as IPSS's, com a questão intergeracional que temos que dinamizar no território, portanto, mais uma vez, sentamos a cultura para que em conjunto prepararmos a candidatura da cultura para todos.

No que concerne à relação entre o território e o processo implementado no Centro 2020, há forte unanimidade neste GD sobre

a total discordância da Comunidade Intermunicipal e do território (...) sobre a questão da admissibilidade dos monumentos nacionais à prioridade de investimento 6.3. Portanto, o que se passa no Centro 2020 é que só os municípios que têm equipamentos classificados como monumentos nacionais é que podem... há aqui um problema de equidade territorial, e porquê?, porque olhamos para o PO Norte 2020 e temos os municípios todos a ceder no mesmo país a requalificar um museu, a requalificar um auditório, e nós no nosso território (...) não. (GD-CIM6-01)

131

Ora, de acordo com o que foi dito sobre o período desde 2015 e sobre o Centro 2020, há, como afirma o GD-CIM6-03, a necessidade “de as políticas culturais regionais pensarem esta circunstância mais com as CIM's, quem conhece melhor o território é quem mais próximo dele está e, a vantagem de uma comunidade, que se possa pensar”. Além disso, este GD defende que

a cultura é também um fator importante de atratividade do território numa perspetiva turística e, portanto, se a CIM e os seus municípios saberem na negociação do pacto, na altura em que estão a negociá-lo, que têm um envolve financeiro para a programação cultural em rede, saberem que têm um envolve financeiro para os recursos turísticos e para os eventos, permite uma clarificação mais correta. (GD-CIM6-01)

O GD-CIM6 também referiu a necessidade de, no próximo quadro de apoio financeiro, não esquecer a importância da questão da comunicação, que é uma necessidade que está por cumprir, isso para cobrir as dinâmicas no território (GD-CIM6-05). Um dos aspetos que poderia concorrer para resolver este problema passaria por não esquecer que

a base é o território, são as pessoas, são estudantes, são aldeias, são cidades, são vilas, são micro-dinâmicas, são edifícios... se nós olharmos só para o nosso umbigo, corremos um risco enorme que é o risco de termos as nossas certezas e esquecemo-nos das muitas fatias daquilo que é a pregnância do real, a transformação do real e, digamos, eu diria que o desafio de qualquer quadro tem sempre que passar por aí, que é pensar que existe instituições que de alguma forma são instituições de representação, nomeadamente quando são políticas... um dos grandes desafios do próximo quadro é a “cola”, é o fator cola, como ligar, como juntar estas, desde o estudantes universitário ao estudante do secundário, aos agrupamentos de escolas, às Juntas de Freguesia, à banda filarmónica, à estrutura cultural profissional, às dinâmicas culturais informais. (GD-CIM6-02)

### **3.6.3. Associações da palavra *municípios* no GD-CIM6**

Relativamente à palavra *municípios* e suas associações, importa destacar, desde logo, a quantidade de vezes que foi mencionada na discussão a relação a um projeto específico e à dinâmica gerada em torno dos municípios participantes. Esse envolvimento entre municípios constitui uma espécie de ponto de partida para a dinamização de outros projetos “que também fazem a combinação com os espaços patrimoniais do nosso território, espaços patrimoniais com os deles foram requalificados, quer espaços patrimoniais, quer também espaços públicos que foram objeto de intervenção, regeneração urbana” (GD-CIM6-01). Esta articulação entre municípios reforça argumentos anteriormente convocados: “quem tem as infraestruturas são os municípios, quem conhece melhor o território são os municípios” (GD-CIM6-03); e, por isso, “não devemos só centrar naquilo que é o património do Estado, mas também aquilo que é o património dos municípios” (GD-CIM6-06).

Assim, no futuro os apoios e programas operacionais devem promover uma “maior equidade no acesso, por parte dos municípios, ao apoio à cultura, mas nas mais variadas vertentes, no património, associativismo” (GD-CIM6-06). Tanto mais que “temos um conjunto de municípios que (...) não têm monumentos nacionais, obviamente que possam abrir prioridades” (GD-CIM6-01) e porque “há municípios que caminham a velocidades diferentes... Há municípios que estão sobrecarregados de eventos (...). Há municípios que têm dificuldade em gerir os recursos que têm à sua disposição para, digamos, serem eficazes, digamos, nestes processos” (GD-CIM6-02).

Foi ainda realçado pelo GD-CIM6-02, que “são importantes os municípios, mas as freguesias hoje em dia têm um papel que muitas vezes é subestimado e há freguesias que têm dinâmicas impressionantes (...) isto não se esgota em sectores culturais, municípios e CIM, há mais atores”.

#### **3.6.4. Associações da palavra *indicadores* no GD-CIM6**

Relativamente ao assunto dos *indicadores*, houve problemas vários enunciados pelos membros do GD-CIM6.

Que se poderiam resumir ao desajuste entre os indicadores e os próprios factos: “como é que vamos dar resposta a este indicador quando não temos verba para comunicar os espetáculos que vão acontecer no nosso território, temos que captar público de fora para o território, quer dizer, não [há condições adequadas para publicitar os espetáculos, logo, é difícil atrair públicos de fora para o território]” (GD-CIM6-05).

Sobre o futuro dos indicadores forma avançadas propostas. Para o GD-CIM6-02, “se houver uma programação cultural que abrange 108 aspetos patrimoniais, património rural, património imaterial, património edificado, se calhar isso é um bom indicador”, no sentido em que, e para o GD-CIM6-06, poderia ser importante medir “o efeito multiplicador”.

Para o GD-CIM6-06 deveria existir a possibilidade de definição dos próprios indicadores por cada candidatura, figurar no formulário de candidatura “uma coisa – presente os seus indicadores de resultado – [mas] não é possível fazer isso, é fechado”. Segundo o participante, o facto de no futuro poderem ser abertos os indicadores permitiria uma maior reflexão e realismo à própria candidatura, já que a proposta de medição de resultados é da responsabilidade dos promotores, com avaliação positiva ou negativa por parte de quem fará a análise.

Para o GD-CIM6-03, os problemas dos indicadores estão relacionados com “um carácter imediatista que se calhar em território como o nosso não são imediatos” e com a inexistência de indicadores específicos por CIM, sendo que para o GD-CIM6-02, uma das soluções passaria por haver “indicadores de curto prazo, de médio e longo prazo”.

#### **3.6.5. Associações da palavra *culturais* no GD-CIM6**

Sobre as associações ao termo *culturais*, importa realçar um aspeto particular: a diferenciação entre “eventos culturais” por território. Esta diferenciação deve ter em linha de conta vários aspetos e ritmos diferentes, porque as regiões não estão num mesmo plano. Um evento numa região de interior dificilmente pode ser um evento de massa. Além disso, os eventos de massas pouco trazem às regiões. O importante são os tais “efeitos multiplicadores locais”. O país precisa mais de eventos locais do que eventos de massa, para desses extrair coisas novas e únicas com estruturas culturais de pessoas locais e efetuada em espaços cada vez mais improváveis. Isso implica trabalhar com as pessoas e associações locais, trazê-las para a cultura do território. Daqui sai um efeito multiplicador:

Isto é, estas estruturas culturais dinamizaram não só, digamos, espaços improváveis, como associaram à sua capacidade profissional, associações culturais perfeitamente amadoras, não só com isso qualificou-as, capacitou-as um bocadinho mais, como as

tornou um melhor público, e agora... temos que perceber para onde é que vão estes investimentos e depois temos que trazer estas ações culturais, temos que trazer as estruturas culturais não profissionais, mas que também têm a sua dinâmica, até para um registo diferente, temos que conseguir envolver as entidades culturais, as, as estruturas culturais profissionais que nos ajudem a capacitar, não é a profissionalizar as outras, é torná-las mais profissionais na forma como fazem a oferta, porque serão claramente públicos mais bem qualificados. (GD-CIM6-03).

3.7. Ideias-chave dos Grupos de discussão com as seis CIM's



Figura 24: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM1



Figura 25: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM2



Figura 26: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM3



Figura 27: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM4



Figura 28: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM5



Figura 29: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-CIM6

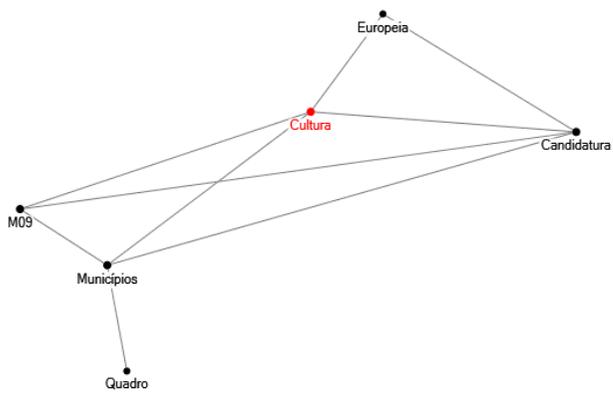


Figura 30: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM1

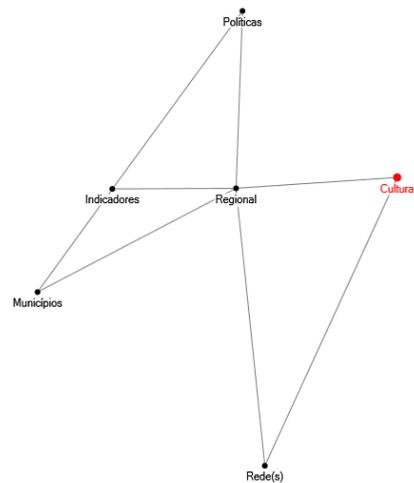


Figura 32: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM3

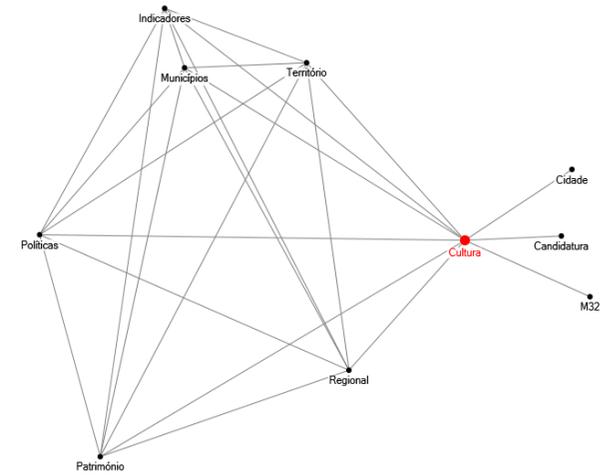


Figura 34: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM5

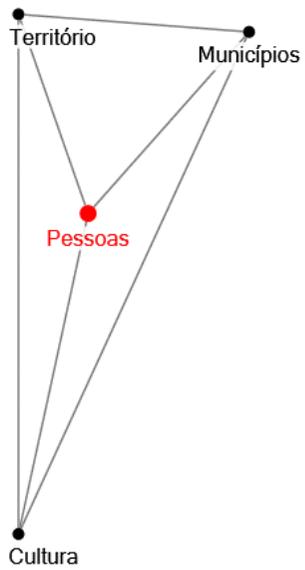


Figura 31: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM2

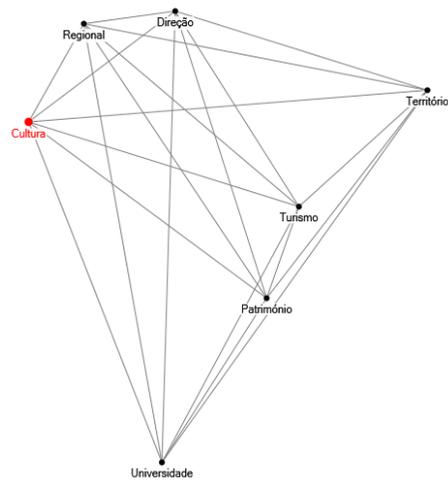


Figura 33: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM4

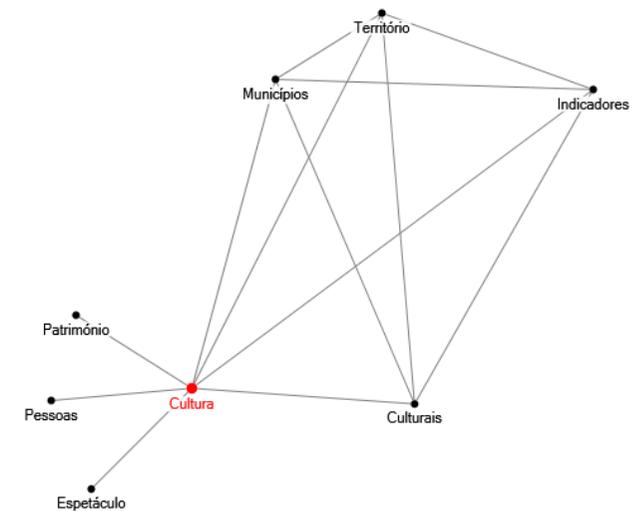


Figura 35: Esquema de Fruchterman-Rei GD-CIM6

### **Políticas Culturais desde 2015**

- Menosprezaram a importância da planificação estratégica regional da cultura
- Apostaram deficientemente na cultura imaterial
- Secundarizaram a escala municipal da cultura
- Instrumentalizaram a cultura
- Potenciaram práticas de trabalho em rede
- Promoveram a intermunicipalidade no setor cultural

### **Programa Centro 2020**

- Comunicou deficientemente com os agentes culturais locais
- Limitou a atuação e o financiamento ao património cultural imóvel classificado
- Promoveu insuficientemente a ligação da cultura aos territórios
- Eliminou práticas positivas de anteriores Programas Operacionais Regionais
- Criou dinâmicas de rede entre diferentes *atores* da região
- Distribuiu mais verbas para ações culturais intermunicipais

### **Estratégia e Política Cultural Regional até 2030**

- Desburocratizar e agilizar os processos de financiamento para o setor cultural
- Fomentar o planeamento estratégico articulado com os diversos agentes culturais
- Privilegiar uma política cultural em linha com as especificidades do território
- Reconhecer a importância da cultura para a valorização dos territórios
- Mobilizar os cidadãos da região para um maior envolvimento cultural
- Conseguir a atribuição do título de Capital Europeia da Cultura 2027 para a região

### **Próximo Programa Operacional Regional do Centro**

- Promover a programação cultural intermunicipal
- Capacitar os agentes culturais e disseminar as redes culturais
- Privilegiar a escala municipal dos projetos culturais
- Fomentar a dimensão imaterial da cultura
- Apoiar os territórios a criar produtos culturais atrativos
- Reforçar o financiamento público para a cultura

Como já foi referido, durante o processo de análise foram elaboradas *nuvens de palavras* (figuras 24 a 29) e esquemas de Fruchterman-Rei (figuras 30 a 35) de cada GD-CIM, sendo que, depois da análise individual de cada um dos GD-CIM, a análise comparativa das figuras reforça muitos pontos em comum, mas também algumas diferenças substantivas.

Na análise das *nuvens de palavras* mais usadas em cada GD-CIM, percebe-se rapidamente, por um lado, desequilíbrios discursivos com a preponderância de algumas palavras – como a palavra *cultura* que figura de forma muito expressiva em 50% das *nuvens de palavras*, podendo corresponder essa preponderância a alguma rigidez discursiva patente em vários dos GD-CIM – e o equilíbrio discursivo, que a Figura 29, referente ao GD-CIM6, é o melhor exemplo no conjunto dos GD-CIM; e, por outro lado, algumas ausências de palavras importantes que deveriam estar presentes nos discursos e nas figuras, tanto mais que foram propostas como temas para a discussão – a título de exemplo convoca-se a palavra *indicadores*, que esteve ausente ou foi utilizada de forma residual na maioria dos GD-CIM.

Os esquemas de Fruchterman-Rei permitem-nos observar a relação entre as diferentes palavras e as teias de relações tecidas nos discursos como um todo. As diferenças entre os esquemas são nítidas. No caso da Figura 31, referente ao GD-CIM2, consegue identificar-se a presença central das *peçoas* no discurso – quer na frequência no discurso, quer nas relações que estabelece com as outras palavras –, sendo que no caso da Figura 32, referente ao GD-CIM3, se observa a centralidade da palavra *regional*, que, neste caso, não é sinónimo de que tenha sido a palavra mais frequente, mas sim aquela com que foi possível estabelecer mais relações com as palavras mais frequentemente utilizadas ao longo do respetivo GD-CIM. Relativamente à Figura 33 e à Figura 34, que ilustram, respetivamente, o GD-CIM4 e o GD-CIM5, importa destacar a quantidade de ligações existentes entre as *palavras-nós* que mais se repetiram: esta característica é reveladora de um discurso mais conectado e holístico entre os diferentes pontos discursivos, revelando maior abrangência e maior capacidade de articulação entre as diferentes dimensões. A maior densidade discursiva contrasta com o que aconteceu no caso do GD-CIM2, como o demonstra a Figura 30.

Este capítulo termina com as ideias-chave de cada um dos quatro grandes temas abordados nos seis GD-CIM. Com a Figura 36 pretendemos salientar as principais ideias apresentadas nas análises individuais, destacando aquelas que mais veementemente foram apresentadas ao longo dos discursos, não só pela repetição, mas também pela força e poder de argumentação. Temos consciência de que sintetizar cada GD-CIM em quatro ideias-chave requer prudência no uso da informação, mas considera-se que foi um exercício particularmente relevante pois permitiu produzir contributos substantivos, que, depois de articulados com outros contributos provenientes de outros instrumentos de recolha de dados, podem concorrer para a definição de grandes linhas de trabalho para o futuro.

## 4. Grupos de discussão (setor cultural)

Convocado o primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das CIM's da área de influência da DRCC, segue-se a análise do segundo conjunto de grupos de discussão realizados a partir de organizações e profissionais do setor cultural. Lembra-se que, não obstante o guião elaborado, os participantes tinham a liberdade para, dentro de cada tema, selecionar os subtemas que consideravam mais pertinentes e relevantes aprofundar.

Na apresentação da análise dos grupos de discussão, começaremos com uma convocação de cada uma das sessões a partir do dendrograma de Jaccard e do coeficiente de Pearson, para concluirmos com as ideias-chave retiradas dos seis GD-SC a partir das *nuvens de palavras* e dos Esquemas Fruchterman-Rei. Realçamos ainda que, como é evidente, toda a informação que, nas figuras, nas tabelas e nas citações, permitisse identificar alguma entidade, foi ocultada ou substituída para manter o anonimato.

### 4.1. Grupo de discussão Setor Cultural 1

O GD-SC1 contou com a participação de quatro elementos, teve a duração de 100 minutos.

A partir dos dados da Figura 37 e da Tabela 9, conseguimos perceber que a correlação mais forte é entre a palavra *programa* e *Centro*, seguida de muito perto da relação entre *cultura* e *Centro*. A correlação entre *projeto* e *cinema* demonstra intimidade, não tanto pelo coeficiente de Pearson ( $P=0,548556$ ), mas mais pelo dendrograma de Jaccard, que nos revela bastante similaridade na associação. Todas as outras são correlações mais moderadas.

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-SC1, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cinema*, *cultura*, *programa* e *projetos*.



Figura 37: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC1

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Programa	Centro	0,589478
Cultura	Centro	0,573217
Projeto	Cinema	0,548556
Pessoas	Cinema	0,477657
Programa	Cinema	0,472217
Políticas	Cinema	0,462338
Projeto	Políticas	0,452269
Programa	Cultura	0,448673
Projeto	Programa	0,442543
Projeto	Pessoas	0,432449
Projeto	Cultura	0,409494
Programa	Pessoas	0,400711
Programa	Políticas	0,375063
Cultura	Cinema	0,373691
Políticas	Pessoas	0,365341
Cinema	Centro	0,365259
Pessoas	Cultura	0,352166
Políticas	Cultura	0,344905
Projeto	Centro	0,331666
Políticas	Centro	0,267771
Pessoas	Centro	0,253687

Tabela 9: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC1

#### 4.1.1. Associações da palavra *cinema* no GD-SC1

O termo *cinema* apareceu como muita frequência neste GD devido ao facto dos participantes estarem ligados ao audiovisual, o que não se verificou nos restantes casos.

Neste sentido, foram discutidas as relações entre o audiovisual, o cinema e os apoios dos vários programas existentes. E aí apareceram um conjunto de críticas que relacionam a “promoção das coisas” com o audiovisual e o cinema:

Eu acho, e aquilo que sinto, do ponto de vista do contato com as entidades públicas e... que é uma ligação muito direta entre o audiovisual e o cinema e etc, e a promoção das coisas. Ou seja, a desculpa muitas vezes para apoiar determinado projeto vem atrás de vender uma região, de vender o vinho, vender um itinerário. (GD-SC1-02)

Ou seja, o *cinema* aparece em muitos apoios como uma forma de promoção de algo, como um instrumento publicitário. Pelo contrário, o cinema enquanto algo que está para além do que é “comercial”, raramente tem apoios ou dinâmicas. O que é considerado um problema, porque assim quem gere e quem assiste o cinema não consegue ver além do comercial e imediato:

Agora vou dar um exemplo da parte privada, mas quando se chega a uma direção da programação dos cinemas NOS e nunca se vê um Chaplin até ao fim, isso para mim é um problema... Porque, digamos, as referências dos filmes que eu posso tentar apresentar, àquela pessoa, partem daí e, portanto, se não há... Pronto, mas isso faz parte de uma... de uma, pronto, lá está, do contacto que as pessoas vão tendo com a cultura ao longo da vida, que é um problema... É, se calhar, uma terceira revolução dos cravos que é preciso fazer ou ir fazendo. (GD-SC1-02)

Ora isto é um problema para quem quer viver de cinema. Por isso há poucas pessoas em Portugal a viver de cinema:

A avaliação de articulação, mais uma vez eu falo do meu ponto de vista, e, quer dizer, tento trabalhar em Coimbra, fazer cinema em Coimbra, que neste momento creio que não há ninguém a tentar viver profissionalmente disto... Havia o António Ferreira, mas que está no Brasil, muito embora tenha feito um ou outro projeto... Havia um outro projeto, ali dum estúdio na Pedrulha mas entretanto não sei o que aconteceu. Eu não conheço mais ninguém que esteja a tentar viver... que faça filmes em Coimbra. (GD-SC1-02)

Embora existam algumas redes de cinema com dinâmicas interessantes, é “difícil a captação de públicos”, o que revela a importância de se pensar em formação e incentivo de públicos, sobretudo entre os mais jovens:

Em relação à rede cultural, o que eu sinto é que na região há uma grande divulgação e uma grande disponibilidade para uma rede cultural, sim, mas o que eu noto é que há mais disponibilidade para a música e o teatro. Para o cinema não acho que haja assim tanta disponibilidade, tanto incentivo. Nós participamos numa rede de exibição cinematográfica, com o apoio do ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual. Esta rede proporciona um tipo de cinema diferente, um tipo de cinema de autor que não interessa a toda a gente, é difícil a divulgação, é difícil a captação de público, achamos que será fundamental o incentivo e formação de jovem público. (GD-SC1-03)

Nesse sentido, seria interessante, para além da formação do público jovem, idas ao cinema que fossem acompanhadas por interpretações ou questionamentos, antes, durante e/ou após:

Poderia ser transformador de uma ida ao cinema, ou seja, o cinema era isto... que de facto as pessoas valorizam muito... Mas depois é preciso que haja ali alguma coisa que em comum que agregue aquilo, e um discurso no final... pronto, às vezes... é bom ou é mau, não interessa... mas há ali uma coisa com que as pessoas se podem confrontar: “Eh pá, este tipo está a dizer isto, eu não senti nada disto...”. E ao fazer isto estão a ter o filme na cabeça, não se está a ir embora (...). Eu acho que isso é muito importante e muito mais satisfatório do ponto de vista da experiência de... de espectador. (GD-SC1-02)

Para complicar mais a equação relativamente ao audiovisual e ao cinema, este GD considera que nos últimos anos:

Ter-se-ão perdido 75% dos espaços de exibição. Os espaços continuam lá, têm ainda cadeiras, provavelmente ainda terão algumas colunas e uma tela, mas com a transição para o digital deixaram de ter projeção de cinema. E, portanto, tudo isto, entre a falta de visão de produção na área do cinema e no audiovisual, e a falta de política cultural para manter salas de cinema disponíveis, eu acho que é de um empobrecimento que se trata nos últimos anos, de um empobrecimento do terreno cultural. (GD-SC1-01)

(...)

Não há uma política, no terreno para contrariar, por exemplo, o fecho de salas de cinema, e estão a achar que é normal um cidadão do norte do distrito, por exemplo, ter de fazer 30 minutos de carro para ir a um centro comercial ver um filme ao fim-de-semana. Está-se a achar que é normal, quando está na constituição que todas as pessoas têm direito à cultura. (GD-SC1-01)

O que não quer dizer que não existam dinâmicas interessantes no território a este respeito. Mas faltam permanentemente oportunidades e incentivos:

Cá em Estarreja, sim, também, o próprio município também nos procura para... para fazermos o workshop, aconteceu agora recentemente, fizemos um workshop sobre pintura em película de cinema, o que é excelente para começar a captar o interesse dos nossos jovens, mas a nível regional nós sentimos que não há assim grande incentivo para o desenvolvimento de projetos, nós queremos elaborar e produzir, e levar um projeto avante, nós temos que procurar, nós temos de correr atrás de um concurso, nós temos que.. (GD-SC1-03)

Nesta ótica, as coisas funcionam em função das sensibilidades dos agentes culturais:

O que acho que não é sério, é quando não existe um município com essa sensibilidade para investir esse valor, acho que não é sério não existir, em Portugal, a um nível médio, sejam comissões de coordenação, sejam CIM's, nem a um nível supra, portanto a um nível nacional, não existir ninguém que proteja esta possibilidade de a pessoa poder ver um filme no seu território. (GD-SC1-01)

Existem autarcas que consideram que deixou de haver públicos para certas dinâmicas. O entendimento deste GD é que tal não corresponde à verdade. O que aconteceu foi a perda de constância na presença de cinema:

Agora já há autarcas que começam a dizer isso: "Ah, porque deixou de haver público". Não, desculpe, mas não é verdade. Havia público, o senhor deixou de ter cinema e agora se voltar a ter, aí sim, vai ter dificuldades de público, isso garanto, mas tem que manter... tem que insistir, mas passados 2 anos, 1 ano, já tem público outra vez, agora não me venham é nunca dizer que não há... Por exemplo, o cineclube vai fazer 64 anos e sempre teve público. (GD-SC1-01)

O que aconteceu, para este GD, é que a transição do cinema analógico para o digital (DCP) não foi feita em muitos locais e tal provocou uma redução do número de cinemas. Nesse sentido, para contrariar este problema, este GD sugere que os municípios deveriam ser apoiados em equipamentos com compromissos de programação ao longo do tempo:

Pelo menos as salas que manifestassem capacidade comprovada para atividade regular de exibição cinematográfica, acho que haveriam municípios que sabendo: “Ok, eu vou durante 3 anos, vou ter um apoio, vamos ter uma possibilidade de sustentar aluguer de filmes, no apoio aluguer de filmes”, se calhar já compensa eu adquirir o equipamento porque pelo menos não vou gastar, ou o que gasto vai ser compensado pelo... pelo... pelo programa de apoio... não é? Digo eu. Eu acho que... até porque eu nunca iria definir... nunca iria defender o apoio direto a 100% em equipamentos de projeção, porque eu conheço muitos de 35 mm na região de ... que foram comprados quando foi... quando o (...) também era ministro e foram comprados... pronto, havia apoio para comprar equipamentos de projeção, e foram usados para 10 projeções de cinema. (GD-SC1-01)

#### **4.1.2. Associações da palavra cultura no GD-SC1**

É importante referir que o conceito de cultura nunca encontra uma versão muito consensual. É o caso do que é dito por um dos participantes deste GD. Os “produtos culturais” dependem da visão e da construção pessoal, o que implica que as coisas nunca sejam muito fechadas e determinadas no que concerne a apoios ou políticas:

Portanto, digamos, o meu produto cultural resulta do interesse pessoal de uma construção de um ponto de vista sobre determinada realidade e tentar arranjar um financiamento para isso, pronto. Isto que eu faço é uma coisa que se faz em todo o lado e agora tentando integrar na importância cultural, nas políticas culturais, a mim parece-me que é relevante, não porque eu o faça, mas por (...) esta... Para mim a cultura, ou mais, se calhar, a arte, tem a ver um bocadinho com isto porque é alguém, ou várias pessoas, têm determinado ponto de vista sobre determinada realidade e pretendem expressá-la de determinada forma. (GD-SC1-02)

Mas se na definição de cultura há subjetividades várias, já na noção da sua presença ou ausência existe grande unânime. Para o GD-SC1, a presença da cultura nas linhas de apoio é escassa e acessória:

E é muito difícil... E vê-se que as prioridades, por exemplo, são 4: Soluções industriais, valorização de recursos endógenos, tecnologias ao serviço da qualidade de vida, e inovação territorial e não há a cultura neste programa, nem nas outras opiniões, não há nada que se diga: estes indivíduos pensaram na cultura não como algo acessório... A cultura é sempre vista aqui como algo acessório. (GD-SC1-04)

Este entendimento da cultura como algo escasso e acessório, traz alguns problemas e perversidades: apoiam-se mais os eventos e não tanto os agentes culturais. Porque não existe um foco a médio-longo prazo. São coisas apenas para uns dias:

A existir algo está a incidir numa coisa que é quase perversa, que é: Cada vez mais apoia, não agentes culturais, mas eventos culturais e isto vai também bater um bocadinho naquilo que o xxx dizia que é, qual é a diferença entre apoiar um plano de atividades estruturado para um ano, a 12 meses ou 24 meses ou 36, ou apoiar um evento de um fim de semana ou 10 dias? Há uma diferença que é a diferença entre o curto-prazo, ou seja, entre os foguetes de artifício do festival de 10 dias e uma programação, que pode incluir formação de públicos, com tempo, objetivos de médio-prazo, e faz toda a diferença. (GD-SC1-01)

Em relação a uma *cultura* de rede no que concerne ao audiovisual e cinema, as críticas também são as de escassez e indisponibilidade:

Em relação à rede cultural, o que eu noto é que há mais disponibilidade para a música e o teatro. Para o cinema não acho que haja assim tanta disponibilidade, tanto incentivo. (GD-SC1-03)

A ideia é a de que por vezes falta *cultura* de trabalho em rede, de articular processos em dinâmicas de equipa:

Exemplos que vêm de cima e institui-se num certo território, numa rede, mas sem uma cultura, se calhar, às vezes, de trabalho. Isso, eu acredito que seja ainda mais difícil, aliás, falo com os artistas e dizem-me: “Eh pá, cheguei lá e não percebi... Não percebi...”. Eles não sabiam quem organizava o quê, não sei quê... “Diz que trabalham em rede mas ninguém apareceu para nos receber”. (GD-SC1-01)

No entender do GD-SC1, falta formação para se trabalhar em rede e para apelar à interação entre os diversos agentes culturais:

Apelar um bocadinho para a nossa cultura e para os nossos projetos, para a divulgação das associações, interatividade com as associações locais. É muito importante para a formação dos nossos jovens. Porque acho que é o fundamental, não é? São eles que são o nosso futuro, e acho que parte um bocado por aí. (GD-SC1-03)

Além disso, foi mencionado que a *cultura* precisa sempre de encontrar escalas de acordo com o que os programas de apoio pedem. Essas mesmas redes devem permitir escalas:

Há um problema de escala...E há uma questão de insondabilidade de agenda ou distanciamento...de facto, arranjar uma espécie de plataforma de encontro de profissionais, das pessoas, é fundamental para nascerem projetos e isso... nós todos sabemos que as coisas nascem quando duas pessoas têm ideia com uma terceira, é assim que nascem os filmes, a essência dos cineclubes é isso e as escolas não é mais que isso... Esta tendência para a atomização, do meu ponto de vista, tem estes problemas. (GD-SC1-02)

A ideia de redes de parceria e colaboração deve, no entender do GD-SC1, estender-se à própria DRCC, no sentido de criar uma dinâmica de apoio em rede a candidaturas. Caso contrário, o destino é ir trabalhar apenas com produtoras de Lisboa com toda a estrutura montada:

GD-SC1-02 – havia uma ideia de dotar as comissões regionais de cultura com uma espécie de balcão de apoio às candidaturas do ICA, porque as candidaturas, nomeadamente para o cinema do ICA são coisas que têm uma determinada história, nomeadamente para os filmes, tem uma determinada mecânica que... que é preciso estar numa produtora com hábito e com erros naquilo para conseguir que aquilo... porque senão temos de ir trabalhar para uma produtora em Lisboa que tem a mecânica toda, não é? Já tem o computador sempre aberto na página do ICA com os formulários semipreenchidos e com isso é difícil competir. Basta ver, na sexta-feira recebi o resultado de um programa de apoio do ICA e são literalmente sempre as mesmas pessoas. E eu percebo porquê, porque de facto...

E esta articulação deve ser feita entre os atores locais, os produtores e até as próprias CIM's, que por vezes não tem pessoas suficientes ou então tem ausência de qualificação para a elaboração de processos de candidaturas na área da cultura. Caso contrário, fica tudo dependente das sensibilidades:

Assim, na CIM X há alguém que está lá, que tem... por um contexto qualquer, está atento a isto, na CIM Y não está ninguém e, portanto, aquilo não é valorizado. Pronto, isso... a regra do jogo é um bocado essa, mas se calhar havia... seria útil poder haver aqui um outro vetor onde... para as pessoas que estão em autarquias, em CIM's ou nisto não tem tanto valorizar, pudessem ter outra via de acesso a estes financiamentos. Porque depois nós ficamos muito dependentes da sensibilidade cultural que têm as pessoas que estão naquele momento na CIM, ou que estão naquele momento na câmara... se calhar, cruzando possibilidades de acesso a financiamento com estruturas mais locais, estruturas mais centrais, regidas por entidades diferente, onde de facto esse acantonar político, de um determinado operador que de repente ficou isolado, e nós sabemos depois aqui que ninguém nos ouve, nos meios mais pequenos sobretudo. (GD-SC1-04)

#### **4.1.3. Associações da palavra *programa* no GD-SC1**

Tudo isto está em linha de conta com uma reivindicação comum por parte do GD-SC1: a existência de um plano a médio-longo prazo. Programas culturais com duração que não tivessem que estar subservientes ao “turismo” ou a outras estratégias promocionais:

É claro que isto é dinheiro de médio a longo-prazo. Mas se houvesse um programa com a valorização destes aspetos... acho que isto é importante... E sei que temos de fazer (...) que isso é importante para o turismo. Pronto, porque... acho que merecia que estivesse lá por direito próprio e não como qualquer coisa que serve o turismo ou qualquer coisa que serve a indústria hoteleira, ou que serve a indústria. (GD-SC1-04)

Eh pá, eu acho que deviam ser coisas mais perenes, não é? Portanto, tudo o que contribua para uma atividade cultural mais permanente e menos episódica, acho que... acho que isso devia ser uma das traves importantes do... do... do programa. (GD-SC1-01)

Esta ideia de programas permanentes implica que existam programadores culturais. Um programa cultural necessita de uma dinâmica abrangente e tal exige programação mais profissionalizada, para evitar a tal dependência da sensibilidade. A programação é o que permite também a educação cultural:

Porque, ou seja, às vezes quando a câmara recebe um equipamento, instala, fica lá, faz uma formação, há projecionistas, há, mas não há programador, é preciso haver programação... por isso eu também não defender: “Vamos dar agora...”, não... Mas se pelo menos existir apoio para a reativação, para a exibição regular associada à formação de novos públicos, portanto, também têm de manifestar capacidade para ter oficinas, workshops... (GD-SC1-01)

Em idade escolar, idades já... 2º ciclo, por aí... sim... De maneira a que haja uma maior integração e que seja criado... apelar eventualmente à educação cultural. Os jovens hoje em dia estão todos muito focados nos telemóveis, no cinema comercial. (GD-SC1-03)

Haver alguém que fosse capaz de fazer esta programação e encarregar isto, penso que seria interessante... Eu já propus, por exemplo, na minha escola que fizessem com outras universidades como já existe (...) para o desporto universitário, que se (...) uma coisa dessas para... para a cultura universitária, não um campeonato, como a FADU, que é uma organização que promove jogos lá entre eles, mas que fizesse uma programação cultural que permitisse ocupar salas fora dos grandes centros e fora das salas comerciais... Vamos a determinados sítios, então têm aqui um equipamento cultural espetacular, e têm meia dúzia de... têm uma ocupação que é 10% a 20% daquilo que poderia ser... Porque é que não fazem? Porque não conhecem, porque não têm, porque falta-lhes... falta-lhes programação. (GD-SC1-04)

#### **4.1.4. Associações da palavra *projetos* no GD-SC1**

Não tendo grande relevância no modo como apareceu a palavra *projetos*, não deixa de ser interessante: a ideia de que o “motor de arranque” da maioria dos projetos são as dinâmicas associativas:

Temos um projeto em curso que se calhar é daqueles exemplos que constituem exceção... todos os intervenientes deste projeto sabem que, de facto, o motor de arranque disto foram as associações, são tudo associações. (GD-SC1-01)

Além disso, o facto dos projetos ficarem condicionados a determinadas linhas de financiamento com determinados objetivos predeterminados, faz com que o discurso se

altere para ir de encontro a essas linhas, pervertendo muitas vezes a coerência do que poderia ser uma cultura audiovisual:

eu percebo que isso limita aquilo que eu posso dizer sobre o meu filme. Não limita a ação. Porque os filmes que eu faço... Ou seja, os filmes não... Eu parto desta produção, deste tamanho e este tipo de financiamento, não tenho que prestar contas, não tenho que fazer... Agora, no discurso, eu estou a dizer, na apresentação do projeto, naquela carta de apresentação, eu tenho que sempre por lá qualquer coisa que pense: “Eh pá, isto vai ser bom, vai fazer publicidade à minha região, à minha câmara...”. E eu acho que isso é um problema. (GD-SC1-02)

Nós temos um projeto que é inteiramente financiado pela escola, um projeto caro, não é muito fácil manter, e temos essencialmente centrado, para além das componentes didáticas e associadas aos nossos cursos, num programa que passa no canal 2, na ESAC TV e que tenta ser, há 13 anos, um projeto de magazine cultural daquilo que se faz na cidade mais centrado nos espetáculos, exposições, mas depois teatro e música essencialmente, e que é neste momento a única presença assídua da cidade de Coimbra na televisão... na televisão nacional. (GD-SC1-04)

#### 4.2. Grupo de discussão Setor Cultural 2

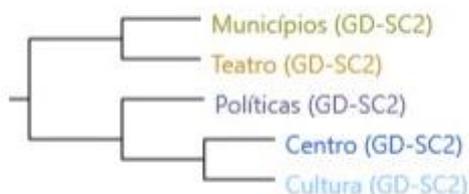


Figura 38: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC2

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Cultura	Centro	0,497663
Municípios	Centro	0,443147
Políticas	Cultura	0,424354
Teatro	Municípios	0,420691
Políticas	Centro	0,385418
Políticas	Municípios	0,38426
Municípios	Cultura	0,34079
Teatro	Políticas	0,329858
Teatro	Centro	0,308052
Teatro	Cultura	0,280246

Tabela 10: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC2

O GD-SC2 contou com a participação de seis elementos, teve a duração de 90 minutos.

A partir dos dados da Figura 38 e da Tabela 10, conseguimos perceber que as principais correlações são moderadas e que, entre as moderadas, a mais forte é a correlação entre *cultura* e *Centro* ( $P=0,497663$ ).

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-SC2, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *políticas*, *Centro*, *municípios* e *teatro*.

#### 4.2.1. Associações da palavra *cultura* no GD-SC2

Para o GD-SC2, a *cultura* é estratégica, sobretudo depois das infraestruturas “resolvidas”. No entanto, há ainda problemas de articulação entre Municípios e CIM’s que necessitam de ser resolvidos. A desarticulação entre territórios e elementos que compõem territórios é, para o GD-SC2, fundamental:

A importância estratégica da cultura para os territórios, isso é uma coisa que está mais clara... Costuma-se dizer que a aposta da política na Cultura é depois de termos as infraestruturas desenvolvidas, não deixa de ser verdade também, mas o que é certo é que hoje em dia as infraestruturas não estão todas desenvolvidas, mas estão a ficar cada vez mais resolvidas, e portanto, a aposta na cultura é importante.

(...)

há uma grande desarticulação entre territórios, isto é, se nós olharmos – nós que somos todos representantes de entidades culturais - que também pugnamos pôr o nosso protagonismo, naturalmente se podemos sobreviver, por acaso podemos por como parceiro, o vizinho. Mas quando isso toca a entidades políticas, como é o caso dos municípios, quer dizer com o município não está para sentir a sombra do município vizinho, mesmo que seja com a política, não está para sentir a sombra do vizinho. Ou seja, quer chamar a si, quer chamar a si hum... o grande protagonismo. (GD-SC2-01)

No entanto, é preciso considerar que nem tudo o que leva o cunho de *cultura* é *cultura*, ou que pelo menos foge em várias dimensões. No que toca às “artes de palco” é preciso ter algumas questões bem claras:

De facto aquilo que se faz não é tudo Cultura. Nós, logicamente dentro da nossa Companhia, por exemplo, temos por hábito distinguir três formas de estar na arte do palco: Uma é aquilo que nós chamamos de cultura transcendental, que é aquilo que promove identificação das pessoas com aquilo que os ultrapassam, não é.. a cultura no sentido da evolução do homem para o extrato mais elaborado mais consentâneo com os desafios da contemporaneidade. Depois temos companhias que fazem aquilo que nós chamamos de entretenimento, muitas vezes como as poesias, as execuções pedagógicas, que é coisa que podemos fazer assim um bocado em imersão. Por que de repente parece que estamos a misturar uma série de áreas que não tem nada a ver connosco, não é.. E faz-se uma cultura de entretenimento, umas coisitas e tal.. por

vezes até muito bem feitas – atenção - com muita cor, muita luz e alegria, como se anunciava os outros pares da aldeia, pronto. De vez em quando, atenção, há de facto espetáculos muito bons de se assistir, mas ao fim do espetáculo aplaude-se e não sobra nada, não é? E depois há cada vez mais um componente comercial que está a não olhar os meios para atingir os fins, e que está no processo comum. O que é que isto faz? Faz com que.. quando estas três realidades concorrem, quando estas três realidades, por exemplo, batem à porta da Direção Regional da Cultura ou da Câmara Municipal, quem quer que seja.. você quer que sejam tratadas de igual para igual, obviamente. (GD-SC2-02)

O facto de estes “três” tipos de cultura ficarem inseridos numa mesma “gaveta”, faz com que deva existir, por parte das entidades que financiam projetos, uma maior atenção às estas três realidades. E isso, para este participante, exige maior profissionalismo e acompanhamento dos processos que se implementam no terreno:

Por exemplo, posso lhe dizer... é o estado de não haver há muito tempo, ou haver de uma forma que eu não entenda como é que funciona... os técnicos e especialistas de acompanhamento e avaliação das Políticas Culturais, que a Direção Regional da Cultura já teve, e que agora neste instante não tem, ou não tem para todas as áreas.

(...)

Da Cultura do Centro, sim. Ou seja, este trabalho de campo (eu já fui técnico e especialista, na altura do Pedro Pita) eu só fazia teatro e arte transdisciplinados, e todos os fins de semana eu estava fora de casa para acompanhar.. hum.. a tantos que nos mínimos.. que era ir ao menos três vezes por hora a cada uma das estruturas. E só dava para cada fim de semana ir a uma, pois no meio da semana calhava de ir a Castelo Branco, ou ao Fundão.. onde calhasse e conversar com eles. Este acompanhamento permitia o ver *in loco* o que estava a acontecer, a todos os níveis. (GD-SC2-02)

---

149

Isto poderia vir a equilibrar aquilo a que uma certa ânsia de tornar a cultura um “saco” onde cabe tudo:

O que se passa muitas vezes é que realmente a ânsia de satisfazer, e procurar, e dar, contentar toda a gente, transforma-se aquilo que deveria ser Cultura com C grande em pão e circo. (GD-SC2-01)

Da parte do município, não sei, mas da parte do teatro com a Direção Regional de Cultura do Centro existem contactos pontuais, mas nada de regular e constante, e é isso eu e outros colegas meus sentimos que faz falta no resto do país. Porque quando de facto queremos alguma coisa, nós temos que nos organizar não há... não há nenhuma chance real, nem um chapéu de cima a dizer “olha vamos falar convosco, e vamos aqui a acoplarmos e tal, juntarmos para fazer alguma coisa organizada”. (GD-SC2-04)

#### 4.2.2. Associações das palavras *políticas* e *Centro* no GD-SC2

Relativamente à palavra *políticas*, uma das mais citadas neste grupo, é de salientar a crítica à tal ausência de *políticas* estratégicas capazes de articular dinâmicas territoriais:

Que são as políticas culturais regionais, e na articulação dos municípios, CIMs, sociedade civil... hum... que são as políticas culturais regionais, portanto, há uma grande desarticulação entre territórios, isto é, se nós olharmos – nós que somos todos representantes de entidades culturais – que também pugnamos pôr o nosso protagonismo, naturalmente se podemos sobreviver, por acaso podemos por como parceiro, o vizinho. Mas quando isso toca a entidades políticas, como é o caso dos municípios, quer dizer com o município não está para sentir a sombra do município vizinho, mesmo que seja com a política, não está para sentir a sombra do vizinho. Ou seja, quer chamar a si, quer chamar a si hum... o grande protagonismo.

(...)

As políticas municipais para a cultura... tem algumas dificuldades exatamente por causa de captação de votos, exatamente. A política que está é para satisfazer o seu mercado eleitoral claramente, e muitas vezes perde-se a noção de pedagogia, perde a noção de pedagogia, e perde-se a noção de arbitragem... arbitragem não que é muito feio, mas a noção de atribuição, ou de equilíbrio, ou de complementaridade entre os vários atores que [palavra impercetível] eu acho que o setor público deve ser protagonista, deve ser protagonista na expressão de algumas manifestações, quando quem está no terreno – que nesse caso os agentes culturais - não tem capacidade para ir a jogo, digamos assim. (GD-SC2-01)

É neste sentido que aparecem críticas devido à ausência de articulação de políticas com planos de formação e capacitação:

Faltam programas de apoio ou falta formação, falta formação nessa área, com problemas de estrutura para capacitação. Essa é onde eu vejo o maior o *handicape* pois realmente o equilíbrio que as políticas municipais ou supramunicipais pelas CIMs deviam nesses programas que foram chamados por CIMs, e que deviam ser...deviam procurar por um equilíbrio complementar entre os vários territórios e entre os vários agentes culturais e acabaram por ser sugados de forma completamente desintegrada. (GD-SC2-01)

A formação é importante, mas se no meu entender – e de um pouco também daquilo que falo com algumas companhias, nomeadamente daquelas companhias e agentes – tem muita dificuldade em conseguir interpretar aquilo que são regulamentos das candidaturas e muitas acabam de chumbar até.. [vozes sobrepostas] no foro administrativo. Portanto, estou aqui a me lembrar agora da ANAF, que é a Associação Nacional de Freguesias, eles tem – e certamente com os municípios e também várias outras entidades a quem prestam reporte e a quem dão essa informação – o que é facto é que deveria existir uma estrutura, não sei se a nível municipal, ou se a nível mais distrital, enfim... que ajudasse os agentes culturais a elaborar convenientemente

as candidaturas de acordo com regulamentos, porque para já uns não tem disponibilidade, outros não tem conhecimento. (GD-SC2-05)

Além destas questões da formação e capacitação de agentes e estruturas culturais, é ainda mencionada a questão de se pensar numa *política* que consiga deixar marca no território no pós-2027:

Disseram que o que se pretende, ou o que pode ser os eixos das políticas culturais até 2030. Eu acho que nestas candidaturas a outra coisa que tem que ser levado em conta: o que é que se fica depois 2027 – porque 2027 é o ano da Capital Europeia da Cultura. O que é que fica depois? Realmente valeu a pena nos enfiarmos nisto? Para que chegarmos a 2027 - como diz o ... – bateram palmas, acabou e morreu tudo? (GD-SC2-01)

A articulação das políticas deve focar-se em toda a região Centro. O exemplo das orquestras de música serve para ilustrar um conjunto de dificuldades que o centro tem tido na articulação e criação de dinâmicas conjuntas:

Se bem que CIM's, deveriam ser, digamos, o setor onde isso estabeleceria o limite, de tal forma, equilibrado... nem sempre, hum... nem sempre isso acontece. Esta é uma grande.. é, é.. uma grande dificuldade que eu sinto, não só em termos da Orfeão, mas como também sei que as Filarmónicas das Beiras também sentem isso. Não conseguem tecer uma orquestra para a região centro porque muitos municípios querem ter aquilo que acham que são as suas orquestras, e de facto, pois, não se aposta numa orquestra profissional por aspeto fiscal. (GD-SC2-01)

Há uns anos houve um programa “Filarmónicas em Concerto” acho que é isso... que levou as Filarmónicas a vários pontos da região centro, mas na altura não foi devidamente acompanhado com alta publicidade, e acabou por não ter o impacto e a visibilidade que devia ter, e muitas dessas coisas as vezes demoram e nós temos muita tendencia a querer efeitos e resultados imediatos e isso nem sempre acontece. Mas parece que falta aqui (com certeza) um grande projeto conjunto que permita levar, por um lado mais formação, e por outro lado mais visibilidade àquilo que se vai fazer. (GD-SC2-04)

Este exemplo das orquestras e da necessidade de existirem entendimentos regionais, possibilitaria maior capacidade de desenvolvimento, promoção e publicitação. E, o facto de existirem políticas e ideias articuladas, faz com que haja maior consonância entre organizações e entidades. Os programas poderiam assim ser pensados em articulação, não sofrendo desvirtuamentos introduzidos por objetos municipais ou afins:

Muitas vezes há programas.. hum, programas do.. do Centro 2020 que são captados ou pelas CIMs, ou pelos próprios municípios e que são desvirtuados, são desvirtuados. Esses programas poderiam ser de facto um motivador para os agentes culturais trabalharem devidamente, e acabam por serem desvirtuados na sua essência, conheço alguns... alguns casos. E falta outra coisa, realmente há que dar apoio para

os projetos serem levados a efeito, acho que deve haver depois um fator de exigência que passe realmente por uma supervisão se os critérios estão sendo mesmo cumpridos. (GD-SC2-01)

Outra questão em ausência no “Centro” é a fraca articulação e presença da DRCC na região:

Da parte do teatro com a Direção Regional de Cultura do Centro existem contactos pontuais mas nada de regular e constante, e é isso eu e outros colegas meus sentimos que faz falta... Porque quando de facto queremos alguma coisa, nós temos que nos organizar não há... não há nenhuma chance real, nem um chapéu de cima a dizer “olha vamos falar convosco, e vamos aqui a acoplarmos e tal, juntarmos para fazer alguma coisa organizada”. (GD-SC2-04)

Mas nem tudo é negativo para o GD-SC2. O Centro2020 veio introduzir coisas que no passado não eram possíveis. Este é um caminho que deve continuar:

Mas essa de facto... são vários olhos que estiveram atentos. [vozes sobrepostas] o que é que acontece, existiram coisas que sem o Centro 2020 e sem o apoio não poderiam existir. O que é facto é que essas ações materiais que aconteceram no património, de alguma forma, ligadas ao património mais histórico ou mais contemporâneo (em termos de recente) se forem só às dispensas do município, puro e simplesmente, não aconteceriam.

(...)

Eu por acaso tive a oportunidade de assistir a alguns espetáculos, não conheço as pessoas todas, nem os espectadores todos, mas de facto, via-se pessoas que de outra forma não iriam, não é... e agora vou falar na parte benéfica: houve pessoas que em contacto com determinada ação, acredito que houve ali um impulso para poderem vir a outras ações futuras, acredito nisso. (GD-SC2-05)

#### **4.2.3. Associações da palavra *municípios* no GD-SC2**

Relativamente à palavra *municípios*, já abordamos anteriormente algumas preocupações com a ausência de articulação entre si, tanto de modo isolado como em sede das CIM's:

A CIM ou não tem recurso ou não percebe muito bem, mas na verdade n[os] continuamos muito pendurados (se é o termo correto) nos municípios e na boa vontade dos municípios. E parece-me que há aqui alguma desarticulação, cada um tenta cuidar de si e fazer o melhor possível para serem melhor que o vizinho do lado. E isso por vezes gera algumas simetrias, quando se fala de coesão, isto é tudo menos coesão. Eu posso dizer porque tive com isso de alguma forma, que havia municípios que apoiam as suas associações e com montantes que chegam a servir por anos, e outras que apoiam com montantes que são humildes. Isso não tem nada a ver uma coisa com outra, mas não corresponde a município nenhum e não há aqui coesão possível. (GD-SC2-04)

Embora os municípios tendam a agir para benefício próprio e tal traz por si só dinâmica e necessidades de ação que depois se tornam positivas, a verdade é que este GD considera que existe demasiado “poder discricionário” nos municípios, de aderir ou de não aderir a certas dinâmicas. Seria fundamental um plano regional protocolado para combater algumas “arbitrariedades”:

Mais uma vez, fica a poder discricionário dos municípios aderir ou não aderir. E há muitos – quer queiramos, quer não – que preferem seguir o caminho que estão trilhados, tal como o Teatro optou por não aderir à rede porque depois isso ia condicionar a programação, e sobretudo a uma sala que não tem produção, que é de pigmento. (GD-SC2-04)

Além disso, muitas vezes essas “arbitrariedades” nascem da ausência ou da presença de capacidade de implementar projetos ou executar candidaturas. Tal poderia ser resolvido com estruturas superiores de capacitação:

Certamente com os municípios e também várias outras entidades a quem prestam reporte e a quem dão essa informação – o que é facto é que deveria existir uma estrutura, não sei se a nível municipal, ou se a nível mais distrital, enfim... que ajudasse os agentes culturais a elaborar convenientemente as candidaturas de acordo com regulamentos, porque para já uns não tem disponibilidade, outros não tem conhecimento, e de facto nós também.

(...)

De facto no meio desses municípios havia um, que é o xxx que tinha lá profissionais – para mim – altamente qualificados para fazerem candidaturas mais imateriais, não é. Quando eu chegava aqui e trazia uma série de... e entregava a minha colega para ela avaliar e ver se o município conseguiu cumprir, ela depois passava.. oh pá, isso passava do meio-dia para ligar para a CCDD para tentar perceber aquilo que se encaixa, e aquilo que não se encaixa. E de facto, muitas vezes quem lhe esclarecia as dúvidas era o colega do xxxx. (GD-SC2-05)

Tal necessidade de capacitação dos municípios acontece também na dimensão da programação. Este GD considera que existe uma ausência de programadores e de formação neste domínio, e que a ausência de uma estratégia de “cruzamento de públicos” pode estar muitas vezes na origem de dinâmicas que não funcionam:

Portanto acho que, ou com experiência ou com a formação, os municípios deveriam de ter em atenção a questão do cruzamento de públicos, independentemente daquilo que acontece. Para terem uma noção - e eu no primeiro Leiria Sobre Rodas tive serviço educativo para as crianças - não apareceram muitas crianças porque as crianças com os pais, e os pais não queriam deixar as crianças ao sítio onde já tinham passado, e não funcionou. (GD-SC2-05)

#### 4.2.4. Associações das palavras *teatro* no GD-SC2

Uma das palavras que, diferentemente dos outros grupos de discussão, ressaltou como uma das mais citadas foi a palavra *teatro*. Relativamente ao passado, é dito que:

Até 2015 o caso do teatro foi particular porque tivemos dois anos de programação atrelada a vinda de Abril, depois com a vinda da Troika ficamos completamente sem dinheiro a não ser para pagar as despesas da estrutura, e de facto depois de 2016 ou 2015, pode dizer-se que começamos a ter um orçamento folgado que nos permite fazer uma programação – também um pouco em conjunto com o Orfeão de Leiria no castelo do Festival de Música – que tenho dito várias vezes que acaba por completar algumas lacunas naquilo que é a programação do teatro. (GD-SC2-04)

Ou seja, o financiamento do *teatro* é aqui entendido como algo muito problemático e dependente de dinâmicas paralelas. O poder central ou regional não é tido como o grande financiador desta arte:

O teatro fez parte duas ou três vezes de programação, mas sempre por iniciativa própria ou do município, nunca ouvi nada - digamos - que partisse do poder central, a não ser de facto o caso das Bandas em Concerto, foi a única coisa que me chamaram para participarmos. Hum.. e cada um no fundo tem de fazer seu próprio trilha. É assim que.. houve um projeto que foi.. se calhar melhor do que alçava e acabou por ficar na gaveta, que foi a Rede Nacional de Teatros e Cineteatro, (que acabou de sair agora, há alguns meses) mas que ficou na gaveta por alguns anos. (GD-SC2-04)

Do ponto de vista do Estado Central, se há, elas estão fechadas e não chegaram até mim. Eu também tenho teatros que não querem que eu entre em redes de programação, porque dizem que a minha programação é muito plural e depois “isso não entrava no meu teatro, e isso não sei o que..” . (GD-SC2-04)

A dinâmica do teatro está também demasiado pendente da dinâmica da programação e dos próprios programadores, o que deve entrar em linha de conta na reflexão:

Há outros que partilhavam desta opinião, e posso claramente me referir aqui ao caso do Teatro xxxx, eles mudam de programador de dois em dois anos. A cada vez que muda o programador, muda a identidade do teatro, e eu fiz programação e entrei em redes com o Lucena, mas de facto, quando ele saiu houve uma linha de programação que se aproximou mais da linha do que é o xxxx. Então eles ligavam a todos os clientes, “ó pá, já tive mais espectadores em dois meses do que em dois anos, ou ano passado”. E eu digo que é para ter cuidado com isso, pois não se perder o público que conseguiste angariar. Porque eles faziam um espetáculo de dança contemporânea e tinham 400 pessoas, e eu quando tenho 200 já considero que é uma multidão, e eu disse que ele tenha cuidado para não perder agora o público que se arranhou durante muitos e muitos anos. (GD-SC2-04)

A sugestão, para colmatar estas questões, é a de ter uma estrutura supramunicipal capaz de “apanhar” dinâmicas com pontos em comum, bem com o “regresso” dos críticos de

arte ou então dos tais agentes, como no passado, que acompanhavam e avaliavam no terreno o que é feito:

Ter uma estrutura conjunta que conseguisse apanhar o Teatro, o Orfeão, o José Lúcio, o Quebra Costas e a Fundação, não é... seria uma mais-valia, agora se há de ser supramunicipal, para um distrito ou vários, não sei, mas isso é uma das lacunas. (GD-SC2-05)

Quando se falava do que é preciso, olha, faz muita falta em Portugal os críticos da arte. Faz muita falta, eu lamento. Eu já sou velho, sou mais velho que tu, ó pá..[risos na sala]. Mas olha, eles ficavam a espera da outra equipa, para ler a crítica do espetáculo. Ora saía do teatro a meia-noite e ficavas a espera que saísse a crítica às três ou quatro da manhã para ler aquilo.. Hoje não há críticos, e esse sentido não-crítico sobre o que acontece, acho que esvazia. (GD-SC2-02)

### 4.3. Grupo de discussão Setor Cultural 3



Figura 39: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC3

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Regional	Cultura	0,865745
Cultura	Centro	0,676678
Regional	Centro	0,658875
Projeto	Apoios	0,518388
Regional	Apoios	0,402759
Centro	Apoios	0,402392
Projeto	Centro	0,399768
Cultura	Apoios	0,375745
Regional	Projeto	0,372191
Projeto	Cultura	0,323981

Tabela 11: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC3

O GD-SC3 contou com a participação de oito elementos, teve a duração de 110 minutos.

A partir dos dados da Figura 39 e da Tabela 11, conseguimos perceber que as correlações são todas moderadas entre as principais palavras mais repetidas. A correlação mais forte, quase na intensidade de muito forte, é entre as palavras *regional* e *cultura* ( $P=0,865745$ ). Uma outra relação menos intensa, mas ainda assim forte, é a relação entre as palavras *cultura* e *Centro* ( $P=0,676678$ ).

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-SC3, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *regional*, *apoios* e *projetos*.

#### 4.3.1. Associações da palavra *cultura* no GD-SC3

No GD-SC3, a visão sobre a dimensão cultural é maioritariamente negativa. Os participantes deste grupo de discussão referem que a Direção Regional esteve ausente nos apoios ao Teatro:

Então, começo a dizer do centro, da Delegação do centro da cultura, desde o ano de 2015 até o ano passado, é tudo negativo, tudo completamente negativo. A senhora diretora nunca apoiou o teatro, que é o nosso caso, nunca apoiou, nunca quis apoiar, quando... antes de 2015, quando estava lá outro delegado, o Escola Velha foi de facto muito apoiado, muito motivado, incentivado a trabalhar e foi espetacular. (GD-SC3-01)

Relativamente às políticas culturais desde 2015 e de uma forma concreta, hum... indo por um lado à Direção Regional de Cultura do Centro, que aqui a nossa amiga já caracterizou, ou seja, onde tivemos uma confraria anti-cultural e com uma pessoa com um desconhecimento total das realidades culturais e, impossível, por um lado, quer dizer, ela poupo-nos a refletir com ela, das poucas oportunidades que tivemos era impossível que acontecesse, porque, realmente, havia um desfasamento e um desentendimento total. No que diz respeito à força e à vitalidade do tecido cultural e artístico da zona centro, é registável que realmente com inoperância total da Direção Regional da Cultura do Centro, ou seja, sem um nosso interlocutor junto do poder central, hum... tem sido um milagre aquilo que se tem acontecido; portanto, a diversidade de projetos, as atuações desde os grupos de amadores até as estruturas profissionais, quer dizer, temos feito realmente uma... um trabalho hercúleo. (GD-SC3-04)

A ideia de que tem sido “um milagre o que tem acontecido na região Centro” sem o apoio da Direção Regional de Cultura, fez com que os participantes deste GD concluíssem que a capacidade de resistência e de adaptação das associações locais tem sido notável, ao nível do que de melhor se faz no país:

Antes de mais acho que estamos todos de acordo tendo em conta os anos que vivemos e todos os agentes culturais do centro terem sobrevivido [com] a falta de apoios, como já foi falado, há as dificuldades inerentes de territórios pretensamente com tendências de desertificação, e a verdade é que chegamos ao dia de hoje, em 2019, e vemos grupos com capacidade de construção, um pouco por todo o centro,

vemos grupos com capacidade de realização de projetos, se calhar, que muitas vezes competem ou até mesmo são melhores do que vemos nas grandes cidades. Isso só mostra uma coisa: há capacidade humana, há capacidade de trabalho, há capacidade de construir coisas novas, de construir.... precisamos é de mais recursos. Se nós sem recursos fomos capazes de criar, fomos capazes de sobreviver, o que fará então se tivermos esses recursos...financeiros, logísticos, hum... humanos, apesar de termos territórios com tendência a perder população, nós mantemos e nós atraímos pessoas para os nossos projetos. (GD-SC3-05)

Quando é dito que “precisamos de mais recursos”, tal significa em primeiro lugar considerar que a cultura transcende a via profissionalizante:

A cultura não é só para profissionais, não é feita só por profissionais, enquanto os amadores têm um papel muito importante nas regiões onde se desenvolvem, e nós enquanto e apesar de amadores temos uma atividade que muitas vezes se supera a, se calhar, alguns profissionais.... (GD-SC3-03)

Tal visão alargada alerta-nos para a existência de um desconhecimento dos territórios e dos vários atores envolvidos, sobretudo dos amadores que tornam possível várias dinâmicas:

Pelo menos do que nos é dado a ver e pela nossa atividade, prende-se com o desconhecimento total do que se passa a nível da região, hum... o facto da Direção Regional da Cultura ter perdido qualquer tipo de posicionamento, hum... tudo o que acontece a nível central é resolvido, muito francamente, na secretaria sem conhecimentos de causa, nem sequer têm a perceção ou a noção de que esta região já por si tem características únicas e em parte fazem dela o que fazem. Mas que essas mesmas características também colocam em causa muitas outras coisas, nomeadamente a nível de públicos, a nível de investimento local, mesmo as autarquias, independentemente das políticas que tenham também não estão tanto à-vontade para isso, até porque [há] endividamentos, etc. A questão dos espaços de representação também e... então tudo isso acho que deveria ser tido em conta e analisado e não é, hum... há um desconhecimento muito grande e não há uma tentativa. (GD-SC3-06)

Além do desconhecimento, este GD sublinha ainda a ideia de que no que toca à cultura, tudo funciona muito a “toques de humor”, ou seja, os responsáveis pela cultura na região não devem reagir em função daquilo que são as emoções, mas antes através de um planeamento e de razões concretas e estratégicas:

a Direção Regional de Cultura do Centro - que é um organismo público - e que é um organismo que nos deve representar a todos, parece-me que funciona também a toque de humor, não poderia ser assim. Ou seja, não deveria funcionar o toque da pessoa que está à frente da direção, deveria haver uma regulamentação muito clara, de quais são as funções e as competências deste organismo que se chama Direção Regional de Cultura do Centro e que deve ser aquele que é o mais próximo das

entidades culturais e de criação que estão a operar nesta zona, para não sofreremos desses humores, pronto. (GD-SC3-07)

Este “excesso de humores” e a ausência de “interlocutor junto do poder central”, tem “destruído” estruturas que tinham o poder de descentralizar dinâmicas:

Não tínhamos interlocutor junto do poder central, íamos diretamente, sabendo nós, que nesse diretamente, quanto é difícil os territórios fora dos grandes centros ocupar o seu espaço, quer dizer, quem está entre Lisboa e o Porto está a 10 minutos das delegações, da DGArtes e do Ministério da cultura. Ora isso coloca-nos uma situação que é um desentendimento em termos regulamentares do próprio programa da DGArtes para os apoios que é extraordinário, sob o ponto de vista do articulado, não é? por aquilo que contempla e que depois na prática quando os apoios são concebidos, assuntos como: itinerância, como a descentralização, como os júris têm metido nas suas atas, propositalmente estruturas que tem um efeito descentralizador, têm de uma forma muito objetiva para destruir movimento das... existentes em territórios como... do interior, têm feito uma coisa que é reduzir os projetos à localização, quando a maior parte deles atua em territórios muito diversificados... Então, há que definir de uma forma de clara, não o diálogo só, e a reflexão e a concertação de atuação comum para a Direção Regional da Cultura, isto com independência total como é obvio das estruturas, sem interferências sob o ponto de vista da independência, mas a capacidade da reivindicação da Direção Regional da Cultura com as estruturas junto do poder central. (GD-SC3-04)

158

Mas se a direção regional de cultura do centro é “massacrada” nesta visão sobre a cultura, os municípios não ficam melhor na “fotografia”:

Os municípios são um problema. Eu posso dizer que nós trabalhamos com 10 municípios, o que nos podemos dar como felizes. Agora, esta malta eu nem digo que seja feudal, é pré-feudal, porque no feudalismo temos o senhor do castelo, temos o castelo ao lado, eh pá! E se tiver hipóteses de casar os filhos ficam com o território maior, esta malta neste caso nem se casam uns com os outros, é cada um para o seu lado. Porque nós tínhamos imensos projetos, e não temos um único projeto que a gente consiga envolver duas câmaras. (GD-SC3-08)

O excesso de associações apoiadas por municípios com ausência ou incumprimento de planos de atividade anuais é também um problema que deve ser resolvido:

Sobre a política cultural da câmara de xxxx, tenho algumas coisas negativas a dizer porque, por exemplo, há cerca de 100 associações no concelho de xxxx, que é uma coisa assim diabólica. Hum... e que toda a gente tem subsídios, alguns até bastante altos, hum... sobre o plano de atividades: o plano de atividades de algumas associações tem um evento por ano, enquanto que outras associações têm vários eventos por ano, quer dizer, hum... eu penso que, essa política cultural de dar a toda a gente subsídios, para mim não está muito correta, quer dizer... primeiro veem o plano

de atividades, veem se de fato foi feito as coisas, a qualidade dos eventos, e só depois é que atribuíriam o subsídio. (GD-SC3-01)

Para este GD, não é com as CIMs que o problema está a ser resolvido. Embora reúnam verbas para financiar, este GD é crítico à forma como fazem as coisas e como não estão “vocacionados” para a gestão da cultura, além de se viciarem em certos esquemas que necessitam de ser “fiscalizados”:

As CIMs mesmo que não tenham e, nós temos experiência disso, e os colegas aqui também terão, hum... não têm vocação, nem projeto cultural e artístico e recebem uma tonelada de dinheiro que depois vão ter para os agentes culturais fazerem subempreitadas, gastar esse mesmo dinheiro, sendo que há um processo viciado, necessita muito e urgentemente de ser fiscalizado de... vou dar um exemplo, um milhão de euros à subempreitadas para agentes culturais e artísticos que têm que ficar nestes contratos algumas festas da cidade garantidas em termos de equipamentos para depois das festas da cidade, ou seja, há aqui um círculo vicioso, ou seja... do dinheiro do 2020, eu ariscaria a dizer que, só 50% desse dinheiro é que tem aplicação em produtos culturais e artísticos; todo o resto é uma engenharia financeira... O que quer dizer o quê? Os fatores de avaliação... nós não temos interlocutores, aquilo que lhe interessa realmente é que a as contas vão certas. Percebe? (GD-SC3-04)

#### **4.3.2. Associações da palavra *regional* no GD-SC3**

Esta visão fáustica sobre a cultura estende-se a toda a região. Se a região tem poucas formas de financiamento, não há grandes horizontes ao nível de apoios:

Com os apoios hum... gerais, digamos assim, a nível nacional. Estamos muito concentrados em termos local e regional, e como disse a xxxx e bem, a nível regional e em termos de apoios - tirando Inatel e a Delegação Regional da Cultura – não há outras estruturas que nos apoiem, e mesmo nessas duas o apoio tem sido muito hum... escasso. (GD-SC3-02)

A nível regional tem havido sobretudo “pancadinhas nas costas”:

costumo dizer que tenho as costas já muito feridas de tantas pancadinhas nas costas ter levado. Portanto penso que não vamos ser reconhecidos a nível regional, e não só, mas não passa disso. [longa pausa] Há muitas promessas, tem havido muitas promessas, mas como disse, somos novos e estamos ainda numa fase muito expectante para saber se passa, embora passe.... que ontem vi o debate na televisão e achei que... se passar realmente à prática vamos ter boas notícias, não é? (GD-SC3-03)

Além disso, este GD queixa-se de abandono regional na medida em que as avaliações das candidaturas deveriam ter apoios regionais e as estruturas regionais deveriam pronunciar-se nas instituições de avaliação, fazendo força e apoiando verdadeiramente as estruturas ao invés de “recusarem responsabilidades”:

Lá está, uma avaliação de uma candidatura é feita por um júri, logo automaticamente, aliás, e como o xxxx mencionou há pouco e muito bem, é o que é e a gente já sabe como funciona; a nível de poder central de tutela, e mesmo até depois ao nível Regional não há pronunciamento, ou quando há é numa tentativa de se recusarem das responsabilidades, portanto acaba por ser de ambos, na minha ótica. (GD-SC3-06)

Neste sentido, reclama-se que o futuro seja diferente. Um bom funcionamento da Direção Regional de Cultura do Centro é o mais reclamado, sobretudo ao nível da clarificação de funções, e uma lógica de reinvestimento na economia local:

A expectativa para 2030 seria efetivamente – ou um dos fatores importantes – seria um bom funcionamento da Direção Regional da Cultura do Centro e estabelecer de uma forma muito clara quais são as suas funções, os seus direitos e a sua capacidade de intervir em termos do Governo central...o reinvestimento da economia local, ou seja, o financiamento que vem... tem uma reaplicação de 15 a 20% na economia regional – nos vários setores – que não acontece de uma forma tão particular nos grandes centros, e o recentrar das políticas culturais nacionais em ações concretas no interior. (GD-SC3-04)

A ideia seria ter, no futuro, uma entidade regional como interlocutora para gizar uma estratégia a médio-longo prazo:

Nós teríamos que ter uma entidade regional que superentendesse, uma estrutura que por qualquer uma das CIM's tenha técnicos especializados, quer dizer, o projeto 2020 da CIM xxxx, teriam que passar por uma comissão técnica da Direção Regional da Cultura do Centro e com essa é que era o interlocutor, e essa é que colocaria mais-valias e iria avaliar conjuntamente com as CIM's, senão pedia-se novamente os júris da DGArtes, conjuntamente com as CIM's havia alternativa, não é? De outra forma, nós temos processos, os tais... porque se formos ver o 2020 temos lá uma coisa que é, não é um subsídio, não são financiamentos a curto prazo, tem de ter prolongamento no futuro, e tudo o que tem sido produzido neste nível são fogo fátuo, é pá! Puf! desapareceu. E, portanto, se formos perguntar às CIM's, ou aos municípios e a tudo isso, quais são os projetos que tiveram continuidade, como é que podem ter continuidade se são requisitados? (GD-SC3-04)

#### **4.3.3. Associações da palavra apoios no GD-SC3**

É também reclamado por este GD uma dinâmica maior de acompanhamento dos apoios, na medida em que o plano de atividades das instituições deve ser alvo de vigilância. O incumprimento geraria redução de apoios e a superação aumento de apoios:

Na altura do António Pedro Pita, por exemplo, existiu as comissões de acompanhamento, houve que... avaliavam a cada momento o cumprimento do plano de atividades, e no caso do não cumprimento a redução dos apoios, ou o aumento dos apoios. E o que é que se assistiu quando esses relatórios foram feitos ou quando houve realmente o acompanhamento, dessas comissões de acompanhamento, pura e

simplesmente o Ministério fez tábua rasa de todo esse trabalho, e hum... com o argumento... voltamos à estaca zero, porquê a estaca zero? (GD-SC3-04)

Além disso, este GD também reclama a inexistência, nos municípios, de uma política ou estratégia para “atribuição” de apoios ou subsídios. Os tais “toques de humor” alimentam-se desta inexistência de medidas concretas e objetivas:

Temos sempre trabalhado com todo o tecido, ou seja, com companhias amadoras, com população... e grupos informais da população, mas o que tem acontecido com o município é que para atribuição de apoios, por exemplo, não existe; o município de Castelo Branco, não tem um regulamento para atribuição de apoios.... a mim parece-me muito grave que um município que atribui dinheiro público não tenha um regulamento para atribuição de subsídio. E o que é que isto faz? Faz com que continuemos no problema que identifico, que é: andarmos a toque de humores, continuamos a andar a toque de humores. Onde é que se decide? Afinal, quem decide? Onde se decide? Com que critérios se decide a atribuição de um apoio que é de nós todos? Isso parece-me algo que não tem que todo funcionado desde 2015. (GD-SC3-07)

Por outro lado, é também importante pôr termo a “clientelismos” vários, nomeadamente ao “lobby dos programadores”. As redes de “alguns” não podem continuar incólumes:

Por outro lado, também temos outra situação relativamente à rede de cineteatros que é o lobby dos programadores, ou seja nós temos no país inteiro um conjunto de estruturas que as mais financiadas e as que têm mais condições não recebem a produção artística feita no interior, portanto, é uma programação artística em rede com o teatro xxxx, e com o xxxx, e esses, ou seja, aquilo que chamam de a rede, a rede deles, e funciona nesse lobby dos programadores que é fortíssimo, fortíssimo, e influencia de uma forma direta os financiamentos. Qualquer dessa... na catalogação dos maiores apoios da DGArtes nenhum deles falta entre os 10 primeiros, quer dizer, e há aqui realmente, mudam ministros, mudam... mas as estruturas estão nas mãos exatamente destas pessoas que têm toda legitimidade para fazer a programação que desejam. (GD-SC3-04)

#### **4.3.4. Associações da palavra *projetos* no GD-SC3**

É também dito que os *projetos* comuns, realidade que existia anteriormente, acabaram:

O Doutor Pedro Pita, sim, incentivou-nos também muitas vezes a participar em projetos comuns, com profissionais e amadores, e em termos do apoio financeiro, com a doutora Celeste Amaro isso terminou. (GD-SC3-02)

Este “milagre” que tem acontecido na manutenção de estruturas mesmo sem apoios, mas com projetos diversos, deve também gerar a reflexão sobre a presença/ausência da DGArtes e dos critérios de gestão dos processos:

Tem sido um milagre aquilo que se tem acontecido; portanto, a diversidade de projetos... Nós na xxxxx nunca vimos durante esses 10 anos nenhum elemento da DGArtes e são estes que avaliam os projetos, ou seja, há um desfasamento total, quer dizer, põe-se um júri... primeiro, é o critério do júri, que é uma coisa... quer dizer, as pessoas que se inscrevem para o júri e são vistas para júri, segundo os seus currículos, e isto é uma aberração; um segundo aspeto, desses elementos do júri aterem-se no conhecimento da realidade a um conjunto burocrático de um grande dossiê, com um orçamento de difícilíssimo bla, bla..... e claro que os resultados são catastróficos, não é? (GD-SC3-04)

Mas tal disparidade na avaliação não acontece apenas nas estruturas como a DGArtes. Os municípios também sofrem de um conjunto de atitudes arbitrarias:

Ou seja, o projeto que... uma associação como a xxxx, submete um plano de atividades anual, que submete e apresenta ao município é um projeto que tem uma linguagem específica, que tem objetivos específicos e que tem de ver com questões de criação artística e cultural. Portanto, tal como um projeto de arquitetura, ou um projeto de saúde, deve ser avaliado por profissionais competentes, na área da cultura mantem-se exatamente o mesmo critério, na nossa opinião. (GD-SC3-07)

Este GD faz também notar que ninguém mais do que as instituições pretendem, sobretudo para as localidades e projetos, atrair pessoas e dinâmicas multiplicadoras, sobretudo em regiões desertificadas. Tal necessita de mais recursos e maior descentralização:

Nós mantemos e nós atraímos pessoas para os nossos projetos. Eu penso que a proporção de públicos que nós atraímos, tendo em conta a massa humana para qual trabalhamos, comparativamente com zonas com mais densidade populacional é significativa, logo, se tivermos mais recursos, se pudermos nós também chegar a outras zonas, então este trabalho ficará ainda mais completo, ficará ainda mais hum... visível, não sendo só depois a questão de irmos beber fora, mas também sermos, nós, fonte [e] que possam vir beber o nosso trabalho. (GD-SC3-05)

Em relação à questão de descentralização, o que me parece que tem acontecido é que a descentralização tem sido, a prática dela tem sido esta questão dos grandes centros virem aos chamados pequenos centros, às periferias. E aí, isso parece-me que não é de todo descentralização, e aliás, colocaria só em cima da mesa a problemática desta palavra, deste termo. Ou seja, até quando deve-se falar de descentralização, quanto é que deveríamos falar antes da criação de novos centros? Ou de múltiplos centros, ... de novas centralidades. Porque quando falamos de descentralização, na raiz continua uma noção de um único centro, eu acho. (GD-SC3-07)

Vejam que a ministra propõe que os cineteatros que estão desativados sejam incubadoras de estruturas de Lisboa e do Porto que não têm espaço e, então, aqui está uma grande formula de dinamização disso, com todos os riscos que isto tem, ou seja, cair projetos perfeitamente desajustados da regiões, têm que se adaptar e fazer cosmética para ter essa solução, não estou... e, aqui neste caso, ficamos impotentes

para criticar o nossos colegas, nós não somos pessoas para depois andarmos... ficarmos delatores nessa relação, já sabemos que há o respeito cultural e pela diversidade; então vamos ter que justificar tudo. (GD-SC3-04)

Para além de os projetos serem “ajustados às regiões”, para este GD seria ainda importante que os municípios tivessem uma estrutura de apoio a projetos:

Eu acho que era interessante em termos de futuro, hum... Por exemplo: as câmaras... eu dou aulas durante a semana toda, eu tenho de compor, e somos uma estrutura amadora; portanto, se as câmaras tivessem gabinetes de apoio e, portanto, eu tinha um projeto X, eh pá, era porreiro que a câmara desenvolvesse no gabinete: “Pá, olha, está aqui esse projeto, vejam lá onde é que isto se encaixa”, era uma prestação de serviços que fazia e que nos iria ajudar imenso. Eu posso-vos dar um exemplo, eu cada vez que vou à câmara de Idanha hum... por causa de um projeto qualquer, os tipos sabem sempre onde aquilo se encaixa, que é uma coisa incrível. (GD-SC3-08)

#### 4.4. Grupo de discussão Setor Cultural 4

O GD-SC4 contou com a participação de cinco elementos, teve a duração de 90 minutos.

A partir dos dados da Figura 40 e da Tabela 12, conseguimos perceber que a correlação mais forte, com uma intensidade classificada como forte, é entre as palavras *Região* e *Centro* ( $P=0,670345$ ).

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-SC4, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *região* e *Centro*.



Figura 40: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC4

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Região	Centro	0,670345
Políticas	Cultura	0,488607
Território	Pessoas	0,473986
Políticas	Pessoas	0,452494
Região	Políticas	0,450236
Pessoas	Cultura	0,44842
Cultura	Centro	0,433986
Território	Políticas	0,433841
Projetos	Políticas	0,425527
Território	Projetos	0,422553
Projetos	Pessoas	0,416484
Território	Cultura	0,415225
Políticas	Centro	0,414162
Projetos	Centro	0,406507
Território	Centro	0,398207
Região	Projetos	0,376868
Pessoas	Centro	0,360105
Projetos	Cultura	0,354581
Região	Cultura	0,353375
Região	Pessoas	0,303031

Tabela 12: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC4

#### 4.4.1. Associações da palavra *cultura* no GD-SC4

Para o GD-SC4, na cultura a “cor política” faz diferença na união ou desunião entre municípios, e isso não é positivo para o seu desenvolvimento:

A verdade é que questões políticas, e falando abertamente e diretamente, às vezes a questão política ou cor diferente política, faz com que não exista essa plena união. E falo concretamente, por exemplo, dando um exemplo, xxxx é candidato a capital de 2027 da cultura e entendeu que não iria fazer essa candidatura, o concelho sozinho, e então agregou mais 25 concelhos. E a verdade é que quando se reúne toda a gente quando se delinea a estratégia todos concordam, mas depois na prática isso não acontece. Portanto, o que eu entendo é que sejam políticas culturais de 2015, sejam novas políticas culturais, vai haver sempre essa divisão por causa de questões políticas e nós sentimos isso na região, porque há essa diferença de cores política de concelho para concelho. Essa é a maior divisão, é a maior carência. GD-SC4-01)

A ideia é a de que as pessoas da “política” não perceberam ainda qual o potencial da cultura no combate à desertificação e às estratégias municipais:

Enquanto a política não perceber que é importante, por exemplo, concelhos de baixa densidade, que a cultura é realmente uma variável de atração, que as pessoas se deslocam e pode criar riqueza para o local, quer eventos de qualidade através da

cultura, quando nós falamos com pessoas que não têm essa sensibilidade e nós achamos que é esse o caminho certo, portanto há barreiras que não conseguimos... Esta é que é a realidade, algumas atividades culturais que fazíamos com algum sucesso, quando demos conta ficamos sem elas, no fim do caminho percorrido, das barreiras, já a máquina montada, a população local já contava com... de repente passou a câmara a organizar e, pronto, esta é a relação que temos com a política e é assim. (GD-SC4-04)

Neste sentido, seria fundamental uma política cultural que fosse capaz de trabalhar a cultura das identidades e a partir daí se desenvolvessem economias:

Diria que era interessante, ou talvez fosse interessante, haver uma... uma política que que fizesse mais... mais... não só, por um lado, que trabalhasse mais as questões de identidade, identidade cultural, de identidade paisagística, mas que também ajudassem a criar economia a partir dessa... a partir dessa cultura, que no fundo é nossa... a nossa linha. (GD-SC4-05)

Além disso, seria fundamental que os agentes de decisão dos processos culturais tivessem em atenção as particularidades locais e que essas fossem alvo da “possibilidade de se aumentar a escala” nos processos de circulação das experiências, articulando as produções culturais. Expressões como “não se enquadra” deveriam ser revistas com novos léxicos, como vamos tentar. A região Centro precisa de se abrir a novas dinâmicas:

Na altura, propôs a um conjunto de municípios que faziam parte, da sua teia de relações, espalhados pela região centro, um projeto que assentava um pouco numa experiência... em experiências anteriores que promoviam a articulação e a circulação de produções culturais numa certa escala. E a reação que nós tivemos, inicial foi muito curiosa porque a primeira reação foi: “Isto não se enquadra”. Mas não havia nada que dissesse que não podia. A primeira abordagem nós fizemos foi: “Não, isto não pode entrar...”. Nós refutamos com base nos argumentos que, no fim, levaram à aprovação da candidatura que nós fizemos... É uma das coisas que nós acabamos por ouvir às vezes, até aquelas comparações, que são sempre aborrecidas de ouvir. O Sul consegue fazer algumas coisas, o Norte consegue, dentro das suas escalas, o Centro tem... continua a ter dificuldade em conseguir ter um elemento cultural que faça, de facto, uma ligação entre os territórios e pelo menos permita circular nos territórios. (GD-SC4-03)

Este GD faz também um reparo ao modo como as CIM's interagem com as estruturas locais e com os territórios, deixando os envolvidos em situações difíceis:

A CIM organizou um evento que acho que... com fundos Centro 2020, ou seja, Portugal 2020, e consistia num conjunto de atividades, de ensaios, que culminaria numa peça de teatro aqui e ali, e tal, não sei quê... isto foi apresentado, a xxxx, pequenino, 3000 habitantes, tem duas companhias de teatro. Poucas terras, cidades, se podem dar ao luxo de ter uma realidade destas e quando há teatro feito pelos atores locais, não só por uma companhia de teatro de fora, a sala fica vazia. Mas quando é

com atores amadores da terra, a casa enche e temos sempre que fazer duas sessões, porque as pessoas vão ver lá o vizinho, os familiares, e não vão ver propriamente o aspeto mais artístico do assunto, ou cultural. O que é que acontece? A CIM organiza uma coisa dessas, não falou connosco primeiro, apresenta-nos aquilo daquela forma, aquilo... xxxx é isolado, é periférico e tudo e tal, o que é que acontece? O evento obrigaria a que os atores se deslocassem duas vezes por semana a um sítio onde há ensaio, onde ia acontecer os ensaios... ou seja, era circunscrito... uma atriz, por acaso era arquiteta, deixou de ser... não quis ser atriz, passou para a coisa dos cenários. (GD-SC4-04)

Seria importante, para evitar situações desajustadas, que existisse uma espécie de Conselho Cultural nas próprias CIM's, que antevisse e planificasse atividades e dinâmicas:

Eu veria com muito mais significado, pudesse haver um Conselho Cultural nas próprias CIM's, um conselho cultural, do que serem chamados... e para decidir onde entra ou não as CIM's, porque a sua política obriga muitas vezes à unanimidade, ok? um conselho cultural eleito pelo conselho intermunicipal poderia agilizar muito mais o processo e às vezes hum... e às vezes estarem com muito mais propriedade a falar sobre as temáticas culturais. (GD-SC4-02)

Além de um Conselho Cultural, faz também falta trabalhar a dimensão da comunicação:

Eu acho que, para tudo é preciso comunicação e quer a comunicação mainstream quer a outra comunicação são essenciais para apoiar e, eu penso, que elas cabem no âmbito da cultura... da cultura, porque se nós deixarmos de ter informação a circular hum... com os jornais locais e rádios locais, etc., deixamos de ter também a captação das realidades. Portanto, o apoio Portugal 2030, o apoio ao setor da comunicação social, mainstream e novos média acho que é preponderante, absolutamente essencial, é um eixo centralismo nisto tudo. (GD-SC4-02)

Outra questão mencionada foi a questão da “sustentabilidade territorial”. A criação de “identidade” local necessita de assumir processos e comportamentos que estejam de acordo com uma defesa de valores e princípios locais, e não entrar numa dinâmica de “preço a todo o custo”. Para tal, é fundamental haver uma política de defesa da produção local:

Ainda ontem estava em Lisboa a ouvir um congresso sobre sustentabilidade e uma das oradoras disse: “Eu fui lá, aquilo é muito interessante, mas depois quis comprar umas meias de lã e agarrei nas meias de lã, mas virei-as e é *made in China*”. E, portanto, quando nós estamos a falar da criação da identidade, é também a um nível de sustentabilidade para que as próprias comunidades se possam preservar, possam fazer... possam colocar à disposição dos visitantes e robustecer a sua economia local, os próprios produtos e que isto possa ser apoiado e incentivado, e qualificado também... mas que possa ser apoiado... É claro que se disserem, bom, mas aquele senhor não vende as meias... se ele puser ao preço que de facto elas custam, se forem de lã genuína, etc., etc., ele confronta-se com um problema, e estamos aqui a falar

numa pequena escala, na escala da sobrevivência, claro, não podemos ficar indiferentes a isto. Mas é aqui que podem atuar as políticas. (GD-SC4-02)

Uma última questão, que relaciona a cadeia de valor local com os conteúdos produzidos no local e depois utilizados a nível nacional pelo Turismo para produzir imagens e publicidades sobre os diversos territórios, foi dada a sugestão de haver um indicador que meça o impacto dos territórios na promoção nacional:

nós somos essencialmente avaliados por indicadores económicos, portanto por cada euro em investimento, um euro de retorno e a questão da criação de emprego. Mas nós temos sentido que ao longo destes anos, nós temos produzido conteúdos que têm contribuído para a perceção de valor do país e que têm sido utilizados por entidades, como o Turismo Centro Portugal, o próprio Turismo Portugal, Secretário de Estado do Turismo, hum... e acho que podíamos ser também avaliados por aí, podia haver um indicador que não fosse exclusivamente económico, mas o indicador também da valia desses conteúdos que depois são postos ao serviço do país para melhorar a prestação de valor das propostas da região e do país. (GD-SC4-05)

#### **4.4.2. Associações das palavras *região* e *Centro* no GD-SC4**

Relativamente à relação entre as regiões nas suas particularidades e o Centro na sua generalidade, há problemas de articulação de vontades e desígnios comuns, bem como de articulação entre identidades:

É óbvio que cada região tem a sua identidade, não é? Cada distrito, cada concelho, mas a verdade é que o caso concreto de xxxx para xxxx, identidade não existe quase nenhuma entre ambos. No fundo não deixamos de ser região centro, e mesmo com a questão do turismo, e aqui juntar mais um pretexto, é que estão destas estas novas regiões do turismo, turismo do centro, que poderia ser algo para congregar, aquilo que estava a dizer, acho que acabou por ser o contrário, deixou de haver a tal identidade, deixou de haver a promoção local. As Aldeias de Xisto é uma marca, é um exemplo disso, mas é uma identidade quase que local dentro de uma determinada área, há ali um símbolo, há ali um exemplo. Nós, na nossa região, não conseguimos encontrar isso. (GD-SC4-01)

Uma outra questão a rever na região centro, é a questão do “panorama museológico”. A municipalização de museus regionais trouxe algumas dinâmicas menos positivas:

o panorama museológico da região centro. Tendo em conta aquilo que aconteceu nos últimos anos que foi a municipalização de museus regionais e museus regionais que tinham acervos que eram regionais e que hoje em dia ficaram na dependência de uma única entidade que é municipal. Não é correto, não há nisto uma lógica de salvaguarda melhor ou pior, em alguns casos até a lógica de dúvida fica em aberto, porque, os acervos, de repente deixam de estar acessíveis para um concelho que quer ir buscar um acervo, o qual foi requisitado por si há uns anos porque precisa dele para fazer uma exposição e, de repente, há mais um interlocutor no meio da história que pode

levantar problemas, portanto, já nos aconteceu, pode acontecer outra situação qualquer. E é algo que, fazia parte de uma intervenção que era, de facto, transversal no plano nacional da rede portuguesa de museus e que teve um retrocesso tremendo da qual a região centro foi um dos intervenientes, hum... menos felizes, pronto, é o mais simpático que posso dizer em relação a isto. Isto toca no outro ponto que é a outra dimensão negocial que está espalhada por todo o lado, e onde é necessário haver qualquer tipo critério, uma das grandes necessidades é, a meu ver, não só a qualificação dos espaços para reterem espólios materiais, físicos, mas aquilo que é uma das grandes, grandes urgências de intervenção que é o património em suporte digital. (GD-SC4-04)

Além da questão dos museus, há também a dificuldade de ligar estrategicamente a memória com a contemporaneidade:

Que é outra das coisas que eu acho essencial, que é, de facto, conseguir, adquirir e reconhecer valor acrescentado, do ponto de vista daquilo que é património cultural desta região e plasmar isto numa estratégia que envolva, de facto... ir fazendo a ponte daquilo que é contemporaneidade e a memória do lugar. (GD-SC4-03)

Um dos núcleos com grandes dificuldades de ligação é o dos museus etnográficos, que estão “completamente esquecidos” na estratégia regional:

E há aqui núcleos que eu acho que têm sido completamente esquecidos, que são os núcleos e os museus etnográficos que nós temos na nossa região. Estão completamente ignorados. E aqueles que são verdadeiramente promovidos e que se consegue entrar numa pequena promoção, têm muitas visitas, consegue entrar no circuito, tem muitas visitas. E esses núcleos que grande parte deles são promovidos até pelos grupos de folclore, nós habituamo-nos a ver o folclore só sobre o palco e esquecemo-nos às vezes do trabalho que eles fazem. (GD-SC4-01)

Uma prova da importância da valorização etnográfica, patrimonial e cultural é dada por um dos participantes, com o exemplo da reativação dos “órgãos de tubos”:

Um outro aspeto prende-se com órgãos de tubos. Quando começamos a lidar com este cenário foi porque tínhamos, de facto, muita procura. Quisemos perceber porque é que eles não tocavam. Não tocavam, porque, no universo de 41 que tínhamos ali na região de Coimbra, apercebermo-nos que só 10 é que estavam em condições de ser tocados... 10!... quase todos do século XVIII, portanto época áurea de uma potência cultural Europeia e portuguesa também, ibérica, de expansão financeira económica na Europa e eles foram construídos. Foram construídos, estes órgãos não foram... não tiveram uma influência... quase todos não tiveram uma influência fora, como temos por exemplo na guitarra de Coimbra... se nós até olharmos para a morfologia daquele instrumento, ele vem da Irlanda, da Escócia, da Inglaterra, portanto, o órgão de tubos é um órgão nativo português, ibérico. Há noutros sítios, mas esta configuração é portuguesa, ibérica. Não tocam... bom, não tocam, todavia, nós fomos àqueles que tocavam, conseguimos com isto fundir alguma... algum turismo. Fomos aos sítios, os

programas começavam às cinco da tarde e iam até à hora em que terminava o concerto, depois às onze da noite. Enquanto isso, as pessoas visitavam os sítios, monumentos ou não, participavam em atividades das coletividades que nós convidávamos a fazer alguma coisa, sei lá, estou-me a lembrar agora da cozedura da broa no forno comunitário e servida a seguir de um... de um jantar que essas próprias coletividades ansiavam por experienciar num programa destes, claro, e com retorno também para eles, a tal economia local, fazemos e pensamos: “Fazemos, mais um ou menos um, não faz diferença”. Quer dizer, não faz diferença... não faz diferença para nós, mas para aquele território faz toda a diferença, fazer mais um ou menos bom e nós sentimos muito isso. Hum... Depois, porque robustece também, aquilo que é um turismo Religioso, que é um potencial que temos. Ok? É um potencial que temos, o tempo turismo religioso, são monumentos fantásticos, que estão visitáveis, muito deles, e que têm clientes... que têm clientes. Depois porque este conteúdo... porque esta modalidade pode adicionar um conteúdo também, que é cultural, ao turismo, hum... recupera património, portanto quase todo este património está em condições em que não pode ser ouvido... estamos a falar de coisas belíssimas. (GD-SC4-02)

#### 4.5. Grupo de discussão Setor Cultural 5

O GD-SC5 contou com a participação de nove elementos, teve a duração de 120 minutos.

A partir dos dados da Figura 41 e da Tabela 13, conseguimos perceber uma correlação forte entre *cultura* e *regional* e outra moderada, mas considerável entre *projeto* e *artistas*.

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-SC5, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *cultura*, *regional*, *projeto*, *artistas*, *peessoas* e *políticas*.



Figura 41: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC5

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Regional	Cultura	0,662658
Projeto	Artistas	0,509185
Pessoas	Artistas	0,416642
Políticas	Artistas	0,407843
Regional	Políticas	0,405523
Projeto	Políticas	0,403642
Políticas	Cultura	0,400629
Regional	Pessoas	0,387415
Projeto	Cultura	0,386411
Regional	Projeto	0,370862
Projeto	Pessoas	0,357754
Pessoas	Cultura	0,343245
Políticas	Pessoas	0,34186
Regional	Artistas	0,33344
Cultura	Artistas	0,326695

Tabela 13: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC5

#### 4.5.1. Associações da palavra *cultura* no GD-SC5

Para o GD-SC5, desde 2015 e antes, a cultura é entendida como fundamental para o desenvolvimento regional, onde há muito por fazer: emancipação de públicos, formação de públicos, aculturação e articulação entre cultura e outras dimensões:

A cultura para o desenvolvimento regional, pronto, claro que é importante e ainda há muito a ser feito, sobretudo ao nível de emancipação dos públicos e não só de formação ao público para assistir a espetáculos ou exposições, mas também no sentido de lhes dar um bocadinho de aculturação à cultura, acho que aí falha; e ao nível das articulações, sobre essas, não há articulação alguma da cultura entre as autarquias, e da educação, saúde também, é importantíssimo e acho que há um longo caminho a ser feito no geral. (GD-SC5-01)

Esta necessidade de maior articulação tem a ver como a forma como a cultura se relaciona com as pessoas e com as suas dinâmicas:

Eu acho que a cultura deveria evoluir para fazer mais parte da vida das pessoas, integrar-se mais na vida das pessoas, que não seja apenas uma, uma área para eruditos, abrir o acesso a todos à cultura, não só como usufruidores, mas como produtores inclusive, fazer alguma coisa nas várias áreas e que todos os esforços fossem congregados, para que a sociedade fosse mais dinâmica em relação às perspetivas atuais. (GD-SC5-02)

Neste sentido, para o GD-SC5, a cultura não se relaciona de forma durável, nem social nem economicamente. Como não gera o capital necessário para a vida de todos os dias, não se gera um grande envolvimento humano:

Não, não houve. Nós temos tido um grande esforço enquanto Associação, nesse sentido, mas não... são insuficientes para inverte essa... isso acaba... não tem a ver só com a cultura tem a ver com vários fatores – o económico – as pessoas não se conseguem... não encontram um posto de trabalho e, então, uma coisa vem atrás da outra. (GD-SC5-03)

No entanto, há no GD-SC5 quem considere que existiram grandes melhorias desde há uma anos a esta parte. Uma dessas melhorias tem a ver com a crescente preocupação ao nível da coesão territorial, ainda que os apoios sejam ainda residuais. Ainda assim, existem muitos agentes com preponderância que estão alheios à cultura:

Para nosso bom grado até, em 2017, vemos que há uma preocupação crescente ao nível da coesão territorial. Para quem trabalha aqui neste, nestes territórios é bom que pelo menos o Estado reconheça e tenha linhas para isso; agora, é uma tristeza do ponto de vista dos municípios, muitos Vereador de cultura, muitos Departamentos de Cultura estão completamente alheios ao que é um Plano Nacional de Cultura e, àquilo que é a natureza dos problemas do próprio território, nós falamos... muitas vezes discutimos isto, muitas vezes, tem a ver com a própria falta de consciência de alguns atores importantes mesmo aqui, isto e acrescentar a falta de pessoas [como] é a desertificação como estava ser falado, o que atrás hum... a falta de crítica a algumas coisas. Hum... depois o Estado vê a cultura ainda... apoia a cultura e estamos a falar das artes visuais, como resíduo, resíduo, resíduo do universo do ponto de vista de apoio, financiamento e sensibilidade, e o que faz com que nós tenhamos que, aqui, no interior, de reunir territórios e esforços, às vezes, onde não existem; temos mesmo que inventar. E seria, se calhar, depois falaremos melhor sobre isso, não é? mas seria hum... assim como se fala ... também se começa a ver isso a coesão territorial, seria interessante ligar a cultura, não vê-la como um parceiro menor, não é? Mas um parceiro que não seja também só para fazer filmes para turismo, ou outras coisas, seja promocional da nação. (GD-SC5-04)

O que coloca a análise à cultura por três prismas: o nacional, o regional e o municipal. Ao nível municipal ainda se nota que a cultura tem um tratamento desproporcional em função do modo como isso se relaciona com as pessoas das localidades:

Não nos afeta, o que nos preocupar em relação aos gastos de verbas é termos um presidente de câmara que faz sete festas durante agosto e gasta 10 milhões de euros, esse é o orçamento da cultura dele e numa rotunda gasta 120.000 € e nós às Associações dá 2.000, 3.000 € para não ficarem. (GD-SC5-04)

Ou seja, tudo depende da sensibilidade dos vereadores da cultura para a atribuição de apoios ou para a implementação de estratégias:

Temos a sorte de ter uma Vereadora da cultura com uma sensibilidade fora do normal, agora, da minha experiência noutros municípios não é bem assim, pronto, mas também já vai fora da zona centro [ri-se]; pronto, há, há essa falha, muitas das vezes, metem alguém que não tem formação hum... portanto, escolher peças ou escolher

espetáculos, ou a fazer festinhas do Mês de Agosto, tanto que depois a coisa não, não, não funciona bem. (GD-SC5-04)

Desenvolvemos o projeto nesses dois locais, são duas realidades completamente diferentes; [em] Trancoso, nós nem sequer conhecemos a Vereador da Cultura, só para terem a ideia, a câmara tem uma dívida connosco há quatro ou cinco anos, uma dívida enorme, para nós são 43.000 €, mas para nós é muito dinheiro, para uma Associação que tem um orçamento de 150 ou 180.000 € por ano, portanto, 40.000 € é muito dinheiro. Trabalhamos também com outras câmaras no xxxx, aí é completamente diferente, temos Galerias, temos uma livraria também, que foi aberta há 2 anos, temos uma galeria de arte permanente, de arte contemporânea em permanência, com uma programação a 3 e 4 anos, por exemplo. (GD-SC5-07)

Relativamente à questão da cultura pensada a um nível regional, uma das ideias que este GD destacou foi a de que:

Não existe mesmo política cultural, o que não acontecia antes deste último mandato, destes últimos 2 mandatos, [porque] antes havia uma política cultural, pronto, podia ser uma coisa diminuta, etc. mas existia...era discutida, o simpósio do xxxx era apoiado, nós éramos chamados constantemente à Direção Regional da Cultura com o presidente da câmara lá, a várias coisas a nível nacional, fomos escolhidos pela união Europeia, uma vez, para apresentarmos naquela coisa do património. (GD-SC5-07)

172

A ideia é a de que existe uma política para Lisboa e Porto e o resto é tudo muito incipiente:

Precisava de ser ajustada evidentemente, porque o país tem muitas realizadas e, portanto, é preciso ver a realidade do interior, aliás, porque vimos é muito diferente, é muito diferente e, depois, portanto essa aí nós não falamos, porque essa mantém-se mais ou menos; depois há outra realidade que está no Terreiro do Paço, está em Lisboa, hum... então a política em Lisboa, a política cultural em Lisboa é uma coisa que não tem nada a ver quando se fala... quando os políticos estão Lisboa, nós também vivemos lá, quando estou em Lisboa e estou a falar da cultura, a cultura é em Lisboa e Porto, o resto são pequenas coisas que se vão fazendo, muito giras, que eles depois vem a dar conta, mas não têm nenhum interesse verdadeiro. (GD-SC5-06)

Para o GD-SC5, na escala regional, o que poderia ser feito, e que não tem existido, é um gabinete de apoio a projetos:

Acho que à escala regional, por exemplo, a Direção Regional da Cultura é que podia ter um organismo que pudesse apoiar, nem que o tivessem que o contratar; podia ser um apoio direto que recebam para contratar um organismo para poder apoiar as associações mais pequenas para esses projetos, por exemplo, não estou a ver uma associação para fazer um projeto à Europa Criativa, para já, há ali uma margem que têm que pagar, que têm que suportar, e depois, o que é que têm, não tem meios para isso. (GD-SC5-07)

Além disso, tanto a nível municipal como regional e nacional, a cultura deve ser pensada com as associações, mas também no ensino, nas empresas, no incentivo ao mecenato:

Quando nós pensamos na cultura só nas associações, só na questão de organizações estamos a cometer um grande erro, acho que nós acima de tudo quando falamos em cultura deveríamos pensar acima de tudo no ensino, que muitas vezes hoje em dia está degradado e bastante degradado, no sentido de que as escolas não têm artistas ou os artistas têm as escolas, não são livres de puxar pelos alunos nas técnicas e na, nos conceitos que deveriam estar implementados, acho que a educação neste momento foi muito reduzido a esse ponto, no sentido de que quando eu andava na escola tinha dois professores de EVT (educação Visual e Tecnológica), hoje em dia, há um professor de EVT e o EVT está quase a ir de viola. (GD-SC5-06)

E não há essa educação também a nível, a nível das empresas, não percebo o que se passou, sou muito jovem não sei, talvez alguém me consiga esclarecer, que é, como é que não há mecenato em Portugal, nós ligamos para uma empresa a pedir um apoio para a área da cultura e, de repente: “O quê? Cultura? Artes visuais? Artes performativas? Fotografia? O que é isso? Oh, não, não, não, tem que se dar é ali aos pobrezinhos.” Pronto, há esta... mas também não percebo porquê... por que é que não há essa educação. (GD-SC5-05)

Aliás, é referido a este respeito do mecenato que o governo deveria apoiar muito mais a compra de arte e cultura, para criar uma economia sustentável entre os artistas:

Eu acho que havia do nosso governo dar incentivos às empresas grandes para comprar obras de arte, porque se não houver esse incentivo, nós, neste momento temos uma coleção no CCB que é de um particular e não é do nosso Estado, do nosso Estado pouca ou nenhuma compra, nem consegue ter locais onde crie cervos para ter daqui a 30 anos uma coleção que possa mostrar artistas do seu local, e isso acho que é muito reduto; neste momento, acho que deveríamos necessitar de mais apoios, [longa pausa] de benesses, de impostos de... para as próprias empresas poderem ter a perceção que, comprar em obra de arte mesmo a autores desconhecidos daqui a 30 anos, termos um espólio que vale o triplo ou mais ainda, e isso, neste momento, acho que está muito pouco criado e pensado nesses mecanismos, porque acho necessário. Nós nos outros países lá fora temos as entidades que pegam e compram obras aos artistas. (GD-SC5-05)

Relativamente ao âmbito do programa Centro2020, alguns respondentes, membros da direção de associações, referiram que desse programa apenas conheciam o logotipo:

Nós no caso da nossa associação sobre o Centro 2020... nem sequer sabemos... no meu caso só conheço o logotipo, não lhe sei dizer mais além disso, inclusive a nossa associação, para além dos anos que já temos, é ainda muito pequenina, só nos últimos 3 anos é que houve um caminho de salto, só que isto vive muito do voluntariado e esses projetos também requerem o tal profissionalismo para serem feitos e, com o voluntariado, torna-se muito difícil; realmente aquela questão de haver entidades

dentro da DGArtes ou Direção Regional da Cultura que apoiasse essas pequenas associações a poderem desenvolver as suas atividades era... e a desenvolverem esses projetos era muito importante, no nosso caso, então, era 5 estrelas. (GD-SC5-03)

Ou seja, a ideia é a de que não tem grande vantagem para as associações representadas neste GD o conjunto de programas de apoio e financiamento. A ideia de que se está a substituir políticas culturais por programas financiamento, gerando um grande problema estrutural a nível nacional:

Nós não sentimos nada até agora, rigorosamente nada. Há um orçamento determinado pelo Ministro da Cultura ou por gabinete do Ministro em relação aos apoios às várias disciplinas da arte, no caso as DGArtes, (cinema, teatro... ) e, portanto, quer dizer, naturalmente o financiamento é regido por um concurso e pela seleção dos candidatos;... O que me parece a mim é que estamos a substituir sistematicamente com programas de financiamento extraordinários, quer dizer, um financiamento estrutural e organizado em relação à cultura neste país; esse é o grande problema. (GD-SC5-09)

#### **4.5.2. Associações da palavra *regional* no GD-SC5**

O aparecimento da palavra *regional* nesta discussão prende-se muito com a associação entre “regional” e DRCC. E aqui aparecem várias críticas. A mais comum é a da ausência da proximidade por parte da DRCC:

Do ponto de vista Regional, nós temos aqui esse problema também, nós funcionamos muito bem, somos visitados por várias entidades estrangeiras da, da, de Bruxelas... sei lá de vários sítios do mundo, que nos vêm visitar, da Noruega, etc. E nunca fomos visitados pela Direção Regional da Cultura, no entanto, a Direção Regional da Cultura sempre necessita de nós e partilha as nossas coisas, etc. Nunca fomos visitados; nós convidamos muitas vezes, agora deixamos de convidamos, mas convidamos a Direção Regional da Cultura para todas as nossas coisas, não é? nós inauguramos de três em três meses uma exposição que inaugura aqui e depois a seguir vai para Lisboa, para uma galeria de arte.... E isso... é a relação que nós temos com a Direção Regional da Cultura, conhecemos as pessoas lá, são pessoas interessantes e que nós conhecemos... Eles já vieram... há uma ou duas pessoas que já veio quase por obrigação, quando é aqueles momentos que eles têm que fazer relatórios para a Direção-geral das Artes, que nos vêm fazer umas visitas, etc. hum... ou uma inauguração ou outra, etc. mas por exemplo a diretora, a atual diretora, a anterior nunca nos visitou, e fartou-se de nos citar na documentação toda, portanto, e nunca nos conheceu verdadeiramente. (GD-SC5-06)

Em certas partes da discussão, a comparação entre a atuação da DRCC do passado com a atual é efetuada por alguns participantes:

No passado era discutida, o simpósio do xxxx era apoiado, nós éramos chamados constantemente à Direção Regional da Cultura com o presidente da câmara lá, a várias coisas a nível nacional, fomos escolhidos pela união Europeia, uma vez, para apresentarmos naquela coisa do património... do património e arte contemporânea, daqueles eventos, digamos, que fazem anuais na Europa e pronto e as coisas funcionavam com todas as dificuldades, mas havia essa, esse propósito de dar essa visibilidade e etc.; aqui não existe nada disso neste caso. (GD-SC5-07)

Nesse sentido, entre as sugestões para futuro no que concerne à questão da Direção Regional de Cultura do Centro, está a questão da “maior proximidade” no terreno e a criação de um “gabinete de apoio” para a elaboração de projetos e candidaturas:

Realmente aquela questão de haver entidades dentro da DGArtes ou Direção Regional da Cultura que apoiasse essas pequenas associações a poderem desenvolver as suas atividades era... e a desenvolverem esses projetos era muito importante, no nosso caso, então, era 5 estrelas. (GD-SC5-03)

#### **4.5.3. Associações da palavra *projeto* no GD-SC5**

Neste grupo de discussão, as menções à palavra *projeto* vinham, numa boa parte dos casos, a referir-se a projetos específicos que existem na região, bem como as necessidades de ligação desses projetos a outras dimensões:

Estamos à frente de um projeto que é a xxxx, portanto um projeto artístico que é desenvolvido numa Aldeia do Xisto, portanto, é a única Aldeia do Xisto neste momento que tem esta, este ramo artístico, portanto, aquilo que eu posso falar, porque a minha área também não era essa [Artes visuais], era o teatro, ao bocado achei graça de falarem do cruzamento e de facto é importante, eu vim lançar esta, esta nova dinâmica, quer dizer, “Só cerâmica! Não! Vamos pôr dança, artes performativas, literatura, escrita...”. (GD-SC5-05)

Nós fomos apoiadas num projeto de apoio à cultura cigana, onde tentámos transportar algumas técnicas artistas, para que eles possam ver que o mundo não é só aquilo, a sociedade deles, que há mais sociedade. Hum... sentimos um bocadinho a dificuldade, sempre de captar público, de termos pessoas a trabalhar no ateliê que estejam interessadas em explorar os seus próprios cursos artísticos, porque eu acho que, hoje em dia, os artistas estão muito banalizados, no sentido que: “Eu faço isto, ponto!”. Não há uma exploração continua do trabalho dele e acho que isso, hoje em dia, as sociedades deveriam estar mais interligadas nesse ponto, em ateliê, a partir de que pudesse explorar esse ponto. Acho que é um bocado por aí. (GD-SC5-06)

Quando mencionam projetos na perspetiva do que poderia ser o seu futuro, mencionam o facto de os projetos estarem condicionados a um tipo de perspetiva cultural, obrigando as ideias a ficarem ao serviço dos ditames político-estratégicos, nacionais e internacionais:

Nós cá tivemos que nos adaptar, tivemos que criar um projeto que fosse de acordo com as propostas que eram, que era a política, digamos assim, a política cultural... Em relação ao 2020, nós não fomos nem sondados nem nada disso... o conhecimento que temos é indireto e, pronto. Em relação aos indicadores e a tudo isso, é assim, nós quando estamos a fazer um projeto no âmbito, nós é que temos que nos adaptar aos indicadores, é inacreditável, mas não me parece que aquilo que tenha sido feito para nós nem para a nossa realidade, isso é interessante. (GD-SC5-07)

O problema é que o condicionamento de projetos por perspetivas ou orientações que não tenham abertura a especificidades regionais e localistas, impedem o desenvolvimento de projetos que só fazem sentido em determinados contextos e geografias. Neste sentido, este reparo é pertinente:

Nós temos os projetos que temos aqui e um deles é a paisagem, não queremos ir para outro sítio em mais lado nenhum, por isso, é que nós temos toda a gente de Belas Artes que vêm para aqui, porque não existe em mais lado nenhum, e mais, e de outras universidades da Europa que vêm para aqui, estamos a criar, a desenvolver neste âmbito um projeto, portanto, isto não é preciso andar de esmolas, isto precisa é de que, a realidade seja com compreendida. Como falaram aqui no caso das entidades mais, mais, mais pequenas, e digamos assim, essas entidades precisam de ser superapoiadas, porque elas são o embrião daquilo que pode crescer, não é? (GD-SC5-07)

176

Um outro problema associado à dimensão *projetos*, é o facto da existência de indicadores que não medem os próprios projetos culturais, mas antes impactos turísticos que nada tem a ver com os propósitos dos projetos:

Por exemplo, depois só escolhem um e depois canalizam esse dinheiro todo, e depois há aqueles indicadores que eles querem que são eles próprios que os fazem, não somos nós, quer dizer, o aumento das dormidas, coisas que estava aqui a dizer, coisas que não tem lógica; nós se calhar preocupávamos com a comunidade que temos, também queremos trazer pessoas de fora, como toda a gente quer, não é? (GD-SC5-08)

Uma outra chamada de atenção para a dimensão *projetos* tem a ver a ausência de profissionalismo envolvida nos vários processos e no facto de isto condicionar os artistas e de os colocar a trabalhar para gestores de programas. Tal é entendido por este GD como desajustado e perverso, na medida em que retira sustentabilidade, nega a profissão ao artista e coloca-o numa posição de permanente subserviência face à burocracia:

O modo como as coisas são feitas a nível de projetos, não dá profissionalismo, os artistas andam a trabalhar para outros, não têm sustentabilidade nem económica, nem social, nem valorização e, então, vivendo de projetos, nunca mais vão ter essa valorização profissional se continuarmos com políticas nacionais que se baseiam em

projetos, nunca mais, isso é negar uma profissão, todos têm uma profissão, não é?  
(GD-SC5-01)

Nesta linha da ausência de sustentabilidade gerada pelos *projetos*, está a questão da duração. A ideia é a de que devem existir outros mecanismos para tornar sustentáveis os projetos:

Ok, financiamento de um projeto de seis meses, temos o apoio, vamos leva-lo a cabo com este comunidade ou com outra qualquer, porque todas precisam, a partir desse momento é nos dado, é nos feita a proposta, agora, autofinanciem-se e continuem o projeto, porque ele está a resultar, mas agora têm que arranjar maneira de ser autofinanciado, pronto, fica agora aqui a pergunta em cima no medo, porque eu queria muito isto para a minha vida... tem de haver sustentabilidade de projetos; agora, se ele vive essencialmente desse financiamento, desses projetos que são feitos dificilmente ele vai ter uma longevidade após a acabar aquele, aquele... financiamento. É romântico pensarmos que tudo se faz sem dinheiro, não, não se faz, e realmente, temos um tecido empresarial que se calhar também não está a ajudar nesse sentido do desenvolvimento. (GD-SC5-05)

Nós estamos há mais de 30 anos no território a fazer a nossa raiz de apoio às artes, no caso do Feital, mais ao menos há 30 anos, não todos presentes mas de um conhecimento que é adquirido e, o que eu acho é que esta questão da cultura, muito ligada aos lugares, muito ligado à comunidade, que é o que estamos a falar, muito ligada a um interesse comunitário, interesse público, muito próximo das instituições com responsabilidades públicas, sejam municípios... necessita de um outro tipo de horizonte, do que só 6 meses, eu acredito sim em projetos com arte, concordo, mas são projetos a 10 anos, 20, 30 anos. (GD-SC5-04)

#### **4.5.4. Associações da palavra *artistas* no GD-SC5**

Como vimos anteriormente, o *artista* é visto por alguns membros deste GD como alguém que está numa posição difícil diante das fontes de rendimento, na medida em que os projetos são financiados muitas vezes sem que eles sejam ouvidos. Esta ausência de envolvimento é motivo de preocupação. A responsabilidade é tantos dos artistas como dos promotores de projetos:

Uma dinâmica que envolva a todos, não é? Mesmo no teatro há imensos artistas que trabalham em conjunto, que é um trabalho de grupo e não um trabalho individual. (GD-SC5-05)

Também há falta desse intercâmbio, pronto, já tinha falado deste intercâmbio com as diferentes áreas, ou seja, há pouco falava-se que era importante haver esta reunião com várias áreas, mas acho que os próprios artistas e, agora estou a falar dos próprios artistas, também, se calhar, os produtores e os programadores têm esse interesse, mas o próprio artista não, não se interessa, pronto, e é o que eu tenho para dizer. (GD-SC5-02)

Para além deste facto, um dos “problemas” mencionado com os artistas é o facto de os consumidores de arte não quererem perceber o trabalho do artesão e do artista em geral. Querem o produto mas não pensam nele:

Um dos problemas que eu vejo neste momento na cultura é que as pessoas estão bastante interessadas não, não se interligam com os artistas e, muitas vezes, não tentam perceber o trabalho do artista. (GD-SC5-05)

Isso depois também tende a gerar o efeito de “gafanhoto” no próprio artista, em que salta de área em área à procura do próprio consumidor. Isto acontece devido às tais dinâmicas entre financiamento e artista e entre objeto de arte e artista:

Porque os artistas não se colocam num trabalho, mas tentam andar a saltar no sentido de: “Eh pá, mas qual é a melhor solução para eu sobressair.” E não pensarem que perante o trabalho perante a continuidade, a exploração, perante a continuidade do projeto de deles. (GD-SC5-06)

Esta visão cola-se, sobretudo, se atendermos ao facto de que a região em causa neste GD é muito desertificada:

Acho que também é importante a ligação entre as universidades e essa parte da investigação, acho que assim no geral, a gente tem que ver que é uma zona do país muito desertificada e a desertificação foi sublinhada [na sessão], não se retém os artistas, os produtores culturais não se mantêm, porque não têm, não têm recursos; e, isso acho que é um ponto essencial na nossa zona mesmo. (GD-SC5-01)

Para contrariar esta dificuldade de relacionamento entre arte, artista e comunidades, seria fundamental um maior envolvimento com o ensino e com conceitos artísticos:

Quando falamos em cultura deveríamos pensar acima de tudo no ensino, que muitas vezes hoje em dia está degradado e bastante degradado, no sentido de que as escolas não têm artistas ou os artistas têm as escolas, não são livres de puxar pelos alunos nas técnicas e na, nos conceitos que deveriam estar implementados. (GD-SC5-06)

Esta dificuldade depois também é visível na ausência de estratégia, por parte do governo, no que concerne à aquisição de arte, bem como ao seu estímulo. O que, por seu turno, também não incentiva os próprios cidadãos:

Nós nos outros países lá fora temos as entidades que pegam e compram obras aos artistas...além disso duas pessoas em cada dez vai a um concerto por ano, e isso, ainda é muito reduto, não falo só de concertos, mas de peças de teatro, como exposições... e esses encaminhamentos que nós deveríamos ter do nosso organismo público em direção aos artistas não é executado; se não é executado, se não é ajudado pelas próprias empresas locais, não tem benefícios fiscais, por não estarem a comprar obras, não estarem a adquirir um espólio. (GD-SC5-06)

Esta questão, ou melhor, esta ausência, é uma das responsáveis pela dificuldade em criação de postos de trabalhos na área das artes. O que, tragicamente, leva as pessoas a sair, quer dizer, a procurar alternativas, para poderem ficar” a viver e a trabalhar nas localidades:

O problema de criar postos de trabalho e pôr os artistas a trabalhar e remunerados. Os nossos artistas são remunerados, se nós não tivéssemos feito isso não tenho hipótese de artistas remunerados, nem tínhamos a hipótese de atribuir bolsas às pessoas que vêm trabalhar connosco, porque não tínhamos estrutura para isso, porque é preciso... Isso é importante... Tivemos que tentar sair dali para conseguirmos ter viabilidade para poder sobreviver ali, tivemos que ter... tivemos que ir embora. (GD-SC5-06)

#### **4.5.5. Associações da palavra *pessoas* no GD-SC5**

Relativamente à palavra *pessoas*, a maior associação é à dinâmica entre cultura e população, ao envolvimento com a população. No entanto, começa a notar-se uma grande procura das *pessoas* em busca dos centros, e isso é determinante para as dinâmicas culturais:

O nosso maior problema se calhar é a questão da população; nós já realmente saímos para fora de portas para envolver mais a população. A nível de produtores é que começamos a ter uma falência grande, devido às pessoas irem para os grandes centros, depois eles saem para estudar, fazem o secundário ali, depois saem para os grandes centros e por lá ficam e, então, começamos a ter uma falência se calhar de produtores. (GD-SC5-03)

Quando traz uma panóplia muito grande de público, de artistas e, e... e de interligação diária, mas ao mesmo tempo as pessoas pensam que os Jardins Efémeros são os jardins da cidade ou aquilo que se cria no jardim e não das peças artísticas e, isso não é fator que temos que colmatar bastante, aquele aspeto crítico das pessoas ainda está muito, muito reduto; as pessoas olham com um ar: “é uma árvore!” e não percebem que pode ser uma outra coisa qualquer. (GD-SC5-06)

#### **4.5.6. Associações da palavra *políticas* no GD-SC5**

Relativamente às *políticas* de cultura, é dito ainda que:

Para nós a questão está nas políticas macro, é resolver esse problema, porque depois a seguir podem meter equipas, podem chamar as universidades, como vocês, podem meter pessoas no terreno e ver as diferenças, e aqui sim, que há muitas diferenças, mas isso vocês podem fazer o trabalho, vocês e outras entidades podem fazer esse trabalho de ver as diferenças, e depois ajustar a execução das políticas, porque o problema das políticas é uma coisa e a execução depois é a outra, não é? Para a questão das políticas é preciso todo um trabalho no terreno para se perceber não é como se distribuir o dinheiro, mas para se perceber como é que vai acontecer, por exemplo, nós vemos aqui nas entidades mais pequenas que são fundamentais, principalmente nesses territórios que são completamente desertificados, não é? Porque uma coisa é em Coimbra, outra coisa é no Porto ou em Lisboa que são cidades que... e... embora no interior Coimbra e etc., e mesmo Viseu, que são cidades que têm, mas uma coisa aldeia é uma ou uma cidade mais pequena como Seia, porque

não existe... porque não é possível... ou seja, é uma realidade que não tem nada a ver, portanto não tem mínima hipótese de ter esse... até a dificuldade que têm em poder ampliar as atividades e isso tudo; e, as câmaras não têm... as câmaras podem ser uma outra coisa, uma retaguarda para ajudar, para as obrigar. (GD-SC5-07)

#### 4.6. Grupo de discussão Setor Cultural 6

O GD-SC6 contou com a participação de cinco elementos, teve a duração de 105 minutos.

A partir dos dados da Figura 42 e da Tabela 14, conseguimos perceber que a correlação mais forte é entre as palavras *políticas* e *culturais* ( $P=0,606861$ ). As restantes correlações entre os diferentes *nós* são de intensidade moderada.

Segue-se um olhar mais detalhado sobre o discurso proferido no âmbito do GD-SC6, a partir das associações de algumas das palavras mais repetidas: *bibliotecas* e *atividades*.

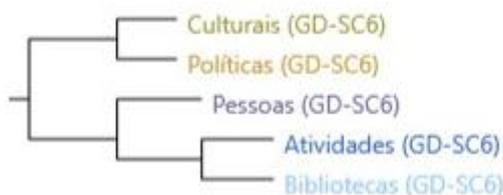


Figura 42: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC6

Nó A	Nó B	Coefficiente de correlação de Pearson
Políticas	Culturais	0,606861
Bibliotecas	Atividades	0,486508
Culturais	Atividades	0,461823
Políticas	Atividades	0,406482
Políticas	Bibliotecas	0,387059
Pessoas	Bibliotecas	0,376717
Pessoas	Atividades	0,360987
Políticas	Pessoas	0,356425
Pessoas	Culturais	0,33048
Culturais	Bibliotecas	0,327609

Tabela 14: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC6

#### 4.6.1. Associações da palavra *bibliotecas* no GD-SC6

Este grupo de discussão focou-se consideravelmente na sua temática: *bibliotecas*. Como tal, começaram como dizer que existem dificuldades na conciliação de visões sobre públicos das bibliotecas:

A rede de bibliotecas da CIM hum... tem como membros protocolados o Instituto Politécnico da Guarda e a UBI, as duas bibliotecas, portanto, temos trabalhado afincadamente com eles, o que é muito difícil, porque temos projetos diferentes, temos formas de ver a cultura e os utilizadores de forma diferente, os leitores, embora para mim todos os leitores são importantes, para nós, temos feito um grande esforço para que a comunidade – cidade – adira e venha a biblioteca, uma Biblioteca que está aberta 24 horas, 365 dias por ano, precisamente para ver se a comunidade entra, se colabora connosco; é um pouco difícil. E também porque as bibliotecas municipais trabalham muito para um público um bocadinho diferente de nós, não é? que é as crianças, mas ao nível do escolar, não é que nós não queremos trabalhar também para eles, mas é uma situação pouco diferente. (GD-SC6-01)

No geral, todos partilham a ideia de que não há partilha de uma política cultural no universo das bibliotecas:

Se há uma política cultural não é ao nível das bibliotecas. Ok! Pode haver uma política cultural ao nível das câmaras, têm a agenda cultural, uma agenda cultural própria, em que as bibliotecas estão integradas, bibliotecas municipais, estão integradas ao nível da Hora do conto, não é? É isso, pronto, são atividades muito específicas, o baú de não sei o quê... pronto, não a outro nível, pronto, por muita força que nós queremos dar é quase impossível alterarmos o *modus operandi*. (GD-SC6-01)

181

A falta de diálogo entre as diversas entidades culturais é um dos problemas detetados:

O problema que estou aqui [a dizer] que as entidades culturais não dialogam muito, cada um tem o seu espaço, mas... se calhar deveria haver articulação e o xxxx referia aqui uma coisa muito interessante, que é, articular se calhar regionalmente os eventos, pronto, a nível do instituto que é que nós começamos a fazer, pronto, é um bocado vocacionado para os estudantes, mas sempre com a perspetiva também de apanhar a comunidade local; começamos a trabalhar com Cineclube, temos feito hum... cinema alternativo, portanto, cinema que não passa obviamente na, na... não é tão comercial e pronto temos conseguido alguma fidelização a nível de público, graças também aos sócios do cineclube que depois também se habitua ali, a ter ali mais um espaço de, de fruição. (GD-SC6-03)

Este problema deriva de uma análise com a qual todos os participantes dizem concordar:

A importância estratégica da cultura para o desenvolvimento regional, eu divido isto em duas áreas: a nível Cultural e a nível das bibliotecas. A nível cultural a estratégia seria extremamente importante se ela existisse, não existe na minha ótica, há pequenos apontamentos exatamente aquilo com o que o xxxx dizia, no fundo, haver

eventos que perdurassem no tempo para que se fidelizassem público se criassem público, não existe, existem pequenos apontamentos ali presente a nível concelhio um Festival de música, um festival de teatro juvenil há... mas são pequenas apontamentos não existe essa estratégia que se perdure no tempo que crie públicos, que forme pessoas, sobretudo, jovens, é aquilo que eu acho. Ao nível das bibliotecas, não existe estratégia, nem a nível regional, nem a nível local e isto passa para outra, para outra questão que era as linhas gerais da política cultural regional na região centro mais relevantes, hum... nós agora, até então, o que tem havido é um conjunto e grande, enorme de eventos, Leiria, o concelho tem muita... muitos eventos culturais, mas são eventos para dar visibilidade sobretudo visibilidade política, lá está, são eventos para grandes massas. (GD-SC6-04)

É importante criar espaços e oportunidades de comunicação entre as bibliotecas e os seus atores de modo a dar-lhes voz e para que nasçam novas dinâmicas que ultrapassem as práticas mais comuns:

Em termos de bibliotecas, sobretudo no ensino superior, houve muito recentemente uma Secretária de Estado que eu admiro imenso e continuo a admirar, porque foi das poucas, Doutora Fernanda Rollo, que pôs as mãos na massa a este nível, das bibliotecas e dos arquivos e, depois, pôs-nos todos a falar e a pensar e a fazer projetos e a acontecer, às vezes, a um ritmo avassalador, mas nós vamos atrás disso, porque nós queremos isso; pela primeira vez, nós sentimos que fomos olhados, bibliotecas e arquivos, pelos políticos e por, por outros organismos de uma forma diferente, começaram, finalmente, a perceber a importância de um e outro serviço no meio, no panorama global, quer das academias, quer da sociedade; entretanto, a senhora deixou as funções e isto voltou, parou tudo, ou seja, parou exatamente tudo, voltamos ao mesmo à estaca zero. (GD-SC6-04)

Eu identifico também então essa falta de articulação das iniciativas na minha zona, aqui, em xxxx, [há] dentro da própria instituição a falta de articulação, fazem-se coisas às mesmas ordens e em sítios diferentes para públicos idênticos, ninguém fala com ninguém, se ampliarmos isto ao resto da cidade e às iniciativas dos agentes culturais, câmara inclusive, quer dizer, é o desastre completo. (GD-SC6-05)

Além disso, é também referido que não se sente articulação entre as bibliotecas e as CIM's. Isto revela-se complexo sobretudo quando é necessária a partilha de boas práticas e troca de experiências:

Nós fazemos um grande esforço para que a CIM esteja presente, nunca acontece. Ao contrário de outras redes, em que há sempre um funcionário da CIM que está presente nas reuniões, raramente está. Nós temos... falava-se do catálogo coletivo, nós temos um catálogo coletivo, das 17 bibliotecas, já a funcionar, ativo, já a funcionar à custa de dinheiros, da CIM, muito esforço de chamar a CIM para isto, que era importante para a região [se] desenvolver, de vez em quando eu ouço falar destes dinheiros.... Então, e se nos candidatarmos? Nós candidatámo-nos, nós fizemos uma candidatura à

modernização administrativa, há 2 anos, eu não percebo nada disto mas com as coordenadoras do grupo estivemos uma semana a trabalhar até à uma e tal da manhã, duas da manhã sem perceber nada, pedimos ajuda aos colegas dos projetos para reverem aquilo tudo, afinal, estava bem, para enviarmos; e, a CIM, nem sequer propôs aquilo, porque havia outras coisas mais importantes, quer dizer, e nós tivemos uma semana a trabalhar. (GD-SC6-01)

#### **4.6.2. Associações da palavra *atividades* no GD-SC6**

Nas diversas *atividades* efetuadas, os participantes deste GD referem que “sentimos muito a falta de apoio dos nossos colegas das [bibliotecas] municipais, a falta ou zero, zero apoio, e isso é um grande entrave para todas as atividades que queremos fazer” (GD-SC6-01).

Além disso, uma ausência de planificação local dos eventos gera sobreposição que prejudica a captura de públicos. Falta programação e planeamento:

A xxxx não tem um público de Bailado assim tão, tão, tão grande que permita que, por exemplo, ao fim de semana ocorram 13 espetáculos, e portanto, isto levando já há uma certa falta de programação e coordenação das atividades... o que acontece muitas vezes é que nós vemos concentrados num determinado tempo um determinado tipo de atividades culturais que se cingem àquela época em concreto, mas depois durante o resto do ano elas não acontecem. (GD-SC6-02)

Estamos a tentar fazer em rede a partilha destas atividades todas, portanto, pelas 17 bibliotecas. Fazemos atividades comuns ao mesmo tempo para ter impacto e depois fazer atividades individuais, mas que estejam inseridas numa mesma calendarização. E aí sim, aí até estamos a fazer o trabalho que deveria ser feito por outros agentes culturais, mas não interessa, vamos começar por aí. (GD-SC6-01)

183

Além disso, as atividades das bibliotecas estão demasiado ao serviço da política municipal, não tem independência, são instrumentos ao serviço da política municipal:

As bibliotecas municipais e escolares são os palcos de implementação de uma política Municipal, sobretudo, ao nível da educação que se quer implementar, começa a ser já um bocado sem respeito para com os profissionais que lá estão, com a opinião dos profissionais; neste momento, é fazer, fazer, fazer, atividades, atividades, atividades ... São instrumentos ao serviço de... Nitidamente. E têm é que ter visibilidade, mesmo que não tenha sentido e que estejam profissionais do terreno que saibam exatamente o que é que se deve fazer, é aquilo que eu sinto. (GD-SC6-04)

Além disso, há muita permeabilidade entre lugares e escolhas políticas nas dinâmicas locais:

Se tivermos em conta que muitas vezes o que acontece é que funciona a língua do amiguismo, do clientelismo e, portanto, as equipas são formados com base não em quem sabem, em quem está no terreno, em quem tem competências para desenvolver as atividades, mas no amigo que temos no partido a, b ou c. (GD-SC6-02)

4.7. Ideias-chave dos seis Grupos de discussão com Setor Cultural



Figura 43: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC1



Figura 46: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC4



Figura 44: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC2



Figura 47: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC5



Figura 45: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC3



Figura 48: Nuvem 30 palavras mais usadas no GD-SC6

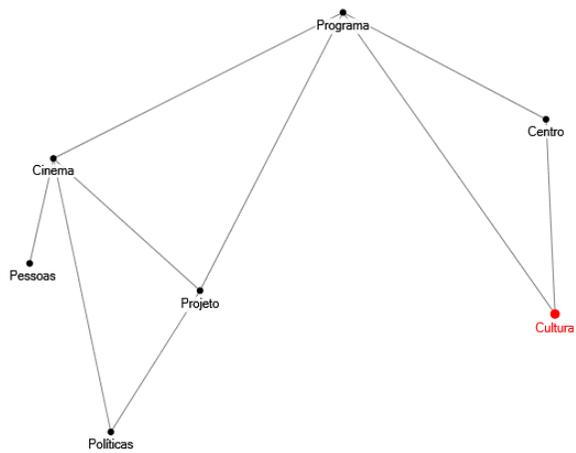


Figura 49: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC1

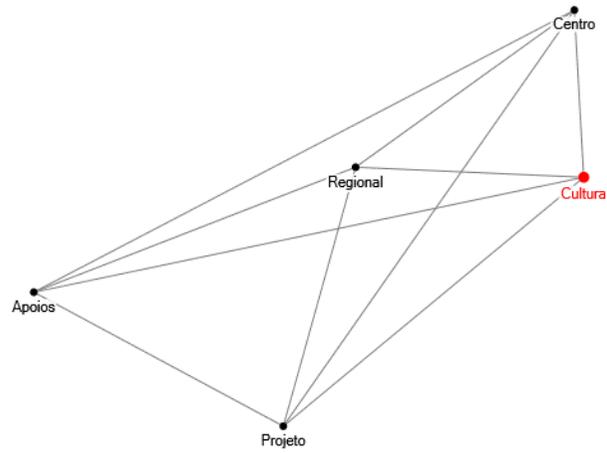


Figura 51: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC3

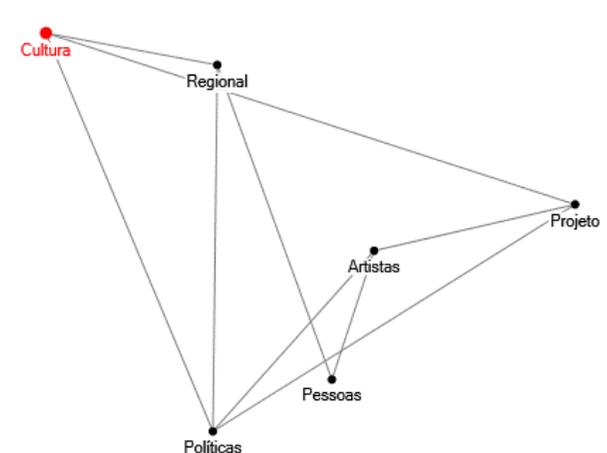


Figura 53: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC5

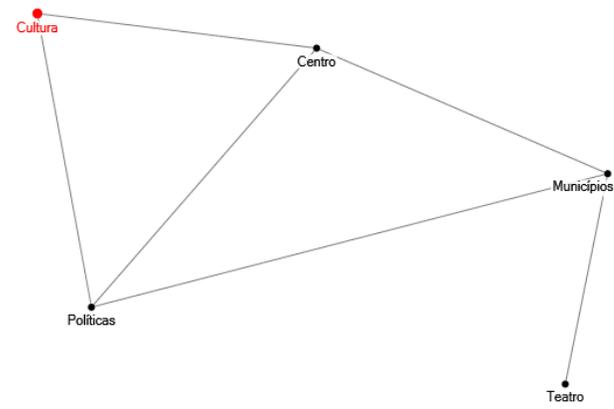


Figura 50: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC2

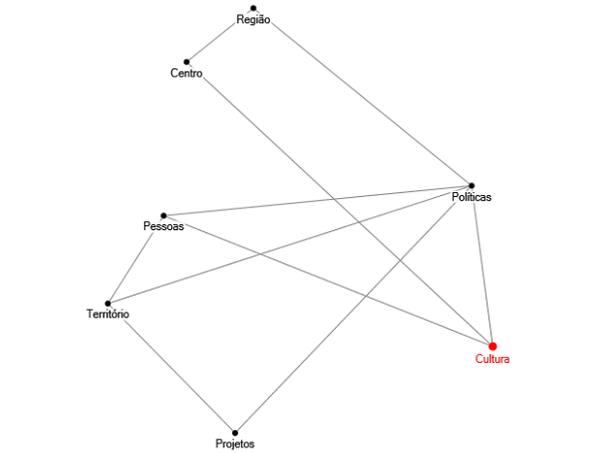


Figura 52: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC4

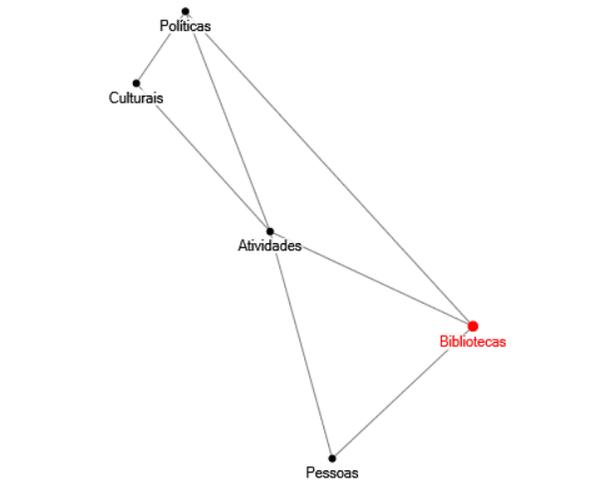


Figura 54: Esquema de Fruchterman-Rei GD-SC6

### **Políticas Culturais desde 2015**

- Não promoveram uma articulação cultural entre Municípios e CIM's
- Não contribuíram para a formação de públicos
- Não perceberam a importância da cultura no combate à desertificação
- Não desenvolveram uma visão estratégica para o cinema e o audiovisual
- Não apoiaram as artes de palco
- Não incluíram uma política cultural específica para bibliotecas e arquivos

### **Programa Centro 2020**

- Desvalorizou a articulação entre associações, ensino, empresas e mecenato
- Funcionou de forma avulsa e em função da sensibilidade dos decisores políticos
- Negligenciou a efetiva relação entre as necessidades e os desígnios comuns
- Desconsiderou a importância estratégica de políticas de formação e capacitação
- Pecou pela escassez de apoios e incentivos para o audiovisual
- Descurou as dinâmicas de trabalho em rede entre bibliotecas e arquivos

186

### **Estratégia e Política Cultural Regional até 2030**

- Valorizar a identidade cultural local para o desenvolvimento económico e social
- Contribuir para transformar positivamente o território deixando lastro para o futuro
- Aproximar e articular estrategicamente a DRCC e os agentes culturais do território
- Investir na capacitação do associativismo cultural local como estratégia de fixação
- Criar uma dinâmica de apoio em rede para a elaboração de candidaturas
- Tornar as bibliotecas menos dependentes das políticas municipais

### **Próximo Programa Operacional Regional do Centro**

- Fortalecer o papel da DRCC como interlocutora estratégica privilegiada
- Criar estruturas supramunicipais para mobilizar dinâmicas culturais convergentes
- Impulsionar a criação do Conselho Cultural nas CIM's
- Integrar um gabinete de apoio à capacitação para elaboração de candidaturas
- Contemplar um plano a médio-longo prazo para o cinema e audiovisual
- Desenvolver um plano estratégico supramunicipal para bibliotecas e arquivos

Tal como aconteceu na análise dos GD-CIM, durante o processo de análise dos GD-SC foram elaboradas *nuvens de palavras* (figuras 43 a 48) e esquemas de Fruchterman-Rei (figuras 49 a 54), para, depois da análise individual de cada um dos GD-SC, lançar um olhar comparativo entre as figuras.

No que concerne à análise das *nuvens de palavras* mais usadas, percebe-se a forte presença das palavras *cinema*, na Figura 43 referente ao GD-SC1, e *biblioteca*, na Figura 48 referente ao GD-SC6, indicando a inclinação discursiva e o tipo de especificidade da crítica e da visão sobre determinados assuntos. Tendo em consideração que estes GD reuniram profissionais agrupados por domínio cultural, encara-se com naturalidade que algumas das sessões se tenham concentrado nos respetivos domínios culturais. Relativamente à palavra *cultura*, essa alcança maior destaque nos GD-SC2 (Figura 44) e GD-SC5 (Figura 47), ao passo que a palavra *Centro* está mais presente no GD-SC3 (Figura 45). Nesta linha de análise, destaca-se ainda que o GD-SC4 (Figura 46) foi o que revelou maior heterogeneidade no uso de palavras.

Relativamente aos esquemas de Fruchterman-Rei, é importante referir que a densidade discursiva, uso de palavras diferentes e respetivas ligações, é menor do que no caso dos GD-CIM. Mesmo no grupo de discussão com maior heterogeneidade no uso de palavras (GD-SC4), percebe-se pela Figura 52 que o número de associações entre as *palavras-nós* mais utilizadas é relativamente baixo (no máximo, três ligações nas palavras mais conectadas). No que concerne às palavras incluídas nos esquemas, não deixa de ser interessante sublinhar, por um lado, o facto da palavra *cultura* ser, na maioria das vezes, a mais utilizada, mas nunca foi a palavra com mais ligações; e, por outro lado, a presença da palavra *política* em cinco dos seis esquemas, o que pode ser sinónimo da importância das políticas culturais para os profissionais do setor cultural.

No que concerne à Figura 55, voltamos a reforçar o que foi anteriormente dito: trata-se de uma síntese de um conjunto de ideias-chave de cada GD-SC sobre cada um dos quatro grandes temas abordados. Tirando todos os constrangimentos da redução de uma ideia a uma frase-chave, consideramos importante porque define as grandes linhas de trabalho no futuro, apresentando de modo simples as grandes ideias gerais.



## Tópicos em jeito de conclusão

---

Quando, em julho de 2019, a DRCC encomendou ao POLObs o estudo “Cultura no pós-Centro 2020”, estava explícito o objetivo que se pretendia atingir: realizar um estudo multidimensional da realidade cultural da região Centro, que concorresse para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional, que refletisse estruturalmente os interesses comuns e partilhados da região e, deste modo, as grandes opções de investimento a definir para os próximos 10 anos. Na apresentação detalhada da análise dos resultados dos principais instrumentos de recolha de dados – inquérito por questionário *online* aplicado aos 77 municípios da área de influência da DRCC e 12 grupos de discussão com representantes de CIM’s, municípios e organizações e profissionais do setor cultural –, pensa-se que ficou nítido que a adesão ao estudo foi particularmente relevante e que, de forma muito prática e objetiva, se compilaram centenas de contributos concretos que, no seu conjunto, respondem positivamente ao objetivo definido. Assim, em jeito de conclusão, seguem-se alguns tópicos que, estamos certos, podem ajudar a sublinhar alguns aspetos relevantes dos quatro objetivos específicos definidos para o estudo.

No que concerne ao **diagnóstico de algumas das dimensões das políticas culturais locais da região Centro no período 2017-2021**, pensa-se que ficaram nítidas algumas debilidades que urge mitigar, sendo por isso importante que no futuro se aposte em:

- 1) Aumentar e qualificar os recursos humanos afetos à dimensão cultural, municipais e supramunicipais, bem como as respetivas estruturas autárquicas. Tal incremento levará inevitavelmente a uma maior dinâmica e conseqüentemente à anulação de muitos dos problemas detetados no estudo.
- 2) Desenvolver instrumentos de gestão desenhados especificamente para a área da cultura. Tal implica pensar primeiro a um nível autárquico e depois a um nível das NUT’s 3. O desejável seria a integração de um planeamento estratégico e com objetivos bem definidos a médio prazo, que esteja assente num conhecimento profundo das realidades locais e regionais e que dialogue explicitamente com os diferentes setores de intervenção municipal, com as políticas culturais regionais e nacionais, com a Constituição da República Portuguesa e com orientações internacionais que se encontram plasmadas em documentos de referência (e.g. Agenda 2030, Nova Agenda Europeia para Cultura).
- 3) Comunicar eficazmente, tanto organizacional como estrategicamente. Tal implica que a dimensão da comunicação seja totalmente repensada, desde a simples articulação entre o agente inicial e a estrutura cultural local até à mais complexa

estruturação de projetos culturais. Urge potenciar a relação entre os diferentes agentes da região.

- 4) Alargar o campo de ação da cultura a domínios que estão muito pouco presentes, quer nas linhas de ação e de investimento municipal, quer no associativismo e recintos culturais. É necessário aumentar a rede de interações entre domínios culturais.
- 5) Diversificar e simplificar as fontes de financiamento para a cultura, desburocratizando-as, e promover maior capacitação dos agentes da região para, sem desresponsabilizar a função do Estado, assumirem uma atitude proactiva e incitadora no que concerne à sustentabilidade cultural.
- 6) Criar e promover condições efetivas que favoreçam a participação cultural das comunidades sem exclusão de partes, não só através da componente de sensibilização e formação de públicos, mas também na dimensão da criação e produção cultural.
- 7) Promover e concretizar maior articulação entre políticas culturais e políticas de educação, por representarem dois pilares fundamentais para uma cidadania plena, equitativa e fundada no conhecimento.
- 8) Potenciar o papel transformador das dinâmicas sociais e dos territórios através da cultura, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento económico, à inclusão social, à atração e fixação de jovens em territórios de baixa densidade e no combate à desertificação.

**O modo como os atores da região Centro avaliaram o Centro 2020, sob a perspetiva da cultura**, é particularmente elucidativo: a avaliação ao programa Centro 2020 foi, regra geral, negativa, excetuando a questão dos impactos nas dinâmicas de reabilitação de património cultural imóvel classificado, no aumento do número de visitantes a alguns territórios da região e na aparente potenciação de práticas de trabalho em rede. Para essa avaliação negativa contribuíram os seguintes fatores:

- 1) Os principais agentes culturais regionais – Municípios, CIM's, organizações e organizações do setor cultural – consideram que o processo de preparação do programa foi deficiente, sendo que em alguns casos os atores se sentiram completamente ausentes de todo o processo.
- 2) O processo de preparação do programa não assentou numa estratégia de política cultural à escala regional bem vincada e pensada a médio/longo prazo, nem tampouco a dinâmica que foi gerada com a sua implementação está a concorrer para se irem definindo, verdadeiramente, planos estratégicos para a cultura à escala local ou regional.

- 3) A presença da cultura, sobretudo nas dimensões imateriais, foi considerada residual, sendo que o “Mapeamento das Necessidades de Investimento no Património Cultural” (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, s.d.) e os indicadores definidos foram considerados os aspetos menos positivos. Por um lado, concentraram-se, em excesso, as operações de renovação do património cultural imóvel classificado. Por outro, não se potenciou a criação de instrumentos específicos para a verificação do cumprimento de objetivos culturais das operações.
- 4) Foi negligenciada a aposta na relação entre as especificidades e as necessidades culturais dos territórios. Esta negligência atuou num esquecimento e consequente desvalorização do património cultural imaterial, diminuindo assim a importância desta via, tanto na criação e produção como na capacitação dos agentes culturais inerentes.
- 5) O excesso de burocracia associada ao programa foi também considerado um dos fatores mais negativos, na medida em que implicou maior demora nos processos.
- 6) A comunicação com os agentes culturais da região foi apontada como uma das principais fragilidades, tanto no funcionamento do próprio programa como entre agentes e instituições culturais. Isto concorreu, por exemplo, para que organizações e profissionais do setor cultural se sentissem, não raras vezes, indiferentes perante o Centro 2020.

Relativamente à **visão estratégica dos atores da região Centro para as políticas culturais até 2030**, os resultados foram particularmente reveladores: foi possível identificar 92 necessidades à escala municipal, 75 necessidades à escala regional, 65 necessidades à escala nacional e 185 objetivos estratégicos, 174 prioridades de investimento e 188 projetos prioritários à escala municipal; e foi possível perceber que as debilidades identificadas, aquando da análise das políticas culturais locais para o período 2017-2021, se mantiveram muito presentes nas linhas orientadoras para o futuro. Assim sendo, destacam-se os seguintes aspetos:

- 1) Para além de uma dimensão prática e objetiva (e.g. alcançar a atribuição do título de Capital Europeia da Cultura 2027 para a região), a análise dos contributos recolhidos espelha a dificuldade de produção de uma visão estratégica consistente e que se traduza em transformações positivas e estruturantes no seio das políticas culturais da região a partir da escala local.
- 2) O papel da DRCC, no processo de definição de uma visão estratégica para a região, pode revelar-se fundamental para o sucesso da ação. Percebeu-se que os agentes culturais identificaram a DRCC como a estrutura mais relevante no que concerne à estruturação e articulação das políticas culturais regionais.

Relembra-se a este respeito que as necessidades relacionadas com a grande temática de *Cultura, Política e Governança* foram identificadas de forma mais veemente na escala municipal.

- 3) Não obstante a importância e o papel de liderança que a DRCC pode e deve assumir no sentido de promover a aproximação e a articulação estratégica entre os agentes do território, considera-se fundamental, para a próxima década, a criação de condições efetivas para a mobilização e a participação qualificada, ativa e continuada dos agentes na definição e implementação das políticas culturais regionais.
- 4) É necessário fazer um considerável trabalho de sensibilização dos atores da região para o alinhamento das políticas culturais até 2030 com documentos internacionais específicos do setor (e.g. Nova Agenda Europeia para a Cultura), isto sem menosprezar as especificidades territoriais. Além disso, será fundamental trabalhar com documentos que pela sua relevância não podem ser esquecidos na definição das políticas culturais regionais (e.g. Agenda 2030). Tanto mais que, não raras vezes, as necessidades e objetivos identificados se relacionam com questões como *Cooperação, Redes e Mobilidade* e como *Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social*.
- 5) Ao se identificar um conjunto de fragilidades no tecido cultural da região, conclui-se que é urgente investir, de forma sistemática e estruturada, na capacitação dos agentes culturais, nomeadamente como estratégia de fixação e valorização do território através das dinâmicas culturais locais.

O quarto objetivo específico do estudo “Cultura no pós-centro 2020”, visou reunir **contributos de atores da região Centro sobre aspetos relacionados com a dimensão cultural do programa que sucederá ao Centro 2020** (e.g. prioridades de investimento, objetivos específicos, tipologias de intervenção e de ação, indicadores de realização e de resultado). A partir de uma análise transversal aos contributos, considera-se relevante salientar:

- 1) O modo como os contributos para esta dimensão do estudo foi sendo apresentado por parte de alguns dos atores ouvidos é sintomático sobre o grau de conhecimento, nomeadamente no que concerne à terminologia utilizada, de programas como o Centro 2020.
- 2) Ainda que se esperasse que os contributos concorressem para mitigar as críticas apresentadas ao Centro 2020, tornaram-se nítidos alguns aspetos que demonstram a continuidade até 2030, nomeadamente a aposta no Património Cultural ou a utilização de indicadores eminentemente quantitativos e sem o aprofundamento e a especificidade própria do campo cultural.

- 3) Sobre os indicadores, ainda que sem a efetiva e necessária concretização específica do modo de operacionalização, foi avançada a necessidade de incluir uma vertente qualitativa que tenha a capacidade de medir impactos sociais a médio prazo e longo prazo.
- 4) Estabelecendo uma relação entre os objetivos estratégicos apresentados para o próximo programa operacional regional e as linhas para as políticas culturais até 2030, percebe-se que há uma coerência interna entre as duas componentes do estudo, sendo óbvio que para os atores há uma visão integrada das duas dimensões, em que os fundos comunitários devem estar diretamente relacionados com a implementação da política cultural regional.
- 5) Foi evidente, e considerada como prioridade, a ideia da necessidade de uma maior capacitação dos agentes culturais da região, tanto mais que pode concorrer para potenciar e fortalecer as práticas de trabalho em rede, para qualificar os equipamentos culturais, para aumentar a oferta e a diversidade da oferta cultural e para promover a sustentabilidade.
- 6) Na vertente da comunicação, salientaram-se aspetos relativos à otimização de processos, nomeadamente com recurso constante e eficiente às tecnologias digitais. Esta dimensão foi destacada, em diferentes contextos, como particularmente importante para minimizar as dificuldades de acesso ao programa que vai suceder ao Centro 2020.
- 7) A necessidade de uma maior aproximação das comunidades e das instituições à fruição e à produção culturais foram, sob diferentes pontos de vista, sublinhados veementemente pelos atores da região.
- 8) A importância e o papel, desempenhado e a desempenhar pela DRCC foi, também neste ponto, considerado como estratégico para o sucesso de toda a dimensão cultural do próximo programa, sendo avançada a hipótese de criação de Conselhos Culturais ao nível das CIM's, que deveriam concorrer, de forma articulada, para a definição de instrumentos de gestão e planeamento cultural para a região.

**Depois de apresentados os tópicos, e de elaborado o respetivo enquadramento nos objetivos específicos definidos no estudo “Cultura no pós-Centro 2020”, seguem-se algumas ideias-chave transversais que devem ser tidas em conta na definição de políticas culturais até 2030:**

- 1) **A cultura deve ser encarada como uma aposta estratégica para o desenvolvimento dos territórios e da região.** Para o efeito, torna-se importante clarificar o próprio conceito e perceber como é entendido pelos atores dos

diferentes territórios que compõem a região Centro. A criação de um *think tank*, inspirado, por exemplo, no que foi criado pelo Centro Dinamarquês de Artes e Intercultura, poderá ser um bom ponto de partida para o cumprimento desta ideia-chave, promovendo reflexões sobre a diversidade cultural e desenvolvendo competências e capacidades dos *stakeholders*.

- 2) **A DRCC deve assumir um papel fundamental e estruturante na definição e implementação de políticas culturais à escala regional e na articulação de políticas culturais à escala local.** Para o efeito a DRCC deve assumir uma atitude proactiva, nomeadamente através da criação de canais privilegiados de auscultação e diálogo com os agentes nos diversos territórios da região. A criação de conselhos culturais, representativos, abertos e participados, poderá ser um primeiro passo para o cumprimento desta ideia-chave. Para isto, importa visitar o projeto “Acting Communities”, que foi desenvolvido na Hungria com o objetivo de fortalecer a coesão social por meio de um maior envolvimento das instituições culturais, nomeadamente através do estabelecimento e da manutenção de uma rede de tutores e da dinamização de atividades de formação, lideradas por profissionais do setor cultural.
- 3) **A definição e a implementação de políticas culturais, à escala local e regional, deve estar associada, por um lado, a Planos Estratégicos para a Cultura (à escala dos municípios, das NUT’s 3, da NUT 2 e da NUT 1) e, por outro lado, a ações de capacitação de profissionais do setor cultural, público e privado, nomeadamente na área da gestão cultural.** A definição de instrumentos de gestão específicos da área da cultura, permitiria uma maior consistência na ação e articulação efetiva entre as políticas à escala local, regional, nacional e internacional – este respeito considera-se pertinente convocar o Plano Nacional das Artes (2019-2024), que integra a medida “Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação”, que se espera que seja implementada no maior número de municípios portugueses, nomeadamente nos da região Centro. A capacitação dos agentes culturais permitiria colmatar as fragilidades diagnosticadas no território e poderia ser favorecida através da criação de um curso de pós-graduação, que poderia funcionar maioritariamente em regime de Ensino à Distância, poderia ser uma ferramenta a criar para a capacitação dos agentes para melhor atuarem no território. Destacamos ainda, relativamente a esta ideia-chave, o projeto “Arena da Cultura”, oriundo de Belo Horizonte (Brasil), que tem como objetivo promover o acesso das pessoas a bens e serviços culturais por meio de atividades de formação. O programa está estruturado em duas dimensões, sendo que a segunda dimensão está diretamente relacionada com a educação e formação, visando promover o acesso a diferentes linguagens

artísticas e permitindo a iniciação e o desenvolvimento técnico e artístico de pessoas e grupos em diferentes distritos e áreas da cidade, contribuindo para a profissionalização dos artistas e a qualificação da produção.

- 4) **Sendo inegável a importância que deve continuar a ser dada ao património cultural imóvel (classificado e não classificado), no futuro deve ser reforçada a aposta no património cultural imaterial como fator distintivo dos territórios e da região.** A título de exemplo, há uma boa prática que queremos destacar para fazer cumprir este ponto: é a “Distinção Mulheres Criadoras de Cultura”, um projeto implementado entre 2013 e 2015 com o objetivo de dar visibilidade às mulheres que se notabilizam na produção cultural. Esta iniciativa surgiu no âmbito do IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação, e constituiu-se com a pretensão de valorizar e destacar mulheres que desenvolvem a sua atividade em áreas da cultura, garantindo uma visibilidade equilibrada entre mulheres e homens, isenta de estereótipos ou de preconceitos. Aplicada a contextos sobretudo de interior, esta prática poderia reforçar o lado imaterial na relação entre o objeto cultural e o sujeito.
- 5) **As práticas de trabalho em rede, de geometria variável, seguem as tendências internacionais e surgem como contextos privilegiados para promover o desenvolvimento cultural sustentável.** Realça-se que o envolvimento efetivo dos diferentes protagonistas das redes deve ser uma preocupação constante, se assim não for, continuaremos a utilizar o conceito de rede, mais por moda do que por um verdadeiro entendimento das reais potencialidades de pensar e agir em rede. A este respeito importa convocar o projeto “Habitando Cultura em Mobilidade”, desenvolvido em Bogotá (Colômbia), que constitui uma experiência a ter em conta, nomeadamente pelo seu contributo para: fortalecimento de iniciativas e de liderança; o acompanhamento de atividades com a comunidade, incluindo aconselhamento profissional específico; a implementação de roteiros culturais, entendendo a viagem como forma de aprender e reapropriar a cidade; a construção e democratização de ambientes virtuais; e o fortalecimento das redes de apoio e gestão da comunidade.
- 6) **Os processos de comunicação, entre os diferentes atores que operam no setor e dos atores com os destinatários da sua ação, carecem de uma reformulação profunda.** A criação de mecanismos por parte da DRCC, como uma plataforma online dinâmica e alimentada por organizações públicas e privadas, como *webinars* ou ainda como sessões de esclarecimento temáticas e descentralizadas com uma regularidade mensal, poderiam ser sinais e passos de fácil execução e que permitiriam uma maior aproximação da DRCC à diversidade de dinâmicas e problemáticas da região. Um olhar atento para o projeto do Arts

Promotion Centre Finland relacionado com a comunicação e a mediação artística cultural, poderia ser uma boa inspiração para o desenvolvimento de uma iniciativa na região Centro que concorresse para fortalecer a interação entre os agentes do setor divulgando e refletindo criticamente sobre as suas práticas e para apoiar o desenvolvimento e a organização de atividades de mediação cultural, favorecendo a sua disseminação o mais amplamente possível junto da sociedade.

Convocadas algumas das ideias-chave transversais do estudo “Cultura no pós-Centro 2020” que devem ser tidas em conta na definição de políticas culturais até 2030, destacamos por último uma ideia que, explícita e implicitamente, atravessou muitos dos discursos analisados: **a iniciativa da DRCC foi particularmente relevante e pertinente por constituir um sinal de abertura há muito esperado pelos agentes da região, um sinal de que na DRCC há, efetivamente, vontade de ouvir e dialogar com os agentes no terreno e de fazer com que, fruto desse diálogo, surja uma estratégia para a política cultural regional que reflita as especificidades e os interesses de um território muito rico e diverso.**

## Bibliografia

---

- André, M., Vale, I. (2014). Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020. Retirado de: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/60180/1/2014\\_Rel%20Final\\_SEC.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/60180/1/2014_Rel%20Final_SEC.pdf)
- Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bloor, M., Frankland, J., Thomas, M. & Robson, K. (2001). *Focus groups in social research*. London: Sage.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. (s.d.). Mapeamento das Necessidades de Investimento no Património Cultural. Retirado de: <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/documentos-gerais/mapeamentos>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. (2018). RIS3 do Centro 2020. Retirado de: <http://ris3.ccdrc.pt/>
- Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, (2018). Declaração sobre Cultura e Indústrias Criativas como sector estratégico na CPLP. Retirado de: <https://www.cplp.org/id-4211.aspx?PID=10035&M=NewsV2&Action=1&NewsId=5932&currentPage=2>
- Galmarino, A. (2008). *Formação e profissionalidade nas artes cénicas: interfaces das dimensões pedagógica, artística e sócio-cultural, tendências actuais em Portugal*. Tese de doutoramento não publicada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Gama, M. (2011). *Formação em teatro e formação de públicos*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal. Retirado de: <http://repositorio.ipvc.pt/handle/20.500.11960/1531>
- Hernández S. R., Fernández C.C., Lucio, P.B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Lei n.º 218/1997, de 20 de agosto, República Portuguesa
- McParland, J. L., Flowers, P. (2012). Nine lessons and recommendations from the conduct of focus group research in chronic pain samples. *British Journal of Health Psychology*, 17, 492-504. DOI:10.1111/j.2044-8287.2011.02050.x
- Morgan, D. L. (2010). Reconsidering the role of interaction in analyzing and reporting focus groups. *Qualitative Health Research*, 20 (5), 718-722.
- Navarro, C. J., Clark, T. N. (2012). Cultural policy in european cities. *European Societies*, 14, 636-659. DOI: 10.1080/14616696.2012.726369
- Neves, J.S. (2019). *Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Monográfico de Conimbriga–Museu Nacional*. Retirado de: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication\\_pdfs/MMC\\_MN\\_REPORT\\_c.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/MMC_MN_REPORT_c.pdf)
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*. Retirado de: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)

Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2006).

*Carta Cultural Ibero-americana*. Retirado de:

[http://culturasiberoamericanas.org/carta\\_cultural.php](http://culturasiberoamericanas.org/carta_cultural.php)

Parlamento Europeu, (2018). Nova Agenda Europeia para a Cultura. Retirado de:

[http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0499\\_PT.html](http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0499_PT.html)

Parlamento Europeu. (2013) Programa Europa Criativa. Retirado de: [https://eur-](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1295&from=EN)

[lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1295&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1295&from=EN)

Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014 – 2020. Retirado de:

[https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/1\\_ap\\_portugal\\_2020\\_28julho\\_0.pdf](https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/1_ap_portugal_2020_28julho_0.pdf)

Região Centro. (2018). Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020. Retirado de:

<http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/programa>

República Portuguesa. (2015). Programa do XXI Governo Constitucional. Retirado de:

<https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>

Sagoe, D. (2012). Precincts and prospects in the use of focus groups in social and behavioural science research. The Qualitative Report, (Art. 29), 1-16. Retirado de

<http://www.nova.edu.ssss/QR/QR17/sagoe.pdf>

Siegel, S. (1975). Estatística Não-paramétrica Para as Ciências do Comportamento. São Paulo: McGraw-Hill.

Silva, I. S., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Considerações teóricas e metodológicas. Revista Lusófona de Educação, 26, 175-190.

Stewart, D. W., Shamdasani, P. N. & Rook, D. W. (2007). Focus groups: Theory and practice (2nd.). Thousand Oaks, California: Sage.

United Cities and Local Governments. (2008). Agenda 21 for culture. Retirado de:

[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21\\_en.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21_en.pdf)

<https://cselekvokozossegek.hu/the-project/>

[https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/-/the-danish-centre-for-arts-interculture-dcai-](https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/-/the-danish-centre-for-arts-interculture-dcai)

<https://www.facebook.com/ArenaDaCultura.BH>

<http://www.gepac.gov.pt/premios/distincao-mulheres-criadoras-de-cultura.aspx>

<http://obs.agenda21culture.net/index.php/es/good-practices/bogota-habitando-cultura-en-comunidad>

<https://www.pna.gov.pt/eixo-a/>

<https://www.taike.fi/en/expertise>





 [www.polobs.pt](http://www.polobs.pt)

 [polobs@ics.uminho.pt](mailto:polobs@ics.uminho.pt)